



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Data-Base: 31.12.2014

(conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009 “Instrução CVM 480”)

Identificação	Construtora Tenda S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 71.476.527/0001-35 e com atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.348.206, registrada como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) sob o nº 21148 (“Companhia”).
Sede	Localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas 8.501, 18º andar, Pinheiros, CEP 05425-070.
Diretoria de Relações com Investidores	Localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas 8.501, 19º andar, CEP 05425-070. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Felipe David Cohen. O telefone do departamento de relações com investidores é (0xx11) 3025-9305, o fax é (0xx11) 3025-9348 e o e-mail é ri@gafisa.com.br
Auditores Independentes da Companhia	KPMG Auditores Independentes S/S para o exercício encerrado em 31.12.2014, 31.12.2013, e Directa Auditores S/S para os exercícios encerrados em 31.12.2012 e 1º trimestre de 2013.
Banco Escriturador	Não aplicável.
Atendimento aos Acionistas	Efetuoado pela Diretoria de Relações com Investidores da Companhia.
Jornais nos quais a Companhia divulga Informações	“O Estado de S. Paulo” e “Diário Oficial do Estado de São Paulo”.
Site na Internet	http://www.tenda.com .
Data da última atualização deste Formulário de Referência	22.04.2015

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE ESTE FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Este formulário foi elaborado com base na Instrução CVM 480.

A data da última atualização deste Formulário de Referência não significa, necessariamente, que este documento teve todas as suas informações atualizadas até tal data, mas tão-somente que algumas ou todas as informações nele contidas foram atualizadas em cumprimento ao disposto no caput e nos parágrafos 1º, 2º ou 4º (conforme aplicável) do Artigo 24 da Instrução CVM 480.

Este Formulário de Referência não se caracteriza como documento de oferta pública de títulos e valores mobiliários da Companhia nem constitui oferta de venda ou de compra de títulos e valores mobiliários no Brasil ou em qualquer outra jurisdição.

1. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELO CONTEÚDO DO FORMULÁRIO

1.1. Declaração do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores da Companhia

Rodrigo Osmo, Diretor Presidente, e **Felipe David Cohen**, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, declaram que reviram este formulário de referência, que todas as informações aqui contidas atendem ao disposto na Instrução CVM 480, em especial nos seus artigos 14 a 19, e que este conjunto de informações é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia, dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

2. AUDITORES

2.1 Informações gerais sobre os auditores independentes

	Exercício Social encerrado em 31/12/2012 e 1º trimestre de 2013	Exercício Social encerrado em 31/12/2013, a partir do 2º trimestre de 2013, 31/12/2014 e 1º trimestre de 2015	
Código CVM	3670	418-9	
Tipo auditor	Nacional	Nacional	
a) Nome empresarial	Directa Auditores S/S	KPMG Auditores Independentes S/S	
b) Responsáveis, CPF e dados para contato	Sr. Artemio Bertholini CPF: 095.365.318-87 <u>Endereço:</u> Rua Vergueiro, 2.016, 8º andar, CEP 04102-000, São Paulo-SP <u>Telefone:</u> (0xx11) 2141-6300 <u>Fax:</u> (0xx11) 2141-6323 <u>E-mail:</u> bertholini@directapkf.com.br	Giuseppe Masi CPF: 074.811.038-01 <u>Endereço:</u> Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33 CEP 04530-904, São Paulo/SP <u>Telefone:</u> (0xx11) 2183-3000 <u>Fax:</u> (0xx11) 2183-3010 <u>E-mail:</u> GMasi@kpmg.com.br	
c) Data da contratação dos serviços	01/01/2012 a 30/03/2013	01/04/2013 a 30/03/2015	
d) Descrição dos serviços	Auditoria das demonstrações contábeis anuais, individuais e consolidadas, bem como revisão especial das demonstrações financeiras contábeis intermediárias (trimestrais)	Auditoria das demonstrações contábeis anuais, individuais e consolidadas, bem como revisão especial das demonstrações financeiras contábeis intermediárias (trimestrais)	
e) Substituição do auditor			
i) Justificativa da substituição	Rotação dos auditores independentes de acordo com a Instrução normativa da CVM nº 509/2011.	A mudança de auditores do grupo, proposta pelo Comitê de Auditoria da controladora Gafisa S.A., ocorreu por circunstâncias comerciais e de forma a antecipar a substituição necessária em decorrência do rodízio obrigatório da Gafisa S.A., previsto no Art. 31 da Instrução CVM nº 308/99.	
ii) Razões do auditor	Não houve substituição do auditor independente por questões de discordância ou conflito de opiniões	Não houve substituição do auditor independente por questões de discordância ou conflito de opiniões	

2.2 Montante total da remuneração dos auditores independentes no último exercício social

A remuneração total recebida pela KPMG Auditores Independentes S/S a título dos serviços de auditoria prestados à Companhia e às subsidiárias da Companhia no último exercício social (encerrado em 31.12.2014) foi de R\$631.106,66, integralmente pagos pela controladora Gafisa S.A., não tendo sido prestados outros serviços à Companhia que não os de auditoria independente.

2.3 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes pertinentes a esse tópico foram divulgadas nos itens acima.

3. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

3.1 Informações financeiras consolidadas

Demonstrações Financeiras Consolidadas Descrição da Conta	Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de		
	2014	2013	2012
a) Patrimônio Líquido	1.082.346,00	1.152.580,00	1.876.709,00
b) Ativo Total	2.125.189,00	2.441.836,00	3.301.071,00
c) Receita Líquida	570.138,00	817.461,00	1.069.110,00
d) Resultado Bruto	125.890,00	65.245,00	130.444,00
e) Resultado Líquido	-109.437,00	-90.926,00	-123.602,00
f) Número de Ações, ex-tesouraria	633.037.801,00	633.037.801,00	633.136.932,00
g) Valor patrimonial da ação	1,709800	1,820700	2,964100
h) Resultado líquido por ação	-0,172900	-0,143600	-0,195200

3.2 Medições não contábeis

a) Valor e b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

Demonstrações Financeiras Consolidadas (R\$000)	2014	2013	2012
Lucro Líquido	-109.437	-90.926	-123.601
(+) Resultado financeiro	7.332	-3.812	729
(+) IR / CSLL	-6.328	-8.651	-4.133
(+) Depreciação e Amortização	-15.644	-11.526	-15.568
(+) Juros capitalizados	-27.198	-57.439	-55.153
(+) Participação dos Minoritários	-742	-6.305	-17.631
(+) Resultado AUSA (Fair value e ganho operação)	0	15.113	0
EBITDA	-66.857	-18.306	-31.845
(+) Despesas com plano de opções	-838	-156	-580
EBITDA ajustado	-66.019	-18.150	-31.265
Receita Líquida	570.138	817.461	1.069.110
Margem EBITDA ajustada	-11,58%	-2,22%	-2,92%

c) Motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia

O EBITDA Ajustado (earnings before interest, taxes, depreciation and amortization, ou lucro antes de juros e despesas financeiras líquidas, impostos, depreciação e amortização) é um indicador financeiro utilizado para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da empresa. O EBITDA Ajustado é uma informação adicional às demonstrações financeiras da Companhia e não deve ser utilizado em substituição às informações das demonstrações financeiras auditadas.

A Companhia entende que a utilização do EBITDA Ajustado como medida de desempenho pode ser mais apropriado para a correta compreensão de sua condição financeira e do resultado de suas operações, além de permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

A Companhia acredita que o EBITDA Ajustado retrata seu desempenho sem a influência de fatores ligados, dentre outras coisas, (i) à sua estrutura de capital, como despesas com juros de seu endividamento, flutuações de taxas de juros e outros resultados financeiros, (ii) à sua estrutura tributária, como seu imposto de renda e contribuição social, (iii) às suas despesas com planos de opções de compra de ações, que não

têm efeito no fluxo de caixa da Companhia, (iv) à suas despesas com depreciações e amortizações, especialmente as advindas de operações de fusões e aquisições e (v) à participação de acionistas não controladores. Estas características, no entendimento da Companhia, tornam o EBITDA Ajustado uma medida mais prática e mais apropriada de seu desempenho, pois afere de forma mais precisa o resultado advindo exclusivamente do desenvolvimento de seus projetos imobiliários.

O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa a outros indicadores financeiros, como seus fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. A Companhia entende, no entanto, que o EBITDA Ajustado apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade da Companhia, em razão de não considerar determinados fatores, que poderiam afetar, de maneira significativa, o lucro líquido da Companhia.

3.3 Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as alterem substancialmente:

Não houveram eventos subsequentes que alteraram substancialmente as ultimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social.

3.4 Política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais

	2014	2013	2012
a) Regras sobre a retenção de lucros	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que até 71,25% do lucro líquido ajustado anual pode ser destinado para a constituição de Reserva de Investimentos, com a finalidade de (i) assegurar recursos para o desenvolvimento das atividades de suas controladas, e (ii) ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia, a qual não poderá ultrapassar 80% do capital social integralizado.</p> <p>Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2015, o prejuízo do exercício social encerrado em 31.12.2014 foi mantido como prejuízo acumulado. Não foram distribuídos dividendos em função dos prejuízos apurados em 2014.</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que até 71,25% do lucro líquido ajustado anual pode ser destinado para a constituição de Reserva de Investimentos, com a finalidade de (i) assegurar recursos para o desenvolvimento das atividades de suas controladas, e (ii) ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia, a qual não poderá ultrapassar 80% do capital social integralizado.</p> <p>Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 15 de abril de 2014, o prejuízo do exercício social encerrado em 31.12.2013 foi mantido como prejuízo acumulado. Não foram distribuídos dividendos em função dos prejuízos apurados em 2013.</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que até 71,25% do lucro líquido ajustado anual pode ser destinado para a constituição de Reserva de Investimentos, com a finalidade de (i) assegurar recursos para o desenvolvimento das atividades de suas controladas, e (ii) ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia, a qual não poderá ultrapassar 80% do capital social integralizado.</p> <p>Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 10 de abril de 2013, o prejuízo do exercício social encerrado em 31.12.2012 foi mantido como prejuízo acumulado. Não foram distribuídos dividendos em função dos prejuízos apurados em 2012.</p>
b) Valores das retenções de lucros	Não houve retenção de lucros	Não houve retenção de lucros	Não houve retenção de lucros
c) Regras sobre a distribuição de dividendos	<p>O Estatuto Social da Companhia, em conformidade com o disposto na Lei das Sociedades por Ações, prevê que 5% do lucro líquido seja anualmente destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no § 1º do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia, em conformidade com o disposto na Lei das Sociedades por Ações, prevê que 5% do lucro líquido seja anualmente destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no § 1º do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia, em conformidade com o disposto na Lei das Sociedades por Ações, prevê que 5% do lucro líquido seja anualmente destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no § 1º do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.</p>
d) Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>A periodicidade das distribuições de dividendos da Companhia é anual.</p> <p>A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral</p>	<p>A periodicidade das distribuições de dividendos da Companhia é anual.</p> <p>A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral</p>	<p>A periodicidade das distribuições de dividendos da Companhia é anual.</p> <p>A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral</p>
e) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	<p>A escritura de emissão de debêntures referente à 1ª emissão possui cláusula de vencimento antecipado relacionado ao pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, quando a mesma estiver em mora perante os titulares das debêntures, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório. Para maiores informações sobre as debêntures emitidas pela Companhia, favor verificar o item "18.5 Outros valores mobiliários emitidos (que não sejam ações)", deste Formulário de Referência.</p>	<p>A escritura de emissão de debêntures referente à 1ª emissão possui cláusula de vencimento antecipado relacionado ao pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, quando a mesma estiver em mora perante os titulares das debêntures, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório. Para maiores informações sobre as debêntures emitidas pela Companhia, favor verificar o item "18.5 Outros valores mobiliários emitidos (que não sejam ações)", deste Formulário de Referência.</p>	<p>A escritura de emissão de debêntures referente à 1ª emissão possui cláusula de vencimento antecipado relacionado ao pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, quando a mesma estiver em mora perante os titulares das debêntures, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório. Para maiores informações sobre as debêntures emitidas pela Companhia, favor verificar o item "18.5 Outros valores mobiliários emitidos (que não sejam ações)", deste Formulário de Referência.</p>

3.5 Política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais

	Exercício Social 31/12/2014	Exercício Social 31/12/2013	Exercício Social 31/12/2012
a) Lucro líquido ajustado	(109.437)	(90.926)	(123.602)
b) Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	-	-	-
c) Percentual de dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	0%	0%	0%
d) Dividendo distribuído por classe e espécie de ações	-	-	-
e) Data de pagamento do dividendo	N/A	N/A	N/A
f) Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido	-10%	-8%	-7%
g) Lucro líquido retido	(109.437)	(90.926)	(123.602)
h) Data de aprovação da retenção	-	-	-

3.6. Com relação aos 3 últimos exercícios sociais, dividendos declarados à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores

Não houve dividendos declarados à conta de lucros retidos ou reservas constituídas nos três últimos exercícios sociais.

3.7. Nível de endividamento da Companhia

Exercício Social	Montante total da dívida de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2014	1.042.843	Índice de Endividamento	0,9635	
		Outro índice	-5,18%	Esse índice representa, de forma mais apropriada, o nível relativo de endividamento da Companhia, pois (i) reflete o endividamento consolidado líquido de sua capacidade imediata de pagamento e (ii) compensa o fato de a Companhia consolidar integralmente as demonstrações financeiras de suas controladas por meio da comparação do endividamento líquido com o patrimônio líquido somado à conta de participações minoritárias.

3.8. Obrigações da Companhia de acordo com natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2014)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	242.619	50.794	-	-	293.413
Flutuante	189.617	200.000	-	-	389.617
Quirografárias	239.500	120.313	-	-	359.813
Total	671.736	371.107	-	-	1.042.843
Observação	<p>As informações apresentadas na tabela acima refletem o passivo total da Companhia, incluindo dívidas e obrigações da Companhia</p> <p>Foram consideradas como com garantia real dívidas de projetos (SFH) que são garantidas por bens integrantes do ativo da Companhia; foi considerada como com garantia fluutuante a Debênture FGTS que tem privilégio geral sobre o ativo da Companhia; e foram considerados como quirografários outros passivos que não possuem privilégio sobre o ativo da Companhia.</p> <p>As informações contidas nesta tabela foram extraídas das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.</p>				

3.9. Outras informações relevantes

Não há, considerando que todas as informações pertinentes já foram apresentadas nos itens anteriores

4. FATORES DE RISCO

4.1. Fatores de risco que podem influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia

a) Com relação à Companhia

Caso não seja possível implementar a estratégia de crescimento da Companhia, no todo ou em parte, como planejado, o negócio, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente.

A Companhia planeja ampliar seus negócios por meio de uma expansão seletiva, fazendo face ao potencial de crescimento do mercado residencial brasileiro. A Companhia acredita haver concorrência crescente na aquisição de locais adequados para a incorporação imobiliária, e por isso talvez não localize locais adicionais adequados para a incorporação de novos empreendimentos ou outras oportunidades de expansão satisfatórias.

A Companhia pode necessitar de financiamento adicional para implementar sua estratégia de expansão, sendo que poderá não ter acesso aos recursos necessários para tal, ou talvez esses não estarão disponíveis em termos aceitáveis. A Companhia poderá enfrentar riscos financeiros associados a um maior endividamento, tais como o aumento do volume de fluxo de caixa necessário ao pagamento da dívida, o que poderá afetar adversamente sua condição financeira e seus negócios.

A impossibilidade de a Companhia levantar capital suficiente para o financiamento de seus empreendimentos poderá ocasionar atraso no lançamento de novos projetos e afetar seus negócios.

O contínuo desenvolvimento das atividades da Companhia demandará montantes significativos de capital para financiar seus investimentos e despesas operacionais, incluindo capital de giro. A Companhia poderá não obter tais montantes de capital ou obtê-los em condições insatisfatórias. A Companhia poderá não conseguir gerar fluxo de caixa suficiente a partir de suas operações para atender às suas exigências de caixa. Ainda, suas necessidades de capital poderão diferir de forma substancial das estimativas de sua administração, caso, por exemplo, as vendas e os repasses da Companhia não atinjam os níveis planejados ou se tiver que incorrer em gastos imprevistos ou realizar investimentos para manter a competitividade da Companhia no mercado.

Caso isso ocorra, a Companhia poderá necessitar de capital ou financiamento antes do previsto ou ser obrigada a adiar alguns de seus novos planos de incorporação ou, ainda, abrir mão de oportunidades de mercado. É provável que futuros instrumentos de empréstimo, como linhas de crédito, contenham cláusulas restritivas que exijam que a Companhia tenha que hipotecar ativos como garantia dos empréstimos tomados. A impossibilidade de obter capital adicional em termos satisfatórios poderá atrasar, impedir a expansão ou afetar adversamente os negócios da Companhia. Em 31.12.2014, a dívida líquida da Companhia era negativa em R\$56,0 milhões, sendo que deste montante a dívida total é equivalente a R\$438,6 milhões e R\$494,6 milhões constituem valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (disponibilidades).

A Companhia utiliza volume relevante de recursos do plano de crédito associativo da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, estando sujeita a mudanças institucionais e/ou operacionais nestes órgãos públicos.

A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil possuem diversos instrumentos de financiamento, os quais são utilizados no segmento popular, no qual a Companhia atua. A Companhia acessa tais instrumentos com a finalidade de reduzir a necessidade de utilização de seu próprio capital.

Por serem bancos públicos, estão sujeitos a maior ingerência política e podem sofrer mudanças de políticas de concessão de crédito que reduzam a disponibilidade ou os benefícios das condições de tais financiamentos. A não-implementação, suspensão, interrupção ou mudança significativa nestes financiamentos poderá afetar a estimativa de crescimento dos negócios da Companhia. Da mesma forma, a suspensão, interrupção ou lentidão das atividades da Caixa Econômica Federal e/ou do Banco do Brasil para a aprovação dos projetos, concessão de financiamentos para os clientes da Companhia,

medição da evolução das obras, entre outras atividades, podem impactar negativamente as operações da Companhia, sua capacidade financeira e seus resultados operacionais.

Pelo fato de a Companhia reconhecer a receita de vendas proveniente de seus imóveis segundo o método contábil da evolução financeira da obra, o ajuste do custo de um projeto de incorporação poderá reduzir ou eliminar a receita e o lucro anteriormente apurados.

A Companhia reconhece a receita de venda de unidades com base no método contábil da evolução financeira da obra, que exige o reconhecimento de seus resultados à medida em que são incorridos os custos de construção. As estimativas de custo totais são regularmente revisadas, conforme a evolução das obras, e os ajustes com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia de acordo com o método contábil utilizado. Na medida em que esses ajustes resultem em aumento, redução ou eliminação do lucro anteriormente informado, a Companhia reconhecerá crédito ou débito contra o lucro, o que poderá prejudicar sua receita e lucros anteriormente estimados.

A Companhia pode não dispor de seguro suficiente para se proteger contra perdas substanciais.

A Companhia mantém apólices de seguro com cobertura de certos riscos em potencial, como danos patrimoniais, riscos de engenharia, incêndio, quedas, desmoronamentos, raios, explosão de gás, prováveis erros de construção e danos a terceiros. Todavia, a Companhia não pode garantir que a sua cobertura estará sempre disponível ou será sempre suficiente para cobrir eventuais danos decorrentes de tais sinistros. Além disso, existem determinados tipos de riscos que podem não estar cobertos por suas apólices, tais como, exemplificativamente, guerra, caso fortuito, força maior ou interrupção de certas atividades.

Ademais, a Companhia pode ser obrigada ao pagamento de multas e outras penalidades em caso de atraso na entrega das unidades comercializadas, penalidades que não se encontram cobertas pelas apólices de seguro da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia não tem como garantir que, quando do vencimento de suas atuais apólices de seguro, conseguirá renová-las em termos suficientes e favoráveis. Sinistros que não estejam cobertos pelas apólices da Companhia ou a impossibilidade de renovação de apólices de seguros podem afetar adversamente os negócios ou a condição financeira da Companhia.

O endividamento da Companhia pode gerar um efeito material adverso em sua saúde financeira, diminuir sua habilidade de obter recursos adicionais para financiar suas operações e de reagir às mudanças da economia ou da indústria imobiliária.

Em 31 de dezembro de 2014, a dívida total da Companhia era de cerca de R\$438,6 milhões e sua dívida de curto prazo era de R\$208,8 milhões. Este endividamento, líquido da posição de caixa, representava -5,18% do patrimônio líquido, incluindo participações minoritárias. Na mesma data, a posição de caixa da Companhia era de R\$494,6 milhões.

Em 31 de dezembro de 2014, todo o endividamento da Companhia era indexado a taxas variáveis. Hipoteticamente, um aumento de 1% na taxa de juros anual (CDI e TR juntos) representaria um incremento de R\$55.038 mil nas despesas e fluxo de caixa da Companhia, com base no nível de dívida naquela data.

O nível de endividamento da Companhia pode resultar em consequências negativas, tais como:

- implicar o uso de uma parcela maior dos fluxos de caixa operacionais da Companhia para realizar os pagamentos correspondentes, reduzindo o caixa disponível para financiar o capital de giro e os investimentos da Companhia;
- aumentar a vulnerabilidade da Companhia a condições econômicas ou setoriais adversas;
- limitar a sua flexibilidade no planejamento ou na reação a mudanças no negócio ou no setor de atuação da Companhia;
- limitar a capacidade de levantar novos recursos no futuro ou aumentar o custo de seu capital;

- restringir as possibilidades de realizar aquisições estratégicas ou de explorar novas oportunidades de negócio; e
- posicionar a Companhia em uma desvantagem competitiva em relação aos seus concorrentes que tenham menor nível de endividamento.

Problemas relacionados ao cumprimento dos prazos de construção e à conclusão dos empreendimentos imobiliários da Companhia ou de terceiros para cuja construção a Companhia tenha sido contratada poderão prejudicar a reputação da Companhia ou sujeitá-la a eventual imposição de indenização e responsabilidade civil e diminuir sua rentabilidade.

A qualidade da execução dos empreendimentos imobiliários e a conclusão dos mesmos no prazo determinado constituem fatores importantes para a determinação da reputação da Companhia e, conseqüentemente, das suas vendas e crescimento.

Podem ocorrer atrasos na execução de empreendimentos da Companhia ou defeitos em materiais e/ou falhas de mão-de-obra. Quaisquer defeitos podem atrasar a conclusão dos empreendimentos imobiliários da Companhia ou, caso sejam constatados depois da conclusão, sujeitar a Companhia a ações judiciais cíveis propostas por compradores ou inquilinos. Tais fatores também podem afetar a reputação da Companhia como prestadora de serviços de construção de empreendimentos imobiliários de terceiros, uma vez que a Companhia é responsável por garantir a solidez da obra pelo período de 5 anos.

Podem ocorrer atrasos ou mesmo a impossibilidade de obtenção de alvarás ou aprovações das autoridades competentes para os projetos de construção. Os projetos também podem sofrer atrasos devido a condições meteorológicas adversas, como desastres naturais, incêndios, atrasos no fornecimento de matérias-primas e insumos ou mão-de-obra, acidentes, questões trabalhistas, imprevistos de engenharia, ambientais ou geológicos, controvérsias com empresas contratadas e subcontratadas, greves de colaboradores, subcontratados ou fornecedores, condições imprevisíveis nos canteiros de obras ou arredores, questionamento de proprietários de imóveis vizinhos, ou outros acontecimentos. Caso isso aconteça, a Companhia pode ser obrigada a corrigir o problema antes de dar continuidade às obras, o que pode atrasar a execução do empreendimento em questão. A ocorrência de um ou mais desses problemas nos empreendimentos imobiliários da Companhia pode prejudicar a sua reputação e as vendas futuras.

A Companhia pode incorrer em custos, tanto na incorporação quanto na construção de um empreendimento, que ultrapassem suas estimativas e prazos originais em razão de aumentos da taxa de juros, custos de materiais, de mão-de-obra ou quaisquer outros custos ou despesas e que não sejam passíveis de repasse aos compradores.

Ocorrendo atrasos no prazo original de entrega do empreendimento, a Companhia pode incorrer não apenas em custos adicionais, como em multas contratuais. Os atrasos podem ainda acarretar um aumento de distratos e cancelamentos de vendas. Adicionalmente, a Companhia pode ainda ser proibida, em virtude de decisão judicial, de corrigir o saldo de recebíveis, impactando o fluxo de caixa.

Os atrasos nas obras, escassez de mão-de-obra qualificada, custos excedentes ou condições adversas podem aumentar os custos de incorporação dos empreendimentos da Companhia. Além disso, o descumprimento do prazo de construção e conclusão de um empreendimento pode gerar atrasos no recebimento do fluxo de caixa, o que pode aumentar as necessidades de capital da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas figuravam no pólo passivo de 6.709 ações cíveis, perfazendo o total envolvido de aproximadamente R\$415 milhões, sendo que mais de 60% dessas demandas cíveis em andamento contra a Companhia foram propostas em razão de atraso de obra, como também gerar contingências com os compradores das unidades imobiliárias objeto das incorporações, em função das entregas com atraso.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos para a Companhia.

A Companhia é e poderá ser no futuro, ré ou, conforme o caso, autora em processos judiciais, seja nas esferas cível, tributária e trabalhista, seja em processos administrativos (perante autoridades ambientais, concorrenciais, tributárias, de zoneamento, entre outras). A Companhia não pode garantir que os resultados destes processos lhe serão favoráveis, ou, ainda, que manterá provisionamento, parcial ou

total, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. Decisões contrárias aos interesses da Companhia, que impeçam a realização dos seus negócios, como inicialmente planejados, ou que eventualmente alcancem valores substanciais e não tenham provisionamento adequado podem causar um efeito adverso nos negócios e na situação financeira da Companhia.

A perda de membros da administração da Companhia e/ou a incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado pode ter efeito adverso relevante sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

A capacidade da Companhia de manter sua posição competitiva depende em larga escala dos serviços prestados pela sua administração, principalmente devido ao modelo de negócios adotado pela Companhia e sua controladora Gafisa S.A. Nenhum dos administradores da Companhia está vinculado à Companhia por contrato de trabalho de longo prazo ou via obrigação de não concorrência. A Companhia não pode garantir que terá sucesso em atrair e manter pessoal qualificado para integrar a sua administração e acompanhar seu ritmo de crescimento. A perda de qualquer dos membros da administração da Companhia ou a sua incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado pode causar um efeito adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

As atividades da Companhia estão sujeitas à regulamentação ambiental, o que pode vir a aumentar o custo da Companhia e limitar o seu desenvolvimento ou de outra forma afetar adversamente as suas atividades.

As operações da Companhia estão sujeitas a leis e regulamentos ambientais federais, estaduais e municipais. Essas leis ambientais podem acarretar atrasos, fazer com que a Companhia incorra em custos significativos para cumpri-las, assim como proibir ou restringir severamente a atividade de incorporação e construção em regiões ou áreas ambientalmente sensíveis. As leis que regem o setor imobiliário brasileiro, assim como as leis ambientais, tendem a se tornar mais restritivas, e qualquer aumento de restrições pode afetar adversamente a Companhia.

Existe ainda a possibilidade das leis de zoneamento urbano e proteção ambiental serem alteradas após a aquisição de um terreno e antes do desenvolvimento do projeto a ele atrelado, o que trará atrasos e modificações ao objetivo comercial inicialmente projetado, resultando em um efeito adverso para os negócios da Companhia e resultados estimados.

A Companhia é obrigada a obter aprovação de diversas autoridades governamentais para desenvolver a sua atividade de incorporação imobiliária, podendo novas leis ou regulamentos serem aprovados, implementados ou interpretados de modo a afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia, conforme se tornem mais rígidas.

Adicionalmente, pode ocorrer a identificação de contaminação ambiental de solo e/ou águas subterrâneas nos terrenos dos empreendimentos de responsabilidade direta ou indireta da Companhia, em implantação ou já comercializados, o que pode ensejar futuros dispêndios em investigação/remediação que podem afetar adversamente os resultados da Companhia.

A implementação do novo modelo de negócio planejado pela Companhia pode não ser bem sucedida.

A Companhia vem promovendo, desde 2011, a implementação de um planejamento estratégico, reorganizando-se operacionalmente com vistas à melhora de sua performance. Este planejamento inclui a implementação não apenas de uma nova estrutura organizacional e societária, como também a estruturação de um novo modelo de negócio, focando a atuação da Companhia no segmento popular do Minha Casa, Minha Vida, em grandes aglomerações urbanas. Para tanto, a Companhia se estruturou em torno de quatro pilares, chamados de "Fundamento":

- Executar obras exclusivamente através da tecnologia de forma de alumínio;
- Repassar as unidades imediatamente após a venda (Venda repassada);
- Somente lançar empreendimentos que já estejam contratados com o agente financeiro (lançamento contratado); e

- Vender exclusivamente através de lojas, com equipe própria.

Não há qualquer garantia de que a Companhia conseguirá implementar seu plano estratégico, podendo não ser bem sucedida em atingir os objetivos do plano e do novo modelo de negócios, eventos que poderão impactar adversamente os negócios da Companhia.

A estratégia de produção da Companhia exige escala mínima de operação em cada mercado geográfico de atuação para gerar retorno atrativo aos acionistas.

A Companhia tem como estratégia de produção a execução de suas obras através da tecnologia de Forma de Alumínio, que permite a execução das obras em prazo mais curto e a implantação de um processo industrial, porém exige formação específica dos funcionários da obra e acarreta em maiores custos diretos. Dada a necessidade de especialização dos funcionários, o custo de mobilização e desmobilização de pessoal é alto, e manter os colaboradores sem produzir gera perdas para a Companhia. Portanto, para que haja competitividade de custos em relação às tecnologias conhecidas de mercado, a Companhia precisa operar em uma escala mínima de produção. Caso esta escala mínima não seja atingida, os resultados da Companhia e sua capacidade de crescimento e de geração de retornos atrativos aos acionistas podem ser adversamente afetados.

b) Com relação ao controlador, direto ou indireto, da Companhia, ou ao grupo de controle

Sendo a Companhia uma subsidiária integral da Gafisa S.A., e considerando a semelhança na natureza do modelo de negócios de ambas, ressaltamos que os fatores de risco da controladora, Gafisa S.A., são semelhantes aos fatores de risco da Companhia descritos no subitem 4.1(a) deste Formulário de Referência.

A implementação da reorganização e planejamento estratégico planejada pela Companhia e por sua controladora Gafisa S.A. pode não ser bem sucedida.

A Companhia vem promovendo, desde 2011 e via sua controladora Gafisa S.A., a implementação de um planejamento estratégico, reorganizando-se operacionalmente com vistas à melhora de sua performance. Este planejamento incluiu a implementação de uma nova estrutura organizacional do Grupo Econômico da Gafisa S.A. por marcas/empresas (Gafisa, Tenda e Alphaville) e a designação de diretores executivos responsáveis pelos lucros e prejuízos de cada marca, tratada como unidade de negócios. Esta estratégia tem como objetivo o crescimento sustentável da Companhia, através da melhora de margens e uma estabilização do fluxo de caixa da Companhia.

Em 2014, com a consolidação das diversas correções e melhorias implementadas nos últimos anos, a Companhia alcançou maior eficiência no seu ciclo operacional, com a redução no período de construção e melhor gestão financeira nas obras. Além disso, a maior qualidade e velocidade no processo de repasse e a conclusão da quase totalidade dos projetos antigos da Companhia, contribuíram para melhor gestão e adequação do capital empregado.

A implementação da reorganização e planejamento estratégico encontra-se em andamento e não há qualquer garantia de que a Companhia conseguirá implementar seu plano estratégico, podendo não ser bem sucedida em atingir os objetivos do plano, eventos que poderão impactar adversamente os negócios da Companhia. Para mais informações sobre a reorganização, ver item 6.5 deste Formulário de Referência.

Em 7 de fevereiro de 2014, a Companhia, juntamente com sua controladora Gafisa S.A., divulgou fato relevante ao mercado informando que a administração da Gafisa S.A. foi autorizada por seu Conselho de Administração a iniciar estudos para uma potencial separação das unidades de negócio da Companhia e da Gafisa S.A. em duas companhias abertas e independentes, com o objetivo de reforçar geração de valor para a Gafisa S.A. e seus acionistas, tendo em vista que a Gafisa S.A. e a Companhia têm perfis estratégicos, operacionais e de estrutura de capital distintos e atual sinergia baixa entre as operações das empresas.

Em 29 de abril de 2015, a Companhia, juntamente com sua controladora Gafisa S.A., divulgou fato relevante ao mercado informando que os trabalhos para a potencial separação das unidades de negócio continuam em andamento, visando atingir condições entendidas como suficientes para sua implementação. Desde o início do processo diversas atividades já foram executadas visando a

separação, mas ainda não é possível precisar o prazo de conclusão da potencial separação, havendo possibilidade de que o processo se estenda até 2016.

c) Com relação aos acionistas da Companhia

Não aplicável, uma vez que a totalidade das ações da Companhia é detida por um único acionista, a Gafisa S.A., conforme mencionado no item 4.1(b) deste Formulário de Referência.

d) Com relação a controladas e coligadas da Companhia

A participação da Companhia em sociedades de propósito específico cria riscos adicionais, incluindo possíveis problemas no relacionamento financeiro e comercial com seus parceiros.

A Companhia investe em sociedades de propósito específico em conjunto com outras incorporadoras imobiliárias e construtoras brasileiras. Os riscos inerentes às sociedades de propósito específico incluem a potencial falência dos parceiros em suas sociedades de propósito específico e a possibilidade de surgimento de interesses econômicos ou comerciais divergentes ou incompatíveis entre a Companhia e referidos parceiros. Caso um parceiro da Companhia em sociedade de propósito específico não cumpra suas obrigações ou fique financeiramente impossibilitado de arcar com sua parcela dos aportes de capital necessários, a Companhia poderá ser obrigada a efetuar investimentos adicionais ou a prestar serviços adicionais para compensar a falta de aportes pelo mesmo. Ainda, os sócios de uma sociedade de propósito específico poderão ser responsabilizados por obrigações da sociedade de propósito específico em determinadas áreas, incluindo questões fiscais, trabalhistas, proteção ao meio ambiente e consumidor. Tais eventos, se ocorrerem, poderão impactar adversamente os negócios da Companhia.

Os resultados da Companhia dependem dos resultados de suas sociedades de propósito específico, os quais podem não estar disponíveis.

A Companhia opera por meio de sociedades de propósito específico. Sua capacidade de cumprir com as suas obrigações financeiras e de pagar dividendos à sua acionista depende do fluxo de caixa e dos lucros de tais sociedades, bem como da distribuição desses lucros, sob a forma de dividendos, inclusive dividendos sob a forma de juros sob capital próprio ou ainda de eventos de redução de capital. Algumas das suas sociedades de propósito específico foram constituídas pela Companhia, juntamente com outras incorporadoras e construtoras. A Companhia mantém o controle das contas-movimento das SPEs, sendo que tais sociedades não podem pagar dividendos, exceto se todas as suas obrigações tiverem sido integralmente pagas ou os sócios tiverem decidido de outra forma. Não há garantia de que tais recursos serão disponibilizados à Companhia ou serão suficientes para o cumprimento das obrigações financeiras e para o pagamento de dividendos ao acionista da Companhia. A não disponibilização destes recursos ou sua insuficiência pode causar um efeito adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia. Adicionalmente, caso a regulamentação acerca da distribuição de lucro seja alterada, isto poderá causar um efeito adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

e) Com relação aos fornecedores da Companhia

A Companhia e suas subsidiárias podem figurar como responsáveis principais ou solidárias das dívidas trabalhistas e previdenciárias de terceirizados.

Caso as empresas terceirizadas que prestam serviços à Companhia e às suas subsidiárias não atendam às exigências da legislação trabalhista, a Companhia e as suas subsidiárias podem ser consideradas subsidiária ou solidariamente responsáveis pelas dívidas trabalhistas destas empresas, podendo, assim, ser obrigadas a efetuar o pagamento de condenações em reclamações trabalhistas e/ou a pagar multas impostas pelas autoridades competentes em caso de autuação. Em 31 de dezembro de 2014, os valores envolvidos nas reclamações em curso contra a Companhia somavam aproximadamente R\$70 milhões, o que corresponde à somatória dos valores atribuídos às causas pelos reclamantes, tendo como valor provisionado e que a Companhia realmente entende como envolvido, a quantia de R\$34 milhões, sendo que mais de 55% das demandas trabalhistas em andamento contra a Companhia foram propostas por empregados de empresas terceirizadas. Na hipótese de a Companhia vir a ser responsabilizada por todas estas demandas, suas atividades poderão sofrer um efeito adverso.

Adicionalmente, atualmente não dispomos de legislação específica sobre terceirização e o Judiciário vem tratando as discussões sobre o tema através da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, que autoriza a terceirização de “atividades meio” das empresas. O Supremo Tribunal Federal reconheceu que a fixação de parâmetros para o conceito de atividade fim é matéria com repercussão geral e se pronunciará sobre o tema. Dependendo do resultado das discussões travadas no Supremo Tribunal Federal a respeito da legalidade da terceirização e seus limites, tema que hoje ainda é bastante controverso entre os juízes, os resultados da Companhia poderão ser impactados negativamente. Por outro lado, há tramitação, no âmbito legislativo, do Projeto de Lei 4.330 de 2014, o qual, dentre outras alterações, autoriza a terceirização tanto de “atividades meio” assim como de “atividades fim”.

Aumentos no preço de matérias-primas podem elevar o custo de empreendimentos e reduzir os lucros da Companhia.

As matérias-primas básicas utilizadas pela Companhia na construção de empreendimentos imobiliários incluem concreto, blocos de concreto, aço, janelas, portas, telhas e tubulações, entre outros. Aumentos no preço dessas e de outras matérias-primas, incluindo aumentos decorrentes de escassez, impostos, restrições ou flutuações de taxas de câmbio, podem aumentar o custo de empreendimentos e afetar adversamente os negócios da Companhia.

A implementação de novas tecnologias e métodos construtivos no novo modelo de negócio planejado pela Companhia podem trazer riscos associados à assistência técnica e manutenção.

Um dos pilares do “Fundamento”, novo modelo de negócio da Companhia, é executar obras através da tecnologia de forma de alumínio. Por se tratar de nova tecnologia, envolvendo novos métodos construtivos, pode haver riscos associados à assistência técnica e manutenção não vislumbrados ainda pela Companhia, podendo ensejar passivos futuros que podem vir a afetar adversamente os resultados da Companhia.

Adicionalmente, por se tratar de nova tecnologia, atualmente há apenas um fornecedor qualificado para o fornecimento de formas de alumínio, localizado no mercado internacional. Problemas com este fornecedor, incluindo atrasos ou falha no fornecimento do material, no médio e longo prazo podem impactar negativamente os negócios e operações da Companhia.

Eventuais atrasos ou falhas na prestação de serviços pelas construtoras contratadas pela Companhia podem ter um efeito adverso em sua imagem e em seus negócios e sujeitá-la à imposição de responsabilidade civil.

A Companhia não apenas constrói diretamente, mas também terceiriza parte dos serviços de construção de que necessita para desenvolver seus empreendimentos. Desse modo, o prazo e a qualidade dos empreendimentos dos quais a Companhia participa dependem certas vezes de fatores que estão fora do seu controle, incluindo, exemplificativamente, a qualidade e a tempestividade da entrega do material de construção para obras e a capacitação técnica dos profissionais e colaboradores terceirizados contratados. Nos casos em que a construção é realizada por terceiros, podem ocorrer dificuldades na identificação de atrasos e falhas, e, conseqüentemente, na sua correção. Eventuais falhas, atrasos ou defeitos na prestação dos serviços pelas construtoras contratadas pela Companhia podem ter um efeito negativo em sua imagem e no seu relacionamento com os clientes, podendo impactar negativamente os negócios e as operações da Companhia.

f) Com relação aos clientes da Companhia

A Companhia está sujeita a riscos normalmente associados à concessão de financiamentos. Caso ocorra uma taxa de inadimplência maior do que a estimada ou se o custo destes financiamentos aumentar, os resultados da Companhia podem ser afetados.

Como é habitual entre as empresas do setor imobiliário, a Companhia e suas controladas permitem que os compradores das unidades de seus respectivos empreendimentos efetuem pagamentos em parcelas. Conseqüentemente, a Companhia e suas controladas estão sujeitas aos riscos inerentes a este negócio, incluindo o risco de inadimplência do principal e juros e o risco de aumento do custo dos recursos por ela captados. Neste sentido, além da incidência de taxa de juros fixada anualmente, os contratos de venda a prazo da Companhia prevêem, via de regra, atualização monetária variável de acordo com a inflação. Caso haja um crescimento da taxa da inflação, o saldo devedor dos empréstimos relacionados aos

contratos de venda a prazo ora mencionados pode vir a aumentar, o que pode causar um crescimento do índice de inadimplência de pagamentos. Caso a taxa de inadimplência aumente entre os compradores, a geração de caixa e, portanto, os resultados da Companhia, podem ser afetados.

Na hipótese de inadimplemento de pagamento após a entrega das unidades adquiridas a prazo, a legislação brasileira garante à Companhia o direito de promover ação de cobrança tendo por objeto os valores devidos e a retomada da unidade do comprador inadimplente. A cobrança dos valores devidos ou a retomada da propriedade, pela via judicial, está sujeita a um longo processo, com todos os custos a ele associados. A Companhia não pode assegurar que será capaz de reaver o valor total do saldo devedor ou, uma vez retomado o imóvel, assegurar que o venderá em condições satisfatórias ou até mesmo se o venderá.

No final de março de 2009, o Governo Federal anunciou a criação do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, tendo sido divulgada em 2010 a segunda fase do programa que foi de 2011 a 2014 e tem como meta financiar 2,75 milhões de unidades, o dobro do que foi financiado na primeira fase do programa. Tal programa, que também tem como meta reduzir o déficit habitacional, compreende investimentos superiores a R\$30 bilhões em sua primeira fase, além de mais R\$72 bilhões em sua segunda fase, os quais vêm sendo alocados para promover financiamento e subsídio, através da Caixa Econômica Federal – CEF e do Banco do Brasil, para construção e entrega das moradias para famílias com renda mensal entre 1 e 10 salários mínimos. Em setembro de 2014, o governo anunciou a inclusão de 350 mil novas unidades habitacionais no programa a serem contratadas até o final do primeiro semestre de 2015, totalizando 3,1 milhões unidades nesta fase.

Do total de 2 milhões de moradias com financiamento previsto entre 2011 e 2014, 800 mil seriam destinadas a famílias com renda entre 3 e 10 salários mínimos, onde reside grande parte do foco das operações da Companhia. As principais medidas desse programa incluem prazos de financiamentos imobiliários mais longos, taxas de juros mais baixas, maior porcentagem de valor de financiamento por unidade ao cliente, maiores subsídios, oferecidos em proporção inversa ao nível de renda, menores custos de seguro e a criação de um fundo garantidor para refinarçar os pagamentos ao financiamento imobiliário em caso de desemprego.

Um importante fator de risco que deve ser destacado com relação ao programa habitacional citado consiste no fato de que o segmento residencial popular depende significativamente da disponibilidade de financiamento para os clientes. Desse modo, a escassez de financiamento no mercado, o aumento nas taxas de juros, a redução de prazo do financiamento, a redução do valor financiado por unidade, a redução nos subsídios oferecidos e/ou a alteração de outras condições de financiamento podem vir a afetar negativamente o desempenho do segmento.

Considerando que o crescimento da Companhia está em grande parte vinculado ao Programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal, a não implementação desse programa ou qualquer atraso em seu cronograma poderá afetar de forma significativa o crescimento da Companhia e seu desempenho financeiro.

O setor imobiliário depende da disponibilidade de crédito, em especial para empreendimentos no segmento popular.

Uma das principais estratégias da Companhia é expandir suas operações no segmento popular, cujos clientes dependem de empréstimos bancários para financiar a aquisição das unidades. Tais financiamentos poderão não estar disponíveis para potenciais clientes, assim como, mesmo se disponíveis, os termos destes financiamentos poderão não ser atrativos. Mudanças nas regras do Sistema de Financiamento Imobiliário – SFI, Sistema Financeiro de Habitação – SFH, e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, a escassez de recursos disponíveis no mercado para financiamento ou qualquer aumento na taxa de juros podem prejudicar a capacidade ou a vontade de potenciais clientes de financiar suas aquisições de imóveis, reduzindo, portanto, a demanda por unidades comercializadas pela Companhia, o que poderá resultar em um efeito adverso sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

g) Com relação ao setor de atuação da Companhia

Caso haja escassez de recursos para obtenção de financiamento no mercado, a demanda por imóveis pode ser reduzida, o que pode afetar negativamente o mercado imobiliário e os resultados da Companhia.

As aquisições de unidades pelos clientes da Companhia são financiadas principalmente por meio de empréstimos bancários, destacando-se os financiamentos concedidos pela Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. Por serem bancos públicos, estão sujeitos a maior ingerência política e podem sofrer mudanças na metodologia de concessão de crédito atualmente vigente, reduzindo a disponibilidade e/ou benefícios das condições de seus financiamentos. Adicionalmente, a suspensão, interrupção ou lentidão das atividades da Caixa Econômica Federal e/ou do Banco do Brasil para a aprovação dos projetos, concessão de financiamentos para os clientes da Companhia, medição da evolução das obras, entre outras atividades, podem impactar negativamente as operações e a capacidade financeira da Companhia. Ademais, mudanças nas regras do SFI, SFH e das condições do Programa Minha Casa, Minha Vida, a escassez de recursos disponíveis no mercado para financiamento, a redução de subsídios oferecidos pelo Governo Federal ou qualquer aumento na taxa de juros podem prejudicar a capacidade ou a vontade de potenciais clientes de financiar suas aquisições de imóveis, reduzindo, portanto, a demanda por unidades da Companhia, o que poderá resultar em um efeito material adverso sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

A política de precificação e vendas da Companhia permite que parte do valor do imóvel seja recebida após a conclusão do financiamento imobiliário do cliente.

A Companhia tem em sua política de precificação o recebimento de valores diretamente dos clientes após o financiamento imobiliário. No momento do financiamento imobiliário do cliente há a alienação do imóvel para o banco financiador, não restando à Companhia nenhuma garantia real de valores futuros a receber diretamente dos clientes. O inadimplemento por parte dos clientes pode afetar adversamente os resultados da Companhia.

Ao concretizar o financiamento imobiliário do cliente ao longo da obra, o banco financiador exige coparticipação da Companhia caso o cliente não faça os pagamentos em dia para as parcelas vincendas no período de obras.

As condições de vendas da Companhia permitem ao cliente realizar o financiamento imobiliário com o banco financiador mesmo sem o imóvel concluído. Durante o período em que o imóvel permanece em construção, o cliente tem a responsabilidade de efetuar os pagamentos dos juros do financiamento realizado, porém o banco financiador exige coparticipação da Companhia, de forma que, durante o período de obras, caso o cliente falte com o pagamento de parcela de juros, a Companhia deve efetivar o pagamento pelo cliente, ficando a responsabilidade de cobrança a cargo da Companhia. Somente a partir da conclusão da obra, quando inicia-se a fase de amortização da dívida do cliente, extingue-se a coparticipação da Companhia, sendo responsabilidade do banco financiador a cobrança da dívida. A coparticipação da Companhia durante o período de obras pode afetar negativamente os seus resultados na hipótese de inadimplência de seus clientes.

O resultado reportado pela Companhia está sujeito ao cancelamento de vendas de períodos passados.

Até 2013, as vendas da Companhia não eram realizadas de forma integrada à concessão de financiamento imobiliário ao cliente, aumentando o risco de cancelamento de vendas por negativa de crédito dos bancos aos clientes a partir de perda de *scoring*. Até o final de 2014, a Companhia assegurou a resolução de 98% das vendas de períodos anteriores, através da conclusão do financiamento imobiliário ou do cancelamento da venda, gerando, inclusive, períodos de Vendas Líquidas negativas. Desta forma, restam ainda 2% de unidades vendidas até 2013 sem o concomitante financiamento imobiliário, a serem solucionadas nos próximos anos. O cancelamento de vendas de períodos passados pode afetar adversamente os resultados da Companhia.

A Companhia pode enfrentar dificuldades para localizar terrenos atraentes e aumentos no preço de terrenos poderão elevar seu custo de vendas e diminuir seu lucro.

O crescimento contínuo da Companhia depende, em grande parte, de sua capacidade de continuar a adquirir terrenos a custo razoável. À medida em que outras incorporadoras entrarem no setor brasileiro de incorporação de empreendimentos residenciais ou aumentarem suas operações nesse setor, os preços dos terrenos poderão subir significativamente, podendo haver escassez de terrenos adequados em razão do incremento da demanda ou da diminuição da oferta. A consequente elevação dos preços de terrenos poderá aumentar o custo de vendas e diminuir os ganhos da Companhia. A Companhia poderá, assim, ter dificuldade em dar continuidade à aquisição de terrenos adequados por preços razoáveis no

futuro, o que pode afetar adversamente os seus negócios.

O valor de mercado dos terrenos que a Companhia mantém em estoque pode cair, o que poderá impactar adversamente o seu resultado operacional.

A Companhia mantém terrenos em estoque para parte dos seus empreendimentos futuros e pretende aumentar seu estoque de terrenos, assim como adquirir terrenos com maior área. O valor de tais terrenos poderá vir a cair significativamente entre a data de sua aquisição e a incorporação do empreendimento ao qual se destina, em consequência das condições econômicas ou de mercado. Esta situação pode afetar adversamente os resultados da Companhia.

O negócio da Companhia e os resultados das suas operações podem ser afetados negativamente por condições da economia, do mercado imobiliário e de outros fatores.

A indústria de construção civil e incorporação imobiliária é cíclica e significativamente influenciada por mudanças nas condições econômicas gerais e locais, tais como:

- níveis de emprego;
- crescimento populacional;
- confiança e demanda do consumidor;
- estabilidade dos níveis de renda e das taxas de juros;
- disponibilidade de financiamento para aquisição de áreas de terrenos residenciais e disponibilidade de empréstimos para construção e aquisição de imóveis;
- estoque de moradias novas e existentes;
- oferta de imóveis para aluguel; e
- condições do mercado de revenda de imóveis.

Ainda, o valor de mercado de terrenos não incorporados, lotes a construir e unidades disponíveis em estoque pode flutuar significativamente como resultado das mudanças nas condições econômicas e no mercado imobiliário. Caso ocorram mudanças adversas significativas nas condições econômicas ou do mercado imobiliário, a Companhia pode ter que vir a vender empreendimentos com resultados abaixo do esperado ou com perda, ou manter terrenos em estoque por mais tempo do que o planejado. Em 2008, a crise financeira mundial impactou negativamente o Produto Interno Bruto brasileiro, resultando em uma diminuição tanto no número de empreendimentos lançados quanto na taxa de vendas de unidades pela Companhia. A volatilidade do mercado financeiro mundial pode causar impactos adversos nos planos do governo brasileiro para a indústria da construção civil, além de poder gerar efeito negativo nos negócios, na condição financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

O setor imobiliário brasileiro é altamente competitivo e fragmentado. A Companhia concorre com diversas incorporadoras em termos de disponibilidade e localização de imóveis para incorporação, preço, captação de recursos, projeto, qualidade, reputação e parcerias com outras incorporadoras. Como o setor de atuação da Companhia não apresenta grandes barreiras para o ingresso de novas empresas concorrentes, até mesmo empresas estrangeiras em parceria com incorporadoras brasileiras podem ingressar neste setor, intensificando ainda mais a concorrência. Alguns de seus atuais concorrentes podem dispor de mais recursos financeiros do que a Companhia. Caso a Companhia não consiga competir de forma eficaz, seu negócio, sua situação financeira e seus resultados operacionais poderão ser prejudicados.

A alteração das condições de mercado pode prejudicar a capacidade da Companhia de vender seus empreendimentos e unidades disponíveis pelos preços previstos, o que pode reduzir suas margens de lucro.

Na qualidade de incorporadora, a Companhia deve constantemente localizar e adquirir novos terrenos para respaldar suas operações de incorporação. Existe uma defasagem entre a data na qual a Companhia adquire um terreno para incorporação e a data de entrega do empreendimento aos clientes.

Em consequência, a Companhia enfrenta o risco de declínio da demanda por unidades, do aumento dos custos de mão-de-obra, insumos e matérias-primas, do aumento das taxas de juros, de flutuação das moedas e da ocorrência de incertezas políticas durante esse período, bem como o risco de não vender imóveis incorporados, terrenos não incorporados ou locais adquiridos para incorporação residencial por preços ou margens de lucro previstos ou, ainda, dentro dos prazos previstos. Em geral, despesas significativas relativas ao desenvolvimento imobiliário, como custos de manutenção, custos de construção e pagamentos de dívidas, não podem ser reduzidas caso haja diminuição das receitas da Companhia em decorrência das alterações das condições da economia. O valor de mercado de unidades disponíveis em estoque, terrenos não incorporados e locais para incorporação residencial pode flutuar significativamente devido às alterações das condições de mercado. Além disso, os custos de manutenção de unidades em estoque (inclusive juros sobre recursos utilizados para aquisição de terrenos ou incorporação residencial) podem ser significativos e prejudicar o desempenho da Companhia. Em razão desses fatores, a Companhia pode ser forçada a vender imóveis residenciais ou outros imóveis com prejuízo ou por preços que gerem margens de lucro mais baixas do que as por ela previstas. Devido a esses fatores, a Companhia pode ser obrigada a reduzir substancialmente o valor contábil de seus ativos imobiliários. A ocorrência de tais eventos pode afetar adversamente os negócios e resultados da Companhia.

O setor imobiliário no Brasil é altamente competitivo e pode reduzir a posição de mercado da Companhia em certas circunstâncias.

O setor imobiliário no Brasil é altamente competitivo e fragmentado e não possui barreiras sólidas para restringir a entrada de novos concorrentes no mercado. Os principais fatores competitivos no negócio imobiliário incluem a disponibilidade e a localização de terrenos, preço, financiamento, projeto, qualidade, reputação e parcerias com incorporadores e construtores locais. Diversos incorporadores concorrem com a Companhia na prospecção de terrenos, na busca de parceiros para incorporação, na tomada de financiamentos para incorporação, e na busca de potenciais clientes. Outras empresas, incluindo empresas estrangeiras em parcerias com empresas locais, podem passar a operar na incorporação imobiliária no Brasil nos próximos anos, aumentando ainda mais a concorrência, o que poderia afetar negativamente as atividades, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia, deteriorando sua posição de mercado.

Além dos riscos que afetam de modo geral o setor imobiliário brasileiro, as atividades da Companhia podem ser afetadas por condições dos mercados imobiliários locais e regionais, tais como o excesso de oferta de empreendimentos, inclusive, mas não se limitando, ao excesso de oferta de empreendimentos populares nas regiões onde a Companhia atua ou poderá atuar no futuro, causando um efeito material adverso relevante sobre as atividades, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

h) Com relação à regulação do setor de atuação da Companhia

A não obtenção, atrasos, ou o cancelamento de licenças ou alvarás, podem impactar os negócios da Companhia.

A implementação dos empreendimentos e projetos da Companhia está condicionada à obtenção de licenças e alvarás exigidos pela legislação aplicável, tais como a regulamentação ambiental e de zoneamento. A obtenção dessas licenças e alvarás está sujeita à outorga, pelas autoridades governamentais competentes e à fiscalização de órgãos governamentais, tais como o Ministério Público. A não obtenção, atrasos, embargos ou cancelamentos dessas licenças e/ou alvarás, por qualquer razão, inclusive por ação do Ministério Público, poderá levar à interrupção ou cancelamento da implementação dos empreendimentos e/ou projetos da Companhia, o que poderá causar um impacto negativo adverso relevante sobre as atividades e negócios da Companhia.

Alterações na legislação tributária podem aumentar a carga tributária e, conseqüentemente, prejudicar a rentabilidade da Companhia.

O Governo Federal regularmente introduz alterações nos regimes fiscais que, eventualmente, podem aumentar a carga tributária da Companhia e de seus clientes. Essas alterações incluem modificações na alíquota e/ou base de cálculo dos tributos e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários. Os efeitos de eventuais medidas de reforma fiscal, assim como quaisquer outras possíveis alterações no sistema tributário brasileiro, não podem ser quantificados. De qualquer forma, algumas dessas medidas podem ocasionar aumentos da carga tributária total da Companhia, o que pode afetar negativamente seu desempenho financeiro.

Se a Companhia ou suas controladas não observarem a regulamentação aplicável ou ficarem sujeitas a regulamentação mais rigorosa, o negócio da Companhia pode ser prejudicado.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a várias leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, inclusive relativos à construção, zoneamento, uso do solo, proteção do meio ambiente, proteção do patrimônio histórico, do consumidor, da concorrência e de proteção aos direitos do trabalhador. Para que a Companhia e suas controladas possam desenvolver as suas atividades, devem obter, manter e renovar alvarás, licenças e autorizações de diversas autoridades governamentais. A Companhia e suas controladas se empenham em manter a observância dessas leis e regulamentos, mas caso isso não seja possível, ficarão sujeitas à aplicação de multas, embargo de obras, cancelamento de licenças e à revogação de autorizações ou outras restrições às suas atividades de incorporação de empreendimentos, o que pode acarretar um impacto prejudicial sobre a situação financeira da Companhia.

Além disso, as controladas da Companhia e suas contratadas e subcontratadas devem observar diversas regulamentações trabalhistas, tributárias, ambientais e regulatórias. Caso tais contratadas e subcontratadas não observem as referidas regulamentações, a Companhia e suas controladas podem ficar sujeitas a responsabilidade subsidiária.

A regulamentação que rege o setor imobiliário brasileiro, como, por exemplo, a legislação ambiental, pode se tornar mais rígida no decorrer do tempo. Não é possível garantir ao investidor que novas normas, mais rígidas, não serão aprovadas ou, se aprovadas, não serão aplicáveis à Companhia e às suas controladas, ou que não ocorrerão interpretações mais rígidas das leis e regulamentos existentes. Adicionalmente, a Companhia não pode garantir que estas normas e regulamentos mais rígidos não causarão atrasos em seus projetos ou que a Companhia conseguirá todas as licenças e autorizações necessárias para o desenvolvimento de suas obras. A ocorrência de qualquer de referidos eventos poderá exigir que a Companhia e suas controladas utilizem fundos adicionais para cumprir as exigências decorrentes de interpretações ou de novas normas, tornando a incorporação dos empreendimentos da Companhia mais custosa, o que pode afetar adversamente os negócios.

i) Com relação aos países estrangeiros onde a Companhia atua

Não aplicável, pois a Companhia não desenvolve atividades operacionais no exterior.

4.2. Expectativas de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar de forma adversa seus negócios, sua situação financeira e os resultados de suas operações. A Companhia monitora constantemente as mudanças no cenário macro-econômico e setorial que possam influenciar suas atividades, através do acompanhamento dos principais indicadores de performance. A Companhia acredita possuir elevado grau de controle sobre seus fornecedores, visando a evitar qualquer tipo de efeito adverso em suas atividades. A Companhia adota política de foco contínuo na disciplina financeira e na gestão conservadora de caixa. Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução dos riscos mencionados no item 4.1 deste Formulário de Referência.

4.3. Processos judiciais, administrativos e arbitrais em que a Companhia ou suas controladas são parte, que sejam relevantes para seus negócios e não estejam sob sigilo

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e procedimentos administrativos trabalhistas, tributários e previdenciários, cíveis e ambientais, conforme indicado a seguir.

i. Trabalhistas

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia figurava como ré em 2.007 processos judiciais de natureza trabalhista, resultantes da prestação de serviços em obras realizadas pela Companhia, sendo que mais de 55% destes processos foram propostos por empregados de empresas terceirizadas. Dessa forma, a principal contingência envolve a terceirização de serviços.

Em 31 de dezembro de 2014, os valores envolvidos nas reclamações trabalhistas em curso contra a Companhia e suas controladas somavam, aproximadamente, R\$70 milhões. Na mesma data, a Companhia mantinha uma provisão para questões relativas às suas pendências judiciais no montante aproximado de R\$34 milhões.

Dentre as ações trabalhistas em que a Companhia e suas controladas figuram no pólo passivo ou ativo, a Companhia identificou como ações relevantes, que não estão sob sigilo, as abaixo descritas:

Processo nº 0001031-52.2011.5.05.0019	
a. juízo	19ª Vara do Trabalho de Salvador (BA)
b. instância	2ª instância
c. data da distribuição	02.11.2011
d. partes no processo	Autor: O.G.S. Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$652.572,20
f. principais fatos	Trata-se de ação de ex-analista de operações, a qual foi julgada procedente, em razão da decretação da revelia da Companhia, tendo em vista que o mandado de citação foi recebido em endereço no qual a Companhia já não mais exercia suas atividades. Foi iniciada liquidação por artigos. A Companhia propôs Ação Rescisória, na qual foi deferida liminar para suspensão da execução. Aguardamos julgamento do Agravo Regimental e do Mandado de Segurança interpostos pelo reclamante.
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impactos de ordem financeira decorrentes de obrigação judicial determinando o pagamento de condenação
i. valor provisionado, se houver provisão	R\$652.572,20

Processo nº 0000306-25.2013.5.02.0036	
a. juízo	36ª Vara do Trabalho de São Paulo (SP)
b. instância	2ª instância
c. data da distribuição	07.02.2013
d. partes no processo	Autor: C.S. Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$628.599,11
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista proposta por ex-empregado da Companhia, a qual foi julgada parcialmente procedente. Ambas as partes recorreram, sendo que o acórdão modificou a sentença para condenar o Réu ao pagamento das diferenças salariais durante toda a vigência do contrato. O processo está em fase de liquidação.
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impactos de ordem financeira decorrentes de obrigação judicial determinando o pagamento de condenação
i. valor provisionado, se houver provisão	R\$628.599,11

Processo nº 0100400-54.2008.5.05.0009	
a. juízo	01ª Vara do Trabalho de Salvador (BA)
b. instância	2ª instância
c. data da distribuição	17.09.2008
d. partes no processo	Autor: I.M.P. Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$582.506,65
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista proposta por ex-empregado da Companhia, a qual foi julgada parcialmente procedente. Esgotadas as vias recursais, o processo encontra-se em execução definitiva estando suspenso, em razão da morte do reclamante, necessitando aguardar a constituição do espólio.
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impactos de ordem financeira decorrentes de obrigação judicial determinando o pagamento de condenação
i. valor provisionado, se houver provisão	R\$582.506,65

Processo nº 0001338-52.2010.5.05.0015	
a. juízo	15ª Vara do Trabalho de Salvador (BA)
b. instância	2ª instância
c. data da distribuição	02.12.2010

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

d. partes no processo	Autor: E.D.C.M. Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$553.648,47
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista proposta por ex-empregado da Companhia, a qual foi julgada parcialmente procedente. Esgotadas as vias recursais aguarda-se o início da fase de execução.
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impactos de ordem financeira decorrentes de obrigação judicial determinando o pagamento de condenação
i. valor provisionado, se houver provisão	R\$553.648,47

Processo nº 0121600-35.2008.5.05.0004	
a. juízo	4ª Vara do Trabalho de Salvador (BA)
b. instância	2ª instância
c. data da distribuição	06.11.2008
d. partes no processo	Autor: P.E.M.B. Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$546.086,14
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista proposta por ex-empregado da Companhia, a qual foi julgada parcialmente procedente. Esgotadas as vias recursais foi iniciada a fase de execução onde a Companhia vem impugnando os valores apresentados pelo reclamante. Há ainda ação rescisória ajuizada pela Companhia buscando resultado favorável aos seus interesses. .
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impactos de ordem financeira decorrentes de obrigação judicial determinando o pagamento de condenação
i. valor provisionado, se houver provisão	R\$546.086,14

Processo nº 0000328-66.2014.5.03.0183	
a. juízo	45ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte (MG)
b. instância	2ª instância
c. data da distribuição	31.01.2014
d. partes no processo	Autor: R.C.S.C. Réus: Companhia, Brasil Montagem de Equipamentos para Construção Ltda. e Locsolo Locadora de Equipamentos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$529.533,36
f. principais fatos	Reclamação trabalhista ajuizada pela representante do espólio em razão do acidente fatal ocorrido com um funcionário da empresa terceirizada. A ação foi julgada parcialmente procedente e os recursos interpostos foram infrutíferos na busca pela alteração da decisão. Aguarda-se o início da execução.
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impactos de ordem financeira decorrentes de obrigação judicial determinando o pagamento de condenação.
i. valor provisionado, se houver provisão	R\$529.533,36

Processo nº 0002251-28.2011.5.02.0065	
a. juízo	65ª Vara do Trabalho de São Paulo (SP)
b. instância	2ª instância
c. data da distribuição	21.09.2011
d. partes no processo	Autor: A.D.F. Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$528.068,67
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista proposta por ex-empregado da Companhia, a qual foi julgada parcialmente procedente. A Companhia vem buscando a reversão do julgado através de vias recursais.
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impactos de ordem financeira decorrentes de obrigação judicial determinando o pagamento de condenação.
i. valor provisionado, se houver provisão	R\$528.068,67

Processo nº 0000224-69.2010.5.05.0018	
a. juízo	4ª Vara do Trabalho de Salvador (BA)
b. instância	2ª instância
c. data da distribuição	03.03.2010
d. partes no processo	Autor: R.B.S. Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$517.000,00
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista proposta por ex-empregado da Companhia, a qual foi julgada parcialmente procedente. A Companhia vem buscando a reversão do julgado através de vias recursais.
g. chance de perda	Provável

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impactos de ordem financeira decorrentes de obrigação judicial determinando o pagamento de condenação.
i. valor provisionado, se houver provisão	R\$517.000,00

Mandado de Segurança- Processo n.º 21115	
a. juízo	Superior Tribunal de Justiça
b. instância	1ª instância
c. data da distribuição	14.07.2014
d. partes no processo	Autor: Companhia e Tenda Negócios Imobiliários S.A. Réu: Ministro do Trabalho e Emprego
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimável
f. principais fatos	Proposto Mandado de Segurança com Pedido de Liminar contra ato do Ministro do Trabalho e Emprego em razão da inscrição da Companhia e da Tenda Negócios Imobiliários no cadastro de empregadores supostamente envolvidos em exploração de trabalho análogo a escravo. Foi requerida e deferida em sede liminar a imediata exclusão da Companhia do referido cadastro, eis que manifestamente ilegal e inadequada sua inclusão. No mérito, ainda não enfrentado pelo Tribunal, foi requerida a declaração da nulidade do ato administrativo que acarretou a inclusão da Companhia. Atualmente aguarda-se o julgamento de mérito do Mandado de Segurança.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impactos à imagem da Companhia e abertura de crédito
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há.

Representação- Processo n.º 000053.2013.03.002/3	
a. juízo	Ministério Público do Trabalho – 3º Região de Juiz de Fora (MG)
b. instância	1ª instância
c. data da distribuição	18.06.2013
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho – 3º Região Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimável
f. principais fatos	Na presente investigação, o Ministério Público do Trabalho investiga uma suposta “terceirização ilícita” praticada pela Companhia. O Procurador discute a “abrangência” das atividades a serem terceirizadas. O Inquérito Civil é um procedimento investigatório que visa a informar o Ministério Público do Trabalho acerca de determinada irregularidade que possa ferir os direitos difusos e coletivos dos trabalhadores.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Não sendo diagnosticada nenhuma prática irregular pela Companhia o presente procedimento será arquivado sem maiores implicações. Havendo interpretação de que a Companhia adota prática irregular, o Ministério Público pode requerer a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta ou o ajuizar uma Ação Civil Pública para discutir a questão na esfera judicial.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há.

Inquérito Administrativo - Processo n.º 000386.2014.01.003/1-302	
a. juízo	Ministério Público do Trabalho – 1ª Região de Campos dos Goytacazes (RJ)
b. instância	1ª instância
c. data da distribuição	19.09.2014
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho – 1º Região Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimável
f. principais fatos	Na presente investigação, o Ministério Público do Trabalho investiga uma suposta revista íntima realizada de maneira irregular nos pertences dos empregados nos canteiros de obra. O Inquérito Civil é um procedimento investigatório que visa a informar o Ministério Público do Trabalho acerca de determinada irregularidade que possa ferir os direitos difusos e coletivos dos trabalhadores.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Não sendo diagnosticada nenhuma prática irregular pela Companhia o presente procedimento será arquivado sem maiores implicações. Havendo interpretação de que a Companhia adota prática irregular, o Ministério Público pode requerer a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta ou o ajuizar uma Ação Civil Pública para discutir a questão na esfera judicial.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há.

Procedimento Preparatório - Processo n.º 000348.2014.08.000/8	
a. juízo	Ministério Público do Trabalho – 8ª Região de Belém (PA)
b. instância	1ª instância
c. data da distribuição	25.03.2014
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho – 8ª Região Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos	Inestimável

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

envolvidos	
f. principais fatos	Na presente investigação, o Ministério Público do Trabalho investiga uma suposta revista íntima realizada de maneira irregular nos pertences dos empregados nos canteiros de obra. O Inquérito Civil é um procedimento investigatório que visa a informar o Ministério Público do Trabalho acerca de determinada irregularidade que possa ferir os direitos difusos e coletivos dos trabalhadores.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Não sendo diagnosticada nenhuma prática irregular pela Companhia o presente procedimento será arquivado sem maiores implicações. Havendo interpretação de que a Companhia adota prática irregular, o Ministério Público pode requerer a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta ou o ajuizar uma Ação Civil Pública para discutir a questão na esfera judicial.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Inquérito Civil - Processo n.º 000131.2010.01.004/7-401	
a. juízo	Ministério Público do Trabalho – 1ª Região do Rio de Janeiro (RJ)
b. instância	1ª instância
c. data da distribuição	05.08.2010
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho – 1º Região Réu: Companhia, Construtora Paulo Forte Ltda Me, R Alexandre Alves Construções em Geral, RJ Varol Instalações Elétricas e Hidráulicas, Sub Empreiteira de Mão de Obra Oliveira Dourado e V.A da Silva Sub-Empreiteira- ME.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimável
f. principais fatos	Trata-se de Inquérito Civil para investigar o cumprimento de normas de segurança e medicina do trabalho (NR18), além da forma de terceirização do canteiro de obras em razão de denúncia realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores (Siticomm). O Inquérito Civil é um procedimento investigatório que visa a informar o Ministério Público do Trabalho acerca de determinada irregularidade que possa ferir os direitos difusos e coletivos dos trabalhadores.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Não sendo diagnosticada nenhuma prática irregular pela Companhia o presente procedimento será arquivado sem maiores implicações. Havendo interpretação de que a Companhia adota prática irregular, o Ministério Público pode requerer a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta ou o ajuizar uma Ação Civil Pública para discutir a questão na esfera judicial.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há.

Inquérito Civil - Processo n.º 001675.2014.03.000/6	
a. juízo	Ministério Público do Trabalho – 3ª Região de Belo Horizonte (MG)
b. instância	1ª instância
c. data da distribuição	25.06.2014
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho – 3ª Região Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimável
f. principais fatos	Em razão de uma denuncia formulada por um empregado, o Ministério Público do Trabalho instaurou o presente Inquérito Civil para apurar as seguintes irregularidades: demissão de empregados no caso da recusa de mentir em favor da empresa em audiência, férias, vale-transporte, registro e assinatura de CTPS, atraso no pagamento de salários e cumprimento do intervalo intrajornada. O Inquérito Civil é um procedimento investigatório que visa a informar o Ministério Público do Trabalho acerca de determinada irregularidade que possa ferir os direitos difusos e coletivos dos trabalhadores.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Não sendo diagnosticada nenhuma prática irregular pela Companhia o presente procedimento será arquivado sem maiores implicações. Havendo interpretação de que a Companhia adota prática irregular, o Ministério Público pode requerer a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta ou o ajuizar uma Ação Civil Pública para discutir a questão na esfera judicial.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há.

Inquérito Civil - Processo n.º 005206.2009.02.000/6	
a. juízo	Ministério Público do Trabalho – 2ª Região de São Paulo (SP)
b. instância	1ª instância
c. data da distribuição	13.10.2009
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho – 2ª Região Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimável
f. principais fatos	Instaurado o presente Inquérito Civil para apuração de supostas irregularidades no controle de jornada da Companhia. O Inquérito Civil é um procedimento investigatório que visa a informar o Ministério Público do Trabalho acerca de determinada irregularidade que possa ferir os direitos difusos e coletivos dos trabalhadores.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Não sendo diagnosticada nenhuma prática irregular pela Companhia o presente procedimento será arquivado sem maiores implicações. Havendo interpretação de que a Companhia adota prática

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

	irregular, o Ministério Público pode requerer a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta ou o ajuizar uma Ação Civil Pública para discutir a questão na esfera judicial.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Inquérito Cível - Processo n.º 000126.2012.13.000/6	
a. juízo	Ministério Público do Trabalho – 13ª Região de João Pessoa (PB)
b. instância	1ª instância
c. data da distribuição	24.01.2012
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho – 13ª Região Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimável
f. principais fatos	O presente Inquérito Civil foi instaurado para apurar suposta irregularidades na terceirização de mão de obra. O Inquérito Civil é um procedimento investigatório que visa a informar o Ministério Público do Trabalho acerca de determinada irregularidade que possa ferir os direitos difusos e coletivos dos trabalhadores.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Não sendo diagnosticada nenhuma prática irregular pela Companhia o presente procedimento será arquivado sem maiores implicações. Havendo interpretação de que a Companhia adota prática irregular, o Ministério Público pode requerer a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta ou o ajuizar uma Ação Civil Pública para discutir a questão na esfera judicial.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Execução de Termo de Ajuste de Conduta nº 0020064-66.2013.5.04.0025	
a. juízo	25ª Vara do Trabalho de Porto Alegre
b. instância	Judicial
c. data de instauração	09.10.2013
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$81.000,00
f. principais fatos	Trata-se de ação de execução de Termo de Ajuste de Conduta firmado no Inquérito Civil nº 002376.2009.04.000/5, que tratava do cumprimento de normas de segurança e medicina do trabalho (NR18), tendo em vista autos de infração lavrados pela SRT-RS na obra Papa João XXIII. O Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação de Execução por Título Extrajudicial (TAC), não tendo havido processo cognitivo prévio. A Companhia garantiu o juízo através de carta-fiança e apresentou embargos à execução, os quais estão aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impactos de ordem financeira decorrentes de obrigação judicial determinando o pagamento de condenação.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há.

ii. Tributários e Previdenciários

A Companhia é parte em alguns processos de natureza tributária e previdenciária envolvendo valor total de contingência passiva estimado, em 31 de dezembro de 2014, em aproximadamente R\$12 milhões.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia mantinha uma provisão para questões relativas às suas pendências tributárias e previdenciárias no montante de R\$196 mil.

A Companhia não identificou processos de natureza tributária e previdenciária que não estejam sob sigilo, dos quais a Companhia ou suas controladas sejam parte, que sejam individualmente relevantes para seus negócios.

iii. Cíveis

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas figuravam como partes em 6.709 ações cíveis, cujos valores envolvidos totalizavam aproximadamente R\$415 milhões. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia mantinha provisão para questões relativas às suas pendências judiciais cíveis em montante aproximado de R\$33 milhões.

Dentre as ações cíveis e procedimentos arbitrais em que a Companhia e suas controladas figuram no pólo passivo ou ativo, as individualmente relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas e que não estão sob sigilo são indicadas a seguir:

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

Ação Civil Pública - 183194-61.2011.8.29.0011	
a. juízo	1ª Vara Cível da Comarca de Aparecida de Goiânia/GO
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	03.05.2011
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado de Goiás Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Fit Maria Inês
f. principais fatos	Trata-se de ação proposta pelo Ministério Público objetivando a condenação da Companhia em: a) adjudicação das unidades compromissadas aos adquirentes, além da entrega dos mesmos e outorga de escritura; (b) declaração de nulidade de cláusula de tolerância ou expurga de multa moratória à Companhia por atraso na entrega das unidades; (c) Obrigação de estipular em seus contratos uma multa contratual para si em patamar idêntico ao do consumidor nos casos de mora; (d) condenação ao pagamento de multa contratual aos adquirentes por atraso na entrega do empreendimento. A Companhia apresentou defesa e o processo encontra-se em fase instrutória.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impactos de ordem financeira decorrentes de obrigação judicial determinando o pagamento de eventual condenação.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Ação Civil Pública - 2005.38.00.020.244-5 (JF) ou 0492365-17.2005.8.13.0027 (Justiça Comum)	
a. juízo	22ª Vara Federal Belo Horizonte/04ª Vara Cível de Betim
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	07.06.2005
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado de Minas Gerais Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Bloco 34 do Residencial Espanha
f. principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público de Minas Gerais contra a Companhia e contra o Município de Betim, pretendendo, dentre outros pedidos, a demolição do bloco 34 e indenizações para os proprietários. Em despacho inicial o d. Juízo da Comarca de Betim, concedeu liminar antecipando parcialmente os efeitos da tutela para desocupação do imóvel, sob pena de multa diária. A Companhia apresentou contestação e manifestou no sentido de incluir a Caixa Econômica Federal no pólo passivo. Na sequência foi declarada a incompetência absoluta da Justiça Estadual e com a remessa dos autos para a Justiça Federal de Minas Gerais. Assim, o juízo da comarca de Betim deu-se por incompetente para conhecer e julgar a ação, revogou a liminar e determinou a remessa dos autos para a Justiça Federal. O processo encontra-se em fase instrutória.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impactos de ordem financeira decorrentes de obrigação judicial determinando o pagamento de eventual condenação e/ou possível necessidade de readequação do empreendimento.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Ação Civil Pública nº 0558540-46.2013.8.13.0145	
a. juízo	Ministério Público do Estado de Minas Gerais
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	26.09.2013
d. partes no processo	Autor: Promotoria de Justiça da Comarca de Juiz de Fora /MG Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Residencial Green Park Life
f. principais fatos	Trata-se de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais em face da Companhia, alegando, em síntese, que haveria atraso na entrega de unidades imobiliárias do empreendimento Residencial Green Park Life. Defende o Ministério Público a abusividade do prazo de tolerância de 180 dias nos contratos, bem como que a construtora ré deve ser responsabilizada pelos prejuízos causados aos consumidores e pelo pagamento de dano moral coletivo, em decorrência do alegado atraso na entrega das chaves. A Companhia, apresentou defesa e o processo encontra-se em fase instrutória.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impactos de ordem financeira decorrentes de obrigação judicial determinando o pagamento de eventual condenação.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Ofício – 4ª PRODECON nº 796/2014	
a. juízo	Ministério Público do Estado do Distrito Federal – 04ª Promotoria de justiça Comarca de Brasília/DF
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	20.08.2014
d. partes no processo	Autor: Promotoria de Justiça da Comarca de Brasília/DF Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Exibição de documentos – empreendimento Le Grand Orleans Tower.
f. principais fatos	Em 20.08.2014 a Companhia recebeu ofício do Ministério Público do Distrito Federal requisitando informações relativas ao atraso na entrega do empreendimento Le Grand Orleans Tower, bem como enviando a qualificação dos compromissários compradores do citado empreendimento e cópia do contrato social da empresa. A Companhia apresentou resposta e o procedimento investigatório ainda não foi concluído. Trata-se de Procedimento Investigatório que visa apurar, por parte do Ministério Público eventual

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

	irregularidade que possa vir a ferir direitos difusos e coletivos.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Não sendo diagnosticada nenhuma prática irregular pela Companhia o presente procedimento será arquivado sem maiores implicações. Havendo interpretação de que a Companhia adota prática irregular, o Ministério Público pode requerer a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta ou o ajuizar uma Ação Civil Pública para discutir a questão na esfera judicial.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Procedimento Administrativo nº 0024.14.009268-5	
a. juízo	Ministério Público do Estado de Minas Gerais
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	23.09.2014
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado de Minas Gerais Réu: Tenda Negócios Imobiliários S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Entrega das unidades aos clientes e pagamento da multa contratual e danos materiais e morais.
f. principais fatos	Trata-se de procedimento administrativo instaurado visando apurar denúncia de que a Companhia vem cobrando por taxas e multas sem previsão contratual. A Companhia apresentou resposta e o procedimento investigatório ainda não foi concluído. Trata-se de Procedimento Investigatório que visa apurar, por parte do Ministério Público eventual irregularidade que possa vir a ferir direitos difusos e coletivos.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Não sendo diagnosticada nenhuma prática irregular pela Companhia o presente procedimento será arquivado sem maiores implicações. Havendo interpretação de que a Companhia adota prática irregular, o Ministério Público pode requerer a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta ou o ajuizar uma Ação Civil Pública para discutir a questão na esfera judicial.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Ação ordinária nº 286520-77.2012.8.09.0051	
a. juízo	12ª Vara Cível da Comarca de Goiânia – GO.
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	07.08.2012
d. partes no processo	Autor: Prestadora de Serviços Lima e Santos Ltda. Réus: Gafisa S.A., Maria Inês SPE Empreendimentos Imobiliários e Companhia.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Discussão sobre contrato de prestação de serviço para aplicação de revestimento de gesso no empreendimento denominado "Residencial Fit Maria Inês". A parte autora reclama prejuízos na ordem de R\$3.006.021,06.
f. principais fatos	Em 7.8.12 foi ajuizada ação e em agosto de 2013 foram protocoladas contestações em nome dos 3 réus. Em 29.08.13 foi distribuída exceção de competência em nome da Companhia e da Maria Inês SPE. Em 12.2.14 os autos foram remetidos à conclusão e em 7.11.14 foi protocolada petição requerendo que seja determinado apensamento da exceção de incompetência na ação correta.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impactos de ordem financeira decorrentes de obrigação judicial determinando o pagamento de eventual condenação.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Ação ordinária nº 0288185-94.2013.8.09.0051	
a. juízo	12ª Vara Cível da Comarca de Goiânia-GO
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	19.08.2013
d. partes no processo	Autor: Premoltec Engenharia Ltda. Réus: Maria Inês SPE e Gafisa S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Residencial Fit Maria Inês
f. principais fatos	Trata-se de ação de rescisão contratual, ajuizada pelo rito ordinário, que tem por objeto a falta de materiais para a continuidade da obra. Os autores requerem ao final: (i) que seja declarada a rescisão, sem aviso prévio, para que a requerente venha ser condenada em perdas e danos no valor de R\$584.051,34; (ii) o pagamento de multa contratual no valor de R\$116.810,26 no percentual de 20%; (iii) danos morais, não menos que o valor de R\$400.000,00; (iv) seja condenada a devolução da retenção contratual no valor de R\$145.178,61; (v) sejam condenadas a registrar junto ao CREA-GO os serviços prestados pela requerente, (vi) o pagamento de honorário de 20% do valor do débito, das perdas e danos e que esta patamar seja fixado nos honorários sucumbenciais. Em 2.6.2014 foi ajuizada ação e em 2.10.2014 foi apresentada exceção de incompetência distribuída por dependência. Desde 4.11.2014, aguarda-se julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impactos de ordem financeira decorrentes de obrigação judicial determinando o pagamento de eventual condenação.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Ação Ordinária - 221196-77.2011.8.09.0051	
a. juízo	6ª Vara Cível da Comarca de Goiânia/GO.
b. instância	1ª Instância.
c. data de instauração	Distribuição na Justiça Federal em 31.08.2010, declarada incompetente. Distribuição na Justiça Estadual em 30.05.2011.
d. partes no processo	Autores: Adria Lima da Silva, Alfeu Lelis Moreno, Aurinete da Paz Silva, Belaisio Domingues da Costa,

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

	Bruno Martins Medeiros Santos, Cacildo Ferreira de Araújo, Carmosita Domingos dos Santos, Cleber Roberto Cardoso, Cleidiana de Carvalho Celestino Silva, Cleidomar Eterno Silva Duarte, Cleidionice da Silva Campos, Daivid Leão Freire, Denisa de Sousa Silva Bernardo, Dheyson Dias da Silva, Dilsânea de Almeida, Dirceu Bezerra Pereira, Domingas dos Santos Reis, Domingos Divino Vieira da Costa, Domingos dos Reis Souza, Eliene Gonçalves Silva, Elivânio Xavier Santana, Eudes Luiz Ribeiro, Gheysa Gomes Monteiro, Gicelda Maria Pereira, Igor Batista Souza Rodrigues, Jean Pires Mendonça, Joisiany Helles Silva, Joisiney Leandro Silva, José de Souza Borges, José Humberto Alves dos Santos, José Lopes de Mendonça, Juali de Souza Ramos, Katia Maria Albuquerque da Silva, Keyla Souza da Silva, Luiz Henrique Pereira da Silva, Luiz Paulo Franco de Oliveira, Luiz Roberto Rocha da Silva, Marcilene de Jesus Moreira, Marcus Vinicius Gacema Cordovil, Maria de Melo Sabate Borges, Marilene Acedo de Aquino, Marly Rocha de Sousa, Mauro Rodrigues de Aquino, Priscila Maria da Silva, Simone Gonçalves da Silva, Thiago Rodrigues, Vagna Maria de Oliveira Santana, Vânia Abadia da Silva, Vanúzia Souza de Magalhães Araújo, Vitomar Silma e Wellington Pires Gonçalves. Réus: Gafisa S.A. e Companhia (a Caixa Econômica Federal consta na petição inicial como ré, mas foi excluída da lide).
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Aproximadamente 15% dos condôminos do Residencial Atibaia.
f. principais fatos	Aproximadamente 15% dos condôminos do Residencial Atibaia pedem nesta Ação Ordinária: i) construção de um muro circundando o condomínio, sob pena de abatimento do valor dos imóveis (pretensão estimada); ii) realização de todos os procedimentos de segurança relativos às instalações elétricas nas casas dos requerentes, de acordo com a NR 10 do Ministério do Trabalho (obrigação de fazer); iii) redução de 50% do valor dos imóveis (unidades) devido à suposta propaganda enganosa veiculada, aos problemas ocorridos nas unidades adquiridas e em razão de existência de via pública desagregando o condomínio (quantitativo minoris); iv) indenização por danos morais. As Companhias apresentaram defesa com pedido preliminar de limitação de litisconsórcio ativo, o qual foi indeferido havendo restituição do prazo para defesa da parte ré. As Companhias apresentaram Agravo de Instrumento para o qual foi negado provimento. O processo encontra-se em fase instrutória.
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impactos de ordem financeira decorrentes de obrigação judicial determinando o pagamento de eventual condenação.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo nº 1566698-73.1998.8.13.0024	
a. juízo	6ª Vara Cível de Belo Horizonte
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	30.12.1998
d. partes no processo	Autor: Tânia Márcia Torres Brandão Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Indenização decorrente de morte do engenheiro civil, que era cônjuge da Autora, assassinado dentro do canteiro ao pagar os empregados da obra.
f. principais fatos	A Autora apresentou petição de cumprimento de sentença na qual já está incluída a multa de 10%, totalizando R\$790.789,06, tendo sido apresentada Carta de Fiança para garantir a execução no valor de R\$1.028.026,00. Após a lavratura do termo de penhora, foi apresentada a Impugnação ao Cumprimento de Sentença, ainda não decidida. Juiz determinou liquidação da condenação pela contadoria. Aguarda decisão do juiz quanto à fixação do valor devido.
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impactos de ordem financeira decorrentes de obrigação judicial determinando o pagamento de eventual condenação.
i. valor provisionado, se houver provisão	R\$1.001.011,44

Processo nº 2277250-94.2014.8.13.0024	
a. juízo	30ª Vara Cível de Belo Horizonte
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	07.08.2014
d. partes no processo	Autor: Patrícia Torres Brandão Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Indenização decorrente de morte do engenheiro civil, que era pai da Autora, assassinado dentro do canteiro ao pagar os empregados da obra.
f. principais fatos	A Autora ajuizou ação buscando a reparação de danos morais e materiais, baseada na culpa da Companhia, supostamente comprovada na ação movida por sua genitora em 1998 (1566698-73.1998.8.13.0024). Requer o pagamento de pensão desde seu nascimento até a data em que completará 25 anos, compensação por danos morais, dentre outros. A Companhia contestou a ação em 11.11.2014 e em 11.12.2014 foi juntada especificação de provas.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impactos de ordem financeira decorrentes de obrigação judicial determinando o pagamento de eventual condenação.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo nº 3505000-41.2012.8.13.0024	
a. juízo	19ª Vara Cível de Belo Horizonte (MG)
b. instância	1ª Instância

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

c. data de instauração	20/12/2012
d. partes no processo	Autora: Vettori Construtora Ltda. Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$957.000,00
f. principais fatos	Trata-se de Ação de Rescisão Contratual c/c Perdas e Danos, em que alega a parte Autora ter celebrado "Acordo" com a Companhia para construção de três conjuntos residenciais multifamiliares, pelo modelo Preço Máximo Garantido, havendo ainda saldo contratual a receber, apesar do distrato unilateral praticado. A Companhia apresentou contestação rebatendo todos os pontos alegados, tendo em vista que a rescisão ocorreu por culpa da autora. Igualmente, a Companhia apresentou reconvenção, expondo que é a autora quem deve à ela. Processo em fase instrutória.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impactos de ordem financeira decorrentes de obrigação judicial determinando o pagamento de eventual condenação.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo nº 1192304-46.2013.8.13.0024

a. juízo	15ª Vara Cível de Belo Horizonte (MG)
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	19/03/2013
d. partes no processo	Autora: Raro Construtora Ltda. Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$1.731.516,00
f. principais fatos	Alega a parte Autora ter celebrado três contratos denominados "Contrato de Franquia", em outubro de 2007, para edificar e construir obras em terrenos da Companhia, havendo ainda saldo contratual a receber, apesar do distrato praticado. A Companhia apresentou defesa e o processo encontra-se em fase instrutória.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impactos de ordem financeira decorrentes de obrigação judicial determinando o pagamento de eventual condenação.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo nº 63979-85.2013.8.14.0301

a. juízo	9ª Vara Cível da Comarca de Belém – PA.
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	24.01.2014
d. partes no processo	Autor: Dr. Resolve Reparos e Reformas Réu: Fit 16 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Discussão sobre contrato de prestação de serviço no Empreendimento Mirante do Lago.
f. principais fatos	A Requerente é uma rede de franquias de reparos e reformas. Afirma que celebrou contrato de prestação de serviços com a Fit 16, ficando estipulado o pagamento por quinzena para a realização de reparos em 4 empreendimentos da Ré. Ocorre que em diversos contratos os valores avençados não foram pagos, o que teria lhe acarretado diversos prejuízos que correspondem ao montante de R\$1.259.411,92. Assim, a Requerente ingressou com a presente ação objetivando a reparação de ordem material no valor já citado acima e moral no valor de R\$100.000,00. Nos pedidos requer ainda a aplicação de multa contratual de 1% ao dia de atraso pelo não pagamento dos valores devidos. A Fit 16 apresentou contestação rebatendo todos os pontos alegados. Processo em fase instrutória.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impactos de ordem financeira decorrentes de obrigação judicial determinando o pagamento de eventual condenação.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo nº 0000530-21.2010.8.14.0301

a. juízo	9ª Vara Cível da Comarca de Belém – PA.
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	24.01.2014
d. partes no processo	Autor: Denca – Prestadora de Serviços Ltda. Réu: Fit 16 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Discussão sobre contrato de prestação de serviço no Empreendimento Coqueiro I.
f. principais fatos	Trata-se de ação de indenização por danos morais e materiais com pedido de tutela antecipada por não pagamento pela Ré dos valores referentes ao contrato firmado. A empresa autora alega que firmou contrato de prestação de serviços com a Fit 16 em novembro de 2008 a serem executados na obra Coqueiro I e que no momento da execução dos serviços começou a sofrer prejuízos decorrentes do inadimplemento contratual. Dessa forma, pleiteiam danos patrimoniais no valor de R\$1.025.505,50 e danos morais 100 vezes o valor dos danos patrimoniais. A Companhia apresentou contestação rebatendo todos os pontos alegados. Processo em fase instrutória.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impactos de ordem financeira decorrentes de obrigação judicial determinando o pagamento de eventual condenação.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

Processo nº 0031870-81.2014.8.14.0301	
a. juízo	5ª Vara Cível da Comarca de Belém – PA.
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	08.10.2014
d. partes no processo	Autor: RMR Serviços de Engenharia Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Discussão sobre contrato de prestação de serviço no Empreendimento Mirante do Parque.
f. principais fatos	Trata-se de ação de cobrança por não pagamento pela ré dos valores referentes ao contrato firmado. A empresa autora alega que firmou contrato de prestação de serviços com a Companhia em 2010, que os serviços foram devidamente prestados e que a Companhia não realizou pagamento. Dessa forma, pleiteiam por pagamento do valor de R\$970.829,01. A Companhia apresentou contestação rebatendo todos os pontos alegados. Processo em fase instrutória.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impactos de ordem financeira decorrentes de obrigação judicial determinando o pagamento de eventual condenação.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Ação Civil Pública nº 0011620-80.2008.8.17.0001 (001.2008.011620-6)	
a. juízo	18ª Vara Cível da Comarca de Recife (PE)
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	31.03.2008
d. partes no processo	Autor: ADECON – Associação de Defesa da Cidadania e do Consumidor Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$50.000,00
f. principais fatos	Trata-se de Ação Civil Publica na qual se questiona o lançamento de empreendimento imobiliário sem indicação das informações a respeito do registro (Cartório e nº do RI) na publicidade veiculada. Desde 06/2012 autos seguem conclusos.
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impactos de ordem financeira decorrentes de obrigação judicial determinando o pagamento de eventual condenação.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Ação Civil Pública nº 0369263-14.2012.8.05.0001	
a. juízo	Ministério Público do Estado da Bahia (11ª Vara dos Feitos de Relação de Consumo Cível e Comerciais)
b. instância	Judicial
c. data de instauração	13.08.2012
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado da Bahia (3ª Promotoria de Justiça do Consumidor) Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$10.000.000,00
f. principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado da Bahia, onde busca-se a declaração de nulidade de cláusulas contratuais do contrato padrão da Companhia, a partir da arguição de violação a normas de proteção do consumidor, bem como condenação em pagamento de indenização. Em 21.02.2013 foi apresentada a Contestação; em 16.05.2013 houve intimação das partes para audiência de tentativa de conciliação, a qual restou infrutífera e desde maio de 2013 o processo está pendente de saneamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impactos de ordem financeira decorrentes de obrigação judicial determinando o pagamento de eventual condenação, com a possível readequação do contrato de compra e venda para que não seja possível a cobrança de multa superior a 25% quando o cliente der causa ao cancelamento do negócio.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo nº 0050434-52.2012.8.16.0001	
a. juízo	3ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de Curitiba (PR)
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	03.10.2012
d. partes no processo	Autor: Construtora Pacrisa Ltda. Réu: FIT 15 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda., FIT 26 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda., e Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$6.215.497,79
f. principais fatos	Trata-se de ação sob o fundamento de que houve rescisão imotivada do contrato e que não houve o pagamento da última medição feita em 17.04.2012. Em razão deste fato, a Pacrisa pretende a rescisão dos contratos firmados e indenização por perdas e danos, sendo a título de danos emergentes: o pagamento dos valores decorrentes de títulos indicados a protesto (R\$17.279,51), pagamento da última medição (R\$152.830,70), valores correspondentes a serviços extras que foram realizados (R\$362.374,94), devolução das retenções contratuais realizadas (R\$150.639,24), frustração do lucro de 25% que auferia com os contratos e frustração de um lucro que seria fechado com um terceiro no valor de R\$14.772.000,00, incidência de multas contratuais e danos morais de R\$1.000.000,00. A Companhia contestou a ação e distribuiu reconvenção. Processo em fase de instrução (aguarda o saneamento e deferimento das provas requeridas).
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impactos de ordem financeira decorrentes de obrigação judicial determinando o pagamento de eventual condenação.
i. valor provisionado, se houver	Não há

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

provisão	
Processo nº 2032181-46.2009.8.21.0001	
a. juízo	4ª Vara Cível do Foro Central de Porto Alegre (RS)
b. instância	Judicial - 1ª instância
c. data de instauração	20.07.2009
d. partes no processo	Autora: Mérica Brasil Empreendimentos Imobiliários Ltda. Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$6.215.497,79
f. principais fatos	Indenização por quebra de contrato de empreitada global, relativa aos empreendimentos Fig. I e II, JK I e II, Nicolau e Papa João XXIII. Houve paralisação de obra por má gestão da Mérica Brasil Empreendimentos Imobiliários Ltda., sendo que 80% dos protestos sofridos pela Companhia no Brasil foram causados pela Mérica Brasil Empreendimentos Imobiliários Ltda., nos últimos meses de parceria. A rescisão do contrato de parceria impactou nas entregas das obras, ocasionando diversas rescisões contratuais de consumidores. Já houve perícia técnica, a qual foi impugnada pela Companhia, sendo indeferida dita impugnação. Foi interposto Agravo Retido em 23/01/2014. Aguarda-se, desde então o seu julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impactos de ordem financeira decorrentes de obrigação judicial determinando o pagamento de eventual condenação.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo nº 0365511-92.2009.8.21.0001	
a. juízo	10ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de Porto Alegre
b. instância	Judicial – 1º grau
c. data de instauração	06.02.2009
d. partes no processo	Autor: Baliza Empreendimentos Imobiliários Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Empresa pleiteia indenização em decorrência de acordo operacional com a Companhia. Não há o acordo formalmente assinado, todavia, existem evidências (emails e documentos) que indicam a realização dos projetos pela empresa autora.
f. principais fatos	Trata-se de ação indenizatória, onde a Autora reclama indenização pelos projetos desenvolvidos, orçados em R\$932.573,95, mais lucros cessantes na base de 10% do valor dos empreendimentos que seriam realizados, com base no Termo de Acordo Operacional (TAO) firmado com a Companhia. em 2007. A Companhia apresentou defesa baseada em documentos de forma a justificar a rescisão contratual por ato praticado pela Autora. Refira-se que a relação de base está documentada através de Acordo Operacional, bem como por dezenas de e-mails trocados entre as partes e demais documentos apresentados pela autora. Embora na defesa alegue-se a ausência de assinatura da Companhia, existem diversos documentos dos projetos reclamados assinados pelo Engenheiro Daniel, inclusive as Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) emitidas pelo CREA. Em dezembro/2014, aguardava-se designação de audiência de instrução.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impactos de ordem financeira decorrentes de obrigação judicial determinando o pagamento de eventual condenação.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Inquérito Civil nº 041/2014	
a. juízo	Administrativo (PE)
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	06/10/2014
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado de Pernambuco Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Obras localizadas no Município de Recife.
f. principais fatos	Trata-se de Inquérito Civil instaurado em face da Companhia e de construtoras locais do Município de Recife/PE, sob o argumento de que tais construtoras estariam realizando a entrega das unidades residenciais construídas, antes mesmo da obtenção do habite-se. Notificada, a Companhia compareceu à audiência de justificativa em outubro de 2014, bem como acostou aos autos todas as informações requeridas pelo Ministério Público. Os autos estão conclusos com o Promotor. Trata-se de Procedimento Investigatório que visa apurar, por parte do Ministério Público eventual irregularidade que possa vir a ferir direitos difusos e coletivos.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	O inquérito civil é o procedimento investigatório que visa informar o Ministério Público acerca do tema, não há possibilidade de condenação neste procedimento. Não sendo diagnosticada nenhuma prática irregular pela Companhia o presente procedimento será arquivado sem maiores implicações. Havendo interpretação de que a Companhia adota prática irregular, o Ministério Público pode requerer a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta ou o ajuizar uma Ação Civil Pública para discutir a questão na esfera judicial.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há.

Inquérito Civil nº 017/2012	
a. juízo	Administrativo (PE)
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	06.10.2014
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado de Pernambuco Réu: Companhia

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

e. valores, bens ou direitos envolvidos	Residencial Piedade Life
f. principais fatos	Trata-se de Inquérito Civil instaurado em face da Companhia pela 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania, com o objetivo de apurar indícios de prática abusiva contra os consumidores do empreendimento Residencial Piedade Life, em razão de atraso na entrega do referido empreendimento. Ressalte-se que, à época, todas as informações requeridas foram devidamente apresentadas, bem como em 2014, o empreendimento envolvido já foi integralmente concluído, já obteve o seu alvará de habite-se e as unidades comercializadas já foram entregues aos respectivos adquirentes. Trata-se de Procedimento Investigatório que visa apurar, por parte do Ministério Público eventual irregularidade que possa vir a ferir direitos difusos e coletivos.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	O inquérito civil é o procedimento investigatório que visa informar o Ministério Público acerca do tema, não há possibilidade de condenação neste procedimento. Não sendo diagnosticada nenhuma prática irregular pela Companhia o presente procedimento será arquivado sem maiores implicações. Havendo interpretação de que a Companhia adota prática irregular, o Ministério Público pode requerer a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta ou o ajuizar uma Ação Civil Pública para discutir a questão na esfera judicial.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há.

Inquérito Civil nº 032/2013

a. juízo	2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva – Campos dos Goytacazes/Rio de Janeiro
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	04/02/2013
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Fit Vivai
f. principais fatos	Investigação inaugurada pelo Ministério Público do Rio de Janeiro para apurar possível atraso na entrega do empreendimento, bem como defeitos na obra, infiltração, tubulação entupida, afundamento de piso etc. Trata-se de Procedimento Investigatório que visa apurar, por parte do Ministério Público eventual irregularidade que possa vir a ferir direitos difusos e coletivos.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	O inquérito civil é o procedimento investigatório que visa informar o Ministério Público acerca do tema, não há possibilidade de condenação neste procedimento. Não sendo diagnosticada nenhuma prática irregular pela Companhia o presente procedimento será arquivado sem maiores implicações. Havendo interpretação de que a Companhia adota prática irregular, o Ministério Público pode requerer a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta ou o ajuizar uma Ação Civil Pública para discutir a questão na esfera judicial.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Inquérito Civil nº 926/2011

a. juízo	2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva – Campos dos Goytacazes/Rio de Janeiro
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	26.09.2011
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro Ré: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	West Life
f. principais fatos	Trata-se de notificação informando a instauração de Inquérito Civil pelo Ministério Público do Rio de Janeiro para apurar possível atraso na entrega do empreendimento e cobrança de taxa de obra. Procedimento Investigatório que visa apurar, por parte do Ministério Público, eventual irregularidade que possa vir a ferir direitos difusos e coletivos.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	O inquérito civil é o procedimento investigatório que visa informar o Ministério Público acerca do tema, não há possibilidade de condenação neste procedimento. Não sendo diagnosticada nenhuma prática irregular pela Companhia o presente procedimento será arquivado sem maiores implicações. Havendo interpretação de que a Companhia adota prática irregular, o Ministério Público pode requerer a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta ou o ajuizar uma Ação Civil Pública para discutir a questão na esfera judicial.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

Inquérito Civil nº 119/2011/ CONS	
a. juízo	3ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva – São Gonçalo/Rio de Janeiro
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	09.09.2011
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Arsenal Life
f. principais fatos	Trata-se de notificação informando a instauração de Inquérito Civil pelo Ministério Público do Rio de Janeiro para apurar possível atraso na entrega do empreendimento. Procedimento Investigatório que visa apurar, por parte do Ministério Público, eventual irregularidade que possa vir a ferir direitos difusos e coletivos.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	O inquérito civil é o procedimento investigatório que visa informar o Ministério Público acerca do tema, não há possibilidade de condenação neste procedimento. Não sendo diagnosticada nenhuma prática irregular pela Companhia o presente procedimento será arquivado sem maiores implicações. Havendo interpretação de que a Companhia adota prática irregular, o Ministério Público pode requerer a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta ou o ajuizar uma Ação Civil Pública para discutir a questão na esfera judicial.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Inquérito Civil nº 470/2012	
a. juízo	1ª Promotoria de Justiça de Direito do Consumidor – Rio de Janeiro
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	31.07.2012
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Parma Life
f. principais fatos	Trata-se de notificação informando a instauração de Inquérito Civil pelo Ministério Público do Rio de Janeiro para apurar possível atraso na entrega do empreendimento, cobrança de valor referente a ITBI, registro. Procedimento Investigatório que visa apurar, por parte do Ministério Público, eventual irregularidade que possa vir a ferir direitos difusos e coletivos.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	O inquérito civil é o procedimento investigatório que visa informar o Ministério Público acerca do tema, não há possibilidade de condenação neste procedimento. Não sendo diagnosticada nenhuma prática irregular pela Companhia o presente procedimento será arquivado sem maiores implicações. Havendo interpretação de que a Companhia adota prática irregular, o Ministério Público pode requerer a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta ou o ajuizar uma Ação Civil Pública para discutir a questão na esfera judicial.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Inquérito Civil nº 959/2011	
a. juízo	3ª Promotoria de Justiça de Direito do Consumidor – Rio de Janeiro
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	12.09.2011
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Nova Marica
f. principais fatos	Trata-se de notificação informando a instauração de Inquérito Civil pelo Ministério Público do Rio de Janeiro para apurar possível atraso na entrega do empreendimento. Procedimento Investigatório que visa apurar, por parte do Ministério Público, eventual irregularidade que possa vir a ferir direitos difusos e coletivos.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	O inquérito civil é o procedimento investigatório que visa informar o Ministério Público acerca do tema, não há possibilidade de condenação neste procedimento. Não sendo diagnosticada nenhuma prática irregular pela Companhia o presente procedimento será arquivado sem maiores implicações. Havendo interpretação de que a Companhia adota prática irregular, o Ministério Público pode requerer a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta ou o ajuizar uma Ação Civil Pública para discutir a questão na esfera judicial.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

Inquérito Civil nº 123/2014	
a. juízo	3ª Promotoria de Justiça de Direito do Consumidor – São Gonçalo/Rio de Janeiro
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	09.04.2014
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Pendotiba Life
f. principais fatos	Trata-se de notificação informando a instauração de Inquérito Civil pelo Ministério Público do Rio de Janeiro para apurar rachaduras em unidade com possibilidade de risco para toda a edificação. Procedimento Investigatório que visa apurar, por parte do Ministério Público, eventual irregularidade que possa vir a ferir direitos difusos e coletivos.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	O inquérito civil é o procedimento investigatório que visa informar o Ministério Público acerca do tema, não há possibilidade de condenação neste procedimento. Não sendo diagnosticada nenhuma prática irregular pela Companhia o presente procedimento será arquivado sem maiores implicações. Havendo interpretação de que a Companhia adota prática irregular, o Ministério Público pode requerer a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta ou o ajuizar uma Ação Civil Pública para discutir a questão na esfera judicial.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Inquérito Civil nº 2013.3837.01	
a. juízo	3ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva – Duque de Caxias/Rio de Janeiro
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	31.07.2014
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Portal do Sol
f. principais fatos	Trata-se de notificação informando a instauração de Inquérito Civil pelo Ministério Público do Rio de Janeiro para apurar vícios no empreendimento. Procedimento Investigatório que visa apurar, por parte do Ministério Público, eventual irregularidade que possa vir a ferir direitos difusos e coletivos.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	O inquérito civil é o procedimento investigatório que visa informar o Ministério Público acerca do tema, não há possibilidade de condenação neste procedimento. Não sendo diagnosticada nenhuma prática irregular pela Companhia o presente procedimento será arquivado sem maiores implicações. Havendo interpretação de que a Companhia adota prática irregular, o Ministério Público pode requerer a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta ou o ajuizar uma Ação Civil Pública para discutir a questão na esfera judicial.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Inquérito Civil nº 148/2011	
a. juízo	2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva – São Gonçalo/Rio de Janeiro
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	18.04.2011
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Bandeirantes Life
f. principais fatos	Trata-se de notificação informando a instauração de Inquérito Civil pelo Ministério Público do Rio de Janeiro para apurar atraso da obra, cláusula de tolerância, isenção de impostos, despesas cartorárias e hipoteca sobre a construção. Procedimento Investigatório que visa apurar, por parte do Ministério Público, eventual irregularidade que possa vir a ferir direitos difusos e coletivos.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	O inquérito civil é o procedimento investigatório que visa informar o Ministério Público acerca do tema, não há possibilidade de condenação neste procedimento. Não sendo diagnosticada nenhuma prática irregular pela Companhia o presente procedimento será arquivado sem maiores implicações. Havendo interpretação de que a Companhia adota prática irregular, o Ministério Público pode requerer a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta ou o ajuizar uma Ação Civil Pública para discutir a questão na esfera judicial.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo nº 0207863-68.2010.8.26.0100	
a. juízo	22ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP
b. instância	1ª Instância
c. data de distribuição	26.11.2010
d. partes no processo	Autor: APIS Engenharia e Empreendimentos Ltda. Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$101.756.824,65
f. principais fatos	A APIS requer o reconhecimento da resolução contratual e pagamento de indenização em decorrência do não oferecimento, pela Companhia, do número mínimo de unidades imobiliárias previstas no termo de acordo operacional. Processo em fase instrutória.
g. chance de perda	Possível

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impactos de ordem financeira decorrentes de obrigação judicial determinando o pagamento de eventual condenação.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo Administrativo nº 702/2013 (Auto de Infração nº 05938-D8)	
a. juízo	PROCON São Paulo/SP
b. instância	1ª Instância administrativa
c. data de distribuição	11.04.13
d. partes no processo	Autor: Procon,SP Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$5.158.986,67
f. principais fatos	A Companhia foi autuada por suposta violação aos direitos do consumidor em razão do atraso de obra e disposição de cláusulas contratuais. A Companhia apresentou impugnação à estimativa de receita bruta e, diante da ausência de manifestação técnica, apresentou petição reiterando os termos da impugnação. Aguardando manifestação técnica.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impactos de ordem financeira decorrentes de obrigação judicial determinando o pagamento de eventual condenação.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo nº 1039243-81.2014.8.26.0053	
a. juízo	10ª Vara da Fazenda Pública – Comarca de São Paulo – Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes
b. instância	1ª Instância
c. data de distribuição	18.09.2014
d. partes no processo	Autor: Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$4.129.196,00
f. principais fatos	A COHAB – SP requer a desapropriação de imóvel pela Companhia em razão de interesse social. Foi requerida a homologação judicial do acordo entabulado entre as partes para posterior levantamento dos valores pela Companhia. Processo em fase instrutória.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impactos de ordem financeira decorrentes de obrigação judicial determinando o pagamento de eventual condenação.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo nº 0159596-94.2012.8.26.0100	
a. juízo	14ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP
b. instância	1ª Instância
c. data de distribuição	21.06.2012
d. partes no processo	Autor: Lartech Engenharia do Brasil Ltda. Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$1.540.437,80
f. principais fatos	Alega a Lartech que houve a quebra de contrato pela Companhia devido a paralisação de obras e, ainda, o não pagamento de serviços que teriam sido executados, requerendo pagamento de valores. Processo em fase instrutória.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impactos de ordem financeira decorrentes de obrigação judicial determinando o pagamento de eventual condenação.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo nº 0007484-26.2013.8.21.0010	
a. juízo	14ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP
b. instância	1ª Instância
c. data de distribuição	15.02.2013
d. partes no processo	Autor: Hemacc Construções Ltda ME Réu: Companhia e da FIT 31 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$1.123.604,00
f. principais fatos	Trata-se de execução visando a execução de título extrajudicial, onde o exequente alega ter sido contratado pela Companhia para realização de alvenaria estrutural e laje na obra Fit Giardino, localizada em Caxias do Sul. O autor alega que o valor do contrato firmado era de R\$1.123.604,00 e que este valor não foi pago, sendo, portanto vencido e exigível. A Exceção de Incompetência suscitada pelas Companhias foi acolhida e remetido o feito para a comarca de São Paulo. Processo em fase instrutória.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impactos de ordem financeira decorrentes de obrigação judicial determinando o pagamento de eventual condenação.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

Inquérito Civil nº 1.34.010.000071/2012-00	
a. juízo	Procuradoria da República - Ribeirão Preto
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	01.03.2012
d. partes no processo	Autor: Ministério Público Federal Réu: FIT 01 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Fit Mirante do Sol
f. principais fatos	Trata-se de investigação a respeito de supostas irregularidades no empreendimento sobre as condições de habitabilidade. Protocolada petição em atenção a ofício requerendo a realização de audiência junto à procuradoria, convocando-se também, a Caixa Econômica Federal e o Condomínio e também requerendo a nomeação de novo perito para vistoria do empreendimento ,que seja autônomo ou independente, atuante na comarca de Ribeirão Preto – SP. Procedimento Investigatório que visa apurar, por parte do Ministério Público, eventual irregularidade que possa vir a ferir direitos difusos e coletivos.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Não sendo diagnosticada nenhuma prática irregular pela Companhia o presente procedimento será arquivado sem maiores implicações. Havendo interpretação de que a Companhia adota prática irregular, o Ministério Público pode requerer a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta ou o ajuizar uma Ação Civil Pública para discutir a questão na esfera judicial.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Inquérito Civil nº 1.34.010.001017/2013-54	
a. juízo	Procuradoria da República – Ribeirão Preto
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	17.10.2013
d. partes no processo	Autor: Ministério Público Federal Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Fit Parque da Lagoinha
f. principais fatos	Trata-se de investigação para apuração de irregularidades e vícios construtivos referentes ao empreendimento Fit Park da Lagoinha, financiado pela Caixa Econômica Federal. Procedimento Investigatório que visa apurar, por parte do Ministério Público, eventual irregularidade que possa vir a ferir direitos difusos e coletivos.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Se constatada, pela interpretação da Promotoria, ao final da investigação, alguma irregularidade, haverá possível necessidade de readequação do empreendimento e/ou da rotina da Companhia. O inquérito civil é o procedimento investigatório que visa informar o Ministério Público acerca do tema, não há possibilidade de condenação neste procedimento. Não sendo diagnosticada nenhuma prática irregular pela Companhia o presente procedimento será arquivado sem maiores implicações. Havendo interpretação de que a Companhia adota prática irregular, o Ministério Público pode requerer a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta ou o ajuizar uma Ação Civil Pública para discutir a questão na esfera judicial.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Inquérito Civil nº 14.0279.420/12	
a. juízo	Promotoria da Justiça de Habitação e Urbanismo da Cidade de São Paulo – SP.
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	05.10.2012
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado de São Paulo Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Residencial Paraná.
f. principais fatos	Trata-se de investigação a respeito de eventuais violações a interesses difusos e coletivos, bem como à ordem urbanística. Em 02.08.2013 foi recebido pela Companhia "recomendação" do Ministério Público, em síntese, no sentido de sanar irregularidades do empreendimento apontadas pelo Corpo de Bombeiros. Em 23.10.2013 houve um Termo de Prorrogação, deliberação por mais 180 dias e determinação para que se oficie ao: a) síndico do condomínio, solicitando-se que comprove a regularização do prédio e que junte-se AVCB válido; b) subprefeitura, cobrando a vistoria faltante. Em 27.01.2014 mediante a falta de respostas, os autos foram encaminhados à conclusão. Diante dos autos permanecerem inalterados, eles foram enviados em 08.05.2014 ao CAEX (Centro de Apoio Operacional à Execução) permanecendo no CAEX até o momento. Procedimento Investigatório que visa apurar, por parte do Ministério Público, eventual irregularidade que possa vir a ferir direitos difusos e coletivos.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Se constatada, pela interpretação da Promotoria, ao final da investigação, alguma irregularidade, haverá possível necessidade de readequação do empreendimento e/ou da rotina da Companhia. O inquérito civil é o procedimento investigatório que visa informar o Ministério Público acerca do tema, não há possibilidade de condenação neste procedimento. Não sendo diagnosticada nenhuma prática irregular pela Companhia o presente procedimento será arquivado sem maiores implicações. Havendo interpretação de que a Companhia adota prática irregular, o Ministério Público pode requerer a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta ou o ajuizar uma Ação Civil Pública para discutir a questão na esfera judicial.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

Inquérito Civil nº 14.0695.0000062/2014	
a. juízo	Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	27.03.2014
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado de São Paulo Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Empreendimentos Jardim São Luiz Life e Reserva dos Pássaros
f. principais fatos	Trata-se de investigação a respeito de suposto recolhimento indevido/insuficiente de tributo municipal. Procedimento Investigatório que visa apurar, por parte do Ministério Público, eventual irregularidade que possa vir a ferir direitos difusos e coletivos.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	O inquérito civil é o procedimento investigatório que visa informar o Ministério Público acerca do tema, não há possibilidade de condenação neste procedimento. Não sendo diagnosticada nenhuma prática irregular pela Companhia o presente procedimento será arquivado sem maiores implicações. Havendo interpretação de que a Companhia adota prática irregular, o Ministério Público pode requerer a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta ou o ajuizar uma Ação Civil Pública para discutir a questão na esfera judicial.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Inquérito Civil nº 496/13	
a. juízo	Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo da Capital - SP
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	19.11.2013
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado de São Paulo Ré: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Empreendimento Horto do Ipê
f. principais fatos	Trata-se de investigação para apuração de supostas irregularidades estruturais no empreendimento Horto do Ipê, diante de vícios alegados quanto à quantidade de elevadores por torre (menos de um por torre), à área de lazer, às rampas de acesso e ao acesso para pessoas com deficiência. É um Procedimento Investigatório que visa apurar, por parte do Ministério Público, eventual irregularidade que possa vir a ferir direitos difusos e coletivos.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	O inquérito civil é o procedimento investigatório que visa informar o Ministério Público acerca do tema, não há possibilidade de condenação neste procedimento. Não sendo diagnosticada nenhuma prática irregular pela Companhia o presente procedimento será arquivado sem maiores implicações. Havendo interpretação de que a Companhia adota prática irregular, o Ministério Público pode requerer a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta ou o ajuizar uma Ação Civil Pública para discutir a questão na esfera judicial.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Inquérito Civil nº 940/13 (14.0265.0000940/2013)	
a. juízo	3ª Promotoria de Justiça de Ferraz de Vasconcelos/SP
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	22.05.2013
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado de São Paulo Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Ferraz Life
f. principais fatos	Trata-se de investigação para apuração de irregularidades e vícios construtivos referentes ao empreendimento Ferraz Life. É um Procedimento Investigatório que visa apurar, por parte do Ministério Público, eventual irregularidade que possa vir a ferir direitos difusos e coletivos.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	O inquérito civil é o procedimento investigatório que visa informar o Ministério Público acerca do tema, não há possibilidade de condenação neste procedimento. Não sendo diagnosticada nenhuma prática irregular pela Companhia o presente procedimento será arquivado sem maiores implicações. Havendo interpretação de que a Companhia adota prática irregular, o Ministério Público pode requerer a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta ou o ajuizar uma Ação Civil Pública para discutir a questão na esfera judicial.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Inquérito Civil nº 516/2011	
a. juízo	Promotoria de Justiça do Consumidor de Santo André/SP
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	23.06.2012
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado de São Paulo Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Residencial Santo André Life
f. principais fatos	Trata-se de investigação para apuração de ocorrência de atos lesivos aos consumidores, em vista da desistência da realização do empreendimento Residencial Santo André Life. Procedimento Investigatório que visa apurar, por parte do Ministério Público, eventual irregularidade que possa vir a ferir direitos difusos e coletivos.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso	O inquérito civil é o procedimento investigatório que visa informar o Ministério Público acerca do tema,

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

de perda do processo	não há possibilidade de condenação neste procedimento. Não sendo diagnosticada nenhuma prática irregular pela Companhia o presente procedimento será arquivado sem maiores implicações. Havendo interpretação de que a Companhia adota prática irregular, o Ministério Público pode requerer a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta ou o ajuizar uma Ação Civil Pública para discutir a questão na esfera judicial.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Inquérito Civil nº 542/2011	
a. juízo	Promotoria de Justiça da Cidadania de Santo André/SP
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	06.05.2011
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado de São Paulo Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Residencial Santo André Life I
f. principais fatos	Trata-se de investigação para apuração de atraso na entrega do empreendimento Residencial Santo André Life I. Procedimento Investigatório que visa apurar, por parte do Ministério Público, eventual irregularidade que possa vir a ferir direitos difusos e coletivos.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	O inquérito civil é o procedimento investigatório que visa informar o Ministério Público acerca do tema, não há possibilidade de condenação neste procedimento. Não sendo diagnosticada nenhuma prática irregular pela Companhia o presente procedimento será arquivado sem maiores implicações. Havendo interpretação de que a Companhia adota prática irregular, o Ministério Público pode requerer a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta ou o ajuizar uma Ação Civil Pública para discutir a questão na esfera judicial.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Ação Civil Pública nº 583.00.2010.143251-7 (em apenso processo nº 583.00.2010.212871-4)	
a. juízo	5ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo – SP
b. instância	1ª instância
c. data de distribuição	12.05.2010
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado de São Paulo Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor inestimável – Envolve alterações no contrato.
f. principais fatos	Ação Civil Pública requerendo estipulação contratual de penalidade (multa e juros) em caso de atraso na entrega dos empreendimentos, bem como requerendo a declaração de nulidade da cláusula que estabelece o prazo de tolerância de 180 dias. Foi apresentada defesa pela Companhia em fevereiro de 2011. Em novembro de 2011 adveio sentença, julgando parcialmente procedente a ação, para condenar a Companhia à fixação de multa e juros de mora em índices iguais para ambas as partes contratantes nos contratos de venda e compra de imóveis a serem celebrados, permanecendo válidas as demais cláusulas avençadas. Contra a sentença, foi interposto recurso ao Tribunal de Justiça de São Paulo. Em apenso ao processo nº 583.00.2010.212871-4, pois se trata do mesmo objeto. Em 18.11.2013 foi feito protocolo de petição informando decisão jurisprudencial no sentido de legalidade da cláusula de tolerância. Processo em fase recursal.
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impactos decorrentes de eventual necessidade de adaptação dos contratos firmados pela Companhia com seus adquirentes.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há obrigação pecuniária, não havendo portanto provisionamento.

Ação Civil Pública nº 0212871-26.2010.8.26.0100	
a. juízo	5ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo – SP
b. instância	1ª instância
c. data de distribuição	12.05.2010
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado de São Paulo Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor inestimável – Envolve alterações no contrato.
f. principais fatos	Ação Civil Pública requerendo que a Companhia se abstenha de inserir em seus contratos cláusula "prevendo retenção superior a 10% dos valores pagos" para hipóteses de rescisão do contrato de compra e venda. Foi apresentada defesa pela Companhia em fevereiro de 2011. Em novembro de 2011 adveio sentença, julgando parcialmente procedente a ação, para condenar a Companhia à fixação de multa e juros de mora em índices iguais para ambas as partes contratantes nos contratos de venda e compra de imóveis a serem celebrados, permanecendo válidas as demais cláusulas avençadas. Contra a sentença, foi interposto recurso ao Tribunal de Justiça de São Paulo. Em apenso ao processo nº 583.00.2010.212871-4, pois se trata do mesmo objeto. Em 18.11.2013 foi feito protocolo de petição informando decisão jurisprudencial no sentido de legalidade da cláusula de tolerância. Processo em fase recursal.
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso	Impactos decorrentes de eventual necessidade de adaptação dos contratos firmados pela Companhia com

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

de perda do processo	seus adquirentes.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há obrigação pecuniária, não havendo portanto provisionamento.

iv. Ambientais

Há inquéritos civis e procedimentos preparatórios de inquérito civil em curso envolvendo a Companhia, instaurados pelos Ministérios Públicos Estaduais, para apurar possíveis danos ambientais causados pelas atividades da Companhia.

Tais inquéritos e procedimentos poderão, eventualmente, resultar no ajuizamento de ações civis públicas de cunho ambiental contra a Companhia e os fatos que lhes deram origem poderão, também, resultar em eventuais desdobramentos no campo administrativo e criminal. Entretanto, à exceção dos processos/inquéritos civis indicados abaixo, com base na informação disponibilizada, a Companhia não acredita que estas questões sejam, ou possam ser, consideradas relevantes para suas atividades ou condição financeira, uma vez que se trata de consequência das atividades corriqueiras desenvolvidas pela Companhia e por suas controladas, no entanto, em razão da aplicação de eventuais multas pelos órgãos competentes a Companhia mantém contingência de aproximadamente R\$450 mil.

Dentre as ações ambientais em que a Companhia e suas controladas figuram no pólo passivo ou ativo, as individualmente relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas e que não estão sob sigilo encontram-se abaixo descritas:

Processo Administrativo nº 02018.000739/2011-19	
a. juízo	Administrativo
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	03.06.2011
d. partes no processo	Órgão responsável: IBAMA – Belém - PA Autuada: Fit SPE 25 Empreendimento Imobiliário Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Fit Icoaraci
f. principais fatos	Trata-se de processo sancionário decorrente de Auto de Infração com Imposição de Penalidade de Multa - AIIPM de nº 690107, série 'D' e o Termo de Embargo nº 586625, série 'C', determinando a paralisação das atividades por tempo indeterminado, lavrados por suposto funcionamento em desacordo com a licença ambiental expedida. Remessa ao Núcleo Técnico Setorial de Instrução Processual de Autos de Infração - Sede. A Fit 25 apresentou recurso administrativo, o qual está pendente de análise pelo órgão.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda a Companhia discutirá a multa administrativa na esfera judicial.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo Administrativo nº A08714	
a. juízo	Administrativo
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	25.11.2014
d. partes no processo	Órgão responsável: Secretaria do Meio Ambiente Autuada: Flor do Anani (AC Participações Ltda.)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Flor do Anani – Tratamento de Esgoto
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração impondo multa administrativa no valor de R\$500 mil, por operação supostamente irregular de estação de tratamento de esgoto. A AC Participações Ltda. apresentou defesa administrativa, a qual está pendente de análise pelo órgão.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda a Companhia discutirá a multa administrativa na esfera judicial.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Auto de Infração nº 02006.000257/2009-83	
a. juízo	IBAMA
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	01.02.2009
d. partes no processo	Autor: IBAMA Réus: Città Ville SPE, OAS Empreendimentos S.A. e Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$1.800.000,00
f. principais fatos	Trata-se de processo administrativo instaurado pelo IBAMA, em razão de alegada inadequação do empreendimento Villa Allegro às leis de proteção ambiental, referente ao recuo em relação a suposta área de proteção ambiental. A Companhia apresentou recurso administrativo, o qual está pendente de análise pelo órgão.

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Possíveis readequações do empreendimento em razão de normas ambientais ou recomposições de danos ambientais, além do pagamento de multa.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Inquérito Civil nº 007/2009 MA	
a. juízo	2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva – Nova Iguaçu/Rio de Janeiro
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	31.03.2009
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro Ré: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Ponto Chic
f. principais fatos	Trata-se de notificação informando a instauração de Inquérito Civil pelo Ministério Público do Rio de Janeiro para apurar saneamento básico; abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; lixo; drenagem e manejo de águas pluviais.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	O inquérito civil é o procedimento investigatório que visa informar o Ministério Público acerca do tema, não há possibilidade de condenação neste procedimento. Não sendo diagnosticada nenhuma prática irregular pela Companhia o presente procedimento será arquivado sem maiores implicações. Havendo interpretação de que a Companhia adota prática irregular, o Ministério Público pode requerer a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta ou o ajuizar uma Ação Civil Pública para discutir a questão na esfera judicial.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Inquérito Civil nº 012/2013 MA	
a. juízo	2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva – Nova Iguaçu/Rio de Janeiro
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	14.02.2013
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro Ré: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Ponto Chic
f. principais fatos	Trata-se de notificação informando a instauração de Inquérito Civil pelo Ministério Público do Rio de Janeiro para apurar possíveis alagamentos decorrentes da realização de empreendimento imobiliário na Rua João Ferreira Pinto, Ponto Chic.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	O inquérito civil é o procedimento investigatório que visa informar o Ministério Público acerca do tema, não há possibilidade de condenação neste procedimento. Não sendo diagnosticada nenhuma prática irregular pela Companhia o presente procedimento será arquivado sem maiores implicações. Havendo interpretação de que a Companhia adota prática irregular, o Ministério Público pode requerer a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta ou o ajuizar uma Ação Civil Pública para discutir a questão na esfera judicial.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

4.4. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estão sob sigilo, em que a Companhia ou suas controladas são parte e cujas partes contrárias são administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas

Reclamação Trabalhista nº 0001196-81.2010.5.05.0004	
a. juízo	4ª Vara do Trabalho de Salvador (BA)
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	26.10.2010
d. partes no processo	Autor: R. T. F. Rês: Companhia (1ª ré) e Gafisa S.A. (2ª ré)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$2.764.645,82
f. principais fatos	Equiparação salarial com outros diretores da época; horas extras; indenização correspondente a 120.000 ações que deixou de receber em razão da dispensa; declaração de que as <i>stock options</i> correspondem a parcela salarial e sua incorporação e reflexo em todas as verbas; integração dos valores pagos pela Companhia com aluguel, condomínio, celular e cartão de crédito no salário; adicional de transferência. A audiência foi realizada sem acordo e o processo ainda está em fase instrutória. A presente ação foi julgada improcedente em primeira instância, tendo havido recurso pela parte reclamante, o qual esta pendente de julgamento em segunda instância.
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impactos de ordem financeira decorrentes de obrigação judicial determinando o pagamento de eventual condenação.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há.

Processo nº 0000246-20.2011.5.05.0010	
a. juízo	10ª Vara do Trabalho de Salvador (BA)

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

b. instância	1ª instância
c. data de instauração	01.03.2011
d. partes no processo	Autor: F. C. Rês: Companhia e Gafisa S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$135.736,23
f. principais fatos	Ação proposta por ex-empregado da Companhia, a qual foi julgada parcialmente procedente. Aguardando julgamento de recurso interposto pela Companhia e Gafisa S.A..
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impactos de ordem financeira decorrentes de obrigação judicial determinando o pagamento de eventual condenação.
i. valor provisionado, se houver provisão	R\$135.736,23

Reclamação Trabalhista nº 0002043-82.2011.5.03.0011	
a. juízo	11ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte (MG)
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	28.10.2011
d. partes no processo	Reclamante: P. E. B. L. Reclamada: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$109.747,54
f. principais fatos	Reclamação trabalhista proposta por ex-empregado da Companhia, a qual foi julgada parcialmente procedente, sendo que em sede de recurso a condenação foi minorada. Aguarda-se início da execução.
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impactos de ordem financeira decorrentes de obrigação judicial determinando o pagamento de eventual condenação.
i. valor provisionado, se houver provisão	R\$109.747,54.

4.5. Impactos em caso de perda e valores envolvidos em processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas são parte

Procedimento Arbitral – Companhia – Processo nº 33/2013/SEC-1 - CCBC/SP	
a. valores, bens ou direitos envolvidos	Arbitragem que versa sobre litígios entre sócios com pedidos indenizatórios formulados reciprocamente.
b. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento dos valores pleiteados.

Procedimento Arbitral – Companhia – Processo nº 05/2014/SEC3 – CCBC/SP	
a. valores, bens ou direitos envolvidos	Arbitragem que versa sobre litígios entre sócios
b. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento dos valores pleiteados.

Procedimento Arbitral – Companhia - Processo nº 22/2009 – CCBC/SP	
a. valores, bens ou direitos envolvidos	Arbitragem que versa sobre inadimplementos contratuais.
b. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento dos valores pleiteados.

Procedimento Arbitral – Companhia – Processo nº 12/11 – CAMARB/MG	
a. valores, bens ou direitos envolvidos	Arbitragem que versa sobre inadimplemento do contrato de construção com pedidos indenizatórios formulados reciprocamente.
b. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento dos valores pleiteados.

Procedimento Arbitral – Companhia e Gafisa S.A. – Processo nº 26/2011 – CCBC/SP	
a. valores, bens ou direitos envolvidos	Arbitragem que versa sobre litígios entre sócios com pedidos indenizatórios formulados reciprocamente.
b. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento dos valores pleiteados.

4.6. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estão sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que a Companhia ou suas controladas são parte

i. Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia figurava como ré em aproximadamente 2.007 processos judiciais de natureza trabalhista, resultantes da prestação de serviços em obras realizadas pela Companhia, sendo que mais de 55% destes processos foram propostos por empregados de empresas terceirizadas. Dessa forma, a principal contingência envolve a terceirização de serviços.

Em 31 de dezembro de 2014, os valores envolvidos nas reclamações trabalhistas em curso contra a Companhia e suas controladas somavam, aproximadamente, R\$70 milhões. Na mesma data, a Companhia mantinha uma provisão para questões relativas às suas pendências judiciais no montante aproximado de R\$34 milhões.

ii. Tributários e previdenciários

A Companhia é parte em alguns processos de natureza tributária e previdenciária envolvendo valor total de contingência passiva estimado, em 31 de dezembro de 2014, em aproximadamente R\$12 milhões.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia mantinha uma provisão para questões relativas às suas pendências tributárias e previdenciárias no montante de R\$196 mil.

iii. Cíveis

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas figuravam como partes em 6.709 ações cíveis, cujos valores envolvidos totalizavam aproximadamente R\$415 milhões. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia mantinha provisão para questões relativas às suas pendências judiciais cíveis em montante aproximado de R\$33 milhões.

iv. Ambientais

Há inquéritos civis e procedimentos preparatórios de inquérito civil em curso envolvendo a Companhia, instaurados pelos Ministérios Públicos Estaduais, para apurar possíveis danos ambientais causados pelas atividades da Companhia.

Tais inquéritos e procedimentos poderão, eventualmente, resultar no ajuizamento de ações civis públicas de cunho ambiental contra a Companhia e os fatos que lhes deram origem poderão, também, resultar em eventuais desdobramentos no campo administrativo e criminal. Entretanto, à exceção dos processos/inquéritos civis indicados no Item 4.3(iv) acima, com base na informação disponibilizada, a Companhia não acredita que estas questões sejam, ou possam ser, consideradas relevantes para suas atividades ou condição financeira, no entanto, em razão da aplicação de eventuais multas pelos órgãos competentes a Companhia mantém contingenciado aproximadamente R\$450 mil.

4.7. Outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Seguem, abaixo, informações sobre Termos de Ajustamento de Conduta relevantes celebrados pela Companhia:

Objeto: Cobranças de taxas de cadastros ou contrato.

Data de assinatura: setembro de 2002.

Abrangência: SP.

Obrigações: Somente é permitida a cobrança dos seguintes serviços, decorrentes das atividades desenvolvidas pelos agentes de vendas e que não se confundem com a simples intermediação: (a) assessoria jurídica; e (b) assessoria técnico-imobiliária.

Objeto: Formas de restituição ao cliente nos casos de rescisão, impostos e abstenção de cobranças.

Data de assinatura: outubro de 2007.

Abrangência: SP.

Obrigações:

1. Nas rescisões contratuais o cliente receberá o montante pago, corrigido monetariamente no mesmo modo que pagou, em 5 parcelas, descontadas as seguintes despesas também atualizadas

monetariamente: (a) contribuição ao PIS e Confins à alíquota vigente à ocasião sobre os valores recebidos pela Companhia; (b) CPMF sobre todos os pagamentos efetuados pela Companhia em decorrência da restituição; (c) multa compensatória de 20% sobre o valor pago; e (d) outros impostos que venham ser criados no curso do contrato.

2. Abster-se: (a) da cobrança referentes aos juros capitalizados; (b) de cobrar multa penal compensatória, em razão do não registro da escritura; (c) de cobrar multa de 1% sobre o valor total da transação, em razão de desistência da proposta; (d) de cobrar despesas derivadas do imóvel durante a construção até a entrega das chaves; (e) de cobrar despesas pela cessão de direitos superior a 2%, calculados sobre o valor pago até a data da efetiva cessão; (f) de cobrar despesas com publicidade e corretagem; e (g) de vedar a locação do imóvel, antes da outorga da escritura definitiva ao promissário comprador.

Objeto: Rescisão Unilateral.

Data de assinatura: outubro de 2013.

Abrangência: SP.

Obrigações:

1. Abster-se de firmar com um mesmo comprador diferentes contratos de compromisso de venda e compra, dos quais conste, para uma mesma unidade imobiliária, diferentes preços de alienação sob pena de multa no valor de R\$20.000,00;
2. Caso seja verificada inadimplência do cliente, adotar os seguintes procedimentos para a rescisão unilateral: (a) enviar carta (simples) para o cliente, instando-o a regularizar os pagamentos; (b) uma vez inerte o adquirente, envio de segunda carta (simples) instando-o novamente a regularizar os pagamentos; (c) mais uma vez inerte o adquirente, envio de notificação extrajudicial, encaminhada por cartório de títulos e documentos, instando-o a regularizar o pagamento no prazo informado na notificação, sob pena de o contrato ser considerado rescindido. Na notificação deverá contar o valor principal corrigido e a informação de que no montante serão incluídas as verbas moratórias incidentes até a data do efetivo pagamento, com a indicação do departamento e respectivo telefone da Companhia para a satisfação do débito e saneamento de eventuais dúvidas; e (d) envio de carta (simples) informando que o não atendimento às comunicações anteriores levou o cliente à rescisão, informando ainda a disponibilização de eventuais recursos financeiros a que ele faça jus, nos termos do contrato.

Objeto: Regularização empreendimento: Córdoba.

Data de assinatura: dezembro de 2013.

Abrangência: SP.

Obrigações: (a) Executar sapata sob as paredes dos fundos das unidades 55 a 83; (b) apresentar ao SEMASA laudo técnico atestando a estabilidade dos deslocamentos das edificações; (c) apresentar protocolo do pedido de aprovação junto à Prefeitura de Santo André; (d) celebrar um TCARF referente o plantio ainda não executado no empreendimento; (e) pagamento de R\$500.000,00 ao SEMASA; (f) cercamento da área institucional de 1.248 metros; (g) lavrar escritura pública de doação da área institucional ao Município; (h) apresentar ao SEMASA projeto técnico de adequação com o fim de evitar a formação de locais de acúmulo de água parada no interior do empreendimento; (i) corrigir as irregularidades que resultaram do processo de implantação da caixa de retenção; e (j) pagar e comprovar as multas decorrentes de auto de infração ambiental.

Objeto: Devolução de via do contrato do cliente

Data de assinatura: setembro de 2014.

Abrangência: SP.

- a) Obrigações: Encaminhar a via do cliente referente a promessa de compra e venda assinada, no prazo de até 90 dias, contados da parcela denominada "Ato";
- b) O prazo de 90 dias fica renovado em caso de alteração de endereço informado pelo cliente, que poderá ser realizado via Central de Atendimento ou por meio do site;
- c) O encaminhamento da via do cliente será efetivada com a entrega realizada pelos Correios, independentemente do AR ser ou não recepcionado pelo próprio cliente;
- d) Na hipótese de entrega da correspondência não ser efetivada por não localização ou mudança de endereço, a via do cliente permanecerá nos arquivos da empresa por 5 (cinco) anos, podendo ser solicitado, nesse período, pelo cliente;
- e) Não haverá descumprimento se em circunstância não imputável às partes, transcorrido o prazo de 90 dias, a via do cliente for encaminhada no prazo complementar máximo e improrrogável de 30 dias, contados da solicitação formal do cliente .

Objeto: Cobrança de despesa condominial

Data de assinatura: setembro de 2014.

Abrangência: SP.

Obrigações: Não realizar cobranças de despesas condominiais antes da expedição do habite-se, para as incorporações imobiliárias registradas a partir da data de assinatura do TAC.

Objeto: Contrato de Compra e Venda.

Data de assinatura: agosto de 2008.

Abrangência: MG.

Obrigações: (a) Excluir de seus contratos de promessa de compra e venda e venda de imóveis, na cláusula referente ao reajuste monetário, a cobrança de resíduo apurado durante a revisão dos valores das prestações; (b) limitar os juros de mora por atraso no pagamento ao máximo de 0,07% ao dia; (c) rescisão contratual com devolução do valor corrigido monetariamente no mesmo modo que pagou, em cinco vezes, descontados tributos e multa de 20%; (d) não cobrar juros capitalizados, salvo previsão legal; (e) não cobrar multa compensatória pelo não registro; (f) não cobrar multa de 1% pela desistência da proposta; (g) não cobrar despesas do imóvel durante a construção até a entrega das chaves; (h) não cobrar taxa de despesa da cessão superior a 2% sobre o valor pago; (i) não cobrar despesa de publicidade e corretagem; (j) não vedar locação do imóvel; (k) não cobrar custas e despesas judiciais; (l) excluir penalidade de rescisão quando o cliente não apresentar fiador; (m) inserir artigo 112, par. único do CPC na cláusula que trata de foro; (n) no caso de pedido de rescisão contratual judicial pelo cliente, permitir direito de retenção pelas benfeitorias necessárias. Não havendo acordo pelo pagamento das mesmas, ficará permitida a exigência de que o consumidor devolva o imóvel no prazo de 30 dias do ajuizamento da ação; e (o) colocar em destaque e em linguagem simples e clara, nos seus contratos de compra e venda, as cláusulas contratuais que implicarem limitação de direito do consumidor.

Objeto: Contrato de Compra e Venda.

Data de assinatura: outubro de 2012.

Abrangência: MG.

Obrigações: (a) Incluir o dia da entrega no quadro resumo, pois constava apenas o mês e ano; (b) incluir cláusula de devolução de 100% em caso de desistência de incorporação – art. 36 da lei 4.591/64; (c) necessidade de colocar em destaque cláusulas restritivas de direito; e (d) necessidade de fazer constar da cláusula 11ª uma referência à garantia, deixando claro que a não realização de vistoria não retira da Companhia a responsabilidade por vícios construtivos.

Objeto: Contrato de Compra e Venda.

Data de assinatura: novembro de 2013.

Abrangência: MG.

Obrigações: (a) Manter em destaque a cláusula 7ª, parágrafo 6º e o item III, da cláusula 6ª das Condições Gerais; (b) deixar claro, no Quadro Resumo do Contrato, o prazo em dia, mês e ano, fixado para a entrega do imóvel; (c) prever a restituição de 100% dos valores em caso de desistência da incorporação; e (d) manter a previsão de que a não realização de vistoria pelo comprador não retira a obrigação da empresa por eventuais vícios ocultos.

Objeto: Rescisão Contratual de empreendimento não construído, com prazo de entrega vencido.

Data de assinatura: março de 2011.

Abrangência: DF.

Obrigações: (a) Enviar carta convite com aviso de recebimento, além de agendar atendimento por telefone, no prazo de 90 dias, a todos os compromissários compradores dos empreendimentos, a fim de comparecerem para assinatura do respectivo instrumento de rescisão; (b) no prazo de 45 dias da data da assinatura do instrumento, promover a devolução integral das parcelas pagas, devidamente corrigidas pelo mesmo índice do contrato (INCC) e (c) enviar à DPDF, no prazo de 180 dias, lista de carta convite enviadas aos clientes e respectivo aviso de recebimento, além de lista dos clientes que efetuaram a rescisão com cópia dos termos e comprovantes de pagamentos.

Objeto: Construção do Toulouse Life em faixa de APP.

Data de assinatura: outubro de 2013.

Abrangência: GO.

Obrigações: (a) Destinar o valor econômico do PRAD, no valor de R\$196.012,32, para o Projeto de Recuperação da bacia do Ribeirão das Antas; (b) controle e fiscalização de todo o curso do Ribeirão mediante doação, no prazo de 120 dias a contar de 30.10.13, dos materiais descritos no TA; e (c) entregar os materiais na Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

Objeto: Rescisão contratual e relacionamento com o cliente.

Data de assinatura: junho de 2011.

Abrangência: RS.

Obrigações: (a) Devolução integral do valor pago pelo cliente, corrigido pelo INCC, previamente estabelecido em contrato, nos casos de atraso na entrega do imóvel, após 180 dias (empreendimentos fora do prazo); (b) retenção de multa de 20% além de PIS/COFINS e outros tributos ou contribuições incidentes sobre o negócio imobiliário, desde que a razão do pedido de rescisão pelo cliente não seja ocasionada pelo atraso da obra; (c) oferecer respostas efetivas ao PROCON (soluções) no prazo de 15 dias corridos; (d) manter um canal exclusivo para Atendimento ao PROCON, sem qualquer custo, com cadastro de todos os consumidores que eventualmente solicitarem a mediação do PROCON, além de comprovar todos os depósitos ou acordos celebrados e demais provas que se mostrarem necessárias; (e) aos clientes atendidos pelo PROCON, o prazo total para solução da demanda e pagamento do distrato não poderá exceder 60 (sessenta) dias; (f) o cliente terá devolvido em parcela única o valor distratado no prazo de 45 dias a contar da assinatura do distrato; e (g) promover no prazo de 10 dias, contados da assinatura, publicação da súmula do CAC no DO de Porto Alegre.

Objeto: Trabalho de terceirados em situação irregular.

Data de assinatura: setembro de 2013.

Abrangência: MG.

Obrigações: Garantir alojamentos a funcionários próprios e terceiros de acordo com a NR18 do Ministério do Trabalho e Emprego e que empregados próprios e de terceiros recrutados em localidade diversa da prestação de serviço tenham todos os direitos trabalhistas assegurados desde a sua contratação.

Objeto: Cumprimento NR-18.

Data de assinatura: setembro de 2010.

Abrangência: RS.

Obrigações: Cumprimento dos itens 18.8.3, 18.13, 18.14.1, 18.14.1.1, 18.14.1.2, 18.14.2, 18.14.3, 18.14.12, 18.22.7, 18.4.2 e 18.37.3 da NR-18.

Objeto: Cumprimento Legislação trabalhista e de Segurança do Trabalho.

Data de assinatura: julho de 2013.

Abrangência: RJ.

Obrigações: Abster-se de contratar serviços terceirizados para executar sua atividade fim. Ressalvados: limpeza, segurança, prestação de serviços integrantes de ciclo específico (terraplanagem, impermeabilização e etc.) e serviços ligados à atividade meio e cumprimento das normas de segurança do trabalho para empregados próprios e de terceiros.

Objeto: Cumprimento Legislação trabalhista e de Segurança do Trabalho.

Data de assinatura: julho de 2013.

Abrangência: RJ.

Obrigações: Abster-se de contratar serviços terceirizados para executar sua atividade fim. Ressalvados: limpeza, segurança, prestação de serviços integrantes de ciclo específico (terraplanagem, impermeabilização e etc.) e serviços ligados à atividade meio e cumprimento das normas de segurança do trabalho para empregados próprios e de terceiros.

4.8. Informações sobre as regras do país de origem do emissor estrangeiro e regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados

Não aplicável, uma vez que a Companhia encontra-se constituída sob as leis brasileiras.

5. RISCOS DE MERCADO

5.1. Riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

Os riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta referem-se basicamente àqueles do curso normal de seus negócios. Os contratos firmados pela Companhia são, em geral, indexados às taxas CDI, IGP-M, INCC e TR. Riscos cambiais e condições internacionais do mercado afetam a Companhia apenas indiretamente, uma vez que a Companhia não realiza projetos no exterior.

O saldo de contas a receber da Companhia, de R\$340,6 milhões, incluindo parcela a apropriar no balanço patrimonial da Companhia (Resolução CFC nº 963), é composto, em sua quase totalidade, por ativos indexados pelo INCC e pelo IGP-M. Na posição passiva, a Companhia tem em vigor contratos de empréstimo indexados pelo TR, representando um total de R\$438,6 milhões do seu passivo.

A Companhia também está exposta a riscos relacionados à variação nos preços dos insumos e mão-de-obra para construção, bem como à variação dos preços dos terrenos. Encontra-se, ainda, sujeita a riscos relativos à volatilidade e à liquidez limitada do mercado de capitais brasileiro, o que pode afetar negativamente a liquidez e o valor de mercado de ações da Companhia.

Abaixo encontram-se melhor detalhados os principais fatores de risco a esse respeito:

A inflação e as medidas governamentais para combatê-la poderão contribuir para a incerteza econômica no Brasil, o que poderá vir a causar um efeito adverso nas atividades da Companhia.

O Brasil teve, no passado, taxas de inflação bastante elevadas, que foram reduzidas com a implementação do Plano Real em 1994. De acordo com o IGP-M, as taxas de inflação no Brasil foram de 11,32%, em 2010, 5,10% em 2011, 7,81% em 2012, 5,52% em 2013 e 3,69% em 2014. De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPC-A"), as taxas de inflação de preços no Brasil foram 5,91% em 2010, 6,50% em 2011, 5,84% em 2012, 5,91 em 2013 e 6,41% em 2014. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação incluem a manutenção de política monetária restritiva, com altas taxas de juros e a consequente limitação à disponibilidade de crédito e a redução do crescimento econômico.

A inflação, as medidas para combatê-la e a especulação pública a respeito das prováveis medidas adicionais a serem tomadas pelo Governo Federal também contribuem de forma significativa para a incerteza econômica no Brasil.

Caso as taxas de inflação venham a sofrer elevação, uma eventual política anti-inflacionária adotada pelo Governo Federal pode vir a resultar em desaceleração no nível de atividade econômica e redução do poder aquisitivo da população, o que resultaria na diminuição da demanda dos produtos da Companhia e na redução das vendas líquidas. Uma elevação na taxa de inflação pode, ademais, aumentar alguns dos custos e despesas da Companhia, que talvez não consiga repassá-los aos clientes, o que pode, em consequência, reduzir suas margens de lucro e o seu lucro líquido. Além disso, um aumento da taxa de inflação pode gerar uma elevação na taxa de juros interna, o que, por conseguinte, elevaria os custos do serviço com dívidas expressas em reais da Companhia, acarretando lucro líquido menor. A elevação da taxa de inflação e seu efeito sobre a taxa de juros interna pode, ademais, acarretar redução da liquidez nos mercados internos de capitais e de crédito, o que afetaria a capacidade da Companhia de refinar seu endividamento. Tendo em vista a relação indireta da inflação com os resultados da Companhia, o qual depende de diversas outras variáveis, não é possível quantificar os impactos esperados na Companhia em caso de alteração das taxas de inflação.

Flutuações da taxa de juros poderão aumentar o custo das dívidas da Companhia ocasionando efeitos adversos sobre seus negócios e sobre o preço de suas ações.

O Banco Central do Brasil estabelece a meta da taxa básica de juros para o sistema financeiro brasileiro tomando por referência, entre outros, o nível de crescimento econômico da economia brasileira, o nível de inflação e outros indicadores econômicos. O endividamento de empresas no setor imobiliário, setor de atuação da Companhia, está sujeito à flutuação das taxas de juros. No caso de as taxas de juros subirem, os custos relativos ao endividamento também crescerão.

Em 31 de dezembro de 2014, a totalidade do endividamento da Companhia estava expressa em reais e atrelada a taxas flutuantes como a TR. Hipoteticamente, um aumento de 1% na taxa TR representaria um decréscimo de R\$55,0 mil nas despesas financeiras e no fluxo de caixa da Companhia com base em seu atual nível de endividamento. A Companhia não detém instrumentos financeiros de proteção (*hedge*) em função de seu endividamento atual.

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, pode vir a causar um efeito adverso relevante nas atividades e nos resultados operacionais da Companhia.

A economia brasileira é caracterizada por intervenções do Governo Federal e também pela ocorrência de ciclos econômicos instáveis. O Governo Federal frequentemente intervém na economia do País e ocasionalmente realiza modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicaram aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, dentre outras medidas. As atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia podem vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- movimentos de taxas de câmbio;
- taxas de políticas de controle;
- expansão ou retração da economia brasileira, conforme medida por taxas de crescimento do Produto Interno Bruto;
- inflação;
- política fiscal e monetária;
- política habitacional;
- outros acontecimentos econômicos, políticos, diplomáticos e sociais, que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem;
- taxas de juros;
- fornecimento de energia elétrica;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos; e
- instabilidade social e política.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses e outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil, podendo prejudicar as atividades e os resultados operacionais da Companhia.

Modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil em função de sua convergência às práticas contábeis internacionais (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) podem afetar adversamente os resultados da Companhia.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil, como

aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo a Orientação OCPC 04 (Orientação OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras), no que diz respeito ao reconhecimento de receitas e respectivos custos e despesas decorrentes de operações de incorporação imobiliária durante o andamento da obra (método da percentagem completada – POC).

Determinados assuntos relacionados ao significado e aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e de controle na venda de unidades imobiliárias serão analisados pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC). Os resultados dessa análise podem fazer com que a Companhia tenha que revisar suas práticas contábeis relacionadas ao reconhecimento de receitas.

5.2. Política de gerenciamento de riscos de mercado da companhia, objetivos, estratégias e instrumentos:

a) Riscos para os quais se busca proteção, b) estratégia de proteção patrimonial (hedge) e c) instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge)

Os riscos para os quais a Companhia busca proteção patrimonial, bem como a estratégia e os instrumentos utilizados para tal proteção são:

(i) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas restringem a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa, e como estratégia de proteção patrimonial efetua seus investimentos em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo, sendo estes os instrumentos utilizados pela Companhia para tal proteção patrimonial.

Com relação a contas a receber, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e de análises de crédito contínua. Adicionalmente, inexistem históricos relevantes de perdas em face da existência de garantia real de recuperação de seus produtos nos casos de inadimplência durante o período de construção.

(ii) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A estratégia e os instrumentos utilizados pela Companhia e suas controladas para a mitigação desse tipo de risco, consiste na diversificação da captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. Sobre o saldo de contas a receber de imóveis concluídos, incide juros de 12% ao ano, apropriado "pro rata temporis".

(iii) Risco de Moeda

A Companhia tem como política e estratégia efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos de moeda à sua operação.

d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos

A Companhia busca gerir seu fluxo de caixa estabelecendo critérios de posições de caixa mínimo, além de buscar mitigar a exposição de caixa dos empreendimentos imobiliários através de financiamentos à produção através do SFH. Como os riscos relacionados à variação de preços dos insumos para a construção, serviços e mão-de-obra podem influenciar diretamente os custos de construção, a Companhia busca estabelecer contratos com os principais fornecedores por prazos mínimos de tal maneira que os eventuais aumentos de preços não impactem os seus custos de curto prazo.

Os riscos de crédito a que a Companhia e suas controladas estão sujeitas em seu "contas a receber" de clientes (recebíveis) estão minimizados pela ampla base de clientes, pela criteriosa análise de crédito e pelo constante acompanhamento e cobrança desses recebíveis. Durante o período de construção, não existem históricos de perdas relevantes devido à existência de garantia real de recuperação dos produtos

comercializados.

e) Indicar se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não era signatária de instrumentos financeiros derivativos.

De acordo com suas políticas de tesouraria, a Companhia não possui ou emite instrumentos financeiros derivativos para fins outros que não os de proteção. Os derivativos, caso existentes, são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos e g) adequação da estrutura operacional de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia monitora os seus riscos através de uma estrutura organizacional multidisciplinar, na qual a diretoria avalia se as ações praticadas estão sendo feitas de maneira a seguir as políticas adotadas para gerenciamento de riscos.

A Companhia é subsidiária integral da Gafisa S.A., que emite ADRs na Bolsa de Nova Iorque – NYSE e, por conta disso, a Gafisa S.A. e suas controladas devem observar os preceitos da Lei norte-americana Sarbanes-Oxley.

A Lei norte-americana Sarbanes-Oxley estabelece que as atividades de controle devem ser avaliadas pela administração da Companhia, bem como certificadas por um auditor independente registrado no “Public Company Accounting Oversight Board” – PCAOB (Conselho de Supervisão da Contabilidade de Companhias Abertas). A execução das atividades de controle é de responsabilidade de todos os colaboradores da Companhia com base nas políticas corporativas e padrões (i.e. procedimentos para operacionalizar as atividades e rotinas de controle que, por sua vez, estão alinhadas com as políticas corporativas) aprovados e amplamente divulgados dentro da Companhia.

A Companhia estabeleceu as seguintes políticas, entre outras: Política de Gente e Gestão, Código de Ética, Política de Relacionamento com Investidores, Política de Compras (Suprimentos), Política de Controladoria (Contabilidade e Tributário/Fiscal), Política de Vendas, Política de Tecnologia da Informação, Política de Incorporação, Política de Construção, Política de Contas a Pagar, Política de Contas a Receber, Política de Tesouraria, Jurídico e de Crédito Imobiliário.

5.3. Alterações significativas nos principais riscos de mercado ou na política de gerenciamento de risco em relação ao último exercício social:

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado ou no monitoramento de riscos adotado pela Companhia.

5.4. Outras informações relevantes

Todas as informações pertinentes a esse tópico foram divulgadas nos itens acima.

6. HISTÓRICO DA COMPANHIA

6.1. Constituição da Companhia

a) data	01.12.1993
b) forma	A Companhia foi constituída como uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, tendo sido transformada em sociedade anônima em 18/02/1999
c) país de constituição	Brasil

6.2. Prazo de duração

Indeterminado.

6.3. Breve histórico da Companhia

A Companhia foi fundada em 1993, na cidade de Belo Horizonte, por Tenda Engenharia e Comércio Ltda., José Olavo Mourão Alves Pinto, Flavio de Freitas Alves Pinto, Henrique de Freitas Alves Pinto, Tiago de Freitas Alves Pinto e Sergio Nascimento Gaede, tendo sido constituída como sociedade limitada, a princípio, sob a denominação Construtora Tenda Ltda., e com início das atividades em janeiro de 1994. Em fevereiro de 1999 foi aprovada a transformação da Companhia em sociedade anônima, sob a denominação atual, dando início à sua expansão com operações na cidade de São Paulo e, em 2006, na cidade do Rio de Janeiro.

O ano de 2007 foi marcado pela entrada de novos sócios e pela preparação da Companhia para o crescimento. No primeiro semestre daquele ano, iniciaram-se as operações nas regiões metropolitanas de Salvador, Porto Alegre, Goiânia, Brasília e Vitória. Em 30 de julho de 2007, as administrações da Companhia e da EDSP92 Participações S.A. celebraram protocolo e justificação tendo por objeto proposta de incorporação, pela Companhia, da EDSP92 Participações S.A., à época acionista da Companhia. Em decorrência de referida incorporação, a Companhia recebeu o acervo líquido da EDSP 92 Participações S.A, no montante de R\$20.381 mil. Em contrapartida, os então acionistas da EDSP92 Participações S.A., quais sejam, Modal Participações S.A. e os Srs. Diniz Ferreira Baptista, Ramiro Lopes de Oliveira, Thomaz Srougi, Luiz Claudio do Nascimento, Mauricio Luis Luchetti e José Antonio Mourão, passaram a ser acionistas diretos da Companhia, mediante a subscrição de 687.800 ações de emissão da Companhia, representativas de 14,75% do capital total e votante.

Em 15 de outubro de 2007, a Companhia concluiu uma oferta pública inicial no Brasil de 67 milhões de ações, a um preço por ação de R\$9,00, com um valor de distribuição de R\$603 milhões, resultando na pulverização de, aproximadamente, 55,07% do seu capital social após o encerramento da oferta. A Companhia, com a referida oferta, passou a ser listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

Em outubro de 2008, os acionistas da Companhia aprovaram a incorporação pela Companhia da FIT Residencial Empreendimentos Imobiliários Ltda., sociedade até então controlada pela Gafisa S.A. Como resultado da incorporação da FIT Residencial Empreendimentos Imobiliários Ltda. pela Companhia, a Gafisa S.A. tornou-se a controladora da Companhia, com participação equivalente a 60% das ações então em circulação da Companhia.

Em dezembro de 2009, foi aprovada a incorporação de ações da Companhia pela Gafisa S.A., com a troca de ações da Companhia por ações de sua controladora, na proporção acordada entre Gafisa S.A. e o Comitê Independente constituído de forma a negociar com a administração da Gafisa S.A. as condições da incorporação de ações.

Como consequência da incorporação de ações, a Companhia passou à condição de subsidiária integral da Gafisa S.A. e as ações de sua emissão deixaram de ser negociadas na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sendo mantido, contudo, seu registro de companhia aberta.

Em junho de 2010, foi aprovado o pedido de conversão do registro de companhia aberta da Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários para a Categoria B, nos termos da Instrução CVM 480/09.

Em 7 de fevereiro de 2014, a Companhia divulgou, juntamente com sua controladora Gafisa S.A., fato relevante ao mercado informando que a administração da Gafisa S.A. foi autorizada por seu Conselho de Administração a iniciar estudos para uma potencial separação das unidades de negócio de Gafisa S.A. e da Companhia em duas companhias abertas e independentes, com o objetivo de reforçar geração de valor para a Gafisa S.A. e seus acionistas, tendo em vista que a Companhia e sua controladora têm perfis estratégicos, operacionais e de estrutura de capital distintos e atual sinergia baixa entre as operações das empresas.

O Conselho de Administração da Gafisa S.A. espera avaliar estudos para a separação nos meses seguintes à divulgação, analisando possíveis alternativas de como realizá-la, sob diversos aspectos, inclusive societários e fiscais, no melhor interesse dos acionistas. Se aprovado pelo Conselho de Administração, o plano de separação será submetido aos acionistas em assembleia geral.

Vide item 6.5 deste Formulário de Referência para uma descrição mais detalhada dos eventos societários ocorridos nos três últimos exercícios sociais.

Em julho de 2014, foi aprovado o pedido de conversão do registro de companhia aberta da Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários para a Categoria A, nos termos da Instrução CVM 480/09.

Em 29 de abril de 2015, a Companhia, juntamente com sua controladora Gafisa S.A., divulgou fato relevante ao mercado informando que os trabalhos para a potencial separação das unidades de negócio continuam em andamento, visando atingir condições entendidas como suficientes para sua implementação. Desde o início do processo diversas atividades já foram executadas visando a separação, mas ainda não é possível precisar o prazo de conclusão da potencial separação, havendo possibilidade de que o processo se estenda até 2016.

6.4. Data do registro na CVM

11.10.2007.

6.5. Principais eventos societários

Evento	Aquisição de participação na Alphaville Urbanismo S.A.
Principais Condições do Negócio	<p>Em outubro de 2006, a Gafisa S.A. celebrou o “Acordo de Investimento e Outras Avenças” com Alphaville Participações S.A., Renato de Albuquerque e Nuno Luís de Carvalho Lopes, tendo por objeto a aquisição de 100%, em três etapas distintas, da totalidade das ações de emissão da Alphaville Urbanismo S.A., empresa de desenvolvimento de condomínios residenciais no Brasil, com foco na identificação, desenvolvimento e venda de condomínios residenciais de alta qualidade em regiões metropolitanas brasileiras, cujo público-alvo consiste em famílias de classe alta e média.</p> <p>Em janeiro de 2007, foi concluída a primeira etapa, referente à aquisição, pela Gafisa S.A., de 60% das ações de emissão de Alphaville Urbanismo S.A., pelo preço de R\$198,4 milhões, dos quais R\$20 milhões foram pagos em dinheiro e o saldo, no valor de R\$178,4 milhões, através da entrega de 6.358.616 ações ordinárias de emissão da Companhia.</p> <p>Em maio de 2010, foi concluída a segunda etapa da aquisição, através da incorporação, pela Gafisa S.A., da totalidade das ações de emissão da Shertis Empreendimentos e Participações S.A., cujo principal ativo consistia</p>

	<p>em ações representativas de 20% do capital social da Alphaville Urbanismo S.A., avaliadas em R\$126,5 milhões. Como consequência da incorporação, a única acionista da Shertis Empreendimentos e Participações S.A., Alphaville Participações S.A., recebeu 9.797.792 ações ordinárias de emissão da Companhia.</p> <p>Em julho de 2013, foi concluída a terceira, e última, etapa da aquisição, através da aquisição, pela Companhia, da totalidade das ações da EVP Participações S.A. (nova denominação da Alphaville Participações S.A.), cujo principal ativo consistia em ações representativas de 20% do capital social da Alphaville Urbanismo S.A. Como consequência da aquisição, os sócios da EVP Participações S.A., Renato de Albuquerque e Nuno Luís de Carvalho Lopes Alves, receberam o valor correspondente a R\$366.661.985,11, pagos pela Companhia em moeda corrente nacional.</p> <p>Em julho de 2013, a Companhia, única acionista da EVP Participações S.A., aprovou em assembleia geral extraordinária o resgate, com o consequente cancelamento, de 28.865.192 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da EVP Participações S.A. e de titularidade da Companhia. Referido resgate de ações foi pago à Companhia mediante a entrega das 23.070.000 ações ordinárias de emissão da Alphaville Urbanismo S.A. Com o registro desta assembleia geral em setembro de 2013, a Companhia passou a deter diretamente 20% do capital da Alphaville Urbanismo S.A..</p>
Sociedades Envolvidas	Companhia, Gafisa S.A., EVP Participações S.A. (nova denominação da Alphaville Participações S.A.), Renato de Albuquerque, Nuno Luís de Carvalho Lopes Alves, Alphaville Urbanismo S.A. e Shertis Empreendimentos e Participações S.A.
Efeitos Resultantes da Operação no Quadro Acionário, especialmente, sobre a Participação do Controlador, de Acionista com mais de 5% do Capital Social e dos Administradores do Emissor	Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da Companhia.
Quadro Societário Antes e Depois da Operação	<p>Após a conclusão da primeira etapa, a Gafisa S.A., que até então não era titular de qualquer participação na Alphaville Urbanismo S.A., passou a ser proprietária de ações representativas de 60% do capital social daquela sociedade.</p> <p>Após a conclusão da segunda etapa da operação, a participação da Gafisa</p>

	<p>S.A. na Alphaville Urbanismo S.A. passou a ser de 80% (60% diretamente e 20% indiretamente, através da Shertis Empreendimentos e Participações S.A.), enquanto a Alphaville Participações S.A. era a titular dos 20% restantes.</p> <p>Com a conclusão da terceira etapa e do resgate de ações da EVP Participações S.A., a Gafisa S.A. passou a ser titular de 100% do capital social da Alphaville Urbanismo S.A., sendo 60% do capital detido diretamente, e o restante indiretamente: 20% detidos através da Shertis Empreendimentos e Participações S.A. e 20% detidos através da Companhia, sendo a Companhia e a Shertis Empreendimentos e Participações S.A. subsidiárias integrais da Gafisa S.A..</p>
--	--

Evento	Venda de participação na Alphaville Urbanismo S.A.
Principais Condições do Negócio	<p>Em junho de 2013, a Gafisa S.A. celebrou o “Contrato de Compra e Venda de Ações” com Private Equity AE Investimentos e Participações S.A., sociedade controlada por Pátria Investimentos Ltda. e Blackstone Real Estate Advisors L.P., para venda da participação majoritária detida pela Gafisa S.A. na Alphaville Urbanismo S.A., empresa de desenvolvimento de condomínios residenciais no Brasil, com foco na identificação, desenvolvimento e venda de condomínios residenciais de alta qualidade em regiões metropolitanas brasileiras, cujo público-alvo consiste em famílias de classe alta e média.</p> <p>Em 2 de dezembro de 2013, o “Contrato de Compra e Venda de Ações” foi aditado para incluir a Companhia, na qualidade de alienante da totalidade das ações detidas pela Companhia no capital da Alphaville Urbanismo S.A., equivalente a 23.070.000 ações ordinárias.</p> <p>Em 9 de dezembro de 2013, Gafisa S.A. e a Companhia anunciaram a conclusão da transação, através da venda ao Private Equity AE Investimentos e Participações S.A. de uma participação de 50% por Gafisa S.A. e 20% pela Companhia. Os recursos provenientes da transação, após os ajustes previstos no Contrato assinado entre as partes, totalizaram R\$1,54 bilhões, sendo R\$1,25 bilhões através do pagamento à vista do Private Equity AE Investimentos e Participações S.A. pela aquisição das ações, e R\$290 milhões recebidos por meio de dividendos distribuídos por Alphaville Urbanismo S.A. Os valores acima foram recebidos pela Gafisa S.A. e pela Companhia proporcionalmente à parcela do capital de Alphaville Urbanismo S.A. detida por cada uma dessas empresas.</p>
Sociedades Envolvidas	Companhia, Gafisa S.A., Private Equity AE Investimentos e Participações

	S.A. e Alphaville Urbanismo S.A.
Efeitos Resultantes da Operação no Quadro Acionário, especialmente, sobre a Participação do Controlador, de Acionista com mais de 5% do Capital Social e dos Administradores do Emissor	Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da Companhia.
Quadro Societário Antes e Depois da Operação	Com a conclusão da venda das participações de Gafisa S.A. e da Companhia, o capital da Alphaville Urbanismo S.A. passou a ser composto da seguinte maneira: (i) 70% detido diretamente pelo Private Equity AE Investimentos e Participações S.A.; e (ii) 30% detido pela Gafisa S.A., sendo 10% do capital detido diretamente, e os 20% restante, indiretamente, através da Shertis Empreendimentos e Participações S.A..

Sociedades de Propósito Específico

Em razão das peculiaridades das atividades de incorporação imobiliária, a Companhia não realiza investimentos relevantes em ativos imobilizados.

Como parte de seu modelo de negócios, a Companhia investe em sociedades de propósito específico, constituídas especificamente para o desenvolvimento de projetos de incorporação imobiliária e para a construção de empreendimentos de uso residencial.

As tabelas abaixo relatam a aquisição ou alienação, pela Companhia, de participação relevante em sociedades de propósito específico.

Evento	Cessão e transferência da totalidade das quotas pertencentes à Companhia e Tenda 35 SPE Participações S.A. em favor das sucessoras Alphaville Urbanismo S.A. e Alphaville Empreendimentos Imobiliários S.A.
Principais Condições do Negócio	<p>Em 13 de julho de 2012, as sócias Tenda 35 SPE Participações S.A. e Companhia cederam sua participação na Tenda 45 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. às empresas Alphaville Urbanismo S.A. e Alphaville Empreendimentos Imobiliários S.A., transferindo a totalidade de 1.000 quotas da sociedade, no valor de R\$1.000,00.</p> <p>Assim, em mesmo ato, a empresa Tenda 45 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. passou a ter como sócios as empresas Alphaville Urbanismo S.A. e Alphaville Empreendimentos Imobiliários S.A., a primeiro titular de 999 quotas da sociedade e a segunda titular de 1 quota</p>

	da sociedade de propósito específico.
Sociedades Envolvidas	Companhia e Tenda 35 SPE Participações S.A. (vendedoras), Alphaville Urbanismo S.A. e Alphaville Empreendimentos Imobiliários S.A. (compradoras).
Efeitos Resultantes da Operação no Quadro Acionário, especialmente, sobre a Participação do Controlador, de Acionista com mais de 5% do Capital Social e dos Administradores do Emissor	Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da Companhia.
Quadro Societário Antes e Depois da Operação	A Companhia e a Tenda 35 SPE Participações S.A. se retiram da Tenda 45 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Evento	Cessão e transferência da totalidade das quotas pertencentes à Companhia e da Tenda 35 SPE Participações S.A. em favor dos sucessores José Augusto de Avila e Adriano Lopes Avila.
Principais Condições do Negócio	Em 31 agosto de 2012, as sócias Tenda 35 SPE Participações S.A. e Companhia cederam sua participação na Fit 18 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. aos Srs. José Augusto de Avila e Adriano Lopes Avila, transferindo a totalidade de 5.931.661 quotas da sociedade, no valor de R\$5.931.661,00. Assim, em mesmo ato, a empresa Fit 18 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. passou a ter como sócios os Srs. José Augusto de Avila e Adriano Lopes Avila, o primeiro titular de 5.931.660 quotas da sociedade e o segundo titular de 1 quota da sociedade de propósito específico.
Sociedades Envolvidas	Companhia e Tenda 35 SPE Participações S.A. (vendedoras), José Augusto de Avila e Adriano Lopes Avila (compradores).
Efeitos Resultantes da Operação no Quadro Acionário, especialmente, sobre a Participação do Controlador, de Acionista com mais de 5% do Capital Social e dos Administradores do Emissor	Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da Companhia.
Quadro Societário Antes e Depois da Operação	A Companhia e a Tenda 35 SPE Participações S.A. se retiram da Fit 18

Depois da Operação	SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Evento	Cessão e transferência da totalidade das quotas pertencentes à Companhia em favor da sucessora Enplan Engenharia e Construtora Ltda.
Principais Condições do Negócio	<p>Em junho de 2013, a Companhia cedeu sua participação na SPE Guapurá Empreendimentos Imobiliários Ltda. à Enplan Engenharia e Construtora Ltda., transferindo 290.000 quotas da sociedade. O valor total avençado nesta venda e compra das quotas foi de R\$1,00 cada, pagos no ato.</p> <p>Assim, em mesmo ato, a empresa SPE Guapurá Empreendimentos Imobiliários Ltda. passou a ter como sócias as empresas Enplan Engenharia e Construtora Ltda. e Enplan Empreendimentos Imobiliários Ltda., ambas titulares das 290.000 quotas da sociedade de propósito específico.</p>
Sociedades Envolvidas	Companhia, Enplan Engenharia e Construtora Ltda. e Enplan Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Efeitos Resultantes da Operação no Quadro Acionário, especialmente, sobre a Participação do Controlador, de Acionista com mais de 5% do Capital Social e dos Administradores do Emissor	Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da Companhia.
Quadro Societário Antes e Depois da Operação	A Companhia se retira da SPE Guapurá Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Evento	Venda da participação na FIT 33 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Principais Condições do Negócio	Em agosto de 2013, a FIT 33 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda., anteriormente de propriedade da Companhia e Tenda 35 SPE Participações S.A. foi alienada para Abaeté Automóveis Ltda. e José Walmir Oliveira Pitanga pelo valor patrimonial da SPE FIT 33 Empreendimentos Imobiliários Ltda. A venda da participação justifica-se para fins de venda indireta em terreno de lanbank localizado em Maceió, Estado de Alagoas e o valor patrimonial da SPE está vinculado ao valor

	de avaliação do terreno, que constituiu bem representado em capital.
Sociedades Envolvidas	Companhia, Tenda 35 SPE Participações S.A., Empreendimentos Imobiliários Ltda., Abaeté Automoveis Ltda., José Waldir Oliveira Pitanga e FIT 33 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Efeitos Resultantes da Operação no Quadro Acionário, especialmente, sobre a Participação do Controlador, de Acionista com mais de 5% do Capital Social e dos Administradores do Emissor	Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da Companhia.
Quadro Societário Antes e Depois da Operação	A FIT 33 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. era detida 100% pela Companhia e Tenda 35 SPE Participações S.A. e após a conclusão da operação a SPE passou a ser 99,99% detida pela Abaeté Automóveis Ltda. e 0,01% de José Waldir Oliveira Pitanga.

Evento	Reestruturação da Parceria entre Gafisa S.A., Companhia e OAS Empreendimentos S.A.
Principais Condições do Negócio	<p>Em abril de 2012, a Companhia e a Gafisa S.A. assinaram Memorando de Entendimentos com a OAS Empreendimentos S.A. com vistas a reestruturar a parceria entre si, de modo que os empreendimentos deixem de ser explorados conjuntamente pelas partes.</p> <p>Assim, a Gafisa S.A. se tornou titular de 100% das quotas representativas do capital social da Manhattan Square Empreendimentos Imobiliários Residencial 02 SPE Ltda. (SPE Manhattan 2 Residencial) e da Manhattan Square Empreendimentos Imobiliários Comercial 02 SPE Ltda. (SPE Manhattan 2 Comercial) e assumiu integralmente a gestão dos empreendimentos desenvolvidos por estas SPEs. A Gafisa S.A. se tornou titular de 50% das quotas representativas do capital social de Città Ville SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. (SPE Villa Allegro), em parceria com a Companhia, proprietária do restante das quotas e responsável, a partir deste momento, pela gestão do empreendimento desenvolvido por esta SPE. E, por fim, a OAS Empreendimentos S.A. se tornou a titular de 100% das quotas representativas do capital social da Acupe Exclusive Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. (SPE Exclusive), da City Park Brotas Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. (SPE Brotas), da City Park Acupe Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. (SPE Acupe), da Patamares 1 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. (SPE Patamares) e da Graça Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. (SPE CBT) e assumiu integralmente a gestão dos empreendimentos desenvolvidos por estas SPEs.</p>

	<p>O valor atribuído à operação foi dividido da seguinte forma:</p> <p>(a) Gafisa S.A. pagou à OAS Empreendimentos S.A.. R\$12.541.248,00 pela aquisição de 12.541.248, quotas da SPE Villa Allegro, representativas de 50% do seu capital social;</p> <p>(b) OAS Empreendimentos S.A. pagou à Gafisa S.A. R\$3.580.976,00 pela aquisição de 3.580.976 quotas da SPE Brotas, representativas de 50% do seu capital social;</p> <p>(c) OAS Empreendimentos S.A. pagou à Gafisa S.A. R\$1.345.700,00 pela aquisição de 1.345.700 quotas da SPE Acupe, representativas de 50% do seu capital social;</p> <p>(d) OAS Empreendimentos S.A. pagou à Gafisa S.A. R\$3.335.922,00 pela aquisição de 3.335.922 quotas da SPE Exclusive, representativas de 50% do seu capital social;</p> <p>(e) OAS Empreendimentos S.A. pagou à Gafisa S.A. R\$1.353.844,00 pela aquisição de 1.353.844 quotas da SPE Patamares, representativas de 50% do seu capital social;</p> <p>(f) OAS Empreendimentos S.A. pagou à Gafisa S.A. R\$1.353.844,00 pela aquisição de 1.353.844 quotas da SPE CBT, representativas de 50% do seu capital social e pela cessão dos direitos e obrigações decorrentes da aquisição do terreno da SPE CBT;</p> <p>(g) Gafisa S.A. pagou à OAS Empreendimentos S.A. R\$931.031,00 pela aquisição de 931.031 quotas da SPE Manhattan 2 Comercial, representativas de 50% do seu capital social; e</p> <p>(h) Gafisa S.A. pagou à OAS Empreendimentos S.A. R\$1.681.162,00 pela aquisição de 1.681.162 quotas da SPE Manhattan 2 Residencial, representativas de 50% do seu capital social.</p> <p>As demais SPE's e Consorcios detidos em parceria entre Companhia, Gafisa S.A. e OAS Empreendimentos S.A. não sofreram alterações.</p>
<p>Sociedades Envolvidas</p>	<p>Companhia, Gafisa S.A., OAS Empreendimentos S.A., Manhattan Square Empreendimentos Imobiliários Residencial 02 SPE Ltda., Manhattan Square Empreendimentos Imobiliários Comercial 02 SPE Ltda., Citta Ville SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda., Acupe Exclusive Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., City Park Brotas Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., City Park Acupe Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., Patamares 1 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. e Graça Empreendimentos</p>

	Imobiliários SPE Ltda.
Efeitos Resultantes da Operação no Quadro Acionário, especialmente, sobre a Participação do Controlador, de Acionista com mais de 5% do Capital Social e dos Administradores do Emissor	Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da Companhia.
Quadro Societário Antes e Depois da Operação	<p>Antes da operação, as seguintes SPEs eram detidas pela Gafisa S.A. e OAS Empreendimentos S.A., na proporção de 50% cada do capital das empresas: Manhattan Square Empreendimentos Imobiliários Residencial 02 SPE Ltda., Manhattan Square Empreendimentos Imobiliários Comercial 02 SPE Ltda., Acupe Exclusive Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., City Park Brotas Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., City Park Acupe Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., Patamares 1 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. e Graça Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.</p> <p>Ainda antes da operação, a Companhia e OAS Empreendimentos S.A. eram detentoras cada de 50% do capital da Citta Ville SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.</p> <p>Com a reestruturação, a Gafisa S.A. se tornou titular de 100% das quotas representativas do capital social da Manhattan Square Empreendimentos Imobiliários Residencial 02 SPE Ltda. e da Manhattan Square Empreendimentos Imobiliários Comercial 02 SPE Ltda.</p> <p>A Gafisa S.A. se tornou titular de 50% das quotas representativas do capital social de Cittä Ville SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda., em parceria com a Companhia.</p> <p>A OAS Empreendimentos S.A. se tornou a titular de 100% das quotas representativas do capital social da Acupe Exclusive Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., City Park Brotas Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., City Park Acupe Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., Patamares 1 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. e Graça Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.</p>
Evento	Aquisição pela Gafisa S.A da participação societária detida pela Companhia na Gafisa SPE-104 Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Principais Condições do Negócio	Em julho de 2014, a Gafisa S.A. adquiriu a totalidade das quotas de propriedade da Companhia representativas de 50% do capital social da sociedade de propósito específico Gafisa SPE-104 Empreendimentos Imobiliários Ltda. pelo valor de R\$500,00, passando a Gafisa S.A. a deter

	100% do capital social da referida sociedade.
Sociedades Envolvidas	Companhia, Gafisa S.A. e Gafisa SPE-104 Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Efeitos Resultantes da Operação no Quadro Acionário, especialmente, sobre a Participação do Controlador, de Acionista com mais de 5% do Capital Social e dos Administradores do Emissor	Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da Companhia.
Quadro Societário Antes e Depois da Operação	O quadro societário da Gafisa SPE-104 Empreendimentos Imobiliários Ltda. que antes da operação era composto de 50% de participação para a Companhia e 50% para a Gafisa S.A., passou a ser composto integralmente pela Gafisa S.A. com 100% de participação societária.

Evento	Aquisição pela Companhia de 50% da participação na empresa Jardim São Luiz SPE Incorporadora Ltda.
Principais Condições do Negócio	<p>Em agosto de 2014, a Companhia adquiriu da Agra Empreendimentos Imobiliários S.A. parcela equivalente a 50% do capital social da Jardim São Luiz SPE Incorporadora Ltda., passando a ser proprietária de 100% do capital social desta empresa, já que detinha previamente a outra parcela de 50% do capital da SPE. O valor total avençado nesta venda e compra das quotas foi de R\$5.775.000,00, pagos no ato.</p> <p>Em movimento seguinte, a Companhia admitiu na Jardim São Luiz SPE Incorporadora Ltda., na qualidade de Sócia, a empresa Tenda 35 SPE Participações S.A., cedendo uma quota da Sociedade. O valor total avençado nesta venda e compra das quotas foi de R\$1,00, pagos no ato.</p>
Sociedades Envolvidas	Companhia, Tenda 35 SPE Participações S.A., Agra Empreendimentos Imobiliários S.A. e Jardim São Luiz SPE Incorporadora Ltda.
Efeitos Resultantes da Operação no Quadro Acionário, especialmente, sobre a Participação do Controlador, de Acionista com mais de 5% do Capital Social e dos Administradores do Emissor	Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da Companhia.
Quadro Societário Antes e Depois da Operação	O capital social da Jardim São Luiz SPE Incorporadora Ltda. era detido

Depois da Operação	50% pela Companhia e 50% pela Agra Empreendimentos Imobiliários S.A. e após a conclusão da operação a SPE passou a ser 99,99% detida pela Companhia e 0,01% de Tenda 35 SPE Participações S.A.
Evento	Encerramento de parceria entre a Companhia, Gafisa S.A., Premium Participações Ltda. e Blue 02 Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Principais Condições do Negócio	<p>Em dezembro de 2014, as seguintes movimentações de capital social foram realizadas em decorrência do encerramento da parceria entre a Companhia, Gafisa S.A., Premium Participações Ltda. e Blue 02 Empreendimentos Imobiliários Ltda.:</p> <p>(i) a Gafisa S.A. vendeu a totalidade de suas quotas na sociedade de propósito específico Gafisa SPE-73 Empreendimentos Imobiliários Ltda., correspondente a 80% do capital social, para a Blue 02 Empreendimentos Imobiliários Ltda. pelo valor total de R\$6.400.000,00, que, após a operação passou a ser sócia da Premium Participações Ltda., detentora dos outros 20% do capital social da Gafisa SPE-73 Empreendimentos Imobiliários Ltda.;</p> <p>(ii) a Gafisa S.A. adquiriu 40% das quotas do capital social da sociedade de propósito específico Gafisa SPE-46 Empreendimentos Imobiliários Ltda. de propriedade de Premium Participações Ltda. pelo valor total de R\$6.262.880,00, passando a deter 100% das quotas do capital social da referida sociedade; e</p> <p>(iii) a Companhia adquiriu a totalidade das quotas sociais detidas pela Blue 02 Empreendimentos Imobiliários Ltda. na sociedade de propósito específico AC Participações Ltda., correspondente a 20% do capital social pelo valor total de R\$5.072.434,00, passando a Companhia a deter 100% do capital social da referida sociedade.</p>
Sociedades Envolvidas	Companhia, Gafisa S.A., Premium Participações Ltda., Blue 02 Empreendimentos Imobiliários Ltda., Blue Participações Ltda., Gafisa SPE-73 Empreendimentos Imobiliários Ltda., Gafisa SPE-46 Empreendimentos Imobiliários Ltda. e AC Participações Ltda.
Efeitos Resultantes da Operação no Quadro Acionário, especialmente, sobre a Participação do Controlador, de Acionista com mais de 5% do Capital Social e dos Administradores do Emissor	Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da Companhia.

<p>Quadro Societário Antes e Depois da Operação</p>	<p>A sociedade de propósito específico Gafisa SPE-46 Empreendimentos Imobiliários Ltda. possuía o capital social distribuído na proporção de 60% para a Gafisa S.A. e 40% para a Premium Participações Ltda. e após a operação passou a ter o capital social detido integralmente pela Gafisa S.A..</p> <p>A sociedade de propósito específico Gafisa SPE-73 Empreendimentos Imobiliários Ltda. possuía o capital social distribuído na proporção de 80% para a Gafisa S.A. e 20% para a Premium Participações Ltda. e após a operação passou a ter o capital social com 80% de participação da Blue 02 Empreendimentos Imobiliários Ltda. e 20% de participação da Premium Participações Ltda.</p> <p>E, por fim, a sociedade de propósito específico AC Participações Ltda. cujo capital social era detido pela Companhia com 80% de participação e 20% pela Blue 02 Empreendimentos Imobiliários Ltda., passou a ser composto, após a operação, com 100% de participação da Companhia.</p>
--	---

6.6. Pedidos de falência fundados em valor relevante e pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial

Não houve pedidos de falência fundados em valor relevante e pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.7. Outras informações relevantes

Todas as informações pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

7. ATIVIDADES DA COMPANHIA

7.1. Descrição sumária das atividades desenvolvidas pela Companhia e por suas controladas

A Companhia e as sociedades de propósito específico por ela controladas, desenvolvem, principalmente, atividades de (i) promoção e incorporação de empreendimentos imobiliários no segmento econômico; (ii) alienação e aquisição de imóveis de qualquer natureza; (iii) construção civil e prestação de serviços de engenharia civil; e (iv) desenvolvimento e implementação de estratégias de marketing relativas a empreendimentos imobiliários próprios e de terceiros.

Juntamente com suas controladas, a Companhia acredita ser uma das empresas líderes no mercado imobiliário no segmento econômico, com atuação nacional e foco em empreendimentos residenciais, destinados ao segmento popular, assim entendido como segmento composto pela parcela da população que possui renda familiar mensal de até 10 salários mínimos, tendo concluído mais de 550 empreendimentos nos últimos anos.

A Companhia e suas controladas estão posicionadas no segmento popular e atuam com preço de venda unitário entre R\$100 mil e R\$200 mil, com atuação em 36 cidades, localizadas em 10 Estados e no Distrito Federal.

Acredita-se que a marca “Tenda” é reconhecida no mercado brasileiro, desfrutando de uma considerada reputação de qualidade, consistência e profissionalismo perante potenciais compradores de imóveis, corretores, financiadores, proprietários de terrenos e competidores.

Mercado de Atuação

O mercado imobiliário brasileiro apresenta um tamanho expressivo se comparado a outros países da América Latina. Estima-se a formação de 35 milhões de novas famílias até 2030, com a adição de 1,5 milhão de famílias por ano neste período, das quais aproximadamente 65% apresentam rendimentos de até 10 salários mínimos. Além disso, o mercado brasileiro imobiliário apresentava, em 2007, um déficit habitacional de 6,3 milhões de domicílios, segundo dados da Fundação João Pinheiro, e o que se acredita ser uma das menores taxas de penetração do financiamento imobiliário no mundo, cerca de 49% do Produto Interno Bruto, segundo o Banco Central do Brasil.

Acredita-se que o cenário macroeconômico positivo de longo prazo no Brasil e o aumento da renda das famílias deverão impulsionar o crescimento do setor. Ademais, os programas de estímulo ao setor do Governo Federal, mais especificamente o Programa Minha Casa, Minha Vida, já contribuem para acelerar o crescimento do segmento popular, o qual estima-se que compreenderá, aproximadamente, 82% das famílias brasileiras em 2030.

Informações adicionais a respeito do setor imobiliário podem ser encontradas no item 7.9 abaixo.

7.2. Segmentos operacionais:

A Companhia não divulga suas informações divididas por segmentos operacionais por atuar apenas no segmento popular.

As informações abaixo referem-se ao único segmento operacional da Companhia.

a) produtos e serviços comercializados

As receitas da Companhia, nos três últimos exercícios sociais, decorreram, principalmente, da incorporação e comercialização de unidades autônomas, sob a marca Tenda.

As receitas de incorporação e venda de imóveis, incluindo correção monetária e juros de vendas a crédito,

constituem as receitas das vendas de unidades em edifícios residenciais que a Companhia incorpora.

b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

A tabela abaixo demonstra a receita proveniente do segmento em que a Companhia atua referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 e que representa 100% da receita líquida da Companhia:

Receita operacional líquida	Em 31 de dezembro de		
	2014	2013	2012⁽²⁾
Companhia ⁽¹⁾	570	817	1.069
Total	570	817	1069

⁽¹⁾ Inclui todas as subsidiárias da Companhia.
⁽²⁾ Saldos apresentados nas práticas contábeis anteriores.

c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

As informações abaixo são geradas internamente na Companhia e são derivadas dos registros contábeis societários, sem segregação de despesas operacionais, ativos totais e depreciação.

Companhia	2014⁽¹⁾	2013⁽¹⁾	2012 (Reapresentado)	Total
Receita operacional líquida	570.138	817.461	1.069.110	2.456.709
Custo operacional	(444.248)	(752.216)	(938.666)	(2.135.130)
Lucro bruto operacional	125.890	65.245	130.444	(321.579)
Margem bruta - %	22,08%	7,98%	12,20%	13,09%

(1) Inclui todas as subsidiárias da Companhia.

7.3. Produtos e serviços:

a) características do processo de produção

Aquisição de Terreno

A atividade de incorporação e venda de imóveis (unidades), tem início com a aquisição do terreno.

Os resultados das extensas pesquisas de mercado são utilizados pela Companhia para orientar a estratégia e o processo de reserva de terrenos, conforme as tendências de mercado identificadas pelas equipes de vendas e incorporação. A Companhia desenvolve uma sofisticada base de dados para apoiar a procura por novos terrenos e analisar novas oportunidades de investimento. Fatores chave utilizados pela administração na tomada de decisões de compra de terrenos e novas incorporações incluem a localização, a demanda esperada para o novo empreendimento, o estoque de unidades ou lotes na região e o custo de aquisição do terreno.

Quando é identificado um terreno adequado, inicialmente elabora-se um estudo do empreendimento para definir a melhor forma de utilização do espaço. Posteriormente, o projeto preliminar do empreendimento entra na fase do estudo de viabilidade econômica, em que se são consideradas as

receitas, custos e despesas preliminares associadas ao projeto, de modo a avaliar sua rentabilidade. São coletadas e analisadas informações sobre a demanda, competição, orçamento da construção, política de vendas e estrutura de financiamento, com o intuito de assegurar a viabilidade econômica do novo empreendimento.

Superadas as fases anteriores, inicia-se uma diligência legal do imóvel para identificar ônus, gravames e restrições, formas de superá-las (se possível) e seus custos. Antes da aquisição do terreno, é realizado um processo criterioso de aprovação, que inclui a análise de aspectos ambientais. Cada decisão de compra de um terreno é analisada e aprovada pelo Comitê Executivo de Investimentos e submetida ao Conselho de Administração quando assim for exigível nos termos previstos no Regimento Interno de referido comitê. Veja o item 12 deste Formulário de Referência para maiores informações sobre as atividades dos comitês e conselhos.

Para a aquisição de novos terrenos, a Companhia procura realizar promessas de compra e venda por permutas, por meio das quais é concedido ao vendedor um determinado número de unidades, a serem construídas no terreno ou um percentual das receitas provenientes das vendas das unidades de tal incorporação. Assim, as necessidades de caixa são reduzidas, ampliando-se os retornos. Quando a implementação dessa estratégia de permuta não é possível ou comercialmente interessante, os terrenos são adquiridos mediante pagamento em dinheiro. Os instrumentos de aquisição de terrenos são celebrados tanto por instrumentos particulares como por escrituras públicas, nos quais a Companhia busca incluir cláusulas e condições que garantam a efetiva conclusão da aquisição do terreno, como forma de obter segurança suficiente, mesmo na hipótese de questionamento judicial do negócio.

As atuais reservas de terreno representam, aproximadamente, R\$4 bilhões de potencial de vendas, composto por 41 projetos/fases diferentes, sendo 17% destes em São Paulo e Rio Grande do Sul, 28% no Rio de Janeiro, 4% em Minas Gerais e 51% na região Nordeste, especificamente nos Estados da Bahia e Pernambuco.

A Companhia pretende manter uma reserva de terrenos que permita capturar todo o seu potencial de crescimento, já que acredita que a manutenção de terrenos, permite a aceleração da taxa de lançamento de novos empreendimentos. A Companhia pretende continuar a adquirir terrenos em locais diferenciados por meio do desembolso de moeda corrente e também por meio de permuta, física e financeira, quando possível.

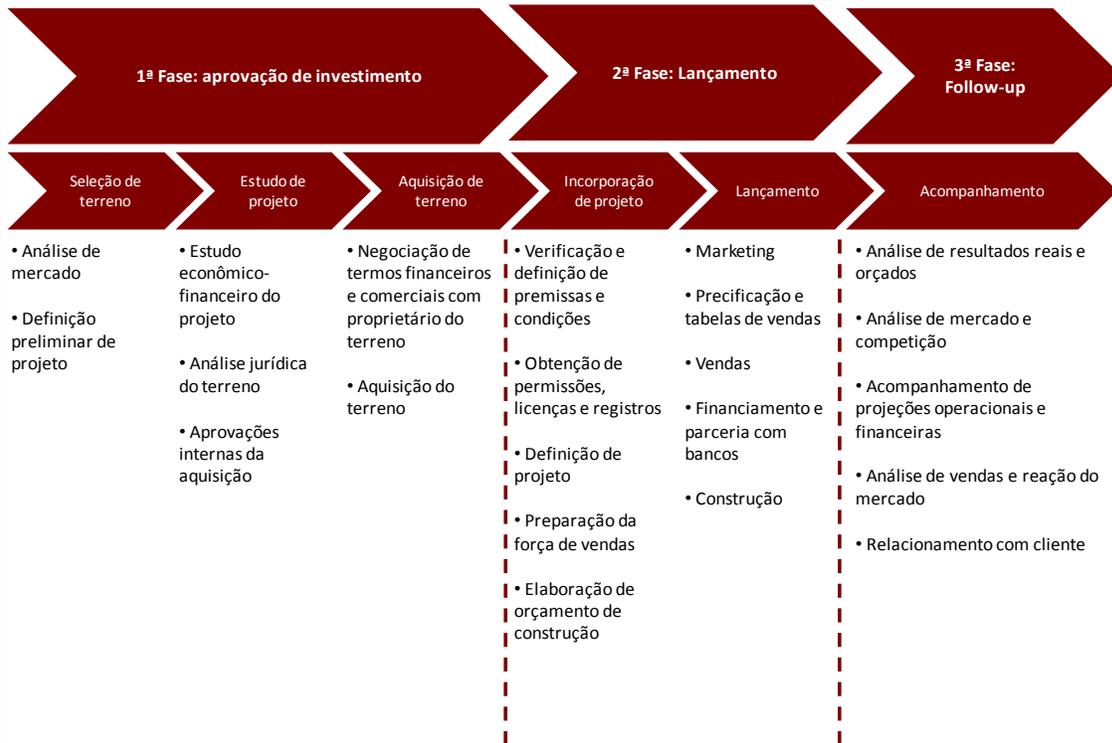
Companhia	Potencial de vendas R\$000	% Permuta Total	Unidades potenciais
2014	3.954	14%	28.673
2013	2.428	26%	20.018
2012	1.890	22%	16.569

Desenvolvimento do Projeto

Com o objetivo de atender as preferências dos clientes da Companhia, são realizados investimentos significativos na elaboração de um projeto e de uma estratégia de marketing para cada novo

empreendimento, o que inclui a determinação do tamanho e faixa de preço das unidades. As equipes, incluindo engenheiros, profissionais de marketing e vendas, trabalham juntos no planejamento e elaboração do projeto dos empreendimentos. As atividades destes profissionais incluem o desenho de interiores e da parte externa, esboçando planos para a execução do projeto e escolhendo os materiais de construção a serem usados nos acabamentos. Nesta etapa, há também o envolvimento de uma equipe responsável pela elaboração do plano de negócios, orçamento e avaliação da viabilidade financeira de cada um dos projetos da Companhia. Simultaneamente ao planejamento dos empreendimentos, a Companhia inicia o processo de obtenção de todas as licenças e aprovações regulatórias e governamentais necessárias.

As etapas dos processos de incorporação estão resumidas no diagrama abaixo:



Os empreendimentos da Companhia estão focados no segmento econômico residencial (popular) e a área de atuação da Companhia é nacional.

Os empreendimentos populares construídos pela Companhia são, em sua maioria, apartamentos com dois quartos e área privativa de 38 a 60 metros quadrados. O preço médio por metro quadrado varia entre R\$2,4 mil e R\$5,5 mil e, têm como alvo clientes com uma renda familiar mensal entre R\$1,6 mil e R\$5 mil.

Como parte da estratégia de expandir as atividades no mercado de unidades mais acessíveis, voltadas para classes de renda mais baixa, em março de 2007, a Gafisa S.A., controladora da Companhia, constituiu a FIT Residencial Empreendimentos Imobiliários Ltda., que atuava especialmente nas áreas vizinhas a grandes regiões metropolitanas e empregava métodos de produção padronizados. Suas unidades eram financiadas, em grande parte, pela Caixa Econômica Federal diretamente aos

consumidores, que eram responsáveis pelo pagamento de parcelas mensais de valores baixos, de tal forma a não alterar o risco de crédito relacionado ao financiamento.

Em 21 de outubro de 2008, foi aprovada a incorporação da FIT Residencial Empreendimentos Imobiliários Ltda. pela Companhia. O objetivo da incorporação foi integrar as atividades de FIT Residencial Empreendimentos Imobiliários Ltda. e da Companhia com vistas ao desenvolvimento de unidades imobiliárias com valor médio de aproximadamente R\$200 mil no segmento popular no Brasil.

Atualmente a Companhia tem como estratégia de incorporação empreendimentos com padrões mais populares que o padrão adotado pela FIT Residencial Empreendimentos Imobiliários, sendo assim, este modelo já não é mais adotado para os novos empreendimentos.

O Governo Federal lançou ainda o Programa Minha Casa, Minha Vida, o qual abrange Programa Nacional de Habitação Urbana (“PNHU”), buscando viabilizar a aquisição de novas unidades habitacionais pelas famílias do segmento popular. Ainda no âmbito do PNHU, a União está autorizada a conceder subvenção econômica, até o montante de R\$5 bilhões (atualizado de R\$2,5 bilhões para R\$5 bilhões em 2009), para mutuários com renda familiar mensal de até 6 salários mínimos, o que abrange grande parte da população brasileira.

Construção

Antes de iniciar cada novo projeto, as equipes envolvidas na construção elaboram esboços, pesquisas, projetos e planos para criar o produto mais adequado possível. As técnicas de construção padronizadas e o sistema de controle único foram desenvolvidos para otimizar a produtividade e minimizar as perdas de insumos. A Companhia analisa mensalmente o desempenho de cada projeto, as tendências de custo e de prazo e adota um sistema de gerenciamento de qualidade que foi certificado com o ISO 9001:2000 pela Fundação Bureau Veritas.

A Companhia investe continuamente em tecnologia e, por isso acredita ser uma das empresas pioneiras na adoção de novas técnicas de construção de ponta, tais como , a construção de paredes de concreto através de formas de alumínio, o que apresentou inúmeras vantagens em comparação às técnicas tradicionais. Também foram otimizados os custos mediante forma de sincronizar a execução das obras dos empreendimentos , coordenando a compra de insumos e aproveitando as economias geradas com uma gestão planejada de suprimentos.

Acordos de longo prazo são mantidos com os fornecedores dos materiais empregados nos empreendimentos, utilizando-se marcas consagradas no mercado e tecnologia avançada. Além disso, por conta da existência de uma área de compras centralizada, foi possível gerar uma economia de escala significativa na compra de materiais e na contratação de serviços.

b) características do processo de distribuição

Comercialização e Vendas

A Companhia tem dois tipos de estrutura para captação de clientes: (i) as lojas próprias, e (ii) os stands de venda. As lojas próprias são sempre localizadas em locais de grande circulação e têm como principais

objetivos gerar escala nas vendas e prestar atendimento aos clientes no pós-venda. Os stands de venda são “satélites” das lojas e oferecem capilaridade ao sistema de vendas. Os stands são montados em áreas que não permitem ou não justificam a implantação de uma loja, como, por exemplo, as feiras imobiliárias.

A Companhia busca a implantação de lojas em regiões com elevada densidade demográfica e alto fluxo de pessoas e regiões nas quais a Companhia tenha mais de 1.000 unidades disponíveis para venda. Atualmente, a Companhia conta com uma estrutura de 18 lojas próprias e alguns stands de vendas móveis, sendo que todas as lojas ou stands vendem todos os produtos de sua respectiva região.

A utilização de equipe de vendas interna permite total conhecimento da marca e produtos da Companhia. Isso garante à equipe de venda melhor e completa argumentação para os potenciais clientes, flexibilidade para o enquadramento nos produtos de interesse, e capacidade de ajustar as propostas de pagamento ao fluxo financeiro dos clientes.

O planejamento da campanha de marketing é feito antecipadamente e a execução das ações é iniciada geralmente 30 dias antes do lançamento de um empreendimento. Após a obtenção do registro do memorial de incorporação no Cartório de Registro de Imóveis competente, iniciam-se as ações de publicidade do empreendimento juntamente com seu lançamento, como prevê a legislação em vigor. A Companhia alavanca a sua campanha com base na reputação de empreendimentos de qualidade, acessíveis para as rendas alvo e suporte no financiamento imobiliário com os bancos garantidores da obra. Devido ao sistema ágil de construção em forma de alumínio, a obra é iniciada praticamente junto com a abertura de vendas. Essa estratégia alinhada de obras e marketing tem sido um sucesso, pois permite a equipe de venda acelerar consideravelmente as vendas dos produtos.

Divulgam-se os empreendimentos, dentre outros, por meio de jornais, televisão, mala direta e distribuição de folhetos nas regiões vizinhas, assim como por meio de centros de telemarketing e páginas na internet. Além disto, a Companhia faz investimentos na divulgação da marca em si, facilitando o reconhecimento do cliente.

A estrutura de marketing e inteligência de mercado da Companhia é responsável pelo planejamento e execução das suas campanhas. A Companhia procura adotar uma postura pró-ativa com a estruturação de uma área própria de telemarketing para prospectar clientes. As informações dos clientes e potenciais clientes coletadas mediante um contato direto dos vendedores da Companhia formam um banco de dados. A Companhia utiliza essas informações também para adequar sua estratégia de vendas às demandas de potenciais clientes e para antecipar tendências de mercado em seu plano de expansão.

Financiamento a Clientes

A Companhia e suas controladas permitem que os compradores das unidades efetuem pagamentos em parcelas, utilizando, preferencialmente, financiamento bancário concedido pelo programa “Minha Casa, Minha Vida”, feito hoje através dos bancos Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

Dentro da modalidade de financiamento bancário, os clientes pagam diretamente à Companhia ou suas controladas um percentual do valor de venda da unidade até o momento da entrega do imóvel e o saldo remanescente é pago através de financiamento bancário.

O financiamento via Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil é, em sua maioria, utilizado por clientes cujos rendimentos mensais não ultrapassam dez vezes o salário mínimo brasileiro. Esta modalidade de financiamento conta com taxas de juros e prazos de pagamento diferenciados, adequando-se à capacidade financeira de tais clientes.

c) características dos mercados de atuação

A Companhia atua na atividade de incorporação, construção e vendas de unidades residenciais no segmento econômico (popular), com preços de até R\$200 mil.

A Companhia e suas controladas estão presentes em 36 cidades, as quais se localizam em 10 Estados e no Distrito Federal.

O mercado imobiliário de residências populares no Brasil é altamente competitivo, tendo como principais características: preço, limitado, baixos custos de execução, forma de financiamento bancário diferenciada, projeto, qualidade, reputação, confiabilidade, e atendimento às expectativas de entrega.

Em relação a concorrência, na maioria dos estados que a Companhia atua, os dois grandes concorrentes são a MRV Engenharia e Participações S.A., e Cury Construtora e Incorporadora .

Devido à grande fragmentação, nenhum único incorporador ou construtor tem conseguido obter uma participação significativa nos mercados de incorporação e construção, em todos os segmentos de renda. Dada esta fragmentação, não existem informações quantitativas consolidadas em nível nacional acerca do segmento de atuação da Companhia e suas controladas para análise de participação de mercado e competição.

Com exceção de grandes regiões metropolitanas, onde existem as figuras dos grandes concorrentes com ações listadas na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, nas outras regiões geralmente são encontrados pequenos e médios competidores locais, menos capitalizados e de pequeno e médio portes. Acredita-se que a Companhia ocupe posição de relevância nos mercados onde atua.

d) eventual sazonalidade

Embora o mercado imobiliário brasileiro geralmente não seja sazonal, durante os meses de janeiro, fevereiro e dezembro há uma desaceleração do mercado. Tais meses coincidem com férias escolares, resultando no adiamento de decisões de investimento na aquisição de unidades.

e) principais insumos e matérias primas

- i. *descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável*

A Companhia mantém relacionamento de longo prazo com seus fornecedores. Periodicamente, os fornecedores são avaliados e, conforme o caso, trabalha-se em conjunto na tentativa de resolver eventuais problemas ou substitui-se o fornecedor.

Não há qualquer acordo de exclusividade com fornecedores, mas sim um trabalho conjunto que possibilita que programem sua produção a fim de atender a demanda da Companhia ou que a notifiquem com antecedência caso prevejam atrasos. Por conta dos bons relacionamentos com os fornecedores, nos últimos anos não houve quaisquer atrasos significativos de obras devido à escassez de materiais. Além disso, não são mantidos estoques de materiais de construção.

Não há controle ou regulamentação governamental nas relações mantidas pela Companhia com fornecedores.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Um dos pilares do novo modelo de negócio da Companhia é executar obras exclusivamente através da tecnologia de forma de alumínio.

Por ser uma inovação tecnológica no Brasil, atualmente há apenas um fornecedor qualificado para o fornecimento de formas de alumínio, localizado no mercado internacional. Para evitar atrasos ou falha no fornecimento deste material, a Companhia mantém um estoque razoável para manutenção das suas operações sem criar dependência do fornecedor. No entanto, problemas com este fornecedor em médio a longo prazo podem impactar negativamente o cronograma de obras da Companhia.

Não obstante a situação referente ao fornecimento da tecnologia de forma de alumínio, não há dependência ou vulnerabilidade em relação a qualquer outro fornecedor, uma vez que a Companhia atua com uma vasta lista de fornecedores. Em geral, os fornecedores são selecionados com base em propostas gerais, com o objetivo de identificar aquele que ofereça os melhores termos e condições, preço e a qualidade dos materiais, que deve atender à qualidade mínima necessária para cada empreendimento. Existe um controle do número de obras atendidas pelos fornecedores e sua capacidade de demanda.

iii. eventual volatilidade em seus preços

A grande variedade de insumos adquiridos pela Companhia para o desenvolvimento de suas atividades tem representado, em média nos últimos três anos, 55% do custo total, além do terreno. O único insumo que representa 5% do custo total é o aço usado na estrutura de concreto armado. O índice que mede a variação do custo de construção, o INCC em 2014 foi de 6,74%, 2013 foi de 8,09% e 2012 foi de 7,12%. Em 2014, o IGP-M, indicador utilizado como referência para correção do preço de venda de unidades, foi de 3,67%. Em 2013, foi de 5,52%, em comparação com 7,82% em 2012. A Companhia trabalha constantemente no desenvolvimento de novas técnicas de construção e na utilização de insumos alternativos com o fim de reduzir o aumento deste custo, empregar cada vez mais mão de obra capacitada e aprimorar o processo construtivo.

7.4. Clientes relevantes (responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia):

a) montante total de receitas provenientes do cliente
Não há clientes relevantes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia.
b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente
Não há clientes relevantes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

7.5. Efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades da Companhia:

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações
<p>A atividade de promoção e incorporação de empreendimentos imobiliários demanda a obtenção de uma série de autorizações governamentais para o seu exercício, sendo que as principais estão listadas abaixo. A Companhia e suas controladas, ao longo do curso de seus negócios, vêm mantendo uma relação bastante próxima com os órgãos responsáveis por autorizações governamentais em geral, de forma a adaptar seus negócios às exigências de tais órgãos sem qualquer prejuízo ao desempenho de seu plano de negócios.</p> <p>a) Aprovação prévia de projetos de empreendimentos sejam eles incorporações ou loteamentos, autorizações para início das obras e certificados de conclusão de obra (habite-se):</p> <p>Tais aprovações, autorizações e certificados serão emitidos pelas prefeituras locais onde se localizarem os empreendimentos, desde que observadas as regras de uso e ocupação do solo estabelecidas nas respectivas leis municipais.</p> <p>b) Aprovação de órgãos municipais, estaduais ou federais específicos, caso o empreendimento esteja localizado em área de interesse especial, tal como de proteção ao patrimônio cultural:</p> <p>A instalação de empreendimentos localizados em áreas de interesse especial, tais como aqueles localizados em áreas de proteção ao patrimônio histórico e cultural, dependerão de autorizações prévias emitidas pelas autoridades públicas responsáveis pela proteção do patrimônio tutelado, no âmbito federal, estadual e municipal.</p> <p>c) Licença prévia ambiental, além de licença de instalação e licença de operação, concedidas pelos órgãos ambientais estaduais ou federais:</p> <p>A legislação ambiental brasileira determina que a instalação de empreendimentos que, de qualquer forma, causem impacto relevante ao meio ambiente está condicionada ao prévio licenciamento ambiental. Esse procedimento é necessário tanto para as fases de instalação inicial do empreendimento, quanto para as</p>

ampliações nele procedidas, sendo que as licenças emitidas precisam ser renovadas periodicamente.

O processo de licenciamento ambiental segue, basicamente, três estágios subsequentes: licença prévia, licença de instalação e licença de operação. No processo de licenciamento dos empreendimentos causadores de significativo impacto ambiental, instalados a partir de julho de 2000, é necessário, a título de compensação ambiental, a destinação de recursos a serem fixados pelo órgão ambiental licenciador para a implantação e/ou manutenção de uma Unidade de Conservação. A ausência de licença ambiental para um projeto que a exige, independentemente de a atividade estar ou não causando danos efetivos ao meio ambiente, é considerada crime ambiental, além de sujeitar o infrator a penalidades administrativas, tais como multas e a interdição da atividade de construção do empreendimento.

d) Outras autorizações ambientais:

A implantação de empreendimentos imobiliários normalmente acarreta a execução de terraplanagens, a destinação final de resíduos, assim como, em muitos casos, a supressão ou poda de vegetação. Essas atividades dependem da prévia autorização dos órgãos ambientais competentes. Como condição para emissão de tais autorizações, os órgãos ambientais competentes poderão estabelecer exigências técnicas, tais como o plantio de novas árvores e até mesmo a aquisição de áreas de florestas com extensão no mínimo equivalente às áreas impactadas. A execução dessas atividades sem a autorização necessária caracteriza infração e crime ambiental, sujeitando o responsável a sanções administrativas e penais.

b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental:

Práticas Ambientais

A Companhia está sujeita a leis e regulamentos municipais, estaduais e federais relativos à proteção do meio ambiente (conforme relacionados no item “a” acima).

Antes da aquisição de qualquer imóvel, são devidamente avaliados todos os aspectos ambientais relevantes, com ênfase para a eventual existência de mananciais, árvores, vegetação e eventual de preservação permanente de áreas específicas. Todos os custos relativos ao cumprimento da regulamentação ambiental à qual a Companhia está sujeita são considerados nos estudos de viabilidade de seus empreendimentos.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não aderiu formalmente a quaisquer padrões relativos à proteção ambiental. Atualmente a Companhia cumpre com a legislação ambiental de acordo normas estabelecidas nos locais onde são aderidos novos terrenos.

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marca

A Companhia é detentora da marca “Tenda”, que está devidamente registrada no Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI no segmento de mercado em que a Companhia atua. A marca “Tenda” é fundamental para o desenvolvimento dos produtos da Companhia e uma eventual perda desta marca deve causar impacto relevante nas atividades da Companhia.

Patentes

Não há.

Licenças dos Empreendimentos

A regulamentação aplicável ao setor imobiliário obriga a Companhia a obter diversas licenças relativas a todo e qualquer novo empreendimento que venha a realizar, o que faz com que as atividades da Companhia sejam integralmente dependentes da obtenção de tais licenças.

Concessões

Não há.

Franquias

Não há.

Contratos de Royalties

Os principais softwares utilizados no desenvolvimento das atividades da Companhia e de suas subsidiárias são SAP, Windows, Office, AutoCAD, InteliCAD, Adobe Acrobat, 0800NET e VoloView.

A Companhia e suas subsidiárias têm como política a aquisição e utilização regular de softwares em suas dependências, sempre respeitando os direitos autorais de terceiros. Ainda nos termos desta política, os empregados e administradores assinam termos de responsabilidade e de política de segurança da informação, onde reconhecem ser proibido reproduzir, instalar, utilizar e/ou distribuir cópias não autorizadas de softwares ou programas aplicativos, produtos, informações, e e-mails a pessoas não autorizadas bem como a instalação, uso e/ou manuseio de softwares não homologados pela área de Tecnologia da Informação nos servidores e estações de trabalho da empresa. De forma a controlar o cumprimento destes termos, a Companhia e suas subsidiárias executam verificações aleatórias nas máquinas semestralmente.

7.6 Informações acerca dos países em que a companhia obtém receitas relevantes:

Não existem receitas relevantes na Companhia provenientes de outros países que não o Brasil, pois as atividades de incorporação e construção estão restritas ao território nacional.

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

A receita líquida, no montante de R\$570.138 mil, auferida no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é oriunda de vendas a clientes em território nacional. Tal receita corresponde a 100% da receita líquida total da Companhia.

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois conforme mencionado anteriormente, as atividades da Companhia estão restritas ao território nacional.

c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois conforme mencionado anteriormente, as atividades da Companhia estão restritas ao território nacional.

7.7. Regulação dos países em que a Companhia obtém receitas relevantes:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não obtém receitas relevantes provenientes de outros países que não o Brasil, uma vez que as atividades de incorporação e construção estão restritas ao território nacional.

7.8. Outras relações de longo prazo relevantes da Companhia:

A Companhia já realizou duas emissões de debêntures, no montante total de R\$850 milhões, sendo que apenas a primeira encontra-se atualmente em circulação. Para mais informações sobre as emissões de debêntures da Companhia, ver o item 18.5 deste Formulário de Referência.

Relativamente ao Relatório de Sustentabilidade, a Companhia, em atendimento ao Comunicado Externo 017/2011-DP, da BM&FBOVESPA, informa que não elabora Relatório de Sustentabilidade ou documento similar. A Administração da Companhia está avaliando a implementação de um projeto para futura elaboração e divulgação deste relatório.

7.9. Outras informações relevantes:

O Setor Imobiliário

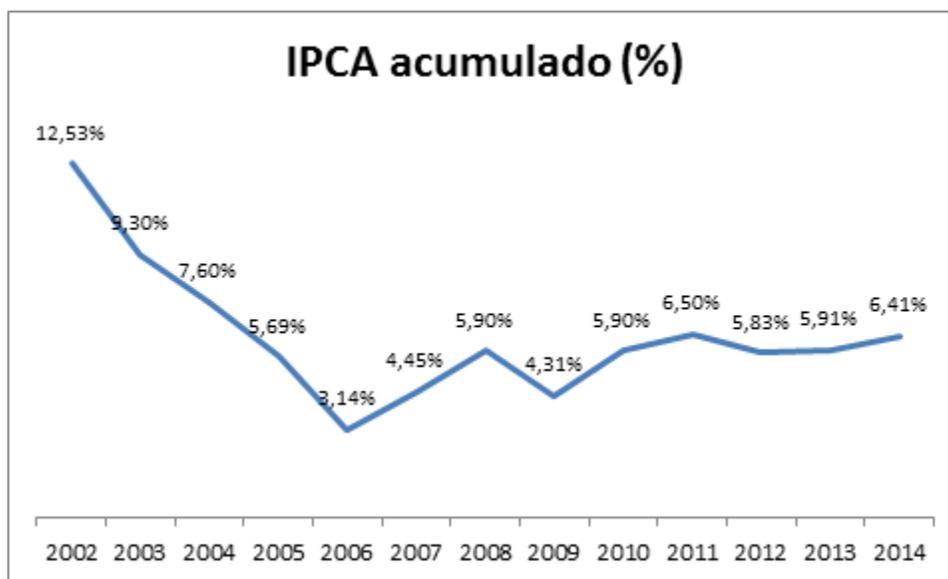
Cenário Macroeconômico

O Brasil possui um dos maiores mercados imobiliários da América Latina. Além disso, o setor ainda apresenta grande potencial de crescimento devido ao aumento da disponibilidade de financiamento, crescimento populacional e expansão da renda familiar, entre outros.

Nos últimos anos, o setor passou por fortes transformações, com o fortalecimento do mercado de capitais e melhorias macroeconômicas significativas. A queda na taxa de juros, a expansão do crédito imobiliário e os importantes programas governamentais tais como o Programa Minha Casa, Minha Vida impulsionaram o crescimento do setor.

Segundo o Banco Central do Brasil, o volume de crédito no sistema financeiro totalizou R\$3,02 trilhões ao final de dezembro de 2014, com crescimento de 11,3% em relação aos R\$2,72 trilhões registrados em dezembro de 2013, o que ampliou a relação crédito/PIB de 52,6% para 54,7% na comparação dos períodos. As operações contratadas

com recursos livres totalizaram R\$1,58 trilhão no final do 4º trimestre de 2014, correspondendo a 52,3% do estoque total de crédito do sistema financeiro e 4,7% superior ao volume do mesmo período do ano anterior. As operações com recursos direcionados evoluíram 19,6% nos últimos 12 meses, atingindo R\$1,44 trilhão e elevando sua participação no total de crédito para 47,7% (44,4% no final do 4º trimestre de 2013). A expansão do crédito habitacional e as contratações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES foram as principais causas para a evolução do saldo de crédito. Em 2014 o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) que mede a manutenção da inflação fechou o ano de 2014 com uma alta acumulada de 6,40%, contra um avanço de 5,91% aferido no ano anterior.



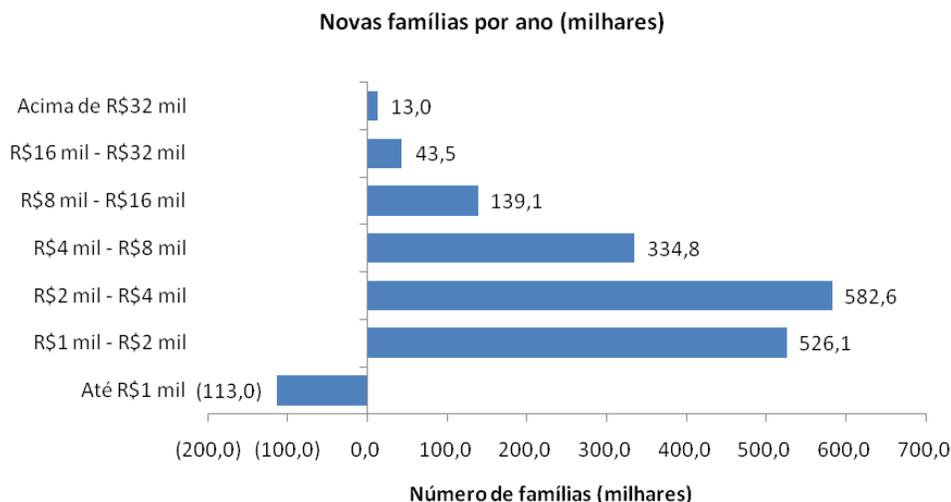
Fonte: Banco Central do Brasil

Demanda Imobiliária

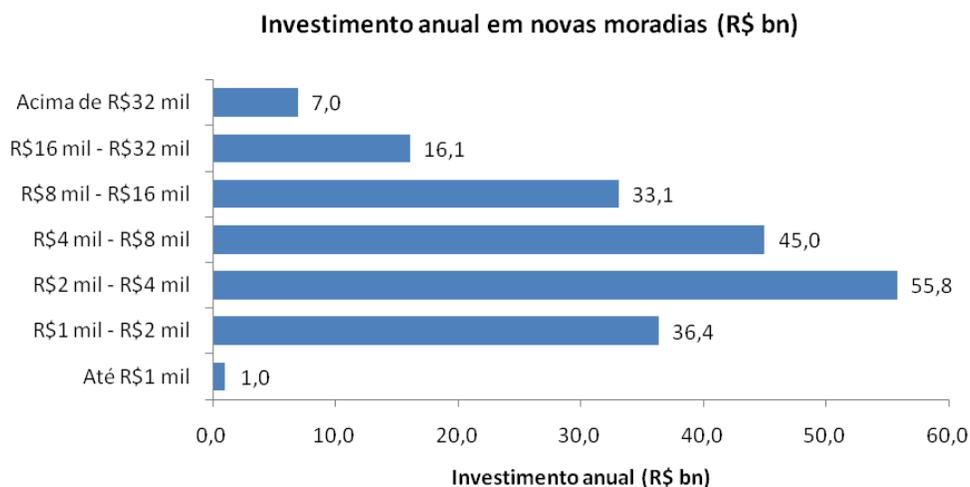
A geração e o comportamento da demanda por habitações no longo prazo são explicadas principalmente através da evolução de quatro indicadores sociais: (i) taxa de crescimento da população, (ii) parcela de jovens na população, (iii) número de pessoas por moradias e (iv) expansão da renda familiar.

- (i) **Taxa de crescimento da população:** À medida que a população cresce e novas famílias são formadas, aumenta a demanda por habitações. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IBGE”), o Brasil tem uma população de 201.032.714 habitantes, 7.085.828 a mais do que em 2012, quando a população chegou a 193.946.886. Ainda de acordo com a publicação do IBGE, o estado mais populoso é São Paulo, com 43.663.669 habitantes, o que corresponde a 21,7% da população brasileira. O segundo lugar ficou com Minas Gerais, com 20.593.356 (10,2%). Já o Rio de Janeiro, com 16.369.179 (8,1%), alcançou o terceiro lugar. O Estado menos populoso do país é Roraima, com 488.072 habitantes (0,24%), seguido do Amapá, com 734.996 habitantes (0,37%), e Acre, com 776.463 habitantes (0,39%). Segundo estudo elaborado pela Fundação Getulio Vargas/Ernst&Young a estimativa é que, em 2030, o número de famílias atinja 95,5 milhões,

correspondendo a 216 milhões de pessoas. Este crescimento corresponde a uma formação média anual de aproximadamente 1,5 milhões de novas famílias.



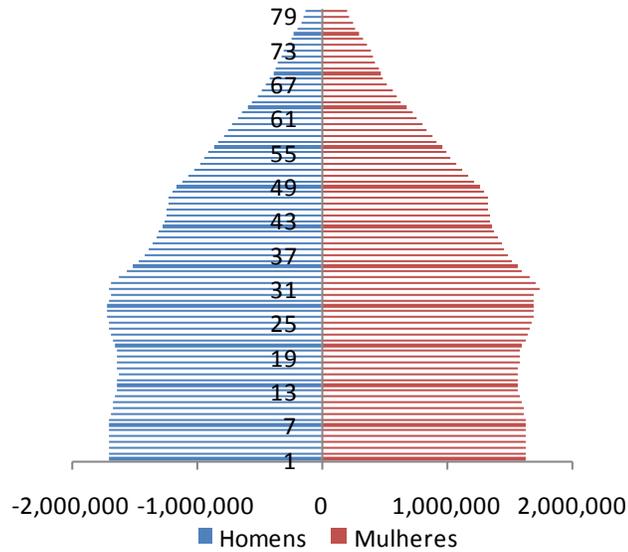
Fonte: Fundação Getulio Vargas/Ernst&Young



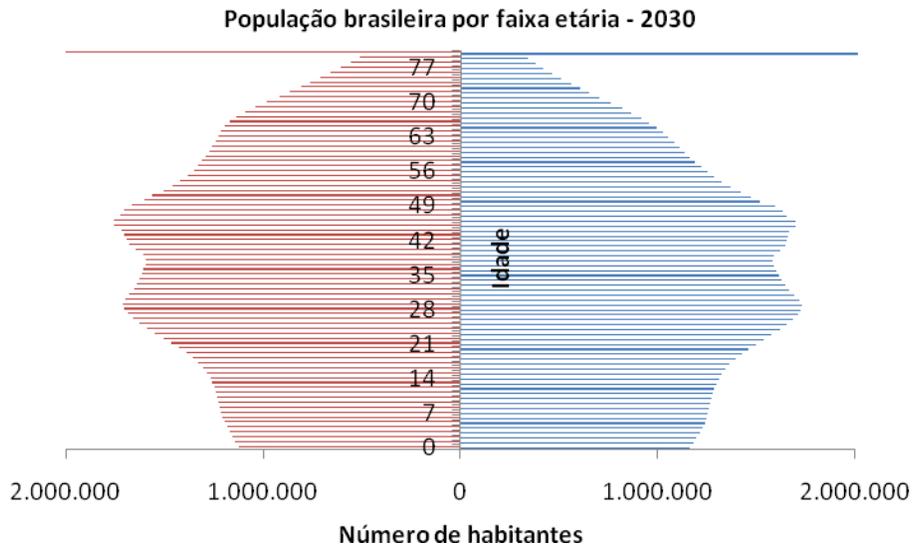
Fonte: Fundação Getulio Vargas/Ernst&Young

- (ii) **Parcela de jovens na população:** O percentual de jovens (15 a 29 anos) na população brasileira é bastante elevado. Em 2010, aproximadamente 50 milhões de pessoas se encontravam nessa faixa de idade, o que representava 26% da população de acordo com o IBGE. À medida que a parcela jovem da população envelhece há um aumento da demanda por moradias. Em 2030, o Brasil deverá ter aproximadamente 35,5% de sua população com idade entre 25 e 49 anos, segundo dados do IBGE. A Companhia acredita que o envelhecimento da população deva gerar um aumento na demanda por novos imóveis.

População Brasileira por Faixa Etária - 2010



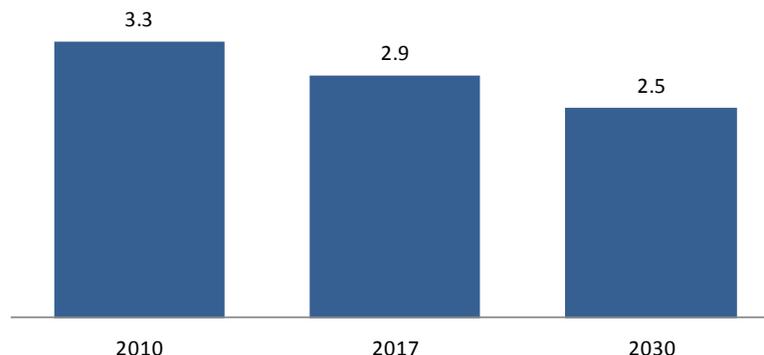
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

- (iii) **Número médio de pessoas por moradia:** O número médio de pessoas por moradia vem decrescendo no país, tendo atingido, em 2010, 3,3 pessoas por domicílio particular. A expectativa, de acordo com estudo da Fundação Getulio Vargas/Ernst&Young, é que o número de pessoas por moradia, em 2030, se reduza para 2,5, fazendo com que a demanda por novas moradias aumente a uma taxa maior que a do crescimento populacional simples.

Média de Pessoas por Moradia



Fonte: Fundação Getúlio Vargas/Ernst&Young

- (iv) **Expansão da renda familiar:** De acordo com estudo da Fundação Getúlio Vargas/Ernst&Young, a distribuição das famílias brasileiras em função da renda mensal familiar deve se transformar sensivelmente entre 2007 e 2030. Estima-se que, em 2030, aproximadamente 82% das famílias brasileiras tenham renda mensal abaixo de R\$4 mil e 18% tenham renda acima deste valor. Os dados de 2007, por outro lado, indicam que 93% das famílias brasileiras recebiam menos de R\$4 mil mensais e apenas 7% recebiam valores superiores.

Número de famílias por faixa de renda mensal

Renda familiar mensal	2007		2030	
Acima de R\$32.000	0	0%	0,3	0%
R\$16.000 - R\$32.000	0,3	0%	1,3	1%
R\$8.000 - R\$16.000	1,1	2%	4,3	5%
R\$4.000 - R\$8.000	3,3	5%	11	12%
R\$2.000 - R\$4.000	8,4	14%	21,8	23%
R\$1.000 - R\$2.000	15,5	26%	27,6	29%
Até R\$1.000	31,7	53%	29,1	31%
Total de famílias	60,3	100%	95,4	100%

Fonte: Fundação Getúlio Vargas/Ernst&Young

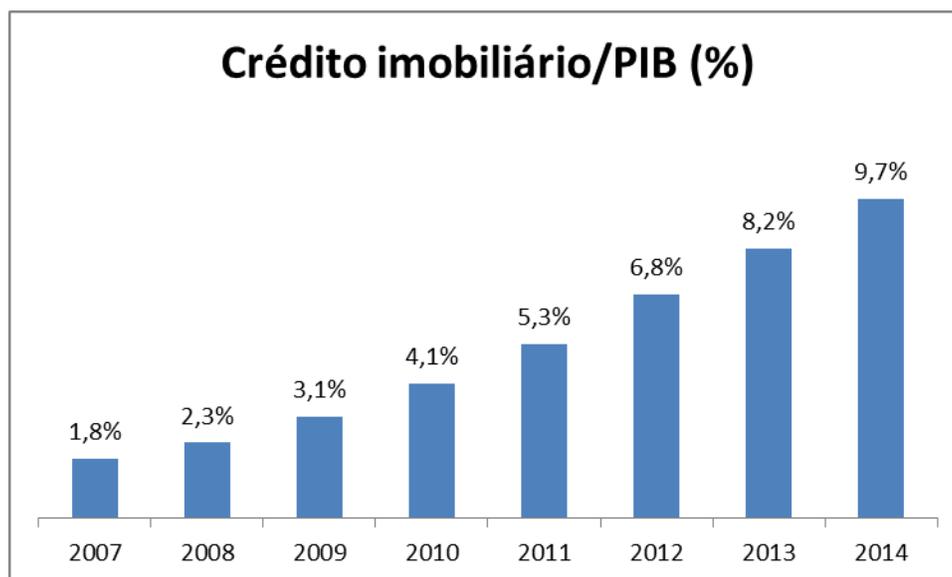
Programa Minha Casa, Minha Vida

O Programa Minha Casa, Minha Vida fase I (2009-2011) contratou mais de 1 milhão de moradias para famílias com renda de até 10 salários mínimos, o que representa aproximadamente 14% do déficit habitacional em 2007. São, ao total, cerca de R\$34,0 bilhões em investimentos do Governo Federal, dos quais, dentre outras destinações, R\$16,0 bilhões visam à aquisição de casas ou apartamentos para o público de renda familiar de até três salários mínimos, R\$12,0 bilhões a subsidiar o financiamento de imóveis novos ou em construção, para famílias de renda de até dez salários mínimos.

O Programa Minha Casa, Minha Vida fase II, criado em 2011, previa a construção de 2,75 milhões de moradias até 2014. Em setembro de 2014, o governo anunciou a inclusão de 350 mil novas unidades habitacionais no programa a serem contratadas até o final do primeiro semestre de 2015, totalizando 3,1 milhões unidades nesta fase. Do total de casas previstas até junho de 2015, 62% será para famílias que ganham até R\$1.600 por mês (faixa 1). Para famílias com renda de até R\$3.275 (faixa 2), o percentual é em torno de 31%. Já com renda até R\$5 mil, serão os 7% restantes. Até abril 2015, segundo dados do Governo Federal, mais de 2,1 milhões de moradias já haviam disso entregues em todo o país.

Expansão do crédito imobiliário

A penetração do crédito imobiliário no Brasil, ainda que incipiente, apresentou crescimento gradual nos últimos anos e, em 2014, foi de 9,7% ante 8,2% do Produto Interno Bruto no ano anterior, segundo dados do Banco Central do Brasil. De acordo com a avaliação do Banco Central do Brasil, até 2020, esse tipo de crédito vai atingir 16% do Produto Interno Bruto, o que vai significar R\$1,5 trilhão disponíveis para financiamentos habitacionais. Atualmente, dos recursos da poupança que os bancos administram, eles são obrigados a investir 65% em financiamento imobiliário, 15% podem fazer uso livre e 20% dos recursos ficam retidos em depósitos compulsórios no Banco Central.



Fonte: Banco Central do Brasil

Contribuições Partidárias

Em 2014, a Companhia e sua controladora Gafisa S.A, realizaram contribuições financeiras a partidos políticos e candidatos concorrendo para a eleição que se realizou neste ano observados os requisitos legais e normas que regem o processo eleitoral vigentes.

8. GRUPO ECONÔMICO**8.1.****a) Controladores diretos e indiretos**

A Companhia é subsidiária integral da Gafisa S.A..

A Gafisa S.A., por sua vez, possui controle difuso, sem controladores diretos ou indiretos.

Para maiores informações sobre a Gafisa S.A., ver item 15.1 deste Formulário de Referência.

b) Controladas e coligadas, c) participações da Companhia em sociedades do grupo e e) sociedades sob controle comum

TABELA 8.1 B e C

(i) CONTROLADAS DIRETAS - Companhia

Denominação Social	Sociedade	Participação da Companhia em Sociedade do Grupo		
		dez/14	dez/13	dez/12
EVP Participações S.A.	Subsidiária Integral	100%	100%	N/A
SPE TENDA SP Itaquera Life Empreendimento Imobiliário Ltda.	Controlada	100%	100%	100%
SPE TENDA SP Osasco Life Empreendimento Imobiliário Ltda.	Controlada	100%	100%	100%
SPE TENDA SP Vila Park Empreendimento Imobiliário Ltda.	Controlada	100%	100%	100%
SPE TENDA SP Guaianazes Life Empreendimento Imobiliário Ltda.	Controlada	100%	100%	100%
Tenda SPE 19 Empreendimento Imobiliário Ltda. (SPE TENDA SP Vista Bela Empreendimento Imobiliário Ltda.)	Controlada	100%	100%	100%
SPE TENDA SP Salvador Dali Empreendimento Imobiliário Ltda.	Controlada	100%	100%	100%
SPE TENDA SP Valência Empreendimento Imobiliário Ltda.	Controlada	100%	100%	100%
SPE TENDA SP Jardim São Luiz Life Empreendimento Imobiliário Ltda.	Controlada	100%	100%	100%
TENDA 25 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. (antiga SPE TENDA SP Vila Nova Life Empreendimento Imobiliário Ltda.)	Controlada	100%	70%	70%
TENDA 26 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. (antiga SPE TENDA SP Villa Esplendore Life Empreendimento Imobiliário Ltda.)	Controlada	100%	100%	100%
TENDA 27 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. (antiga SPE TENDA SP Santo André Life Empreendimento Imobiliário Ltda.)	Controlada	100%	100%	100%
TENDA 28 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. (antiga SPE TENDA SP Santo André Life I Empreendimento Imobiliário Ltda.)	Controlada	100%	100%	100%
TENDA 29 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. (antiga SPE TENDA SP Doze de Outubro Empreendimento Imobiliário Ltda.)	Controlada	100%	100%	100%
TENDA 30 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. (antiga SPE TENDA RJ Pendotiba Life Empreendimento Imobiliário Ltda.)	Controlada	100%	100%	100%
TENDA 31 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. (antiga SPE TENDA RJ West Life Empreendimento Imobiliário Ltda.)	Controlada	100%	100%	100%
FIT 01 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	100%	100%	100%
FIT 02 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	60%	60%	60%
FIT 03 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	80%	80%	80%
FIT 04 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	100%	100%	100%
FIT 05 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	100%	100%	100%
FIT 06 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	100%	100%	100%
FIT 07 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. (antiga FIT Planc Jardim Bothânico)	Controlada	100%	100%	100%
FIT BILD 09 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	75%	75%	75%
FIT 10 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	100%	100%	100%
FIT 11 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	70%	70%	70%
FIT 12 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	100%	100%	100%

TABELA 8.1 B e C

(i) CONTROLADAS DIRETAS - Companhia

Denominação Social	Sociedade	Participação da Companhia em Sociedade do Grupo		
		dez/14	dez/13	dez/12
FIT 13 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controle Compartilhado	50%	50%	50%
Fit Palladium SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.(antiga FIT 15 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.)	Controlada	100%	100%	100%
FIT 16 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	100%	100%	100%
FIT 17 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	100%	100%	100%
FIT 18 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Cedida a participação	0%	0%	0%
FIT CAMPOLIM SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	55%	55%	55%
FIT 20 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	100%	100%	100%
FIT 22 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	100%	100%	100%
FIT 24 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	100%	100%	100%
FIT 25 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	100%	100%	100%
FIT 26 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	100%	100%	100%
FIT 27 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	100%	100%	100%
FIT 28 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	100%	100%	100%
FIT 29 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	100%	100%	100%
FIT 30 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	100%	100%	100%
FIT 31 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	70%	70%	70%
FIT 32 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	100%	100%	100%
FIT 33 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Cedida	0%	0%	100%
FIT 34 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	70%	70%	70%
FIT 35 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	100%	100%	100%
FIT 37 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	100%	100%	100%
FIT 38 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	100%	100%	100%
FIT 39 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	100%	100%	100%
FIT 40 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	100%	100%	100%
FIT 41 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	100%	100%	100%
FIT 42 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	100%	100%	100%
FIT 43 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	100%	100%	100%
Tenda 24 SPE Participações S/A (antiga FIT 44 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.)	Controlada	100%	100%	100%
FIT Roland Garros Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	100%	100%	100%
Imbuí I SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controle Compartilhado	50%	50%	50%
Mário Covas SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	100%	100%	100%
Acedio SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	55%	55%	55%
Maria Inês SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	60%	60%	60%
FIT Jardim Botânico SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	55%	55%	55%
Città Ville SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controle Compartilhado	50%	50%	50%
Città Ipitanga SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controle Compartilhado	50%	50%	50%
Grand Park - Parque dos Pássaros SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controle Compartilhado	50%	50%	50%
Cipesa Projeto 02 Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	Controle Compartilhado	50%	50%	50%
Jardim São Luiz SPE Incorporadora Ltda. (antiga Klabin Segall Fit 1 Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.)	Controlada	100%	50%	50%

TABELA 8.1 B e C

(i) CONTROLADAS DIRETAS - Companhia

Denominação Social	Sociedade	Participação da Companhia em Sociedade do Grupo		
		dez/14	dez/13	dez/12
Fit João de Alencar SPE Empreendimento Imobiliário Ltda.	Controlada	100%	100%	100%
FGM Incorporações S.A.	Controlada	100%	100%	100%
Citta Itapuã Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.	Controle Compartilhado	50%	50%	50%
TND Negócios Imobiliários Ltda.	Controlada	100%	100%	100%
Tenda Negócios Imobiliários S.A.	Controlada	100%	100%	100%
Cotia1 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	100%	100%	100%
Guapurá Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Cedida	0%	0%	50%
Tenda 35 SPE Participações S/A (antiga Gafisa SPE 43)	Controlada	100%	100%	100%
Tenda 33 SPE Empreendimento Imobiliário Ltda	Controlada	100%	100%	100%
Tenda 34 SPE Empreendimento Imobiliário Ltda	Controlada	100%	100%	100%
Tenda 36 SPE Empreendimento Imobiliário Ltda	Controlada	100%	100%	100%
Tenda 37 SPE Empreendimento Imobiliário Ltda	Controlada	100%	100%	100%
Tenda 38 SPE Empreendimento Imobiliário Ltda	Controlada	100%	100%	100%
Tenda 39 SPE Empreendimento Imobiliário Ltda	Controlada	100%	100%	100%
Tenda 40 SPE Empreendimento Imobiliário Ltda	Controlada	100%	100%	100%
SPE Franere Gafisa 08 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controle compartilhado	50%	50%	50%
AC Participações Ltda.	Controlada	100%	80%	80%
Tenda 44 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	100%	100%	100%
Tenda 46 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	100%	100%	100%
Tenda 47 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	100%	100%	100%
TDA Negocios Imobiliarios Ltda.	Controlada	100%	100%	Não aplicável

(ii) CONTROLADAS INDIRETAS E SEUS PERCENTUAIS DE PARTICIPAÇÃO

Denominação Social	Sociedade	Participação da Companhia em Sociedade do Grupo		
		dez/14	dez/13	dez/12
FIT 13 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. ⁽¹⁾				
Jardins da Barra Desenvolvimento Imobiliário S.A. ⁽²⁾	Controle Compartilhado	50%	50%	50%

(1) A Companhia detém 50% do capital da FIT 13 SPE, os outros 50% são de propriedade da Gafisa S.A.

(2) A FIT 13 possui 50% do capital desta SPE, e os outros 50% são detidas pelo parceiro da Companhia e Gafisa S.A. neste empreendimento, a Bueno Netto. Isso significa que, indiretamente, a Companhia possui 25% de participação nesta sociedade.

Denominação Social	Sociedade	Participação da Companhia em Sociedade do Grupo		
		dez/14	dez/13	dez/12
Tenda Negócios Imobiliários S.A. ⁽¹⁾				
FIT 21 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	100%	100%	100%
FIT 23 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	100%	100%	100%

(1) A Companhia detém 100% do capital da Tenda Negócios Imobiliários S.A.

d) Participações de sociedades do grupo na Companhia

Conforme indicado no item 8.1 (a) acima, a Companhia é subsidiária integral da Gafisa S.A. Desse modo, 100% das ações de sua emissão são de titularidade daquela acionista.

8.2. Organograma do Grupo Econômico

A Companhia optou por não apresentar as informações relacionadas a este item, tendo em vista tratar-se de item opcional.

8.3. Operações de reestruturação, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário e aquisições e alienações de ativos importantes

O Item 6.5 deste Formulário de Referência contém as informações pertinentes aos eventos societários relevantes para a Companhia, ocorridos nos três últimos exercícios sociais, envolvendo a Companhia, suas controladas e coligadas.

8.4. Outras informações relevantes

Todas as informações pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

9. ATIVOS RELEVANTES**9.1. BENS DO ATIVO NÃO-CIRCULANTE RELEVANTES - OUTROS:**

No caso das marcas, os registros de marca nacionais têm vigência de 10 anos contados da data de sua concessão, podem ser prorrogados por períodos iguais e sucessivos e sem qualquer limite temporal e têm o registro válido em todo o território nacional. As datas de concessão e validade dos registros encontram-se citadas no item 9.1/9.1.b deste Formulário de Referência.

O prazo de vigência e os requisitos para a prorrogação dos registros de marca no exterior, assim como a extensão de sua proteção, são determinados de acordo com as normas do país em que a marca encontra-se registrada. O prazo de validade do único registro de marca no exterior encontra-se informado no item 9.1/9.1.b deste Formulário de Referência.

9.1. Bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento de atividades da Companhia, indicando, em especial:**Domínios**

A Companhia e suas subsidiárias detêm o registro de diversos nomes de domínio no Brasil incorporando suas principais marcas, que também indica as datas de vigência destes registros. Referidos registros podem ser prorrogados por períodos iguais ou maiores mediante o pagamento de taxa sem qualquer limite temporal.

Domínio	Validade
autodoctenda.com.br	17/11/2015
autodoctenda.com	17/11/2015
autodoctenda.net	17/11/2015
caixasemfila.net	31/07/2015
construindofelicidade.com.br	05/12/2015
creditofacilparasuacasa.net	25/03/2015
escolhaseuvizinho.com.br	17/10/2017
escolhaseuvizinho.com	17/10/2015
financeirotenda.com.br	03/10/2018
imovelpopular.com.br	20/07/2017
imovelproprio.com.br	20/07/2017
ivorizzogafisa.com.br	21/07/2017

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

minhacasaminhaveda.org	25/03/2015
parqueecoville.com.br	02/06/2015
portaltenda.com	10/04/2015
primeiroimovel.com.br	20/07/2017
relacionamentotenda.com	17/05/2015
tenda.com	23/09/2017
tendaimovel.com.br	16/08/2017
vtenda.com.br	14/07/2017

9.1. BENS DO ATIVO NÃO-CIRCULANTE RELEVANTES / 9.1.A. ATIVOS IMOBILIZADOS

Descrição do bem do ativo imobilizado	Descrição do Ativo	UF de localização	Município de localização	Tipo de Propriedade
A Companhia não possui ativos imobilizados de valor relevante				

9.1. BENS DO ATIVO NÃO-CIRCULANTE RELEVANTES / 9.1.B. PATENTES, MARCAS, LICENÇAS, CONCESSÕES, FRANQUIAS E CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

Marca	TENDA – Registro nº 900078634 – Classe 37	Brasil	28/7/2019	A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular do direito da mesma, pela caducidade do prazo do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96, artigo 142, e demais legislações correlatas.	Não há como quantificar o impacto, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, para assinalar serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia
Marca	TENDA – Registro nº 900078596 – Classe 36	Brasil	21/9/2020	A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular do direito da mesma, pela caducidade do prazo do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96, artigo 142, e demais legislações correlatas.	Não há como quantificar o impacto, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, para assinalar serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia
Marca	TENDA CONSTRUTORA	Brasil	3/1/2016	A extinção da marca pode ocorrer pela expiração	Não há como quantificar o

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

	<p>– Registro nº 821601873 – Classe 40.10</p>			<p>do prazo de vigência, pela renúncia do titular do direito da mesma, pela caducidade do prazo do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96, artigo 142, e demais legislações correlatas.</p>	<p>impacto, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, para assinalar serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia</p>
Marca	<p>TENDA CONSTRUTORA – Registro nº 821601865 – Classe 37.05/40</p>	Brasil	10/1/2016	<p>A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular do direito da mesma, pela caducidade do prazo do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96, artigo 142, e demais legislações correlatas.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, para assinalar serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia</p>
Marca	<p>TENDA CONSTRUTORA – Registro nº 822009463 – Classe 40.10/15</p>	Brasil	2/5/2016	<p>A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular do direito da mesma, pela caducidade do prazo do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96, artigo 142, e demais legislações correlatas.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, para assinalar serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia</p>
Marca	<p>TENDA CONSTRUTORA – Registro nº 822009471 – Classe 37.05/40</p>	Brasil	10/1/2016	<p>A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular do direito da mesma, pela caducidade do prazo do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96, artigo 142, e demais legislações correlatas.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, para assinalar serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia</p>
Marca	<p>CONSTRUTORA TENDA – Registro nº 901550124 – Classe 37</p>	Brasil	8/11/2021	<p>A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular do direito da mesma, pela caducidade do prazo do</p>	<p>Não há como quantificar o impacto, além da impossibilidade de impedir</p>

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

				<p>direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96, artigo 142, e demais legislações correlatas.</p>	<p>terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, para assinalar serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia</p>
Marca	<p>MINHA CASA MINHA VIDA – Registro nº 901538531 – Classe 36</p>	Brasil	<p>Pendente análise do INPI</p>	<p>A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular do direito da mesma, pela caducidade do prazo do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96, artigo 142, e demais legislações correlatas. Pedido de registro indeferido. Recurso interposto. Se o recurso for provido, o pedido de registro seguirá seu curso normal. O recurso não sendo recepcionado pelo INPI, o pedido de registro será arquivado definitivamente.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, para assinalar serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia</p>
Marca	<p>FIT RESIDENCIAL BRASIL IMÓVEL AO SEU ALCANCE – Registro nº 900258497 – Classe 35</p>	Brasil	<p>Pendente análise do INPI</p>	<p>A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular do direito da mesma, pela caducidade do prazo do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96, artigo 142, e demais legislações correlatas. Pedido de registro sobrestado, aguardando definição de outro(s) pedido(s) semelhantes. Dependendo da decisão dos demais pedidos, este pedido de registro poderá ser arquivado.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, para assinalar serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia</p>
Marca	<p>FIT RESIDENCIAL IMÓVEL AO SEU ALCANCE – Registro nº 900258519 – Classe 36</p>	Brasil	<p>Pendente análise do INPI</p>	<p>A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular do direito da mesma, pela caducidade do prazo do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96, artigo 142, e demais legislações correlatas. Pedido de registro sobrestado, aguardando definição de outro(s) pedido(s) semelhantes.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, para assinalar serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia</p>
Marca	<p>FIT RESIDENCIAL BRASIL – Registro nº 900258586 – Classe 35</p>	Brasil	<p>Pendente análise do INPI</p>	<p>A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular do direito da mesma, pela caducidade do prazo do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº</p>	<p>Não há como quantificar o impacto, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes,</p>

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

				9.279/96, artigo 142, e demais legislações correlatas. Pedido de registro sobrestado, aguardando definição de outro(s) pedido(s) semelhantes. Dependendo da decisão dos demais pedidos, este pedido de registro poderá ser arquivado.	para assinalar serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia
Marca	FIT RESIDENCIAL BRASIL – Registro nº 900258594 – Classe 36	Brasil	Pendente análise do INPI	A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular do direito da mesma, pela caducidade do prazo do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96, artigo 142, e demais legislações correlatas. Pedido de registro sobrestado, aguardando definição de outro(s) pedido(s) semelhantes. Dependendo da decisão dos demais pedidos, este pedido de registro poderá ser arquivado	Não há como quantificar o impacto, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, para assinalar serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia
Marca	FIT RESIDENCIAL BRASIL – Registro nº 900258640 – Classe 37	Brasil	22/12/2019	A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular do direito da mesma, pela caducidade do prazo do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96, artigo 142, e demais legislações correlatas.	Não há como quantificar o impacto, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, para assinalar serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia
Marca	FIGURATIVA – Registro nº 902488376 – Classe 36	Brasil	5/3/2023	A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular do direito da mesma, pela caducidade do prazo do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96, artigo 142, e demais legislações correlatas.	Não há como quantificar o impacto, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, para assinalar serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia
Marca	TENDA CONSTRUINDO FELICIDADE – Registro nº 900258012 – Classe 37	Brasil	Pendente análise do INPI	A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular do direito da mesma, pela caducidade do prazo do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96, artigo 142, e demais legislações correlatas.	Não há como quantificar o impacto, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, para assinalar serviços ou produtos concorrentes, uma

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

				Pedido de registro indeferido. Recurso interposto. Se o recurso for provido, o pedido de registro seguirá seu curso normal. O recurso não sendo recepcionado pelo INPI, o pedido de registro será arquivado definitivamente.	vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia
Marca	CONSTRUTORA TENDA – Registro nº 901550140 – Classe 36	Brasil	8/11/2021	A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular do direito da mesma, pela caducidade do prazo do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96, artigo 142, e demais legislações correlatas.	Não há como quantificar o impacto, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, para assinalar serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia
Marca	CONSTRUTORA TENDA – Registro nº 901550116 – Classe 37	Brasil	8/11/2021	A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular do direito da mesma, pela caducidade do prazo do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96, artigo 142, e demais legislações correlatas.	Não há como quantificar o impacto, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, para assinalar serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia
Marca	FIGURATIVA – Registro nº 901698423 – Classe 36	Brasil	28/2/2022	A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular do direito da mesma, pela caducidade do prazo do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96, artigo 142, e demais legislações correlatas.	Não há como quantificar o impacto, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, para assinalar serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia
Marca	FIGURATIVA – Registro nº 901698377 – Classe 36	Brasil	28/2/2022	A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular do direito da mesma, pela caducidade do prazo do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96, artigo 142, e demais legislações correlatas.	Não há como quantificar o impacto, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, para assinalar serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

					exclusivo da mesma. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia
Marca	CONSTRUTORA TENDA – Registro nº 901550159 – Classe 36	Brasil	8/11/2021	A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular do direito da mesma, pela caducidade do prazo do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96, artigo 142, e demais legislações correlatas.	Não há como quantificar o impacto, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, para assinalar serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia

9.1. BENS DO ATIVO NÃO-CIRCULANTE RELEVANTES / 9.1.C. PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES

c) sociedades em que a Companhia tem participação

Razão Social	CNPJ	Cod. CVM	Tipo Sociedade	Pais Sede	UF Sede	Município Sede	Descrição das Atividades Desenvolvidas	Participação do Emissor (%)
Exercício Social	Valor contábil – variação %	Valor mercado – variação %	Montante de dividendos recebidos (R\$)		Data	Valor (R\$)		
SPE TENDA SP Itaquera Empreendimento Imobiliário Ltda.	08.823.276/0001-81	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100
31/12/2014	0%	-	0	Valor Mercado		-		
31/12/2013	5%	-	0	Valor Contábil	31/12/2014	14.354.278,40		
21/12/2012	25%	-	0					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
SPE de empreendimento imobiliário.								
SPE TENDA SP Osasco Empreendimento Imobiliário Ltda.	08.822.305/0001-90	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100
31/12/2014	4%	-	0	Valor Mercado		-		
31/12/2013	2%	-	0	Valor Contábil	31/12/2014	27.501.503,77		
21/12/2012	16%	-	0					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
SPE de empreendimento imobiliário.								
SPE TENDA SP Guaianazes Empreendimento Imobiliário Ltda.	08.822.297/0001-82	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	30
31/12/2014	86%	-	0	Valor Mercado		-		
31/12/2013	5%	-	0	Valor	31/12/2014	20.848.267,87		

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

										Contábil
21/12/2012			332%	-		0				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação										
SPE de empreendimento imobiliário.										
SPE TENDA SP Salvador Empreendimento Imobiliário Ltda.	Dali	08.822.908/0001-92	n/a		Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100
31/12/2014			11%	-		0				Valor Mercado -
31/12/2013			10%	-		0				Valor Mercado 31/12/2014 3.655.686,28
21/12/2012			-9%	-		0				Valor Contábil
Razões para aquisição e manutenção de tal participação										
SPE de empreendimento imobiliário.										
SPE TENDA SP Vila Park Empreendimento Imobiliário Ltda.		08.822.286/0001-00	n/a		Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100
31/12/2014			2%	-		0				Valor Mercado -
31/12/2013			6%	-		0				Valor Mercado 31/12/2014 17.537.311,33
21/12/2012			41%	-		0				Valor Contábil
Razões para aquisição e manutenção de tal participação										
SPE de empreendimento imobiliário.										
SPE TENDA SP Valência Empreendimento Imobiliário Ltda.		08.822.862/0001-01	n/a		Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100
31/12/2014			8%	-		0				Valor Mercado -
31/12/2013			0%	-		0				Valor Mercado 31/12/2014 3.133.434,53
21/12/2012			37%	-		0				Valor Contábil
Razões para aquisição e manutenção de tal participação										
SPE de empreendimento imobiliário.										
SPE TENDA SP Jardim São Luiz Empreendimento Imobiliário Ltda.	Life	08.822.886/0001-60	n/a		Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100
31/12/2014			1%	-		0				Valor Mercado -
31/12/2013			5%	-		0				Valor Mercado 31/12/2014 22.076.834,08
21/12/2012			80%	-		0				Valor Contábil
Razões para aquisição e manutenção de tal participação										
SPE de empreendimento imobiliário.										
Cotia Empreendimentos Imobiliários Ltda.	1	08.932.426/0001-95	n/a		Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100
31/12/2014			-1%	-		0				Valor Mercado -
31/12/2013			-1%	-		0				Valor Mercado 31/12/2014 119.017.987,21
21/12/2012			38%	-		0				Valor Contábil
Razões para aquisição e manutenção de tal participação										
SPE de empreendimento imobiliário.										
Fit Roland Garros Empreendimentos Imobiliários Ltda.		08.266.738/0001-07	n/a		Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100
31/12/2014			-29%	-		0				Valor Mercado -
31/12/2013			1%	-		0				Valor Mercado 31/12/2014 7.557.713,46
21/12/2012			6%	-		0				Valor Contábil
Razões para aquisição e manutenção de tal participação										
SPE de empreendimento imobiliário.										
Mário Covas Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Spe	08.775.234/0001-12	n/a		Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100
31/12/2014			-18%	-		0				Valor Mercado -

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

31/12/2013	-5%	-	0	Valor Contábil	31/12/2014	7.825.519,70			
21/12/2012	4%	-	0						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
SPE de empreendimento imobiliário.									
Acedio Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Spe	08.687.018/0001-15	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	55
31/12/2014	0%	-	0	Valor Mercado				-	
31/12/2013	0%	-	0	Valor Contábil	31/12/2014	1.449.167,70			
21/12/2012	0%	0%	0						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
SPE de empreendimento imobiliário.									
Maria Inês Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Spe	08.687.003/0001-57	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	60
31/12/2014	1%	-	0	Valor Mercado				-	
31/12/2013	9%	-	0	Valor Contábil	31/12/2014	2.193.346,77			
21/12/2012	10%	-	0						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
SPE de empreendimento imobiliário.									
Fit 04 Empreendimentos Imobiliários Ltda	Spe	09.236.085/0001-86	n/a	Controlada	Brasil	Ribeirão Preto	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100
31/12/2014	0%	-	0	Valor Mercado				-	
31/12/2013	3%	-	0	Valor Contábil	31/12/2014	11.572.616,33			
21/12/2012	52%	-	0						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
SPE de empreendimento imobiliário.									
Fit 01 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Spe	09.208.162/0001-94	n/a	Controlada	Brasil	Ribeirão Preto	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100
31/12/2014	7%	-	0	Valor Mercado				-	
31/12/2013	2%	-	0	Valor Contábil	31/12/2014	35.506.648,21			
21/12/2012	105%	-	0						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
SPE de empreendimento imobiliário.									
Fit 02 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Spe	09.208.164/0001-83	n/a	Controlada	Brasil	Goiânia	Goiás	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	60
31/12/2014	-6%	-	0	Valor Mercado				-	
31/12/2013	0%	-	0	Valor Contábil	31/12/2014	-1.611.017,81			
21/12/2012	-8%	-	0						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
SPE de empreendimento imobiliário.									
Fit Jardim Botânico Spe Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Spe	08.745.087/0001-38	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	55
31/12/2014	-5%	-	0	Valor Mercado				-	
31/12/2013	9%	-	0	Valor Contábil	31/12/2014	8.655.637,65			
21/12/2012	13%	-	0						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
SPE de empreendimento imobiliário.									
Fit 05 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Spe	09.252.554/0001-50	n/a	Controlada	Brasil	Campos dos Gaytacazes	Rio de Janeiro	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100
31/12/2014	0%	-	0	Valor				-	

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

31/12/2013	36%	-	0	Valor Mercado	31/12/2014	86.501.385,96		
21/12/2012	81%	-	0	Valor Contábil				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
SPE de empreendimento imobiliário.								
Fit 09	Spe	09.346.797/0001-58	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio
Empreendimentos Imobiliários Ltda.								75
31/12/2014	6%	-	0	Valor Mercado				
31/12/2013	-22%	-	0	Valor Contábil	31/12/2014	2.831.643,94		
21/12/2012	2707%	-	0					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
SPE de empreendimento imobiliário.								
Fit 10	Spe	09.346.777/0001-87	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio
Empreendimentos Imobiliários Ltda.								100
31/12/2014	6%	-	0	Valor Mercado				
31/12/2013	185%	-	0	Valor Contábil	31/12/2014	-12.153.605,24		
21/12/2012	1526%	-	0					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
SPE de empreendimento imobiliário.								
Fit 11	Spe	09.358.705/0001-50	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio
Empreendimentos Imobiliários Ltda.								70
31/12/2014	-18%	-	0	Valor Mercado				
31/12/2013	72%	-	0	Valor Contábil	31/12/2014	8.455.864,11		
21/12/2012	47%	-	0					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
SPE de empreendimento imobiliário.								
Fit 12	Spe	09.358.690/0001-20	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio
Empreendimentos Imobiliários Ltda.								100
31/12/2014	-3%	-	0	Valor Mercado				
31/12/2013	0%	-	0	Valor Contábil	31/12/2014	47.540.233,95		
21/12/2012	38%	-	0					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
SPE de empreendimento imobiliário.								
Fit Palladium	SPE	09.358.816/0001-66	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio
Empreendimentos Imobiliários Ltda.								100
31/12/2014	-5%	-	0	Valor Mercado				
31/12/2013	5%	-	0	Valor Contábil	31/12/2014	12.935.204,94		
21/12/2012	5%	-	0					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
SPE de empreendimento imobiliário.								
Fit 06	Spe	09.346.816/0001-46	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio
Empreendimentos Imobiliários Ltda.								100
31/12/2014	0%	-	0	Valor Mercado				
31/12/2013	0%	-	0	Valor Contábil	31/12/2014	6.668.733,62		
21/12/2012	-1%	-	0					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
SPE de empreendimento imobiliário.								
Fit 07	Spe	09.346.808/0001-08	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio
Empreendimentos Imobiliários Ltda.								100
31/12/2014	-1%	-	0	Valor Mercado				

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

31/12/2013	0%	-	0	Valor Contábil	31/12/2014	36.412.838,20			
21/12/2012	753%	-	0						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
SPE de empreendimento imobiliário.									
Fit 24 Spe	09.449.004/0001-26	n/a		Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100
Empreendimentos Imobiliários Ltda.									
31/12/2014	22%	-	0	Valor Mercado				-	
31/12/2013	-1%	-	0	Valor Contábil	31/12/2014	31.256.701,20			
21/12/2012	386%	-	0						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
SPE de empreendimento imobiliário.									
Fgm Incorporações S.A.	09.504.403/0001-42	n/a		Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100
31/12/2014	0%	-	-21.965,89	Valor Mercado				-	
31/12/2013	281%	-	-429.030,39	Valor Contábil	31/12/2014	45.752.709,84			
21/12/2012	12%	-	0						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
SPE de empreendimento imobiliário.									
Cipesa Projeto Empreendimento Imobiliário Spe Ltda.	09.491.019/0001-52	n/a		Controlada	Brasil	AL	Maceió	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	50
31/12/2014	3%	-	0	Valor Mercado				-	
31/12/2013	225%	-	0	Valor Contábil	31/12/2014	-3.615.567,59			
21/12/2012	-307%	-	0						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
SPE de empreendimento imobiliário.									
Fit 16 Spe	09.515.426/0001-52	n/a		Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100
Empreendimentos Imobiliários Ltda.									
31/12/2014	40%	--	0	Valor Mercado				-	
31/12/2013	121%	-	0	Valor Contábil	31/12/2014	-29.216.484,69			
21/12/2012	-158%	-	0						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
SPE de empreendimento imobiliário.									
Fit 22 Spe	09.534.035/0001-85	n/a		Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100
Empreendimentos Imobiliários Ltda.									
31/12/2014	3%	-	0	Valor Mercado				-	
31/12/2013	17%	-	0	Valor Contábil	31/12/2014	10.286.532,49			
21/12/2012	12%	-	0						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
SPE de empreendimento imobiliário.									
Fit 25 Spe	09.534.382/0001-08	n/a		Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100
Empreendimentos Imobiliários Ltda.									
31/12/2014	80%	-	0	Valor Mercado				-	
31/12/2013	-219%	-	0	Valor Contábil	31/12/2014	-6.716.996,74			
21/12/2012	-58%	-	0						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
SPE de empreendimento imobiliário.									
Fit 29 Spe	09.534.367/0001-60	n/a		Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100
Empreendimentos Imobiliários Ltda.									
31/12/2014	-3%	-	0	Valor Mercado				-	

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

31/12/2013	16%	-	0	Valor Contábil	31/12/2014	50.374,02		
21/12/2012	-99%	-	0					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
SPE de empreendimento imobiliário.								
Fit 31	Spe	09.534.019/0001-92	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio
Empreendimentos Imobiliários Ltda.								100
31/12/2014	-108%	-	0	Valor Mercado				-
31/12/2013	-65%	-	0	Valor Contábil	31/12/2014	-148.906,88		
21/12/2012	34%	-	0					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
SPE de empreendimento imobiliário.								
Fit 32	Spe	09.534.036/0001-20	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio
Empreendimentos Imobiliários Ltda.								100
31/12/2014	3%	-	0	Valor Mercado				-
31/12/2013	72%	-	0	Valor Contábil	31/12/2014	48.075.361,86		
21/12/2012	60%	-	0					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
SPE de empreendimento imobiliário.								
Fit 34	Spe	09.534.021/0001-61	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio
Empreendimento Imobiliário Ltda.								70
31/12/2014	12%	-	0	Valor Mercado				-
31/12/2013	50%	-	0	Valor Contábil	31/12/2014	10.079.738,18		
21/12/2012	8%	-	0					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
SPE de empreendimento imobiliário.								
Fit 35	Spe	09.534.022/0001-06	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio
Participações S.A.								100
31/12/2014	-1%	-	0	Valor Mercado				-
31/12/2013	39%	-	0	Valor Contábil	31/12/2014	61.661.880,40		
21/12/2012	195%	-	0					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
SPE de empreendimento imobiliário.								
Fit 37	Spe	09.541.864/0001-95	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio
Empreendimento Imobiliário Ltda.								100
31/12/2014	5%	-	0	Valor Mercado				-
31/12/2013	1%	-	0	Valor Contábil	31/12/2014	32.984.410,00		
21/12/2012	45%	-	0					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
SPE de empreendimento imobiliário.								
Fit 38	Spe	09.541.893/0001-57	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio
Empreendimento Imobiliário Ltda.								100
31/12/2014	-1%	-	0	Valor Mercado				-
31/12/2013	4%	-	0	Valor Contábil	31/12/2014	23.291.536,10		
21/12/2012	323%	-	0					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Holding de Participação Societária								
Fit 39	Spe	09.541.901/0001-65	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio
Empreendimento Imobiliário Ltda.								100
31/12/2014	1%	-	0	Valor				-

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

31/12/2014	2%	-	0	Valor Mercado				-	
31/12/2013	31%	-	0	Valor Mercado	31/12/2014			-18.207,69	
21/12/2012	29%	-	0	Valor Contábil					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
SPE de empreendimento imobiliário.									
Fit 28	Spe	09.534.379/0001-94	n/a	Controlada	Brasil	SP	Araraquara	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100
Empreendimentos Imobiliários Ltda.									
31/12/2014	13%	-	0	Valor Mercado				-	
31/12/2013	15%	-	0	Valor Mercado	31/12/2014			-18.694,56	
21/12/2012	561%	-	0	Valor Contábil					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
SPE de empreendimento imobiliário.									
Fit 30	Spe	09.534.048/0001-54	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100
Empreendimentos Imobiliários Ltda.									
31/12/2014	-9%	-	0	Valor Mercado				-	
31/12/2013	-51%	-	0	Valor Mercado	31/12/2014			1.850,02	
21/12/2012	-194%	-	0	Valor Contábil					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
SPE de empreendimento imobiliário.									
Fit 43	Spe	09.541.832/0001-90	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100
Empreendimentos Imobiliários Ltda.									
31/12/2014	2%	-	0	Valor Mercado				-	
31/12/2013	15%	-	0	Valor Mercado	31/12/2014			-11.497,81	
21/12/2012	17%	-	0	Valor Contábil					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
SPE de empreendimento imobiliário.									
Fit 03	Spe	09.236.059/0001-58	n/a	Controlada	Brasil	RS	Porto Alegre	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	80
Empreendimentos Imobiliários Ltda.									
31/12/2014	-22%	-	0	Valor Mercado				-	
31/12/2013	135%	-	0	Valor Mercado	31/12/2014			-2.228.542,16	
21/12/2012	-244%	-	0	Valor Contábil					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
SPE de empreendimento imobiliário.									
Tenda 25	Spe	10.341.621/0001-92	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	70
Empreendimento Imobiliário Ltda.									
31/12/2014	-6%	-	0	Valor Mercado				-	
31/12/2013	12%	-	0	Valor Mercado	31/12/2014			2.147.128,03	
21/12/2012	-1746%	-	0	Valor Contábil					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
SPE de empreendimento imobiliário.									
Tenda 26	Spe	10.341.586/0001-01	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100
Empreendimento Imobiliário Ltda.									
31/12/2014	4%	-	0	Valor Mercado				-	
31/12/2013	16%	-	0	Valor Mercado	31/12/2014			-7.836,98	
21/12/2012	11%	-	0	Valor Contábil					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
SPE de empreendimento imobiliário.									
Tenda 27	Spe	10.341.624/0001-26	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100
Empreendimento Imobiliário Ltda.									
31/12/2014	-1%	-	0	Valor Mercado				-	
31/12/2013	-229%	-	0	Valor Mercado	31/12/2014			11.711,59	

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

										Contábil
21/12/2012			-108%	-	0					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação										
SPE de empreendimento imobiliário.										
Tenda 28	Spe	10.341.637/0001-03	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100	
31/12/2014			2%	-	0	Valor Mercado				
31/12/2013			3%	-	0	Valor Contábil				
21/12/2012			21%	-	0	31/12/2014	-8.867,54			
Razões para aquisição e manutenção de tal participação										
SPE de empreendimento imobiliário.										
Tenda 29	Spe	10.341.616/0001-80	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100	
31/12/2014			1%	-	0	Valor Mercado				
31/12/2013			4%	-	0	Valor Contábil				
21/12/2012			222%	-	0	31/12/2014	-30.725,27			
Razões para aquisição e manutenção de tal participação										
SPE de empreendimento imobiliário.										
Tenda Spe 19		08.822.278/0001-56	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100	
31/12/2014			4%	-	0	Valor Mercado				
31/12/2013			-1%	-	0	Valor Contábil				
21/12/2012			-4020%	-	0	31/12/2014	5.133.246,96			
Razões para aquisição e manutenção de tal participação										
SPE de empreendimento imobiliário.										
Tenda Spe 30		10.381.456/0001-00	n/a	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100	
31/12/2014			1%	-	0	Valor Mercado				
31/12/2013			183%	-	0	Valor Contábil				
21/12/2012			-47%	-	0	31/12/2014	-11.193,78			
Razões para aquisição e manutenção de tal participação										
SPE de empreendimento imobiliário.										
Tenda Spe 31		10.340.036/0001-78	n/a	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100	
31/12/2014			1%	-	0	Valor Mercado				
31/12/2013			22%	-	0	Valor Contábil				
21/12/2012			12%	-	0	31/12/2014	-7.951,24			
Razões para aquisição e manutenção de tal participação										
SPE de empreendimento imobiliário.										
Tnd Negócios		10.140.873/0001-53	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100	
31/12/2014			-332%	-	0	Valor Mercado				
31/12/2013			300%	-	0	Valor Contábil				
21/12/2012			-593%	-	0	31/12/2014	-1.323.560,90			
Razões para aquisição e manutenção de tal participação										
SPE de empreendimento imobiliário.										
Fit Campolim	Spe	09.448.891/0001-18	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	55	
31/12/2014			0%	-	0	Valor Mercado				
31/12/2013			0%	-	0	Valor Contábil				
21/12/2012			-2%	-2%	0	31/12/2014	-1.338.972,88			
Razões para aquisição e manutenção de tal participação										

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

SPE de empreendimento imobiliário.									
Ac Participações Ltda.	11.991.887/0001-43	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100	
31/12/2014	1285%	-	0	Valor Mercado			-		
31/12/2013	-2256%	-	0	Valor Contábil	31/12/2014	20.418.526,73			
21/12/2012	-107%	-	0						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
SPE de empreendimento imobiliário.									
Tenda 33 Empreendimentos Imobiliário Ltda.	12.846.967/0001-78	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100	
31/12/2014	1%	-	0	Valor Mercado			-		
31/12/2013	20%	-	0	Valor Contábil	31/12/2014	-17.883,81			
21/12/2012	12279%	-	0						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
SPE de empreendimento imobiliário.									
Tenda 34 Empreendimento Imobiliário Ltda.	12.856.468/0001-61	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100	
31/12/2014	-1%	-	0	Valor Mercado			-		
31/12/2013	-21%	-	0	Valor Contábil	31/12/2014	16.761,12			
21/12/2012	-13212%	-	0						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
SPE de empreendimento imobiliário.									
Tenda 35 Participações S.A.	07.152.298/0001-02	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100	
31/12/2014	1%	-	0	Valor Mercado			-		
31/12/2013	79%	-	0	Valor Contábil	31/12/2014	-19.681,46			
21/12/2012	31%	-	0						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
SPE de empreendimento imobiliário.									
Tenda 36 Empreendimento Imobiliário Ltda.	12.846.933/0001-83	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100	
31/12/2014	-44%	-	0	Valor Mercado			-		
31/12/2013	-340%	-	0	Valor Contábil	31/12/2014	414,14			
21/12/2012	-80%	-	0						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
SPE de empreendimento imobiliário.									
Tenda 37 Empreendimento Imobiliário Ltda.	12.847.164/0001-38	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100	
31/12/2014	5%	-	0	Valor Mercado			-		
31/12/2013	79%	-	0	Valor Contábil	31/12/2014	-4.151,06			
21/12/2012	568%	-	0						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
SPE de empreendimento imobiliário.									
Tenda 38 Empreendimento Imobiliário Ltda.	11.972.801/0001-35	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100	
31/12/2014	5%	-	0	Valor Mercado			-		
31/12/2013	91%	-	0	Valor Contábil	31/12/2014	-4.590,19			
21/12/2012	442%	-	0						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
SPE de empreendimento imobiliário.									
Tenda 39 Empreendimento	12.846.891/0001-80	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de	100	

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

Imobiliário Ltda.										Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio
31/12/2014	5%	-	0	Valor Mercado	-					
31/12/2013	12%	-	0	Valor Contábil		31/12/2014	-2.406,46			
21/12/2012	1133%	-	0							
Razões para aquisição e manutenção de tal participação										
SPE de empreendimento imobiliário.										
Tenda Empreendimento Imobiliário Ltda.	40 Spe	12.847.145/0001-01	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100	
31/12/2014	5%	-	0	Valor Mercado	-					
31/12/2013	106%	-	0	Valor Contábil		31/12/2014	-4.544,23			
21/12/2012	802%	-	0							
Razões para aquisição e manutenção de tal participação										
SPE de empreendimento imobiliário.										
Tenda Empreendimentos Imobiliários Ltda.	44 Spe	14.363.771/0001-58	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100	
31/12/2014	-1%	-	0	Valor Mercado	-					
31/12/2013	549%	-	0	Valor Contábil		31/12/2014	29.316,96			
21/12/2012	355%	-	0							
Razões para aquisição e manutenção de tal participação										
SPE de empreendimento imobiliário.										
Tenda Empreendimento Imobiliário Ltda.	46 Spe	14.363.448/0001-84	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100	
31/12/2014	-13%	-	0	Valor Mercado	-					
31/12/2013	-64%	-	0	Valor Contábil		31/12/2014	1.289,48			
21/12/2012	314%	-	0							
Razões para aquisição e manutenção de tal participação										
SPE de empreendimento imobiliário.										
Tenda Empreendimento Imobiliário Ltda.	47 Spe	15.134.852/0001-49	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100	
31/12/2014	0%	--	0	Valor Mercado	-					
31/12/2013	-51%	-	0	Valor Contábil		31/12/2014	241,60			
21/12/2012	100%	-	0							
Razões para aquisição e manutenção de tal participação										
SPE de empreendimento imobiliário.										
Evp Participações S.A.	Participações	07.886.642/0001-89	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100	
31/12/2014	-2%	-	0	Valor Mercado	-					
31/12/2013	100%	-	0	Valor Contábil		31/12/2014	100.317,53			
21/12/2012	0%	-	0							
Razões para aquisição e manutenção de tal participação										
SPE de empreendimento imobiliário.										
Citt Ville Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Spe	08.701.363/0001-66	n/a	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	50	
31/12/2014	-6%	-	0	Valor Mercado	-					
31/12/2013	12%	-	0	Valor Contábil		31/12/2014	10.474.866,90			
21/12/2012	100%	-	0							
Razões para aquisição e manutenção de tal participação										
SPE de empreendimento imobiliário.										
Tda Imobiliários Ltda.	Negócios	19.183.154/0001-94	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis	100	

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

31/12/2014	0%	-	0	Valor Mercado	-			próprio	
31/12/2013	100%	-	0	Valor Mercado					
21/12/2012	0%	-	0	Valor Contábil		31/12/2014	1.000,00		
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
SPE de empreendimento imobiliário.									
Fit 13	Spe	09.358.402/0001-37	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100
Empreendimentos Imobiliários Ltda.									
31/12/2014	0%	-	0	Valor Mercado	-				
31/12/2013	-37%	-	-16.979.536,02	Valor Mercado		31/12/2014	30.292.429,14		
21/12/2012	38%	-	-12.372.503,90	Valor Contábil					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
SPE de empreendimento imobiliário.									
Fit 26	Spe	09.547.774/0001-01	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100
Empreendimentos Imobiliários Ltda.									
31/12/2014	-8%	-	0	Valor Mercado	-				
31/12/2013	24%	-	-	Valor Mercado		31/12/2014	46.944.058,82		
21/12/2012	50%	-	0	Valor Contábil					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
SPE de empreendimento imobiliário.									
Tenda Negócios	Spe	09.625.762/0001-58	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100
Imobiliários S.A.									
31/12/2014	-2%	-	0	Valor Mercado	-				
31/12/2013	3%	-	-3.002.967,32	Valor Mercado		31/12/2014	342.395.030,56		
21/12/2012	360%	-	0	Valor Contábil					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
SPE de empreendimento imobiliário.									
Imbuí	Spe	08.687.042/0001-54	n/a	controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	50
Empreendimentos Imobiliários Ltda.									
31/12/2014	-1%	-	0	Valor Mercado	-				
31/12/2013	-2%	-	0	Valor Mercado		31/12/2014	4.406.451,79		
21/12/2012	-2%	-	0	Valor Contábil					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
SPE de empreendimento imobiliário.									
Cittã	Spe	08.687.637/0001-00	n/a	Controlada	Brasil	BA	Lauro de Freitas	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	50
Empreendimentos Imobiliários Ltda.									
31/12/2014	-6%	-	0	Valor Mercado	-				
31/12/2013	-3%	-	0	Valor Mercado		31/12/2014	5.851.551,40		
21/12/2012	5%	-	0	Valor Contábil					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
SPE de empreendimento imobiliário.									
Jardim São Luiz	Spe	08.792.213/0001-05	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100
Incorporadora Ltda.									
31/12/2014	119%	-	0	Valor Mercado	-				
31/12/2013	-1%	-	0	Valor Mercado		31/12/2014	6.812.105,97		
21/12/2012	25%	-	0	Valor Contábil					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
SPE de empreendimento imobiliário.									
Grand Park - Parque	Spe	09.218.724/0001-80	n/a	Controlada	Brasil	MA	São Luís	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	50
Dos Pássaros Empreendimentos Imobiliários Ltda.									
31/12/2014	310%	-	0	Valor Mercado	-				

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

31/12/2013	114%	-	-3.720.000,00	Valor Contábil	31/12/2014	14.996.195,19			
21/12/2012	-75%	-	0						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação SPE de empreendimento imobiliário.									
Citta Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda.	Itapua	10.319.601/0001-15	n/a	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	50
31/12/2014	-12%	-	0	Valor Mercado				-	
31/12/2013	483%	-	0	Valor Contábil	31/12/2014	4.776.309,85			
21/12/2012	21%	-	0						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação SPE de empreendimento imobiliário.									
Spe Franere Gafisa 08 Empreendimentos Imobiliários Ltda.		10.222.168/0001-03	n/a	Controlada	Brasil	MA	São Luís	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	50
31/12/2014	-179%	-	0	Valor Mercado				-	
31/12/2013	3894%	-	0	Valor Contábil	31/12/2014	-4.840.050,80			
21/12/2012	-91%	-	0						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação SPE de empreendimento imobiliário.									
FIT 20 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.		09.569.320/0001-31	n/a	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100
31/12/2014	4%	-	0	Valor Mercado				-	
31/12/2013	3%	-	0	Valor Contábil	31/12/2014	-62.461,24			
21/12/2012	1%	-	0						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação SPE de empreendimento imobiliário.									

9.2. Outras informações relevantes:

Nota referente ao item 9.1 (c)

(1) A tabela acima lista as sociedades nas quais a Companhia possui participação direta. As participações de 100% indicadas nesta planilha podem ter sido objeto de arredondamento.

(2) Os itens que constarem como “não aplicável” significam que a Companhia não possuía participação na sociedade controlada à época ou que a sociedade controlada não estava constituída neste período.

(3) Não há valor de mercado para as sociedades controladas da Companhia por serem todas sociedades limitadas ou sociedades por ações de capital fechado e não é realizada avaliação anual de valor de mercado dos investimentos (SPEs).

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2014 foi bastante marcante para o processo de reestruturação da Companhia, primeiro com a expressiva entrega das unidades remanescentes dos projetos antigos, chamados de “Legado”, e a boa a performance e o maior volume de entrega dos projetos do Novo Modelo (empreendimentos lançados a partir de 2013 dentro do Fundamento).

Na segunda metade de 2011, a Diretoria da Companhia tomou a decisão de parar qualquer lançamento enquanto resolvia o Legado. A Diretoria da Companhia aproveitou esse período para entender se teria diferenciais competitivos suficientes para ser bem sucedida na baixa renda. A Diretoria da Companhia entendeu que existia um segmento de tamanho relevante, o Faixa 2, em grandes aglomerações urbanas, aonde poderia ser bastante competitiva. Para tanto, a Companhia se estruturou em torno de quatro Pilares, chamados de Fundamento:

- Executar obras exclusivamente através da tecnologia de forma de alumínio;
- Repassar as unidades imediatamente após a venda (Venda repassada);
- Somente lançar empreendimentos que já estejam contratados com o agente financeiro (lançamento contratado); e
- Vender exclusivamente através de lojas, com equipe própria.

A representatividade do Legado vem diminuindo desde o final do ano de 2013. A Companhia iniciou 2012 com 30.944 unidades a serem entregues das obras do Legado, e fechou 2014 com 2.593, uma redução de 92%. A somatória de contas a receber e estoque também sofreu redução de 76% no mesmo período, saindo de R\$1,2 bilhões para R\$0,8 bilhão. A Diretoria entende que a Companhia deve liquidar o Legado até o final do primeiro semestre de 2015.

Em 2014, a Companhia lançou 14 projetos, totalizando um VGV de R\$613,3 milhões, em linha com a perspectiva de evolução na escala de lançamentos. No ano anterior, em que reiniciou os lançamentos dentro do Fundamento, foram sete lançamentos e R\$339 milhões de VGV. Cabe informar que em 2012 não ocorreram lançamentos. No ano, 9 projetos/fases perfazendo 1.700 unidades e R\$213,8 milhões em VGV foram entregues, todos eles lançados em 2013 e dentro do novo modelo operacional da Companhia.

Apesar dos indícios positivos, a Diretoria da Companhia acredita que é preciso ter cautela para não crescer além da capacidade operacional, e ganhar escala de forma gradual. Apesar de a Diretoria da Companhia acreditar que existam 16 manchas produtivas aonde a Companhia conseguiria atuar de forma rentável, a Diretoria pretende manter a atuação da Companhia em 2014 nas seis manchas em que já está presente, quais sejam: (i) cidade e região metropolitana de São Paulo; (ii) cidade do Rio de Janeiro; (iii) Salvador, Lauro de Freitas e Camaçari; (iv) Porto Alegre e São Leopoldo; (v) cidade e entorno de Belo Horizonte; e (vi) cidade e entorno de Recife.

A ausência de lançamentos por dois anos prejudicou os resultados financeiros. A operação perdeu escala, com a receita caindo de R\$1.069 milhões em 2012 para R\$817 milhões em 2013 e R\$570 milhões em 2014. Contudo, deve haver uma melhora nesses números com a conclusão do Legado. Em 2014, 55% da receita líquida foi originada de projetos do Novo Modelo, contra 10% no ano anterior.

O EBITDA ajustado no ano atingiu resultado negativo de R\$67,5 milhões, comparado com o EBITDA ajustado negativo de R\$45,6 milhões registrado no ano anterior. A margem EBITDA ajustada atingiu -11,8%, ante a margem de -5,6% reportada em 2013. Para o ano de 2012, o EBITDA ajustado da Companhia foi negativo em R\$30,5 milhões, com a margem de -3,7%.

A Diretoria da Companhia já pode notar desde o início de 2013 os efeitos dos ajuste de despesas que possíveis com a migração para um modelo de negócio mais simples e replicável. As despesas Gerais e Administrativas (G&A) caíram de R\$113 milhões em 2012 para R\$97 milhões em 2013 e R\$87 milhões em 2014, uma redução nominal de 23% no período. A Companhia pretende continuar buscando ganhos reais de G&A, com a evolução na escala de lançamentos.

As despesas com vendas representaram 5,8% das vendas brutas (R\$53,0 milhões), contra 7,0% das vendas brutas (R\$77,6 milhões), contra 8,3% em 2012 (R\$91,4 milhões). Essa redução foi possível em função da consolidação da operação de venda via loja própria e da queda do volume de vendas.

A Companhia encerrou 2014 com um prejuízo líquido de R\$109,4 milhões, ante os resultados negativos de R\$118,4 milhões em 2013 e R\$123,6 milhões no ano de 2012, refletindo a maior assertividade da Companhia na adequação de sua estrutura de negócios e operações.

Conforme anunciado no início de 2014, a Companhia vem conduzindo estudos para avaliação do processo de separação de suas unidades de negócio com a sua controladora Gafisa S. A., de modo que possam dar seguimento em suas operações de maneira independente. Durante o ano de 2014 foram implementadas uma série de ações nesse sentido, tais como a divisão de diversos departamentos, como Central de Serviços, Gente e Gestão, Jurídico, entre outras; alteração do registro da categoria de emissor da Companhia junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), passando à Categoria A; atuação junto aos bancos e seguradoras para abertura de limite de crédito independente para a Companhia; e mapeamento de contratos e avaliação de potencial impacto em decorrência do *spin-off*.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

i. Estrutura de Capital

A tabela abaixo apresenta o valor total utilizado pela Companhia para financiar suas operações (capitalização total), bem como a segregação de tal valor entre capital de terceiros e capital próprio (tanto em termos reais quanto em termos percentuais), para cada exercício social indicado:

	Exercício Social findo em 31 de dezembro de		
	2014	2013	2012
	(em Reais mil)		
Total capital de terceiros	1.042.844	1.289.255	1.424.361
Total capital próprio	1.082.346	1.152.581	1.876.709
Capitalização total	2.125.190	2.441.836	3.301.071
Relação capital de terceiro sobre capitalização total	49,07%	52,80%	43,15%
Relação capital próprio sobre capitalização total	50,93%	47,20%	56,85%

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia tinha uma posição de caixa de R\$494.572 mil. Na mesma data, a dívida líquida totalizava -R\$56.021 mil e o índice dívida líquida sobre patrimônio líquido era de -5,18%.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia tinha uma posição de caixa de R\$642.654 mil. Na mesma data, a dívida líquida totalizava -R\$3.931 mil e o índice dívida líquida sobre patrimônio líquido era de -0,34%.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia tinha uma posição de caixa de R\$774.690 mil. Na mesma data, a dívida líquida totalizava R\$140.611 mil e o índice dívida líquida sobre patrimônio líquido era de 7,49%.

ii. Hipóteses de resgate

Os diretores informam que não há previsão no Estatuto Social da Companhia para resgate de ações de emissão da Companhia.

iii. Fórmula de cálculo do valor do resgate

Não se aplica.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia possui dívida líquida negativa de R\$56.021 mil, sendo que a posição de caixa e equivalentes de caixa corresponde a R\$494.572 mil frente a uma dívida total de R\$438.551 mil, sendo a relação dívida líquida sobre patrimônio líquido correspondente a -5,18%.

Adicionalmente, a Companhia possuía o montante de R\$476.361 mil de recebíveis imobiliários em aberto e R\$129.693 mil de imóveis concluídos e não vendidos, frente a um montante de R\$225.016 mil de imóveis a pagar e R\$90.661 mil de custos a incorrer. Ao considerar a soma do Total de Recebíveis e Estoques Concluídos e não Vendidos, esta excede 1,92 vezes a soma da Dívida Líquida, Imóveis a Pagar e Custos a Incorrer. Ademais, do montante de R\$438.551 mil correspondentes à dívida total da Companhia, R\$48.934 mil correspondem aos contratos de SFH, os quais têm o uso dos recursos para o financiamento à construção de empreendimentos imobiliários e contam com cessão fiduciária ou penhor dos recebíveis imobiliários de cada empreendimento, que, em sua maioria, vencem na entrega do empreendimento. Desta forma, ao finalizá-los, os recursos advindos da quitação do saldo devedor pelos clientes são obrigatoriamente utilizados na amortização do saldo dos contratos da Companhia. Considerando o nível de endividamento da Companhia, seus ativos de maior liquidez frente a suas obrigações, refletidas ou não no Balanço Patrimonial, os Diretores acreditam haver liquidez suficiente para o cumprimento das obrigações contratuais assumidas nesta data.

Caso entenda-se necessário a Companhia possui capacidade de contrair novos empréstimos para financiar os investimentos e a sua operação.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Os diretores informam que a Companhia incorre em endividamento junto ao Sistema de Financiamento Habitacional (SFH) e/ou ao Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI), sempre que apropriado, para todos os empreendimentos que desenvolve. Esta modalidade de financiamento oferece taxas de juros menores do que as linhas tradicionais de capital de giro, contando com garantia real e um processo de amortização ligado à quitação de seus clientes através da transferência dos recebíveis dos clientes aos bancos. Com esta modalidade, a Companhia pretende cobrir a exposição de caixa, não coberta pelos recebimentos mensais, de cada projeto.

Durante os anos de 2012, 2013 e 2014, a Companhia utilizou como principal fonte de financiamento do seu capital de giro os recursos advindos do SFH/SFI para financiamento à construção e das suas emissões de debêntures. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o perfil de financiamento para capital de giro da Companhia é composto, por Debêntures, e financiamentos à construção (SFH). Para maiores informações acerca do endividamento da Companhia, vide notas explicativas 12 e 13 das Demonstrações Financeiras Padronizadas e Itens 10.1.d. e 10.1.f deste Formulário de Referência.

A Companhia não realiza investimentos em ativos não-circulantes.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Atualmente a Companhia possui um nível de liquidez e perspectivas de geração de caixa que lhe permite não recorrer ao financiamento adicional das suas operações. Isto, no entanto, não exclui a possibilidade de se estruturar ou obter novas linhas para contratação de capital de giro de acordo com os instrumentos disponíveis e condições de mercado vigentes à época da contratação, conforme indicado nos itens 10.1.c e 10.1.d deste Formulário de Referência.

f) níveis de endividamento e características das dívidas**i) Contratos de empréstimos e financiamento relevantes**

Os diretores da Companhia apresentam no quadro abaixo o montante total da dívida de qualquer natureza consolidada da Companhia, que é igual à somatória do total do Passivo circulante e do total do Passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 (em Reais):

Descrição	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2014	2013	2012
	(em Reais mil)		
Total do Passivo Circulante	671.736	836.992	712.287
Total do Passivo Não Circulante	371.107	452.263	712.075
Montante Total de Dívida de qualquer natureza	1.042.844	1.289.255	1.424.362

Abaixo, os diretores da Companhia apresentam os financiamentos e empréstimos consolidados da Companhia, agrupados por modalidade, em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012:

	Custo médio	Vencimentos	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
			2014	2013	2012
	(em Reais mil)				
Financiamento à construção (SFH/SFI)	8,30% - 10,00% + TR	Janeiro 2015 a Dezembro de 2018	48.934	229.161	353.112
Debêntures	9,25% + TR	Outubro de 2016	389.617	409.561	562.004
Total Empréstimo, Financiamentos e Debêntures			435.551	638.722	915.116

Financiamento à Construção (SFH e SFI)

É representado pelos financiamentos tomados juntos aos bancos comerciais nacionais com o objetivo de prover recursos para a construção de empreendimentos imobiliários da Companhia e suas controladas, coligadas. Estes contratos com garantia real representada pela hipoteca do terreno e pela cessão fiduciária ou penhor dos recebíveis e os recursos são liberados mediante a comprovação de evolução física e financeira de obras, iniciando o período de amortização após a conclusão da obra objeto do contrato. Durante o período de amortização do contrato os recursos oriundo da quitação do saldo devedor dos clientes é utilizado para amortizar o montante da dívida.

Debêntures FGTS

Refere-se à 1ª Emissão da Companhia. Esta emissão conta com os recursos do FGTS e tem como uso dos recursos o financiamento a construção das obras dadas em garantia. Para maiores informações acerca desta emissão, favor consultar o item 18.5 abaixo.

ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os diretores comentam que não existem outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas destacadas no item (i) acima.

iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas quirográficas da Companhia. As dívidas da Companhia que são garantidas com garantia real e garantia fluante contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário;

Os diretores comentam que a Companhia é signatária de contratos que estabelecem limites mínimos e máximos sobre temas específicos além de restringir a Companhia na tomada de algumas ações. O descumprimento dos índices acordados ou a não observância das restrições estabelecidas podem acarretar no vencimento antecipado dos contratos.

Os principais pontos de restrição dos instrumentos financeiros, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, estão abaixo destacados:

- pedido de qualquer plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial;
- ocorrência de alteração do controle acionário direto ou indireto da Companhia, nos termos do artigo 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), sem a prévia anuência dos detentores de instrumentos financeiros;
- pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, quando estiver em mora com as emissões vigentes na declaração do evento, e caso o índice de dívida atinja o mínimo previsto em escrituras, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- Alteração da classificação de risco (*rating*) originalmente atribuída a Emissão para uma nota inferior a nota atribuída no momento da emissão;
- alteração ou modificação do objeto social da Companhia que faça com que a Companhia deixe de atuar como incorporadora e construtora imobiliária;
- transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- cisão, fusão ou incorporação da Companhia por outra sociedade, salvo se tal alteração societária for previamente aprovada pelos detentores dos títulos de dívidas ou for lhes garantido o direito de retirada;
- redução de capital social da Companhia que resulte em capital social inferior a 90% (noventa e cinco por cento) do capital social da existente, exceto se previamente autorizado pelos detentores dos títulos de dívidas;
- descumprimento de obrigações pecuniárias e não pecuniárias das emissões, não sanadas nos prazos de curas previstos em escrituras.

As restrições descritas acima podem não se aplicar integralmente a todos os contratos em vigor nesta data, podendo estabelecer limites distintos para cada contrato.

A Companhia também comprometeu-se a manter os seguintes indicadores financeiros dentro dos limites estabelecidos. As fórmulas e os limites máximo e mínimo são apresentados a seguir:

Para as emissões de debêntures da Companhia os indicadores financeiros são apresentados abaixo:

Primeira emissão	2014	2013	2012
Total de contas a receber (TR) mais estoques (TE) deve ser igual ou maior que 2,0 vezes a dívida líquida menos dívida com garantia real ou menor que zero, sendo TR mais TE sempre maior que zero.	-2,75x	-2,49x	-3,19x
Dívida líquida menos dívida com garantia real ⁽³⁾ não deve exceder a 50% do patrimônio líquido.	-46,72%	-56,97%	-41,97%
Total de recebíveis mais receita a apropriar mais total de estoques concluídos deve ser maior que 1,5 vezes a dívida líquida mais imóveis a pagar mais custo a apropriar	2,89x	56,85x	6,18x

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Ao longo dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012, 2013 e também para o período findo em 31 de dezembro de 2014, os financiamentos à construção contratados pela Companhia juntos a instituições nacionais julgadas pela empresa como de primeira linha no âmbito do SFH possuem seus recursos destinados às obras dos respectivos empreendimentos. Os recursos contratados são liberados à Companhia conforme avanço físico-financeiro das obras.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possuía contratado o montante total de R\$972.885 mil, sendo que deste montante, R\$784.545 mil, ou 80,6% já havia sido liberado e o saldo devedor remanescente destes contratos é R\$438.551 mil.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014, 2013 E 2012

	2014	Análise vertical 2014	2013	Análise vertical 2013	2012	Análise vertical 2012	Variação 2014/2013	Variação 2013/2012
Receita operacional bruta	619.987	-567%	894.241	-983%	1.168.608	-945%	-274.254	- 274.368
Incorporação e venda de imóveis e permuta	382	0%	3.936	-4%	3.453	-3%	-3.554	483
Provisão para distratos	2.786	-3%	- 11.526	13%	- 15.568	13%	14.312	4.042
Prestação de serviços de construção	-3.310	3%	7.922	-9%	1.777	-1%	-11.232	6.145
Deduções da receita bruta	-49.707	45%	- 77.112	85%	- 89.161	72%	27.405	12.048
Receita operacional líquida	570.138	-521%	817.460	-899%	1.069.110	-865%	-247.322	- 251.650
Custos operacionais								
Incorporação e venda de imóveis	-444.248	406%	- 752.216	827%	- 938.666	759%	307.968	186.450
Lucro bruto operacional	125.890	-115%	65.245	-72%	130.444	-106%	60.645	- 65.199

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

(Despesas) receitas Operacionais								
Despesas com vendas	-52.978	48%	- 77.756	86%	- 91.424	74%	24.778	13.668
Despesas gerais e administrativas	-87.073	80%	- 97.303	107%	- 113.336	92%	10.230	16.033
Resultado de equivalência patrimonial	-19.142	17%	31.254	-34%	35.115	-28%	-50.396	- 3.861
Depreciação e amortização	-15.644	14%	- 11.526	13%	- 15.568	13%	-4.118	4.042
Outros	-62.236	57%	- 24.819	27%	- 47.798	39%	-37.417	22.979
Despesas com redução ao valor recuperável de ativos não financeiros	-	0%	-	0%	- 102.485	83%	-	102.485
Lucro bruto antes das receitas e despesas financeiras	-111.183	102%	- 114.706	126%	- 102.567	83%	3.523	- 12.139
Despesas financeiras	-51.341	47%	- 41.347	45%	- 31.909	26%	-9.994	- 9.438
Receitas financeiras	58.673	-54%	37.535	-41%	32.638	-26%	21.138	4.897
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social e de acionistas não controladores	-103.851	95%	- 118.518	130%	- 101.838	82%	14.667	- 16.680
Despesa com imposto de renda e contribuição social corrente	-8.027	7%	- 7.517	8%	- 3.752	3%	-510	- 3.765
(Despesa) receita com imposto de renda e contribuição social diferido	1.699	-2%	- 1.134	1%	- 381	0%	2.833	- 753
Total de (despesas) receitas com impostos	-6.328	6%	- 8.651	10%	- 4.133	3%	2.323	- 4.518
Lucro líquido antes da participação de acionistas não controladores	-110.179	101%	- 127.169	140%	- 105.971	86%	16.990	- 21.198
(-) Lucro líquido do exercício atribuível à participação de acionistas não controladores	742	-1%	- 6.305	7%	- 17.631	14%	7.047	11.326
Lucro das operações disponíveis para venda	-	-	42.548	-47%	-	0%	-42.548	42.548
Lucro líquido do exercício	-109.437		- 90.926		- 123.602		-18.511	32.676

Resultados Operacionais referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 comparados com 2013

Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços

A receita bruta gerada pela incorporação e venda de imóveis e permuta totalizou R\$620,0 milhões no exercício findo em 2014, uma redução de R\$274 milhões ou 31% em comparação ao mesmo período de 2013, quando a receita bruta total totalizou R\$894,2 milhões, efeito do menor volume de lançamentos nos últimos dois anos, e pelo ainda incipiente percentual de receita dos lançamentos do novo modelo da Companhia em 2014.

Deduções da Receita Bruta – Impostos sobre Vendas Imóveis e Serviços

As deduções da receita bruta referentes aos impostos sobre vendas de imóveis e serviços reduziram 36%, passando de R\$77,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 para

R\$49,7 milhões no exercício de 2014 em linha com a redução verificada na receita da Companhia.

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços

A receita líquida de vendas e/ou serviços no exercício de 2014 totalizou R\$570,1 milhões, em relação a R\$817,5 milhões no exercício anterior, uma diminuição de 30,3%, impactada pelo menor volume de entrega de projetos relacionados ao legado e que se concentraram especialmente no ano de 2013. Em 2014, a Companhia foi responsável por 38% da receita líquida consolidada.

Custos de Incorporação e Vendas de Imóvel

Os custos de incorporação e vendas de imóvel e permuta física no exercício de 2014 totalizaram R\$444,2 milhões, em comparação com R\$752,2 milhões em 2013, uma redução de 40,9% quando comparado ao ano anterior, efeito da consistente redução na exposição da Companhia ante os projetos antigos, diminuindo assim o custo ainda a incorrer relacionado a eles.

Resultado Bruto

O lucro bruto nos exercícios de 2014 e 2013 foi R\$125,9 milhões e R\$65,2 milhões, respectivamente. Em 2014, a margem aumentou de 8,0% em 2013 para 22,1% em 2014. A rentabilidade da Companhia em 2014 foi marcada positivamente pela redução do impacto dos projetos antigos em seu resultado e também pela incipiente contribuição dos lançamentos do novo modelo, que apresentam margens superiores àquelas verificadas nos projetos antigos.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas no ano de 2014 totalizaram R\$53,0 milhões, representando uma diminuição de 31,7% em comparação com R\$77,6 milhões no ano de 2013. As despesas com vendas no exercício de 2014 representaram 9,3% da sua receita operacional líquida, ante 9,5% no exercício de 2013. Tal variação é resultado da consolidação da operação em loja física da Companhia e do menor volume de vendas..

Despesas Gerais e Administrativas e Despesas Decorrentes do Plano de Opções de Ações

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$87,1 milhões no exercício de 2014 em relação a R\$97,3 milhões no exercício de 2013, uma diminuição de 10,5%, ou R\$10 milhões, em função da maior eficiência operacional da Companhia, permitindo um nível de custos e despesas adequados ao seu ciclo de negócios.

Depreciação e Amortização

A depreciação e amortização verificadas durante o exercício de 2014 totalizaram R\$15,6 milhões, apresentando um aumento de R\$4,1 milhões ou 36%, comparado com os R\$11,5 milhões verificados em 2013, principalmente em função da depreciação das fôrmas de alumínio utilizadas no processo construtivo.

Demais Despesas Operacionais

Em 2014, nossos resultados refletiram um impacto negativo de R\$62,2 milhões, em comparação com R\$24,8 milhões em 2013, consequência do grande volume de entregas relacionados a projetos de legado ao longo dos últimos 2 anos.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras subiram R\$21,1 milhões, totalizando R\$58,7 milhões ao final do ano, em função da maior taxa de juros verificada no período.

Despesas Financeiras

As despesas financeiras atingiram R\$51,4 milhões em 2014, comparado aos R\$41,3 milhões em 2013, um aumento de 24,2% em bases anuais, em função da maior taxa de juros verificada no período.

Provisão para IR e Contribuição Social e IR Diferido

Em 2014, impostos de renda, contribuição social e impostos diferidos totalizaram o valor negativo de R\$6,3 milhões, comparado aos R\$8,7 milhões reportados em 2013.

Participação de Acionistas Não-Controladores

A diminuição da participação de acionistas não-controladores (minoritários em subsidiárias nas quais a Companhia detém investimento) de R\$6,3 milhões para o valor negativo de R\$0,7 milhões em 2014, ocorreu em função da variação de resultados das coligadas da Companhia.

Lucro Líquido (Prejuízo)

O segmento Tenda encerrou 2014 com prejuízo líquido de R\$109,4 milhões, comparado com o prejuízo líquido de R\$90,9 milhões em 2013. Esta variação reflete o lucro líquido de R\$42 milhões da Alphaville Urbanismo S.A. reportado ao final de 2013.

Resultados Operacionais referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 comparados com 2012

Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços

A receita bruta gerada pela incorporação e venda de imóveis e permuta totalizou R\$894.2 milhões no exercício findo em 2013, uma redução de R\$274 milhões ou 23% em comparação ao mesmo período de 2012, quando a receita bruta totalizou R\$1.2 bilhões, efeito do menor volume de lançamentos em 2013, e pelo ainda incipiente percentual de receita dos lançamentos do novo modelo da Companhia em 2013.

Deduções da Receita Bruta – Impostos sobre Vendas Imóveis e Serviços

As deduções da receita bruta referentes aos impostos sobre vendas de imóveis e serviços reduziram 14%, passando de R\$89.2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para R\$77.1 milhões no exercício de 2013 em linha com a redução verificada na receita da Companhia.

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços

Em bases consolidadas, a receita líquida do ano de 2013, reconhecida pelo método "PoC", diminuiu 23,5% na comparação anual, somando R\$817,5 milhões, impactada pela ausência de lançamentos da Companhia em 2012, e pelo ainda incipiente percentual de receita dos lançamentos do novo modelo da Companhia em 2013.

Custos de Incorporação e Vendas de Imóvel

Os custos de incorporação e vendas de imóvel e permuta física no exercício de 2013 totalizaram R\$752,2 milhões, uma diminuição de 19,9% em comparação com R\$938,7 milhões no exercício de

2012, consistente da redução na exposição da Companhia ante os projetos antigos.

Resultado Bruto

O lucro bruto reportado em 2013 foi de R\$65,2 milhões, comparado com R\$130,4 milhões em 2012. A variação deve-se, principalmente, a menores receitas em 2013. A margem bruta ficou em 8,0%, contra 12,2% no ano anterior.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas no ano de 2013 totalizaram R\$77,76 milhões, representando uma diminuição de 15,2% em comparação com R\$91,4 milhões no ano de 2012. As despesas com vendas no exercício de 2013 representaram 9,5% da sua receita operacional líquida, ante 8,6% no exercício de 2012. Tal variação é resultado do menor volume de lançamento no ano na comparação com 2012 e ainda o esforço realizado pela Companhia no intuito de adequar a sua estrutura de custos e despesas ao atual estágio de suas operações.

Despesas Gerais e Administrativas e Despesas Decorrentes do Plano de Opções de Ações

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$97,3 milhões no exercício de 2013 em relação a R\$113,3 milhões no exercício de 2012, uma diminuição de 14,1%, ou R\$16 milhões, principalmente em função do substancial encerramento do ciclo do processo de *turn around* ao longo de 2013, com a redução dos projetos em mercados não estratégicos e do legado de projetos antigos da Companhia, permitiu que em 2013 a Companhia tenha alcançado uma redução nominal de seus custos de modo a alcançar uma maior estabilidade quanto a sai estrutura de custos e despesas.

Depreciação e Amortização

A depreciação e amortização verificadas durante o exercício de 2013 totalizaram R\$11,5 milhões, apresentando uma diminuição de R\$4,0 milhões ou 26%, comparado com os R\$15,6 milhões verificados em 2012 em função de uma menor amortização relacionada aos estandes de vendas da Companhia.

Demais Despesas Operacionais

Em 2013, nossos resultados refletiram um impacto negativo de R\$24,8 milhões, em comparação com R\$47,8 milhões em 2012, devido a um menor nível de provisões efetuadas em 2012.

Receitas Financeiras

Apesar do aumento da posição de caixa, as receitas financeiras subiram R\$4,9 milhões, totalizando R\$37,5 milhões ao final do ano, em função da queda da taxa de juros.

Despesas Financeiras

As despesas financeiras atingiram R\$41,3 milhões em 2013, comparado aos R\$31,9 milhões em 2012, um aumento de 29,6% em bases anuais, em função do aumento do saldo devedor médio (parcialmente mitigado pela redução da taxa básica de juros), aumento de despesas relacionadas a securitização e aumento nas despesas e tarifas bancárias.

Provisão para IR e Contribuição Social e IR Diferido

Em 2013, impostos de renda, contribuição social e impostos diferidos totalizaram o valor negativo de R\$8,6 milhões, comparado aos R\$4,1 milhões reportados em 2012.

Participação de Acionistas Não-Controladores

A diminuição da participação de acionistas não-controladores (minoritários em subsidiárias nas quais a Companhia detém investimento) de R\$17,6 milhões para R\$6,3 milhões em 2013, representou decréscimo de 64,2%.

Lucro Líquido (Prejuízo)

O segmento Tenda encerrou 2013 com prejuízo líquido de R\$90.926 milhões, comparado com o prejuízo líquido de R\$123,6 milhões em 2012. O resultado líquido foi impactado pelos projetos de menor margem bruta da Companhia, bem como, pelo maior volume de despesas financeiras, ambos parcialmente minimizados pelo lucro líquido de R\$42 milhões da Alphaville Urbanismo S.A. reportado no período.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O BALANÇO PATRIMONIAL DA COMPANHIA REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014, 2013 E 2012

	2014	Análise vertical 2014	2013	Análise vertical 2013	2012	Análise vertical 2012	Variação 2014/2013	Variação 2013/2012
Ativo								
Ativo circulante								
Caixas e equivalentes de caixa	61.615	3%	157.532	6%	321.950	13%	-95.917	- 164.418
Títulos e valores mobiliários e aplicações caucionadas	432.957	20%	485.122	20%	452.740	19%	-52.165	32.382
Contas a Receber	314.453	15%	534.789	22%	916.262	38%	-220.336	- 381.473
Imóveis destinados à venda	655.702	31%	590.602	24%	935.872	38%	65.100	- 345.270
Partes relacionadas	60.570	3%	69.218	3%	215.760	9%	-8.648	- 146.542
Outros ativos	53.805	3%	43.900	2%	41.425	2%	9.905	2.475
Total ativo circulante	1.579.102	74%	1.881.163	77%	2.842.625	118%	-302.061	- 961.462
Ativo não circulante								
Contas a Receber	26.100	1%	26.307	1%	88.999	4%	-207	- 62.692
Imóveis destinados à venda	226.495	11%	191.235	8%	26.593	1%	35.260	164.642
Partes relacionadas	38.669	2%	37.955	2%	34.481	1%	714	3.474
Outros ativos	37.960	2%	41.796	2%	40.815	2%	-3.836	981
	329.224	15%	297.293	12%	190.888	8%	31.931	106.405
Investimentos	179.432	8%	225.702	9%	192.488	8%	-46.270	33.214
Imobilizado	24.808	1%	20.601	1%	17.223	1%	4.207	3.378
Intangível	12.623	1%	17.077	1%	16.463	1%	-4.454	614
	216.863	10%	263.380	11%	226.174	9%	-46.517	37.206
Total ativo não circulante	546.087	26%	560.673	23%	417.062	17%	-14.856	143.611
Total do ativo	2.125.189	100%	2.441.836	100%	3.301.071	135%	-316.647	- 859.235
Passivo e patrimônio líquido								
Passivo circulante								
Empréstimos e financiamentos	19.207	1%	119.934	5%	155.745	6%	-100.727	- 35.811

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

Debêntures	189.617	9%	209.561	9%	162.081	7%	-19.944	47.480
Fornecedores	23.461	1%	16.370	1%	29.646	1%	7.091	- 13.276
Obrigações trabalhistas e tributárias	71.251	3%	106.362	4%	131.092	5%	-35.111	- 24.730
Obrigações por compra de imóveis e adiantamento de clientes	210.618	10%	70.330	3%	135.238	6%	140.288	- 64.908
Provisões e distratos a pagar	12.794	1%	26.985	1%	31.548	1%	-14.191	- 4.563
Partes relacionadas	105.678	5%	225.094	9%	806	0%	-119.416	224.288
Outras contas a pagar	39.110	2%	62.356	3%	66.131	3%	-23.246	- 3.775
Total passivo circulante	671.736	32%	836.992	34%	712.287	29%	-165.256	124.705
Passivo não circulante								
Empréstimos e financiamentos	29.726	1%	109.227	4%	197.367	8%	-79.501	- 88.140
Debêntures	200.000	9%	200.000	8%	399.923	16%	-	- 199.923
Obrigações por compra de imóveis e adiantamento de clientes	21.068	1%	8.391	0%	-	0%	12.677	-
Provisão para demandas judiciais	69.734	3%	58.328	2%	64.373	3%	11.406	-6.045
Tributos diferidos	7.931	0%	9.631	0%	8.497	0%	-1.700	1.134
Partes relacionadas	14.965	1%	14.939	1%	14.784	1%	26	155
Outras contas a pagar	27.683	1%	51.747	2%	27.131	1%	-24.064	24.616
Total passivo não circulante	371.107	17%	452.263	19%	712.075	29%	-81.156	- 259.812
Patrimônio líquido.								
Capital social	1.194.000	56%	1.194.000	49%	1.194.000	49%	-	-
Reserva de capital	64.840	3%	96.235	4%	771.431	32%	-31.395	- 675.196
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	-	0%	-	0%	-	0%	-	-
Ações em Tesouraria	-	0%	-71.339	-3%	-	0%	-	-
Prejuízos acumulados	-200.363	-9%	-90.926	-4%	-123.602	-5%	-109.437	32.676
	1.058.477	50%	1.127.970	46%	1.841.829	75%	-69.493	- 713.859
Participação dos Acionistas Não Controladores	23.869	1%	24.611	1%	34.880	1%	-742	- 10.269
Total do passivo e patrimônio líquido	2.125.189	100%	2.441.836	100%	3.301.071	135%	-316.647	-859.23

(1) Valores Patrimoniais de referência 2011 conforme reapresentados com base nos saldos de abertura 01/01/2012 para atendimento às novas práticas contábeis conforme CPCs 18 (R2), 19(R2) e 36(R3). Para os itens de resultado, foram apresentados os saldos de encerramento do exercício, não considerando a adoção dos CPCs acima.

Balanco Patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 comparado com 2013 e referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 comparado com 2012

Ativo Circulante

Caixa, equivalentes de caixa e Aplicações Financeiras

Os diretores informam que em 31 de dezembro de 2014, as disponibilidades da Companhia totalizaram R\$494,6 milhões, comparados a R\$642,6 milhões em 31 de dezembro de 2013. A redução de 23% é referente, principalmente, à redução do endividamento da Companhia..

Na comparação entre 2013 e 2012, houve uma redução de 17%. Os diretores informam que em 31 de dezembro de 2012, as disponibilidades da Companhia totalizaram R\$774,7 milhões.

Contas a receber de incorporação e serviços prestados – Circulante e Não circulante

Os diretores informam que em 31 de dezembro de 2014, o saldo de clientes por incorporação de imóveis totalizou R\$340,6 milhões, comparado a R\$561,1 milhões em 31 de dezembro de 2013. Essa redução foi principalmente atribuída à redução no volume de lançamentos dos últimos 2 anos, e consequentemente do volume de vendas no período.

Na comparação entre os anos de 2013 e 2012, houve uma diminuição de 44%, devido ao recebimento vinculado à entrega de obras no ano de 2013 e pelo fato da retomada de lançamentos ter ocorrido somente em 2013. Os diretores informam que em 31 de dezembro de 2012, o saldo de clientes por incorporação de imóveis totalizou R\$1.005,3 milhões.

Todos os saldos de contas a receber aqui apresentados estão deduzidos pelo ajuste a valor presente conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 12 "Ajuste a valor presente".

Imóveis a Comercializar – Circulante e Não circulante

Os diretores informam que em 31 de dezembro de 2014, o saldo de imóveis a comercializar, circulante e não circulante, totalizou R\$882,2 milhões, comparado a R\$781,8 milhões ao final de 2013. Essa redução deve-se ao fato do aumento do volume de lançamentos de 2014 quando comparado a 2013.

Na comparação entre os anos de 2013 e 2012, houve uma diminuição do saldo de imóveis a comercializar de R\$962,5 milhões ao final de 2012 para R\$781,8 milhões ao final de 2013. Essa redução deve-se ao fato do não lançamento de novos projetos em 2012, com a retomada somente em 2013.

Partes relacionadas

Os diretores informam que o saldo de partes relacionadas em 31 de dezembro de 2014 era de R\$99,2 milhões, comparado a R\$107,2 milhões em 31 de dezembro de 2013. Essa redução é reflexo das transações entre a Companhia e suas coligadas e controladora.

Os diretores informam que o saldo de partes relacionadas em 31 de dezembro de 2013 era de R\$107,2 milhões, comparado a R\$250,2 milhões em 31 de dezembro de 2012.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os diretores informam que em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014, a Companhia não reconheceu tributos diferidos ativos calculados sobre saldo de prejuízo fiscal.

Passivo

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – Circulante e Não Circulante

Os diretores informam que em 31 de dezembro de 2014, o total do endividamento da Companhia era de R\$438,5 milhões, comparado a R\$638,3 milhões em 31 de dezembro de 2013, uma redução de 31,3% na comparação anual.

Em 31 de dezembro de 2013, o total do endividamento da Companhia era de R\$638,3 milhões, comparado a R\$903,2 milhões em 31 de dezembro de 2012, uma redução de 29,3% na comparação anual.

Fornecedores

Os diretores informam que o saldo de fornecedores de materiais e serviços em 31 de dezembro de 2014 era de R\$23,5 milhões, ante o saldo de R\$16,4 milhões verificado em 2013. O aumento desta obrigação está em linha com a retomada de lançamentos em 2013.

Na comparação entre os anos de 2013 e 2012, houve uma redução de 44%. Os diretores informam que o saldo de fornecedores de materiais e serviços em 31 de dezembro de 2012 era de R\$29,6 milhões.

Obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes

Os diretores informam que em 31 de dezembro de 2014, as obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes da Companhia totalizaram R\$231,7 milhões, um aumento de R\$153,0 milhões em relação ao mesmo período de 2013, que totalizou R\$78,7 milhões. Desse total, 90,9%, ou R\$210,6 milhões, referem-se a operações de curto prazo. Do total no ano, R\$184,0 milhões são obrigações por aquisição de

imóveis, e o saldo são adiantamento de clientes e permutas físicas.

Os diretores informam que em 31 de dezembro de 2012, as obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes da Companhia totalizaram R\$135,2 milhões, composto exclusivamente por operações de curto prazo.

Obrigações trabalhistas e tributárias

Os diretores informam que o saldo de obrigações trabalhistas e tributárias em 31 de dezembro de 2014 era de R\$71,5 milhões, comparado com um saldo de R\$106,4 milhões em 31 de dezembro de 2013. A redução de 32,8% deve-se aos pagamentos efetuados no período.

Houve uma redução de 18,9% entre os anos de 2013 e 2012. Os diretores informam que o saldo de obrigações trabalhistas e tributárias em 31 de dezembro de 2012 era de R\$131,1 milhões.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os diretores informam que a Companhia reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis, na extensão que é provável que o lucro tributável seja disponível para uso na compensação das diferenças temporárias, com base nas premissas e condições estabelecidas no modelo de negócios da Companhia.

Os diretores informam que o reconhecimento inicial e as posteriores avaliações do imposto de renda diferido ocorre quando seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultado elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial se for constituído o crédito integral. Em 31 de dezembro de 2011, 2012, 2013 e 2014 a Companhia não reconheceu tributos diferidos ativos calculados sobre saldo de prejuízo fiscal.

Provisão para demandas judiciais

Os diretores informam que a Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as pendências em curso.

Os diretores informam que em 31 de dezembro de 2014, as provisões para contingências e distratos a pagar totalizavam R\$82,5 milhões, comparado ao saldo de R\$85,3 milhões em 31 de dezembro de 2013, representando uma redução de 3%.

Houve uma redução de 11% na comparação entre os anos de 2013 e 2012. Os diretores informam que em 31 de dezembro de 2012, as provisões para contingências e distratos a pagar totalizavam R\$95,9 milhões.

Partes relacionadas

Os diretores informam que o saldo de partes relacionadas em 31 de dezembro de 2014 era de R\$120,6 milhões, uma redução de 50% em relação ao saldo de R\$240,0 milhões em 31 de dezembro de 2013. A variação do saldo deve-se a transações realizadas entre a Companhia, suas coligadas e controladora ao longo do período.

Houve um aumento de R\$224,4 milhões na comparação entre os anos de 2013 e 2012. Os diretores informam que o saldo de partes relacionadas em 31 de dezembro de 2012 era de R\$15,6 milhões.

Patrimônio Líquido

Os diretores informam que em 31 de dezembro de 2014, o saldo do patrimônio líquido da Companhia era de R\$1.082 milhões, comparado a um saldo de R\$1.153 milhões em 31 de dezembro de 2013.

Houve uma redução de 39% na comparação entre os anos de 2013 e 2012. Os diretores informam que em 31 de dezembro de 2012, o saldo do patrimônio líquido da Companhia era de R\$1.878 milhões.

Demais contas

As demais contas do balanço patrimonial da Companhia não abordadas nas análises sofreram variações normais do curso dos negócios da Companhia ou não possuem relevância face ao total do balanço patrimonial consolidado.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O FLUXO DE CAIXA DA COMPANHIA REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014, 2013 E 2012

	2014	Análise vertical 2014	2013	Análise vertical 2013	2012	Análise vertical 2012	Variação 2014/2013	Variação 2013/2012
Atividades Operacionais								
Lucro (prejuízo) do exercício antes do imposto de renda	-103.851	108%	-118.518	72%	-101.838	-37%	14.667	-16.680
Despesas (receitas) que não afetam as disponibilidades:								
Depreciações e amortizações	15.644	-16%	11.526	-7%	15.568	6%	4.118	-4.042
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa e distratos	-13.192	14%	2.120	-1%	-51.173	-19%	-15.312	53.293
Provisão para realização de ativos não financeiros:	28.438	-30%	-8.799	5%	-9.409	-3%	37.237	610
Resultado de equivalência patrimonial	32.247	-34%	-31.254	19%	-35.115	-13%	63.501	3.861
Provisão para demandas judiciais e compromissos	51.179	-53%	17.410	-11%	39.063	14%	33.769	-21.653
Juros e encargos financeiros não realizados, líquidos	9.685	-10%	10.444	-6%	13.742	5%	-759	-3.298
Provisão para garantia	6.586	-7%	19.575	-12%	33.311	12%	-12.989	-13.736
Provisão para participação nos lucros	16.000	-17%	23.765	-14%	18.250	7%	-7.765	5.515
Despesas com plano de opções de ações	838	-1%	156	0%	580	0%	682	-424
Baixa de ativo imobilizado e intangível	-5.019	5%	10.509	-6%	19.458	7%	-15.528	-8.949
Provisão para multa e atraso de obra	6.872	-7%	9.627	-6%	-10.153	-4%	-2.755	19.780
Provisão para distrato e distratos a pagar	-14.191	15%	-4.563	3%	-27.248	-10%	-9.628	22.685
Baixa de investimentos	12.565	-13%	22.349	-14%	-	0%	-9.784	-
Decréscimo (acréscimo) em ativos operacionais								
Contas a receber de incorporação e serviços prestados	233.735	-244%	442.045	-269%	389.581	143%	-208.310	52.464
Imóveis a comercializar	-128.798	134%	189.427	-115%	202.213	74%	-318.225	-12.786
Outros ativos	-6.781	7%	-7.117	4%	33.974	12%	336	-41.091
Acréscimo (decréscimo) em passivos operacionais								
Fornecedores	7.091	-7%	-13.276	8%	-921	0%	20.367	-12.355
Obrigações trabalhistas e tributárias	-51.111	53%	-49.088	30%	-28.321	-10%	-2.023	-20.767
Obrigações por compra de imóveis e adiantamento de clientes	152.965	-159%	-56.313	34%	-97.817	-36%	209.278	41.504
Outros passivos	-83.426	87%	-10.484	6%	-643.639	-236%	-72.942	633.155
Operações com partes relacionadas	-127.178	133%	-231.098	141%	233.017	85%	103.920	-464.115
Imposto de renda e contribuição social pagos	-8.027	8%	-7.079	4%	-3.752	-1%	-948	-3.327
Caixa gerado (utilizado) nas atividades operacionais	19.334	20%	221.364	-135%	-10.629	-4%	-202.030	231.993
Atividades de investimento								
Acréscimo de investimentos	2.277	-2%	-40.751	25%	-9.231	-3%	43.028	-31.520

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

Aquisição de Participação de 20% de AUSA	-	0%	-366.662	223%	-	0%	-	-
Recebimento da alienação de 20% de AUSA	-	0%	409.107	-249%	-	0%	-	-
Dividendos recebidos	12.286	-13%	32.585	-20%	12.373	5%	-20.299	20.212
Acréscimo do imobilizado e intangível	-10.376	11%	-26.029	16%	-29.695	-11%	15.653	3.666
Aplicação em títulos e valores mobiliários e aplicações caucionadas	-1.261.666	1315%	-1.583.506	963%	-1.880.904	-689%	321.840	297.398
Resgate de títulos e valores mobiliários e aplicações caucionadas	1.313.831	-1370%	1.551.124	-943%	1.958.780	717%	-237.293	-407.656
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	56.352	-59%	-24.132	15%	51.323	19%	80.484	- 75.455
Atividades de financiamento								
Captação de empréstimos e financiamentos	77.546	-81%	527.002	-321%	468.310	171%	-449.456	58.692
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal	-249.547	260%	-724.927	441%	-169.910	-62%	475.380	- 578.017
Pagamento de empréstimos e financiamentos – juros	-38.024	40%	-88.913	54%	-71.787	-26%	50.889	-17.126
Operações de mútuo com partes relacionadas	-710	1%	-3.474	2%	5.805	2%	2.764	-9.279
Recuperação de Ações	-22.728	24%	-71.339	43%	-	0%	48.611	-
Alienação de ações em tesouraria	61.860	-64%	-	-	-	-	61.860	-
Caixa gerado nas atividades de financiamentos	-171.603	179%	-361.651	220%	232.418	85%	190.048	-
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	-95.917	100%	-164.418	100%	273.112	100%	68.501	- 437.530
Caixa e equivalentes de caixa								
No início do exercício	157.532	-164%	321.950	-196%	48.838	18%	-164.418	273.112
No final do exercício	61.615	-64%	157.532	-96%	321.950	118%	-95.917	- 164.418
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	-95.917	100%	-164.418	100%	273.112	100%	68.501	-437.530

Fluxo de Caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 comparado com 2013 e referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 comparado com 2012

Atividades Operacionais

Os diretores informam que em 2014, o caixa líquido gerado nas operações totalizou R\$19,3 milhões, em comparação à geração de caixa de R\$221,4 milhões em 2013.

. Os diretores informam que em 2012, houve um consumo líquido de caixa utilizado nas operações de R\$10,7 milhões ante a geração de caixa líquido de 2013.

Atividades de Investimento

Os diretores informam que o resultado líquido de caixa nas atividades de investimento em 2014 foi de R\$56,4 milhões, em comparação ao consumo líquido de caixa de R\$24,1 milhões em 2013. O fluxo de investimentos foi impactado pelos menores volumes de aquisição de intangíveis e imobilizado e pelo menor volume de resgate de aplicações.

Os diretores informam que o consumo líquido de caixa em 2013 foi de R\$24,1 milhões em comparação com o resultado líquido de caixa nas atividades de investimento em 2012 de R\$51,3 milhões. O fluxo de investimentos foi impactado pelos efeitos da transação da venda de participação de 70% em Alphaville realizado pela Gafisa, controladora da Companhia.

Atividades de Financiamento

Os diretores informam que em 2014, o caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento totalizou R\$171,6 milhões, na comparação com R\$361,7 milhões em 2013, efeito, principalmente, da alienação de ações em tesouraria e do menor volume de empréstimos amortizados.

Os diretores informam que em 2013, o caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento totalizou R\$361,7 milhões, em comparação com o caixa líquido gerado de R\$232,4 milhões em 2012 efeito do maior volume de empréstimos amortizados no período.

10.2. Resultado operacional e financeiro**a) resultados das operações da Companhia***i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita*

A Companhia gera suas receitas principalmente a partir da incorporação e venda de empreendimentos imobiliários.

	2014	2013	2012
Incorporação e venda de imóveis	619.845	894.573	1.158.271
Deduções da receita bruta	(49.707)	(77.112)	(89.161)
Total receita líquida	570.138	817.461	1.069.110

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os diretores informam que no ano findo em 31 de dezembro de 2012, a receita operacional líquida apresentou um aumento de 140,0% em relação ao mesmo período no ano anterior, totalizando R\$1.069.110, devido ao reconhecimento das receitas derivadas de vendas contratadas em períodos anteriores.

Os diretores informam que no ano findo em 31 de dezembro de 2013, a receita operacional líquida apresentou uma diminuição de 23,5% em relação ao mesmo período no ano anterior, totalizando R\$1.069.110, efeito do ainda incipiente processo de receiptamento dos empreendimentos do Novo Modelo de Tenda, cujo lançamento se iniciou apenas em março de 2013.

Os diretores informam que no ano findo em 31 de dezembro de 2014, a receita operacional líquida apresentou uma diminuição de 30,3% em relação ao mesmo período no ano anterior, totalizando R\$817.461, efeito do menor volume de vendas. A Copa do Mundo, que teve um efeito adverso no número de visitas às lojas, e a mudança de política de contabilização de vendas também contribuíram para uma redução nas vendas contratadas.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Companhia reconhece as receitas resultantes de empreendimentos imobiliários em função de suas construções, com base em uma mensuração financeira de conclusão dos empreendimentos e não à época da celebração dos contratos de venda. Os principais impactos nas variações de receitas entre os exercícios de 2012, 2013 e 2014 são explicados em decorrência de alterações em volumes de vendas, introdução de novos produtos e serviços da Companhia.

A redução de 30,3% das receitas no ano de 2014 da Companhia em relação às receitas no mesmo período de 2013, deve-se ao volume de vendas.

A diminuição de 23,5% das receitas no ano de 2013 da Companhia em relação às receitas no mesmo período de 2012, deve-se à ausência de lançamentos para a Companhia em 2012 e do ainda incipiente receiptamento dos projetos lançados a partir de março de 2013.

Para 2014, a receita líquida alcançou R\$570,1 milhões, uma retração de 30,3% ante 2013, pela finalização de seus projetos antigos, enquanto os novos lançamentos ainda estão em fase inicial de receiptamento.

R\$ '000	2014	2013	2012	2014 vs 2013	2013 vs 2012
Vendas Contratadas	395.981	490.403	(74.318)	-19,3%	759,9%
Lançamentos	613.299	338.776	-	81,0%	100%
Receita Líquida	570.138	817.461	1.069.110	-30,3%	-23,5%

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Conforme mencionado no item 5.1 do Formulário de Referência, as principais taxas indexadoras presentes no plano de negócios da Companhia são o INCC, IGP-M, CDI e TR:

INCC: A maior parte dos custos da Companhia, e toda a sua carteira de recebimentos de projetos não finalizados são atualizados por este índice. Hipoteticamente, um aumento de 1% no índice INCC representaria um incremento de R\$647,4 mil nas receitas da Companhia com base no nível da carteira de recebíveis em 31 de dezembro de 2014.

IGP-M: Toda a carteira de recebimentos de projetos finalizados pela Companhia é atualizada por este índice, entretanto, o montante de obrigações e ativos indexados ao índice IGP-M não é relevante em 31 de dezembro de 2014.

CDI: Todas as aplicações financeiras da Companhia. Hipoteticamente, um aumento de 1% taxa CDI representaria um incremento de R\$389,6 mil nas receitas da Companhia e no fluxo de caixa com base no nível das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2014.

TR: a totalidade do seu endividamento está atrelado à TR. Hipoteticamente, um aumento de 1% na taxa TR representaria um incremento de R\$55,0 mil nas despesas e no fluxo de caixa da Companhia com base no nível de endividamento em 31 de dezembro de 2014.

Taxas de câmbio: A Companhia não possui dívidas ou valores a receber denominados em moeda estrangeira.

10.3.Eventos relevantes e impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os diretores informam que a Companhia atua com foco no segmento de baixa renda do mercado imobiliário residencial nacional. Nesse sentido, a Companhia possui uma plataforma de negócios adequada para a execução de seus planos futuros, não havendo, nos três últimos exercícios sociais, introdução ou alienação de segmento operacional.

Em 7 de fevereiro de 2014, a Companhia, juntamente com Gafisa S.A., anunciou o início de estudos para uma potencial separação das unidades de negócio Gafisa e Tenda em duas companhias abertas e independentes. A avaliação da Companhia é de que a separação seria o próximo passo dentro de um amplo plano da Administração com o intuito final de aprimorar e reforçar a capacidade de geração de valor de ambas as unidades de negócios.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os diretores informam que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2012 não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária relevante de forma a promover impacto nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia.

Em julho de 2013, foi concluída a terceira, e última, etapa da aquisição do capital da Alphaville Urbanismo S.A., conforme Acordo de Investimentos e Outras Avenças celebrado entre a Gafisa S.A. e os antigos

controladores da Alphaville Urbanismo S.A. A operação se deu através da aquisição, pela Companhia, da totalidade das ações da EVP Participações S.A., cujo principal ativo consistia em ações representativas de 20% do capital social da Alphaville Urbanismo S.A. Como consequência da aquisição, os sócios da EVP Participações S.A. (nova denominação da Alphaville Participações S.A.), Renato de Albuquerque e Nuno Luís de Carvalho Lopes Alves, receberam o valor correspondente a R\$366.661.985,11, pagos pela Companhia em moeda corrente nacional.

Em julho de 2013, a Companhia, então única acionista da EVP Participações S.A., aprovou em assembleia geral extraordinária o resgate, com o consequente cancelamento, de 28.865.192 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da EVP Participações S.A. e de titularidade da Companhia. Referido resgate de ações foi pago à Companhia mediante a entrega das 23.070.000 ações ordinárias de emissão da Alphaville Urbanismo S.A. Com o registro desta assembleia geral em setembro de 2013, a Companhia passou a deter diretamente 20% do capital da Alphaville Urbanismo S.A.

Em 9 de dezembro de 2013, a Gafisa S.A. concluiu a venda da participação majoritária na Alphaville Urbanismo S.A. para Private Equity AE Investimentos e Participações ("Fundo AE"), sociedade controlada por Pátria Investimentos Ltda. E Blackstone Real Estate Advisors L.P., conforme previamente anunciado em 7 de junho de 2013. Foram cumpridas todas as condições precedentes para conclusão da transação, inclusive a obtenção de aprovações governamentais. A transação foi realizada com a venda de uma participação de 50% pela Gafisa S.A. e 20% pela Companhia, permanecendo a Gafisa S.A. com a parcela remanescente de 30% de participação no capital da Alphaville Urbanismo S.A. Os recursos provenientes da transação, após os ajustes previstos no Contrato de Compra e Venda de Ações, assinado entre as partes, totalizam R\$1,54 bilhões, sendo R\$1,25 bilhões através do pagamento do Fundo AE pela aquisição das ações, e R\$290 milhões recebidos por meio de dividendos distribuídos por Alphaville Urbanismo S.A.

c) eventos ou operações não usuais

Os diretores informam que não houve eventos ou operações não usuais que tenham causado ou venham a causar efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.4. Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações adotadas a partir de 1º de janeiro de 2014 e normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações adotadas a partir de 1º de janeiro de 2014

A Companhia adotou todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC, aplicáveis às suas operações, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014.

Os pronunciamentos (novos ou revisados) e as interpretações listados a seguir, que foram emitidos pelo CPC e deliberados pela CVM, possuem aplicação obrigatória para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014. São eles:

- OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral – Deliberação CVM nº 727 de 11 de novembro de 2014;

O objetivo da norma é tratar dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral. Especificamente, dispõe sobre a evidenciação das informações próprias das demonstrações contábil-financeiras anuais e intermediárias, em

especial das contidas nas notas explicativas.

A norma trata que as informações evidenciadas devem ser relevantes para os usuários externos. E só são relevantes se influenciarem no processo de decisão dos investidores e credores. Conseqüentemente, as não relevantes não devem ser divulgadas

- ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial – Deliberação CVM nº 729 de 27 de novembro de 2014;

O objetivo da revisão da ICPC 09 decorre, substancialmente, da emissão dos pronunciamentos técnicos CPC 18 (R2), CPC 19 (R2) e CPC 36 (R3), em função das alterações feitas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) na norma internacional de contabilidade IAS 28, IFRS 10 e IFRS 11. Outros itens também foram revistos visando ajustar o texto às necessidades atuais e mantê-los convergentes com as normas internacionais.

- ICPC 19 – Tributos – Deliberação CVM nº 730 de 27 de novembro de 2014;

A Interpretação está correlacionada com a *IFRIC Interpretation 21 – Levies*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). O documento dispõe sobre a contabilização de obrigação de pagar um tributo, se a obrigação estiver no alcance do Pronunciamento Técnico CPC 25 e ainda trata da contabilização de obrigação de pagar tributo cuja época e valor sejam certos.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas em 31 de dezembro de 2014

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros.

O projeto de revisão dos normativos sobre instrumentos financeiros é composto por três fases:

Fase 1: Classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros

Com relação à classificação e mensuração nos termos da IFRS 9, todos os ativos financeiros reconhecidos, que atualmente estejam incluídos no escopo da IAS 39, serão posteriormente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo.

Fase 2: Metodologia de redução ao valor recuperável

O modelo de redução ao valor recuperável da IFRS 9 reflete as perdas de crédito esperadas, em vez de perdas de crédito incorridas, nos termos da IAS 39. De acordo com a abordagem de redução ao valor recuperável na IFRS 9, não é mais necessário que um evento de crédito tenha ocorrido antes do reconhecimento das perdas de crédito. Em vez disso, uma entidade sempre contabiliza perdas de crédito esperadas e as variações nessas perdas de crédito esperadas. O valor das perdas de crédito esperadas deve ser atualizado em cada data das demonstrações financeiras para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Fase 3: Contabilização de hedge

As exigências de contabilização de hedge trazidas pela IFRS 9 mantêm os três tipos de mecanismo de contabilização de hedge da IAS 39. Por outro lado, o novo normativo trouxe maior flexibilidade no que tange os tipos de transações elegíveis à contabilização de hedge, mais especificamente a ampliação dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumentos de hedge e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis à contabilização de hedge. Adicionalmente, o teste de efetividade foi renovado e substituído pelo princípio de “relacionamento econômico”. A avaliação retroativa da efetividade do hedge não é mais necessária. Foram introduzidas exigências adicionais de divulgação relacionadas às atividades de gestão de riscos de uma entidade.

Aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 15 – Receita de contrato com clientes

Em 28 de maio de 2014, o *International Accounting Standards Board* (IASB) e o *Financial Accounting Standards Board* (FASB) emitiram novos requisitos para o reconhecimento de receita em ambos IFRS e U.S. GAAP, respectivamente. O IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes, exige de uma entidade o reconhecimento do montante da receita refletindo a contraprestação que espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando esta for adotada. A aplicação é necessária para exercícios anuais iniciados em ou após 01 de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida para fins de IFRS e não permitida localmente antes da harmonização e aprovação do CPC e CVM.

A Companhia está avaliando os efeitos do IFRS 15 e do IFRS 9 nas suas demonstrações financeiras e ainda não concluiu suas análises até o presente momento, não podendo estimar o impacto da adoção da presente norma.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

Pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações adotadas a partir de 2013 ou aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2014 e 2015

Pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações adotadas a partir de 1º de janeiro de 2013

A Companhia adotou todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC, aplicáveis às suas operações, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013.

Os pronunciamentos (novos ou revisados) e as interpretações listados a seguir, que foram emitidos pelo CPC e deliberados pela CVM, possuem aplicação obrigatória para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. São eles:

- CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto –

Deliberação CVM nº 696 de 13 de dezembro de 2012;

- CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto – Deliberação CVM nº 694 de 23 de novembro de 2012;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados – Deliberação CVM nº 695 de 13 de dezembro de 2012;
- CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas – Deliberação CVM nº 698 de 20 de dezembro de 2012;
- CPC 44 – Demonstrações combinadas – Deliberação CVM nº 708 de 2 de maio de 2013;
- CPC 45 – Divulgação de participações em outras entidades – Deliberação CVM nº 697 de 13 de dezembro de 2012;
- CPC 46 – Mensuração do valor justo – Deliberação CVM nº 699 de 20 de dezembro de 2012; e
- OCPC 06 – Apresentação de Informações Financeiras Pro Forma – Deliberação CVM nº 709 de 2 de maio de 2013.

Dos pronunciamentos listados acima, os únicos que impactaram a Companhia foram os CPC 19(R2), por consequência o CPC 18(R2) e o CPC 36(R3). Estes pronunciamentos determinam que as controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição do controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixar de existir, exceto os empreendimentos controlados em conjunto com outras entidades (joint venture), os quais devem ser avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgados pela Companhia.

Pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações aplicáveis para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014 e 2015

- IFRIC 21 - "Taxas", emitido em maio de 2013. A interpretação IFRIC 21 esclarece quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.
- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros

resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto do IFRS 9.

Tais normas emitidas ainda não estão vigentes no exercício de 2013. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor e que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a adoção dos pronunciamentos não impactou de forma significativa as demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia está avaliando os efeitos do IFRS 15 e do IFRS 9 nas suas demonstrações financeiras e ainda não concluiu suas análises até o presente momento, não podendo estimar o impacto da adoção da presente norma.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, conforme mencionado no item 10.4.a, dos pronunciamentos listados acima, os únicos que impactaram a Companhia foram os CPC 19(R2), por consequência o CPC 18(R2) e o CPC 36(R3). Estes pronunciamentos determinam que as controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição do controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixar de existir, exceto os empreendimentos controlados em conjunto com outras entidades (joint venture), os quais devem ser avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as políticas adotadas pela controladora. Para a consolidação os seguintes critérios são adotados:

- (i) eliminação dos investimentos em empresas controladas, bem como os resultados das equivalências patrimoniais das mesmas;
- (ii) os lucros provenientes de operações realizadas entre as empresas consolidadas, assim como os correspondentes saldos de ativos e passivos são igualmente eliminados; e
- (iii) o valor da participação dos acionistas minoritários é calculado e demonstrado separadamente.

Os seguintes empreendimentos controlados em conjunto, que até 31 de dezembro de 2012 eram contabilizados nas demonstrações consolidadas pelo método da consolidação proporcional, passaram a ser contabilizadas com base no método de equivalência patrimonial, a partir de 1º de janeiro de 2013, bem como os períodos correspondentes apresentados nessas demonstrações financeiras.

Investidas	% - Participação	
	2013	2012
Araçagi (Franere Gafisa 08)	50%	50%
Fit Jardim Botânico SPE	55%	55%
Fit 34 SPE Emp. Imob.	70%	70%
Fit Bild 09 SPE	75%	75%
Fit SPE 11 Emp. Imob.	70%	70%
Ac Participações Ltda	80%	80%
Parque Dos Pássaros	50%	50%
Consolidado Fit 13 SPE	50%	50%
Maria Ines SPE Emp. Imob.	60%	60%
Fit 31 SPE Emp. Imob.	70%	70%

Citta Lauro De Freitas	50%	50%
Tenda 25 SPE	70%	70%
Fit Spe 03 Emp. Imob.	80%	80%
Cittá Itapoan	50%	50%
Fit SPE 02 Emp. Imob.	60%	60%
Outras (*)	Diversos	Diversos

(*) Incluem empresas com saldo de investimentos inferiores a R\$5.000.

(**) Na adoção do CPC 18(R2) - Investimentos em Coligada, em Controlada e Empreendimentos controlados em Conjunto, conforme análise dos atos societários e históricos de decisões, a Companhia identificou que não possui o controle destas empresas, sendo aplicado o método de equivalência patrimonial.

Para fins de comparabilidade, os saldos correspondentes de 31 de dezembro de 2012 e o saldo de abertura em 1º de janeiro de 2012 foram ajustados considerando a referida mudança de prática contábil. Conforme requerido pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros, os efeitos retrospectivos da adoção dos CPCs 18(R2), 19(R2) e 36(R3) são demonstrados conforme segue:

	Controladora			Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2012	Impacto da adoção dos CPCs 18(R2), 19(R2) e 36(R3)	Saldos após adoção dos CPCs 18(R2), 19(R2) e 36(R3)	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2012	Impacto da adoção dos CPCs 18(R2), 19(R2) e 36(R3)	Saldos após adoção dos CPCs 18(R2), 19(R2) e 36(R3)
Balço patrimonial						
Ativo circulante	1.853.570	-	1.853.570	3.026.777	(142.768)	2.884.009
Ativo não circulante	155.168	-	155.168	264.103	(73.215)	190.888
Investimentos	1.860.527	(3.910)	1.856.617	-	192.488	192.488
Imobilizado e intangível	31.905	-	31.905	33.906	(220)	33.686
Total do ativo	3.901.170	(3.910)	3.897.260	3.324.786	(23.715)	3.301.071
Passivo circulante	1.502.970	-	1.502.970	758.391	(46.105)	712.286
Passivo não circulante	552.461	-	552.461	719.521	(7.445)	712.076
Total do passivo	2.055.431	-	2.055.431	1.477.912	(53.550)	1.424.362
Patrimônio líquido	1.845.739	(3.910)	1.841.829	1.846.874	29.835	1.876.709
Total passivo e do patrimônio líquido	3.901.170	(3.910)	3.897.260	3.324.786	(23.715)	3.301.071
Consolidado						
	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2012	Impacto da adoção dos CPCs 18(R2), 19(R2) e 36(R3) (a)	Saldos após adoção dos CPCs 18(R2), 19(R2) e 36(R3)	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2012	Impacto da adoção dos CPCs 18(R2), 19(R2) e 36(R3)	Saldos após adoção dos CPCs 18(R2), 19(R2) e 36(R3)
Demonstração do resultado						
Receita operacional líquida	591.090	-	591.090	1.125.670	(56.560)	1.069.110
Custos operacionais	(535.596)	-	(535.596)	(977.472)	38.806	(938.666)
(Despesas) / receitas operacionais	(174.632)	(744)	(175.376)	(267.434)	34.423	(233.011)
Resultado de equivalência patrimonial	69.242	(744)	68.498	-	35.115	35.115
Resultado financeiro	(3.720)	-	(3.720)	3.221	(2.492)	729
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	(5.748)	1.615	(4.133)
Acionistas não controladores	-	-	-	(1.095)	(16.536)	(17.631)
Lucro líquido do exercício	(122.858)	(744)	(123.602)	(122.858)	(744)	(123.602)
Fluxo de caixa						
Atividades operacionais	651.001	(40.603)	610.398	15.724	(26.353)	(10.629)
Atividades de financiamento	(100.318)	(259.397)	(359.715)	46.891	4.432	51.323
Atividades de investimento	28.473	-	28.473	210.852	21.566	232.418
Demonstração do valor adicionado						

Valor adicionado líquido produzido pela entidade	50.430	-	50.430	184.365	(16.536)	146.729
Valor adicionado recebido em transferência	98.557	(745)	97.812	36.903	30.850	67.753
Valor adicionado total a distribuir	148.987	(745)	148.242	221.268	(6.786)	214.482

(a) Montante referente aos encargos financeiros capitalizados de empreendimentos controlados em conjunto, os quais passaram a ser contabilizados com base no método de equivalência patrimonial.

Conciliação do balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2012

	Controladora			Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados em 01/01/2012	Impacto da adoção dos CPCs 18(R2), 19(R2) e 36(R3) (a)	Saldos após adoção dos CPCs 18(R2), 19(R2) e 36(R3)	Saldos originalmente apresentados em 01/01/2012	Impacto da adoção dos CPCs 18(R2), 19(R2) e 36(R3)	Saldos após adoção dos CPCs 18(R2), 19(R2) e 36(R3)
Balanço patrimonial						
Ativo circulante	1.817.741	-	1.817.741	2.751.907	(183.361)	2.568.546
Ativo não circulante	477.698	-	477.698	697.351	(29.515)	667.836
Investimentos	1.302.999	(3.166)	1.299.833	-	157.349	157.349
Imobilizado e intangível	31.737	-	31.737	39.267	(250)	39.017
Total do ativo	3.630.175	(3.166)	3.627.009	3.488.525	(55.777)	3.432.748
Passivo circulante	1.451.866	-	1.451.866	1.205.404	(39.724)	1.165.680
Passivo não circulante	95.072	-	95.072	199.843	(30.745)	169.098
Total do passivo	1.546.938		1.546.938	1.405.247	(70.469)	1.334.778
Patrimônio líquido	2.083.237	(3.166)	2.080.071	2.083.278	14.692	2.097.970
Total passivo e do patrimônio líquido	3.630.175	(3.166)	3.627.009	3.488.525	(55.777)	3.432.748

(a) Montante referente aos encargos financeiros capitalizados de empreendimentos controlados em conjunto, os quais passaram a ser contabilizados com base no método de equivalência patrimonial.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgados pela Companhia.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 não contém ressalvas.

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 contém ênfase relacionada ao fato de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as IFRS aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária, as quais consideram, adicionalmente, a Orientação OCPC04 editada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Essa orientação trata do reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados ao significado e aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e de controle na venda de unidades imobiliárias, conforme descrito em maiores detalhes na Nota 2.2.2 das Demonstrações Financeiras. A opinião dos auditores independentes não está modificado em função desse assunto.

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 contém ênfase relacionada ao fato das demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme Nota 2.1 das

demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária consideram adicionalmente a Orientação OCPC 04 editada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata do reconhecimento da receita desse setor. Determinados assuntos relacionados ao significado e aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e de controle na venda de unidades imobiliárias serão analisados pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC)*. Entretanto, em função do projeto para edição de uma norma revisada para reconhecimento de receitas, o IFRIC está discutindo este tópico em sua agenda, por entender que o conceito para reconhecimento de receita está contido na norma presentemente em discussão. Assim, espera-se que o assunto seja concluído somente após a edição da norma revisada para reconhecimento de receitas.

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 contém ênfase relacionada ao fato das demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme Nota 2.1 das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária consideram adicionalmente a Orientação OCPC 04 editada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata do reconhecimento da receita desse setor. Determinados assuntos relacionados ao significado e aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e de controle na venda de unidades imobiliárias serão analisados pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC)*. Entretanto, em função do projeto para edição de uma norma revisada para reconhecimento de receitas, o IFRIC está discutindo este tópico em sua agenda, por entender que o conceito para reconhecimento de receita está contido na norma presentemente em discussão. Assim, espera-se que o assunto seja concluído somente após a edição da norma revisada para reconhecimento de receitas.

10.5. Políticas contábeis críticas da Companhia

As demonstrações financeiras individuais, identificadas como “controladora” foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que o IFRS passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*).

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Especificamente, as demonstrações financeiras consolidadas estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, incluindo a Orientação OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às entidades de incorporação imobiliária brasileiras, no que diz respeito ao tratamento do reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados à aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e de controle das unidades imobiliárias vendidas.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Companhia está adimplente em relação às cláusulas de dívidas na data da emissão dessas demonstrações financeiras.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as demonstrações financeiras da Gafisa, de suas controladas diretas e indiretas. A Companhia controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e os efeitos de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e o exercício social dessas empresas coincide com o da Companhia.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas estão apresentadas em Reais (moeda de apresentação), que também é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

(i) *Julgamentos*

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa e distratos, provisão para multa de atrasos de obras, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, impostos diferidos ativos, provisão para garantia, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis e mensuração do custo orçado de empreendimentos e de instrumentos financeiros.

(ii) *Estimativas e premissas*

As principais premissas relativas às fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, são discutidas a seguir:

a) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e, se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas. O teste de perda por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis de vida útil indefinida e ágio por expectativa de rentabilidade futura é efetuado anualmente e/ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuro esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

b) *Estoques de imóveis a comercializar*

Os imóveis a comercializar são demonstrados ao custo de construção, que não excede ao seu valor líquido realizável. No caso dos imóveis em construção, a parcela em estoque corresponde ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas.

O custo dos imóveis a comercializar inclui gastos incorridos na aquisição do terreno, na construção (incluindo fundação, estrutura, acabamento e respectivos custos de materiais de construção), custos de mão-de-obra própria e terceirizada e custos financeiros diretamente relacionados aos empreendimentos.

Os terrenos podem ser adquiridos à vista, a prazo, permutados por unidades imobiliárias do edifício a ser construído, permutados por unidades acabadas ou em construção de outros empreendimentos ou permutados por valores a receber provenientes das futuras vendas de empreendimentos.

O custo do terreno referente às unidades permutadas é formado pelo valor de venda estimado à vista, sendo este valor justo registrado em contrapartida de adiantamentos de clientes-permuta.

Os juros dos empréstimos e financiamentos diretamente ligados aos empreendimentos captados por meio do Sistema Financeiro da Habitação e de outras linhas de captações cujos recursos sejam utilizados para financiamento da construção e aquisição de terrenos são capitalizados durante a fase de desenvolvimento e construção, e são apropriados ao resultado na proporção das unidades vendidas.

A Companhia tem por política, realizar anualmente testes para as unidades em construção e as unidades concluídas, comparando o custo unitário de construção com o valor de venda das unidades em estoque. As premissas normalmente utilizadas para o cálculo do valor recuperável dos ativos são baseadas nos fluxos de caixa esperados, em estudos de viabilidade econômica dos empreendimentos imobiliários que demonstrem a recuperabilidade dos ativos ou o seu valor de mercado, todos descontados a valor presente.

A classificação de terrenos entre o ativo circulante e o ativo não circulante é realizada pela Administração com base na expectativa de prazo do lançamento dos empreendimentos imobiliários. A Administração revisa periodicamente as estimativas de lançamentos dos empreendimentos imobiliários.

c) Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações a ser liquidado com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 19.4 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

d) Provisões para demandas judiciais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, trabalhistas e cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia e suas controladas estão sujeitas no curso normal dos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias tributárias, cíveis e trabalhistas. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidos contra a Companhia e controladas, poderemos ser adversamente afetados, independentemente do respectivo resultado final.

e) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado ativo, o mesmo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado.

Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, taxa de juros, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

f) Custos orçados dos empreendimentos

Os custos orçados, compostos, principalmente, pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são regularmente revisados, conforme evolução das obras, e eventuais ajustes identificados com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia.

g) Realização do imposto de renda diferido

O reconhecimento inicial e as posteriores análises da realização do imposto de renda diferido ocorre quando seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial se for constituído o crédito integral.

A seguir, são apresentadas as informações resumidas relativas às principais práticas contábeis da Companhia.

Reconhecimento de receitas e despesas

(i) *Apuração do resultado de incorporação e venda de imóveis*

As receitas, e os custos relativos às unidades vendidas e não concluídas de incorporação imobiliária, são apropriados ao resultado ao longo do período de construção dos empreendimentos, e os seguintes procedimentos são adotados:

(a) Nas vendas a prazo de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efetivada com a transferência significativa dos riscos e direitos, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual.

(b) Nas vendas de unidades não concluídas, são observados os seguintes procedimentos:

- O custo incorrido (incluindo o custo do terreno e demais gastos relacionados diretamente com a formação do estoque) correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado. Para as unidades ainda não comercializadas, o custo incorrido é apropriado ao estoque;
- É apurado o percentual do custo incorrido das unidades vendidas (incluindo o terreno), em relação ao seu custo total orçado, sendo esse percentual aplicado sobre a receita das unidades vendidas, ajustado segundo as condições dos contratos de venda, sendo assim, determinado o montante das receitas a serem reconhecidas de forma diretamente proporcional ao custo;
- Os montantes das receitas de vendas reconhecidos que sejam superiores aos valores efetivamente recebidos de clientes, são registrados em ativo circulante ou realizável a longo prazo, na rubrica "Contas a receber de incorporação e serviços prestados". Os montantes recebidos com relação à venda de unidades que sejam superiores aos valores reconhecidos de receitas, são contabilizados na rubrica "Obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes";
- Os juros e a variação monetária, incidentes sobre o saldo de contas a receber a partir da entrega das chaves, assim como o ajuste a valor presente do saldo de contas a receber, são apropriados ao resultado de incorporação e venda de imóveis quando incorridos, obedecendo ao regime de competência dos exercícios "pro rata temporis";
- Os encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos e os diretamente associados ao financiamento da construção, são capitalizados e registrados aos estoques de imóveis a comercializar, e apropriados ao custo incorrido das unidades em construção até a sua conclusão e observando-se os mesmos critérios de apropriação do custo de incorporação imobiliária na proporção das unidades vendidas em construção;

- Os tributos incidentes e diferidos sobre a diferença entre a receita incorrida de incorporação imobiliária e a receita acumulada submetida à tributação são calculados e refletidos contabilmente por ocasião do reconhecimento dessa diferença de receita;
- As demais despesas, incluindo, de propaganda e publicidade são apropriadas ao resultado quando incorridas.

(ii) *Prestação de serviços de construção*

Receitas decorrentes da prestação de serviços imobiliários são reconhecidas na medida em que os serviços são prestados, e estão vinculadas com a atividade de administração de construção para terceiros e consultoria técnica.

(iii) *Operações de permuta*

A permuta de terrenos tem por objeto o recebimento de terrenos de terceiros para liquidação por meio da entrega de apartamentos ou o repasse de parcelas provenientes das vendas das unidades imobiliárias dos empreendimentos. O valor do terreno adquirido pela Companhia e por suas controladas é apurado com base no valor justo das unidades imobiliárias a serem entregues. O valor justo do terreno é registrado como um componente do estoque de terrenos de imóveis a comercializar, em contrapartida a adiantamento de clientes no passivo, no momento da aquisição. As receitas e os custos decorrentes de operações de permutas são apropriados ao resultado ao longo do período de construção dos empreendimentos.

(iv) *ICPC 02 – Contrato de Construção do Setor Imobiliário, itens 20 e 21*

Em atendimento aos requerimentos do ICPC mencionado, os valores de receitas reconhecidas e dos custos incorridos estão apresentados na demonstração de resultados e os adiantamentos recebidos na rubrica “Obrigações por compra de imóveis e adiantamento de clientes”.

Contas a receber de incorporação e serviços prestados

São apresentados aos valores presentes e de realização. A classificação entre circulante e não circulante é realizada com base na expectativa de vencimento das parcelas dos contratos.

As parcelas em aberto são atualizadas com base no Índice Nacional da Construção Civil (INCC) para a fase de construção do projeto, e pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) e juros de 12% ao ano, após a data de entrega das chaves das unidades concluídas.

O ajuste a valor presente é calculado entre o momento da assinatura do contrato e a data prevista para entrega das chaves do imóvel ao promitente comprador, utilizando uma taxa de desconto representada pela taxa média dos financiamentos obtidos pela Companhia, líquida do efeito inflacionário.

A reversão do ajuste a valor presente, considerando-se que parte importante do contexto operacional da Companhia é a de financiar os seus clientes até a entrega das chaves, foi realizada, tendo como contrapartida

o próprio grupo de receitas de incorporação imobiliária, de forma consistente com os juros incorridos sobre a parcela do saldo de contas a receber referentes ao período “pós-chaves”.

Imóveis a comercializar

A Companhia e suas controladas adquirem terrenos para futuras incorporações, com condições de pagamento em moeda corrente ou por intermédio de permuta, nas quais, em troca dos terrenos, compromete-se a: (a) repassar parcela das receitas provenientes das vendas das unidades imobiliárias dos empreendimentos; ou (b) entregar unidades imobiliárias de empreendimentos em construção. Os terrenos adquiridos por intermédio de operações de permuta são demonstrados ao valor justo das unidades a serem entregues e a receita e o custo são reconhecidos seguindo os critérios descritos acima.

Os imóveis são demonstrados ao custo de construção, e reduzidos por provisão quando tal valor exceder seu valor líquido realizável. No caso de imóveis em construção, a parcela em estoque corresponde ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas. O custo incorrido compreende os gastos com construção (materiais, mão de obra própria ou contratada de terceiros e outros relacionados), as despesas de legalização do terreno e empreendimento, os custos com terrenos e os encargos financeiros aplicados no empreendimento incorridos durante a fase de construção.

A classificação de terrenos entre o ativo circulante e o ativo não circulante é realizada pela Administração com base na expectativa de prazo do lançamento dos empreendimentos imobiliários. A Administração revisa periodicamente as estimativas de lançamentos dos empreendimentos imobiliários.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as controladas e controladas em conjunto incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e o exercício social dessas empresas coincide com o da Companhia.

10.6. Controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Companhia, incluindo o Diretor Presidente e o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, é responsável por implantar e manter uma estrutura adequada de controles internos relativos à preparação das Demonstrações Financeiras.

A avaliação da estrutura de controles internos tem por objetivo fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações financeiras para divulgação externa de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os controles internos da Companhia sobre a preparação das demonstrações financeiras incluem as políticas e procedimentos que (i) se relacionam à manutenção dos registros que refletem precisa e adequadamente as transações e a alienação dos ativos da Companhia, (ii) fornecem segurança razoável de que as transações são registradas de forma a permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e que os recebimentos e pagamentos da Companhia estão sendo feitos somente de acordo com autorizações da Administração e dos diretores da Companhia e, (iii) fornecem segurança razoável em relação à prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou alienação não autorizados dos ativos da Companhia que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Em virtude de suas limitações internas, o controle interno sobre as demonstrações financeiras poderá não

impedir ou detectar erros.

A Administração avaliou a eficiência dos controles internos da controladora Gafisa S.A., incluindo os controles da Companhia sobre os relatórios financeiros de 31 de dezembro de 2014. Ao fazer tal avaliação, a administração usou os critérios estabelecidos pelo Comitê de Organizações de Patrocínio da Treadway Commission (Integrated Framework – 1992), ou COSO, em Controle Interno— Estrutura Integrada. Com base nesta avaliação, a Administração acredita que em 31 de dezembro de 2014 os controles internos da Companhia sobre os relatórios financeiros são eficazes, exceto quanto ao controle relacionado aos saldos entre partes relacionadas e mútuos da Companhia e suas subsidiárias, que apresentou deficiência referente à tempestividade da análise quanto à natureza dos saldos apresentados no consolidado. Diante disto, os auditores externos classificaram este processo como uma deficiência significativa, em dezembro de 2014, e determinaram a implantação das ações necessárias para o fortalecimento dos controles atuais. As ações evidenciam os esforços dos nossos gestores em aprimorar continuamente seus sistemas de informação e controles internos.

Todas as deficiências e recomendações de controles internos, quando viáveis, foram devidamente analisadas pela Administração e os pontos pertinentes, se ainda não totalmente resolvidos, estão em processo de resolução.

Cumpramos ressaltar, por fim, que a Companhia, por ser subsidiária integral relevante da Gafisa S.A., atende aos padrões de governança corporativa do Novo Mercado e à regra 404 da lei norte-americana Sarbanes-Oxley.

Sobre ainda utilizarmos o Integrated Framework de 1992, em 2013 o COSO publicou uma versão atualizada do Controle Interno - Quadro Integrado (o "2013-Quadro") mas a Companhia está ainda em processo de transição para o quadro de 2013, com previsão de conclusão da transição para o Framework 2013 em 2015.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Em consonância com os trabalhos de auditoria independente realizados sobre as demonstrações financeiras da Companhia, algumas oportunidades de melhoria no sistema de controles internos foram identificadas e reportadas à Administração, sendo que uma foi classificada pelos auditores externos como deficiência significativa, conforme a seguir descrita:

Controle relacionado aos saldos entre partes relacionadas e mútuos da Companhia e suas subsidiárias: O controle interno, relacionado aos processos de captura, análise, registro das movimentações e teste de realização dos saldos com partes relacionadas (conta corrente e mútuo) da Companhia e suas subsidiárias, apresentou deficiências no que se refere à tempestividade da análise quanto à natureza dos saldos apresentados no consolidado.

O controle de Intercompany tem por objetivo conciliar os valores ativos e passivos com partes relacionadas e, no decorrer do encerramento das demonstrações financeiras foi identificado que esse controle não foi adotado de forma adequada pela Companhia em virtude do uso de denominações genéricas, assim como de saldos ativos e passivos não eliminados no processo de consolidação, resultando na necessidade de apresentação de mais de uma versão do controle.

Em decorrência disso, a Companhia estabeleceu um plano de ação que consiste na reestruturação do relatório, eliminando as denominações genéricas e na alocação de equipe dedicada para conciliação e tratamento tempestivo com prazo de conclusão em junho de 2015.

Não obstante, considerando as melhores práticas de governança e transparência e, no exercício de julgamento das oportunidades de melhorias identificadas durante o processo de encerramento das demonstrações financeiras, a Administração entendeu oportuno efetuar a divulgação dos comentários relativos às demais deficiências de controle identificadas pelos auditores, as quais relacionamos nos itens abaixo. Na sequência desses itens foram detalhadas as ações de remediação implementadas, bem como os planos de ação em andamento. Cabe ressaltar que no entendimento da Companhia, nenhum dos pontos representa um risco de distorções significativas nas demonstrações financeiras, não houve e não há expectativa de ajustes que afetariam ou modificariam as decisões de acionistas e investidores.

Deficiências no processo de monitoramento da aplicação da Política de Julgamentos e Estimativas: Alguns processos, políticas e julgamentos de estimativas da Administração apresentaram

deficiências, relacionadas, basicamente, à formalização da análise e ao embasamento quanto ao julgamento das estimativas, bem como para atendimento das normas vigentes.

A Companhia efetua, no mínimo anualmente, a revisão formal da Política de Julgamento e Estimativa que contempla todos os critérios utilizados. Além disso, a Companhia tem em sua estrutura de governança o Comitê de Políticas Contábeis o qual é responsável pelo procedimento de revisão periódica e tempestiva das novas atualizações dos pronunciamentos contábeis. Adicionalmente são realizadas discussões prévias com as áreas da Companhia e assessores externos, aprimorando o processo de análise e formalização de temas técnicos relevantes. Os ajustes necessários serão contemplados na Política de Julgamento e Estimativas, na revisão prevista até junho de 2015.

Controles internos relacionados a depósitos judiciais: Os controles internos relacionados aos processos de captura, análise e registro dos depósitos judiciais apresentaram deficiência no que se refere à tempestividade da captura dos processos e ao respectivo registro na Contabilidade ou à consideração da divulgação das informações nas demonstrações financeiras, sendo necessária a execução de procedimentos alternativos pela Companhia para comprovar a exatidão do saldo em 31 de dezembro de 2014.

A Companhia entende que os controles internos são adequados porém, reconhece a necessidade de um aprimoramento. Tanto é que está em fase final de teste e implantação uma automação nos controles que visa vincular eventuais garantias existentes ao processo judicial relacionado e, portanto, aumentar os controles sobre as garantias, notadamente os depósitos judiciais, minimizando ainda mais o risco de distorções nas Demonstrações Financeiras com prazo de finalização em junho de 2015.

Processo de reconciliação contábil: O processo de reconciliação contábil apresentou deficiência nos controles internos, relacionados, basicamente, à formalização do processo de análise e revisão, bem como ao adequado monitoramento das pendências e natureza dos saldos classificados nas respectivas contas contábeis. Revisão do controle de monitoramento das reconciliações, para mitigar o risco de eventuais saldos não capturados pelo processo de reconciliação e o aprimoramento do controle de revisão (feito/conferido) das conciliações.

De fato existem pendências bancárias em razão da natureza do negócio da Companhia que contempla o recebimento de grande número de créditos em nossas contas correntes, por diversas agências bancárias, de valores calculados por eles através de medições da evolução das obras, dentro da modalidade de venda e repasse associativo. De sorte a saná-las, são realizadas reuniões semanais de acompanhamento com as áreas envolvidas. Adicionalmente, a Companhia entende que o risco de erro significativo nas Demonstrações Financeiras é mínimo, pois se tratam de diversos lançamentos de valores individuais pequenos, que conseguimos identificar como provenientes dos bancos públicos com os quais operamos no Minha Casa Minha Vida. Houve diminuição significativa das pendências ao longo de 2014.

A Companhia reforçou o controle de revisão para que pessoas independentes (analista/coordenador) evidenciem de forma adequada a atividade de feito/conferido. Adicionalmente, as áreas de Contabilidade e Controladoria realizam análise vertical e horizontal da variação de saldos do balanço e resultado, capturando qualquer variação anormal no processo de contabilização da Companhia, além do processo de conciliação.

Revisão do processo de realização e formalização dos testes para redução ao valor recuperável de ativos (impairment): O processo de realização e formalização dos testes para redução ao valor recuperável (impairment) dos ativos não financeiros não contemplou, para alguns casos, as características específicas das unidades envolvidas, de forma que determinasse o adequado valor de mercado, por exemplo: em regiões instáveis (Bairro Vila Petrópolis - PA) existem poucas ofertas disponíveis e grandes variações de preço. Nesse sentido, foi recomendada a revisão do processo, considerando o aprimoramento da formalização das cotações para melhor suportar o valor cotado, contemplando, aos menos, os seguintes aspectos: metodologia utilizada; referências de mercado; média dos preços e desvio-padrão utilizado na apuração do valor. Implementação de controles que avaliem as características específicas das unidades, com o objetivo de determinar o adequado valor de mercado, suportando a utilização da tabela de vendas, por exemplo, considerando o preço praticado em transações recentes.

A Companhia entende que não houve falha na análise ou interpretações inadequadas nesse processo e sim uma divergência de julgamento. A Companhia possui processos e controles formais adequados para monitoramento e a atualização das informações sobre o processo de impairment. Efetuamos a análise de impairment de forma individual para a totalidade das unidades em estoque, considerando as unidades concluídas e em andamento. Analisando todas as unidades segundo os procedimentos definidos pela política,

considerando os custos de cada unidade e seu respectivo valor de venda conforme a tabela de venda da Companhia. Como forma de aprimoramento, para esses casos diferenciados, além da tabela de vendas, a Companhia uma avaliação adicional.

Não foi relatada à Companhia pelos Auditores, nem identificada pela Administração nenhuma outra deficiência relevante pudesse impactar as Demonstrações Financeiras em BRGAAP.

Em atendimento ao Ofício-circular CVM/SNC/SEP nº 1, a Companhia informa que os auditores não identificaram problemas ou recomendações sobre os controles internos relacionados aos orçamentos das obras e ao reconhecimento de receitas, identificados pelos auditores que devam constar no Formulário de Referência, somente as seguintes sugestões de melhoria:

- Melhoria nos relatórios gerenciais com as variações do “a gastar”, incluindo maior detalhamento dos motivos para as variações no orçamento; e
- Melhoria nas evidências de conferência para dar maior clareza quanto à tempestividade da execução da revisão do orçamento e da aquisição de terrenos lançados no sistema da Companhia.

As recomendações de melhoria foram devidamente analisadas pela Administração e os pontos pertinentes, se ainda não totalmente resolvidos, estão em processo de resolução.

10.7. Aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados
<p>A Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos 3 últimos exercícios sociais.</p> <p>Em 2013, a Companhia emitiu a 2ª Emissão de Debêntures, cujos recursos foram destinados à aquisição da parcela remanescente da Alphaville Urbanismo S.A., antes da venda ao fundo Private Equity AE Investimentos e Participações S.A.</p>
b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição
<p>Não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.</p>
c) caso tenha havido desvios, a razão para tais desvios
<p>Não aplicável, considerando a não ocorrência de desvios.</p>

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial
<p>A Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estejam refletidos nas suas demonstrações financeiras.</p>

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não possui outros itens não evidenciados em suas demonstrações financeiras.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Conforme explanado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

b) natureza e propósito da operação

Conforme explanado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Conforme explanado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.10. Principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) investimentos

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia vem promovendo, desde 2011, a implementação de um planejamento estratégico, reorganizando-se operacionalmente com vistas à melhora de sua performance. Este planejamento inclui a implementação não apenas de uma nova estrutura organizacional e societária, como também a estruturação de um novo modelo de negócio, focando a atuação da Companhia no segmento popular do Minha Casa, Minha Vida, em grandes aglomerações urbanas. Para tanto, a Companhia se estruturou em torno de quatro pilares, chamados de “Fundamento”:

- Executar obras exclusivamente através da tecnologia de forma de alumínio;
- Repassar as unidades imediatamente após a venda (Venda repassada);
- Somente lançar empreendimentos que já estejam contratados com o agente financeiro (lançamento contratado); e
- Vender exclusivamente através de lojas, com equipe própria.

Na segunda metade de 2011, a Diretoria da Companhia tomou a decisão de parar qualquer lançamento enquanto resolvia o Legado. A Diretoria da Companhia aproveitou esse período para entender se teria diferenciais competitivos suficientes para ser bem sucedida na baixa renda.

A Companhia reiniciou os lançamentos dentro do Fundamento em março de 2013, totalizando sete lançamentos e R\$339 milhões de VGV no ano. A Diretoria entende que os primeiros indícios desses projetos foram positivos, com vendas dentro do esperado, boa velocidade de repasse e tendência de economia de cerca de 2% no custo das obras já iniciadas.

A Companhia realizou lançamentos dentro do Fundamento em 2014, totalizando 14 lançamentos e R\$613 milhões de VGV no ano. A Diretoria entende que os resultados são decorrentes da participação cada vez maior dos projetos do Novo Modelo no nível de receita da Companhia, em função da conclusão dos projetos antigos e do crescente volume de lançamentos desde 2013, vem permitindo melhores níveis de margem bruta.

Apesar dos indícios positivos, a Diretoria da Companhia acredita que é preciso ter cautela para não crescer além da capacidade operacional, e ganhar escala de forma gradual. Em 2015 se inicia na expectativa do encerramento do legado de projetos antigos – temos apenas dois canteiros de obras ainda em construção e que devem ser entregues nos próximos meses – e com a perspectiva de evolução na escala de lançamentos do Novo Modelo.

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento em 2014 foi de R\$2.277 milhões, em comparação à geração, inclusive para a aquisição de bens, equipamentos e para novos investimentos de R\$40.751 milhões em 2013.

Os desembolsos incluem a aquisição de bens, equipamentos e para novos investimentos de R\$10.376 milhões em 2014. Adicionalmente, em 2014, o montante de liberação de títulos e valores mobiliários e aplicações caucionadas foi de R\$52.165 milhões.

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento em 2013 foi de R\$40.751 milhões, em comparação à geração, inclusive para a aquisição de bens, equipamentos e para novos investimentos de R\$9.231 milhões em 2012.

Os desembolsos incluem a aquisição de bens, equipamentos e para novos investimentos de R\$26.029 milhões em 2013. Adicionalmente, em 2013, o montante de liberação de títulos e valores mobiliários e aplicações caucionadas foi de R\$32.382 milhões.

O caixa líquido gerado nas atividades de investimento em 2012 foi de R\$9.231 milhões, em comparação à utilização, inclusive para a aquisição de bens, equipamentos e para novos investimentos de R\$0 milhões em 2011.

Os desembolsos incluem a aquisição de bens, equipamentos e para novos investimentos de R\$29.695 milhões em 2012. Adicionalmente, em 2012, o montante de liberação de títulos e valores mobiliários e aplicações caucionadas foi de R\$77.786 milhões.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia conta com os recursos provenientes da alienação de ações em tesouraria, captações já mencionadas de dívidas corporativas, debêntures e linhas decorrentes do Sistema Financeiro de Habitação – SFH.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou desinvestimentos previstos.

10.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima..

11. PROJEÇÕES

11.1. Identificação das projeções

<p>a) Objeto das projeções</p>
<p>Atualmente, a ampla maioria dos guidances que envolvem a Companhia são atrelados à controladora Gafisa S.A. A exceção fica por conta dos guidances de Lançamentos e Despesas Administrativas/Lançamentos que são divulgados individualmente.</p> <p>No dia 20 de outubro de 2014, a controladora Gafisa S.A. anunciou em fato relevante a revisão em suas projeções de lançamentos no ano corrente, por conta das incertezas no cenário macroeconômico. Contudo, esta alteração no volume de lançamentos projetados não afetou o guidance estabelecido para a Companhia.</p> <p>Para o ano de 2015, em função da deterioração do ambiente econômico ao longo dos últimos meses, a Companhia, de maneira prudente e transparente, optou pela retirada do guidance de lançamentos e da relação entre despesas administrativas e volume de lançamentos, preferindo aguardar melhor acomodação do ambiente econômico do país.</p> <p>A Companhia possui, atualmente, dois guidances atrelados à controladora amplamente divulgados ao mercado no que se refere a (i) alavancagem; e (ii) Retorno sobre o Capital Empregado (ROCE).</p> <p>O guidance de alavancagem se refere à relação entre dívida líquida e patrimônio líquido consolidado. Já o guidance retorno sobre o capital empregado (ROCE) refere-se à rentabilidade esperada do capital alocado na Companhia.</p>
<p>b) Período projetado e o prazo de validade da projeção</p>
<p>Os <i>guidances</i> indicados no item 11.1(d) deste Formulário de Referência são válidos para o exercício social de 2015 e seguintes, além da indicação da performance dos <i>guidances</i> de exercícios anteriores de 2014, 2013 e 2012.</p>
<p>c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle</p>
<p>Os <i>guidances</i> apresentados refletem as expectativas da controladora Gafisa S.A. acerca do futuro de suas operações e condições de mercado, considerando, principalmente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - demanda de mercado para os produtos da Companhia e do grupo Gafisa S.A.; - desempenho da economia brasileira e internacional, incluindo taxas de inflação, taxas de juros e crescimento do Produto Interno Bruto; - desempenho e condições do mercado imobiliário brasileiro, tais como disponibilidade e preço de terrenos, e concorrência; - liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos, no que tange a disponibilidade e condições de financiamento para a Companhia, para o grupo Gafisa S.A. e seus clientes; - atual posição do banco de terrenos da Companhia e do grupo Gafisa S.A. e expectativa de novas aquisições; e

- incentivos e programas governamentais para o setor de habitação, tais como “Minha Casa, Minha Vida”.

Todas as premissas consideradas nos *guidance* divulgados estão sujeitas a fatores de influência que escapam ao controle da administração da Companhia e do grupo Gafisa S.A. Caso qualquer premissa sofra alterações que causem impacto relevante nos *guidance*, a Companhia e o grupo Gafisa S.A. podem revisá-los para patamares superiores ou inferiores.

Fontes: O Brasil Sustentável, FGV e Ernst & Young, 2007 / Pesquisa Focus, Banco Central do Brasil 2011 / Gafisa.

d) Valores dos indicadores que são objeto da projeção

	2015	
	<i>Guidance</i>	
Alavancagem (Consolidado Grupo) (2015)	55% - 65%	
Retorno sobre o Capital Empregado (ROCE) (Consolidado Grupo) (3 anos)	14% - 16%	
Os <i>guidance</i> divulgados pela Companhia correspondem a dados hipotéticos, não constituindo, portanto, promessa de desempenho.		
	2014	
	<i>Guidance</i>	Realizado
Lançamentos em Valor Geral de Vendas (R\$ bilhões) (2014) ⁽¹⁾	1,7 – 2,0	1.636,3
Abertura por marca		
# Lançamentos Gafisa ⁽¹⁾	1,1 – 1,2	1.023,0
# Lançamentos Tenda	600 – 800 (milhões)	613,3
Alavancagem (2014)	55% - 65%	47,1%
Despesas Administrativas/Lançamentos (2014)		
Abertura por marca		
Gafisa ⁽¹⁾	Não Aplicável	Não Aplicável
Tenda	Não Aplicável	Não Aplicável
Despesas Administrativas/Lançamentos (2015)		
Abertura por marca		
Gafisa	Não Aplicável	Não Aplicável
Tenda	Não Aplicável	Não Aplicável
Retorno sobre o Capital Empregado (ROCE) (3 anos)	14% - 16%	Não Aplicável
Os <i>guidance</i> divulgados pela Companhia correspondem a dados hipotéticos, não constituindo, portanto, promessa de desempenho.		
⁽¹⁾ <i>Guidance</i> alterado conforme Fato Relevante publicado em 20 de outubro de 2014.		
	2013	
	<i>Guidance</i>	Realizado
Lançamentos em Valor Geral de Vendas (R\$ bilhões)	2,7 – 3,3	2,9
Abertura por marca		
# Lançamentos Gafisa	1,15 – 1,35	1,09
# Lançamentos Alphaville	1,30 – 1,50	1,46
# Lançamentos Tenda	250 – 450 (milhões)	338,8 (milhões)
Alavancagem (Consolidado Grupo)	Estável (95%)	36,1%
Margem EBITDA Ajustada (Consolidado Grupo)	12% - 14%	17,4%
Entrega de Unidades	13.500 – 17.500	13.842
Abertura por marca		
# Entregas Gafisa	3.500 – 5.000	4.315
# Entregas Alphaville	3.500 – 5.000	2.500
# Entregas Tenda	6.500 – 7.500	7.027
	2012	
	<i>Guidance</i>	Realizado
Lançamentos em Valor Geral de Vendas (R\$ bilhões)	2,4 – 3,0 ⁽¹⁾	2,95
# Lançamentos Tenda	0 ⁽²⁾	0
Entregas	22.000 – 26.000	27.107
# Entregas Tenda	Não houve	16.889
Repasses (Tenda)	10.000 – 14.000	13.000
Fluxo de caixa (R\$ milhões) (Consolidado Grupo)	600 – 800	1.037

(1) Após revisão no 3º trimestre de 2012
 (2) Inicialmente o *guidance* estipulava que a Companhia seria responsável por 10% dos lançamentos, mas após revisão no 3º trimestre de 2012 foi indicado que não haveria lançamentos da Companhia neste exercício

11.2. Na hipótese de a Companhia ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

a) Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Em 2013, a Gafisa S.A., na qualidade de controladora da Companhia, já divulgava o valor de Lançamentos em Valor Geral de Vendas, inclusive com a abertura por marca, e o valor de alavancagem consolidada do grupo econômico. Estes dois *guidances* foram mantidos para a divulgação de 2014.

Em 2014, a Gafisa S.A. deixou de divulgar os *guidances* de Margem EBITDA ajustada consolidada para o grupo e entrega de unidades com a abertura por marca. Em compensação, passou a divulgar o *guidance* de Despesas Administrativas/Lançamentos para Gafisa em 2014 e Tenda em 2015, além do *guidance* de Retorno sobre o Capital Empregado (ROCE) consolidado do grupo para 3 anos.

Em 2015, a Gafisa S.A. deixou de divulgar os *guidances* de lançamentos e da relação entre despesas administrativas e volume de lançamentos. Os *guidances* de Retorno sobre o Capital Empregado (ROCE) consolidado do grupo para 3 anos e alavancagem foram mantidos.

Os *guidances* apresentados no Item 11.1(d) deste Formulário de Referência já foram amplamente divulgados pela Gafisa S.A. ao mercado e a seus acionistas por meio de relatórios trimestrais de resultados, conferências de resultados trimestrais e apresentações corporativas.

b) Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

A Gafisa S.A., enquanto controladora do grupo, divulgou, para o ano de 2014, *guidance* de lançamentos em valor geral de venda entre R\$2,1 bilhões e R\$2,5 bilhões. Este *guidance* é dividido entre a marca Gafisa (R\$1,5 bilhões a R\$1,7 bilhões) e o marca Tenda (R\$600 milhões a R\$800 milhões). Em 20 de outubro de 2014, a Companhia anunciou em fato relevante a revisão desse volume de lançamentos para R\$1,7 bilhões a R\$2,0 bilhões em razão das incertezas do cenário macroeconômico, sendo R\$1,1 bilhões a R\$1,5 bilhões referentes à marca Gafisa e R\$600 milhões a R\$800 milhões referentes à marca Tenda. O valor efetivamente lançado pela Companhia foi de R\$1,6 bilhões (R\$1,0 bilhão lançado pela marca Gafisa e R\$0,6 bilhões lançados pela marca Tenda). Apesar de contar com projetos previamente aprovados e disponíveis para lançamento, na avaliação da Companhia as condições de mercado não se mostraram apropriadas para lançamentos adicionais. A relação entre dívida líquida/patrimônio líquido encerrou 2014 em 47,1%, em termos consolidados, inferior ao *guidance* de alavancagem para o ano, entre 55% e 65%. Por fim, a Gafisa S.A., juntamente com a Companhia, ratifica como parâmetro de rentabilidade o Retorno sobre o Capital Empregado (ROCE) entre 14% e 16% em um prazo de 3 anos, tanto para o segmento Tenda, como para o segmento Gafisa.

A Gafisa S.A., enquanto controladora do grupo, divulgou, para o ano de 2013, *guidance* de lançamentos em valor geral de venda entre R\$2,7 bilhões e R\$3,3 bilhões. O valor efetivamente lançado pela Gafisa S.A. no consolidado foi de R\$2,9 bilhões, sendo a Companhia responsável por R\$338,8 milhões de lançamento. A Gafisa S.A. também divulgou, para o mesmo período, *guidance* de entregas entre 13.500 e 17.500 unidades. A Gafisa S.A., enquanto consolidado, entregou 13.842 unidades e a Companhia contribuiu para esse *guidance* com a entrega de 7.027 unidades (o *guidance* específico para a Companhia era entre 6.500 e 7.500 unidades). No que se refere ao *guidance* do Grupo, a Gafisa S.A. divulgou ainda, para o ano de 2013, *guidance* de margem EBITDA ajustada para o consolidado do grupo, entre 12% e 14%. O número efetivamente alcançado pela Gafisa S.A. no consolidado de 2013 foi de 17,4%. A relação entre dívida líquida e obrigações com investidores sobre o patrimônio líquido (alavancagem) também foi objeto de *guidance* como estável, em 95%, mas atingiu 36,1%, após a venda de 70% da Alphaville Urbanismo S.A..

A Gafisa S.A., enquanto controladora do grupo, divulgou, para o ano de 2012, *guidance* de lançamentos em valor geral de venda entre R\$2,4 bilhões e R\$3,0 bilhões, sendo que não haveria contribuição da Companhia para este *guidance*, uma vez que o *guidance* de lançamentos da Companhia foi revisado no terceiro trimestre de 2012 e a Companhia não efetuou lançamentos durante o exercício de 2012. A Gafisa S.A. teve também divulgado, enquanto consolidado e para o mesmo período, *guidance* de entregas de unidades entre 22.000 e 26.000 unidades, tendo entregado 27.107 unidades, sendo a Companhia responsável pela entrega de 16.889 unidades. No que se refere ao *guidance* do Grupo, para os quais a Companhia contribui no consolidado, a Gafisa S.A. divulgou, para o ano de 2012, *guidance* de repasses entre 10.000 e 14.000 clientes a serem transferidos para instituições financeiras e o número efetivamente alcançado foi de 13.000 clientes, sendo estes todos clientes da Companhia. O fluxo de caixa operacional consolidado atingiu R\$1,037 bilhão em 2012, excedendo o *guidance* esperado para 2012 estabelecido entre R\$600 e R\$800 milhões.

c) Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data da entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Considerando que a Companhia não divulga *guidance* individuais, conforme explicitado no item 11.1(a) deste Formulário de Referência, no que tange aos *guidance* divulgados pela controladora Gafisa S.A. para o exercício social de 2015, aplicáveis à controladora e a todas as suas controladas (dentre elas, a Companhia), conjuntamente consideradas, conforme apresentados no Item 11.1 (d) deste Formulário de Referência, estes permanecem válidos na data da entrega deste Formulário.

12. ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO

12.1. Estrutura administrativa da Companhia, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno:

a) atribuições de cada órgão e comitê

A Companhia é administrada por um conselho de administração, composto por no mínimo três e no máximo dez conselheiros, e por uma diretoria, formada por no mínimo dois e no máximo dez diretores. Conselheiros e Diretores possuem mandato unificado de até três anos, sendo permitida a reeleição.

O Estatuto Social admite a criação, pelo Conselho de Administração, de comitês de assessoramento destinados a auxiliar os respectivos membros do Conselho de Administração, cuja composição e atribuições específicas são definidas pelo próprio Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal da Companhia é de funcionamento não permanente e foi novamente instalado, a pedido do acionista, em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2014.

Conselho de Administração

Compete ao Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social e sem prejuízo das demais competências atribuídas por lei:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, incluindo a aprovação e alteração do orçamento anual da Companhia, das áreas geográficas de atuação e a determinação das metas e estratégias de negócios para o exercício subsequente;
- (b) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser o Estatuto Social da Companhia;
- (c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os livros e documentos da Companhia, bem como solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração ou sobre quaisquer outros atos;
- (d) fixar os critérios gerais de remuneração e as políticas de benefícios (benefícios indiretos, participação no lucro e/ou nas vendas) dos empregados da Companhia;
- (e) atribuir aos administradores da Companhia a sua parcela de participação nos lucros apurados em balanços levantados pela Companhia, incluindo balanços intermediários, respeitadas as limitações e disposições estatutárias e legais;
- (f) convocar a Assembleia Geral;
- (g) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
- (h) apresentar à Assembleia Geral proposta de destinação do lucro líquido do exercício;
- (i) autorizar previamente: (i) a celebração, pela Companhia, de quaisquer contratos, incluindo, exemplificativamente, para a aquisição de participações societárias ou ativos e à exceção dos contratos para financiamento à produção de unidades habitacionais; ou (ii) a concessão, pela Companhia, de empréstimo, financiamento ou garantia real ou fidejussória em favor de suas sociedades controladas (à exceção de sociedades de propósito específico de cujo capital total e votante a Companhia seja titular de 90% ou mais) ou de terceiros, sempre que, em quaisquer das hipóteses descritas nos itens (i) ou (ii), as operações sejam contratadas por período superior a 48 meses (à exceção daqueles com concessionárias de serviços públicos ou outros que obedeçam a condições uniformes, que não estarão sujeitas à prévia aprovação do Conselho de Administração nesta hipótese) ou cujo valor supere o valor de referência definido no estatuto social da Companhia, quando não previstos no orçamento anual;

- (j) autorizar a Diretoria a adquirir, alienar ou conferir ao capital de outra sociedade, de outra forma dispor ou, constituir ônus reais ou gravames de qualquer natureza sobre os bens do ativo permanente da Companhia, em valores que representem responsabilidade superior ao Valor de Referência ou que não estejam previstos no orçamento anual;
- (k) deliberar sobre a emissão de ações ou bônus de subscrição até o limite do capital autorizado, fixando o preço de emissão, forma de subscrição e integralização e outras condições da emissão;
- (l) deliberar sobre a emissão ou cancelamento de debêntures simples, sem garantia real;
- (m) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;
- (n) autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia, para cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação;
- (o) orientar os votos a serem proferidos pelo representante da Companhia, nas assembleias gerais das sociedades de que a Companhia participe, exceto as subsidiárias integrais, sociedades de propósito específico, sociedades em conta de participação ou consórcios; e
- (p) autorizar a celebração, alteração ou término, pela Companhia ou por quaisquer de suas controladas, de qualquer contrato, compromisso ou acordo entre, de um lado, a Companhia ou uma de suas controladas e, de outro lado, qualquer administrador ou parte relacionada de qualquer administrador da Companhia, ou, ainda, a renúncia a qualquer direito da Companhia ou de suas controladas decorrente de ou relacionado a tais contratos, compromissos ou acordos, sendo certo que, em qualquer caso, tais contratos, compromissos ou acordos deverão ser celebrados em bases equitativas e em condições de mercado.

O Conselho de Administração da Companhia não possui Regimento Interno.

Diretoria

A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais.

Compete à Diretoria, como órgão colegiado:

- (a) deliberar sobre a abertura, o encerramento e a alteração de endereços de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no País ou no exterior ou sobre a mudança do endereço da sede;
- (b) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados de relatórios dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;
- (c) elaborar e propor, ao Conselho de Administração, os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento; e
- (d) aprovar a constituição ou aquisição de participação societária em sociedades em geral, incluindo as sociedades de propósito específico ou consórcios, cujos valores envolvidos sejam inferiores ao valor de referência e cujo objeto social esteja de acordo com o objeto social da Companhia.

Para as atribuições específicas de cada diretor da Companhia, ver item 12.1(d) abaixo.

Conselho Fiscal

Compete ao Conselho Fiscal da Companhia:

- (a) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- (b) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral;
- (c) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- (d) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia;
- (e) convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das Assembleias as matérias que considerarem necessárias;
- (f) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia;
- (g) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar; e
- (h) exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

Comitê Executivo de Investimentos

O Comitê Executivo de Investimentos da Companhia é composto por no mínimo três e no máximo cinco membros, eleitos pelo Conselho de Administração dentre Diretores (estatutários ou não) da Companhia e/ou de suas controladas.

Tal órgão tem como atribuições e responsabilidades, além de outras que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração:

- (a) a análise, discussão e recomendação de aquisições de terrenos e novos lançamentos imobiliários pela Companhia ou qualquer de suas controladas;
- (b) submeter à aprovação do Conselho a aquisição de terrenos e novos lançamentos imobiliários em que (i) o VGV das unidades comerciais representem pelo menos 50% do VGV total do empreendimento; ou (ii) que apresentem uma exposição de caixa maior do que R\$45 milhões ou cujo valor seja superior a 1,5% do patrimônio líquido da Companhia, o que for maior;
- (c) o aconselhamento aos Diretores da Companhia na negociação de novos negócios e na estruturação de empreendimentos;
- (d) o acompanhamento do início dos novos projetos e dos respectivos fluxos de caixa;
- (e) em casos especiais, a participação na negociação e estruturação de novos tipos de negócios; e
- (f) a revisão da adequação do Regimento Interno do Comitê Executivo de Investimentos aos objetivos do Comitê e a recomendação ao Conselho de Administração de qualquer alteração que julgue

necessária.

O Comitê Executivo de Investimentos é atualmente composto pelos Srs. Rodrigo Osmo, na qualidade de Coordenador do Comitê, Felipe David Cohen, Fabricio Quesiti Arrivabene, Marcelo de Melo Buozi e Sidney Ostrowski.

Comitê Executivo de Ética

O Comitê Executivo de Ética é constituído por no mínimo três e no máximo cinco membros, eleitos pelo Conselho de Administração, entre Diretores (estatutários ou não) da Companhia e/ou de suas controladas e gerentes da Companhia, alocados nos seguintes departamentos: (i) Financeiro; (ii) Jurídico; (iii) Gente e Gestão; (iv) Operações; e (v) Auditoria Interna. O Comitê de Ética é atualmente composto por cinco membros, a saber: os Srs. Rodrigo Osmo, na qualidade de Coordenador do Comitê, Felipe David Cohen, Alex Fernando Hamada, Sidney Ostrowski, Daniel Gobi Lopes e Norival Zanata Junior.

O Comitê Executivo de Ética possui as seguintes atribuições e responsabilidades, além de outras que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração:

- (a) resolver os conflitos de ética que não são solucionados pela cadeia hierárquica ou que não estão previstos no Código de Ética ou nas diretrizes da Companhia, bem como as denúncias recebidas pelo “Canal Confidencial” instituído pela Companhia;
- (b) garantir o sigilo sobre as informações recebidas;
- (c) tomar as atitudes necessárias com relação a violações ao Código de Ética;
- (d) aprovar o custeio de passagens e hospedagens oferecidas pelos fornecedores da Companhia a funcionários da Companhia para visitas técnicas, workshops, congressos e feiras, entre outros;
- (e) aprovar a contratação de fornecedores com vínculo com colaboradores e/ou familiares de colaboradores em 1º grau (pai, mãe, irmãos(ãs), filhos(as), cônjuge, primos(as) e tios(as)); e
- (f) revisar a adequação do regimento interno do Comitê Executivo de Ética aos objetivos do Comitê e recomendar ao Conselho de Administração qualquer alteração que julgar necessária.

O Comitê Executivo de Ética também é responsável por informar aos auditores internos da Companhia e ao Comitê de Auditoria todas as denúncias recebidas pelo “Canal Confidencial”, bem como as deliberações tomadas com relação a cada uma delas.

b) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal da Companhia foi instalado em 22.04.2015 e seus membros tomaram posse em 22.04.2015.

O Comitê Executivo de Investimentos e o Comitê Executivo de Ética foram criados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 15.04.2014.

c) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

A Companhia não dispõe, no momento, de um mecanismo formal de avaliação do desempenho de cada órgão ou comitê como um todo. A Companhia encontra-se atualmente em processo de avaliação das melhores práticas de governança corporativa, analisando, inclusive, aquelas adotadas por outras sociedades, com o objetivo de desenvolver um mecanismo formal de avaliação do desempenho geral dos órgãos acima mencionados, bem como de seus demais órgãos e comitês.

A Companhia dispõe, entretanto, de mecanismos de avaliação de desempenho de cada um dos indivíduos que compõem o conselho de administração, os comitês e a diretoria, mecanismos estes que se encontram descritos no item 12.1 (e) deste Formulário de Referência.

d) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Compete ao Diretor Presidente:

- (a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- (b) propor ao Conselho de Administração a composição da Diretoria;
- (c) propor ao Conselho de Administração a distribuição de funções aos demais Diretores;
- (d) orientar e coordenar a atuação dos demais Diretores;
- (e) dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia e de suas controladas; e
- (f) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades e o andamento das operações da Companhia e atender informações solicitadas pelo Conselho de Administração, repetido o disposto em normas legais ou regulamentares sobre sigilo das operações de instituições financeiras e outras legalmente assemelhadas.

Compete ao Diretor de Relações com os Investidores, além de outras atribuições definidas pelo Conselho de Administração, a prestação de informações aos investidores, à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e à BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ou mercado de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM.

Compete ao Diretor Financeiro:

- (a) coordenar o relacionamento da Companhia com instituições financeiras e de crédito, seguradoras, securitizadoras, de *rating*, investidores existentes e potenciais;
- (b) manter os ativos da Companhia devidamente segurados;
- (c) gerenciar as áreas de tesouraria, financeira, contabilidade e controladoria da Companhia;
- (d) dirigir a administração e gestão das atividades financeiras da Companhia e supervisionar as mesmas atividades desenvolvidas pelas controladas da Companhia;
- (e) realizar o planejamento e controle financeiro e tributário da Companhia;
- (f) planejar e elaborar o orçamento da Companhia;
- (g) gerir a carteira de recebíveis dos clientes da Companhia; e

(h) coordenar a atuação de sua área com a das demais Diretorias.

Compete aos Diretores Operacionais:

- (a) promover o desenvolvimento das atividades da Companhia;
- (b) coordenar as atividades das controladas da Companhia;
- (c) prospectar novas áreas de atuação para a Companhia;
- (d) planejar, supervisionar e coordenar construções realizadas pela Companhia ou por terceiros contratados para tal fim;
- (e) gerir e fiscalizar a comercialização e divulgação dos produtos da Companhia;
- (f) planejar a expectativa de demanda para os produtos da Companhia;
- (g) planejar, gerir, identificar e coordenar a aquisição de imóveis para o desenvolvimento de novos empreendimentos imobiliários pela Companhia;
- (h) planejar, supervisionar e coordenar a constituição de incorporações e loteamentos de novos empreendimentos imobiliários pela Companhia;
- (i) propor e negociar a participação da Companhia em sociedades de propósito específico e a celebração de contratos com parceiros, tudo com vistas ao desenvolvimento de novos empreendimentos imobiliários; e
- (j) coordenar a atuação de sua área com a das demais Diretorias.

A Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura de:

- (a) de dois Diretores em conjunto;
- (b) de qualquer Diretor em conjunto com um procurador com poderes específicos; ou
- (c) dois procuradores com poderes específicos.

A representação da Companhia na constituição ou aquisição de participação societária em sociedades de propósito específico e/ou consórcios que tenham por objeto o planejamento, promoção, incorporação, realização de receita e a venda de empreendimentos imobiliários é realizada na forma do parágrafo antecedente.

A Companhia será representada isoladamente por qualquer Diretor ou um procurador com poderes específicos na prática dos seguintes atos:

- (a) representação da Companhia em assembleias e reuniões de sócios de sociedades das quais a Companhia participe;
- (b) representação da Companhia em juízo e em processos administrativos; ou
- (c) prática de atos de rotina administrativa, inclusive perante órgãos públicos, municipais, estaduais, federais e do Distrito Federal, ambientais, Ministério Público e Procuradorias, instituições financeiras, sociedades de economia mista, autarquias, Juntas Comerciais, Justiça do Trabalho, INSS, Receita Federal, Caixa Econômica Federal, Caixa Seguros, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outras entidades da mesma natureza, bem como perante cartórios em geral.

O Conselho de Administração poderá ainda autorizar a prática de atos específicos que vinculem a Companhia pela assinatura de apenas um Diretor ou um procurador regularmente constituído, ou, ainda, estabelecer

competência e alçada para a prática de atos por um único representante.

As procurações serão sempre outorgadas ou revogadas por dois Diretores em conjunto, estabelecendo os poderes do procurador, com prazo não superior a um anos, excetuando-se as procurações outorgadas para fins judiciais, que poderão ser outorgadas por apenas um Diretor e ter prazo indeterminado de vigência.

Quando o mandato tiver por objeto a prática de ato que depender de prévia autorização do Conselho de Administração, o mesmo ficará condicionado a essa autorização, que será mencionada na procuração.

e) mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

Os diretores da Companhia são avaliados anualmente pelo Diretor Presidente. A avaliação tem por objetivo verificar se foram atingidas as metas individuais pré-estabelecidas, todas relativas à performance da respectiva área e da Companhia. O Diretor Presidente, por sua vez, é avaliado anualmente pelo Conselho de Administração de acordo com a performance da Companhia, avaliação realizada com base em critérios pré-estabelecidos.

12.2. Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais:

a) prazos de convocação

As Assembleias Gerais da Companhia são convocadas com, no mínimo, 15 dias corridos de antecedência em primeira convocação e 8 dias corridos de antecedência em segunda convocação.

A CVM poderá, a seu exclusivo critério, mediante decisão fundamentada de seu Colegiado, a pedido de qualquer acionista, e ouvida a Companhia: (i) aumentar, para até 30 dias, a contar da data em que os documentos relativos às matérias a serem deliberadas forem colocados à disposição dos acionistas, o prazo de antecedência de publicação do primeiro anúncio de convocação da assembleia geral de companhia aberta, quando esta tiver por objeto operações que, por sua complexidade, exijam maior prazo para que possam ser conhecidas e analisadas pelos acionistas; e (ii) interromper, por até 15 dias, o curso do prazo de antecedência da convocação de assembleia geral extraordinária de companhia aberta, a fim de conhecer e analisar as propostas a serem submetidas à assembleia e, se for o caso, informar à companhia, até o término da interrupção, as razões pelas quais entende que a deliberação proposta à assembleia viola dispositivos legais ou regulamentares.

b) competências

Compete exclusivamente aos acionistas da Companhia, reunidos em assembleia geral, nos termos do Estatuto Social e da Lei das Sociedades por Ações, deliberar sobre as seguintes matérias:

- reformar o Estatuto Social da Companhia, inclusive para alterar o objeto social;
- eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado;
- tomar, anualmente, as contas dos administradores, e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais desdobramentos de ações;
- alterar a estrutura de capitalização da Companhia ou os direitos e obrigações atrelados às ações em

circulação;

- deliberar sobre a aprovação de planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações em favor dos administradores, empregados da Companhia e a pessoas naturais que prestem serviços à mesma, assim como aos administradores, empregados e prestadores de serviço de sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;
- suspender o exercício dos direitos do acionista;
- deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;
- deliberar sobre transformação, fusão, incorporação, cisão da Companhia ou outra transação similar, deliberar sobre a dissolução e liquidação da Companhia, bem como eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;
- autorizar os administradores a confessar falência e pedir concordata;
- reduzir o dividendo obrigatório;
- declarar dividendos ou outras distribuições, bem como mudar a política de dividendos da Companhia, exceto se exigido pela legislação aplicável;
- participar em grupo de sociedades;
- aprovar a saída da Companhia do Novo Mercado, quer por motivo de cancelamento de registro de companhia aberta, quer pelo fato de os valores mobiliários de emissão da Companhia passarem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado;
- escolher a instituição especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia para fins das ofertas públicas previstas no Estatuto Social, dentre as instituições indicadas pelo Conselho de Administração;
- fixar a remuneração individual ou global dos administradores e dos membros dos comitês de assessoramento da Companhia, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal quando instalado; e
- resolver os casos omissos no Estatuto Social, observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações.

c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereços eletrônicos: <http://www.cvm.gov.br>; <http://www.bmfbovespa.com.br>.

Endereço físico: Av. das Nações Unidas, 8.501 - 18º andar, CEP 05425-070, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

d) identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira. A esse respeito, a Lei das Sociedades por Ações prevê que o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável; o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a Companhia as vantagens que tiver auferido.

e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não possui regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nas assembleias gerais.

f) formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o acionista pode ser representado na assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado; na companhia aberta, como é o caso da Companhia, o procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

Para tomar parte na assembleia geral, o acionista que for representado por procurador deverá depositar na sede da Companhia, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, o instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma do Artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. O procurador ou seu representante legal deverá comparecer à assembleia geral munido de documentos que comprovem sua identidade. A Companhia não admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

g) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

h) transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

A Companhia não transmite ao vivo o vídeo e/ou o áudio das assembleias.

i) mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Não há, visto que até a presente data nunca foi solicitada à Companhia tal inclusão. A Companhia poderá atender tais solicitações, caso apresentadas e observadas as disposições legais e regulamentares, em cada caso específico.

12.3. Datas e jornais de publicação

		Exercício Social Encerrado em 31.12.2014	Exercício Social Encerrado em 31.12.2013	Exercício Social Encerrado em 31.12.2012
Aviso aos acionistas comunicando a disponibilização das demonstrações financeiras	Data(s) de publicação em Jornais	Não aplicável, nos termos do §4º do Art. 133 da Lei nº 6.404/76.	Não aplicável, nos termos do §4º do Art. 133 da Lei nº 6.404/76.	Não aplicável, nos termos do §4º do Art. 133 da Lei nº 6.404/76.
	Jornal de Publicação	Não aplicável, nos termos do §4º do Art. 133 da Lei nº 6.404/76.	Não aplicável, nos termos do §4º do Art. 133 da Lei nº 6.404/76.	Não aplicável, nos termos do §4º do Art. 133 da Lei nº 6.404/76.
Convocação da assembleia geral ordinária que apreciou as demonstrações financeiras	Data(s) de publicação em Jornais	Dispensada nos termos do §4º do Art. 124 da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença da totalidade dos acionistas.	Dispensada nos termos do §4º do Art. 124 da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença da totalidade dos acionistas.	Dispensada nos termos do §4º do Art. 124 da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença da totalidade dos acionistas.
	Jornal de Publicação	Dispensada nos termos do §4º do Art. 124 da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença da totalidade dos acionistas.	Dispensada nos termos do §4º do Art. 124 da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença da totalidade dos acionistas.	Dispensada nos termos do §4º do Art. 124 da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença da totalidade dos acionistas.
Ata da assembleia geral ordinária que apreciou as demonstrações financeiras	Data(s) de publicação em Jornais	23/04/2015	16/04/2014	11/04/2013
	Jornal de Publicação	O Estado de SP / Diário Oficial do E. de SP	O Estado de SP / Diário Oficial do E. de SP	O Estado de SP / Diário Oficial do E. de SP
Demonstrações financeiras	Data(s) de publicação em Jornais	28/02/2015	27/02/2014	12/03/2013
	Jornal de Publicação	O Estado de SP / Diário Oficial do E. de SP	O Estado de SP / Diário Oficial do E. de SP	O Estado de SP / Diário Oficial do E. de SP

12.4 Regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração:***a) frequência das reuniões***

O Conselho de Administração da Companhia é composto por no mínimo 3 e no máximo 5 membros efetivos, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com mandato unificado de até 3 anos, sendo permitida a reeleição. O Conselho de Administração da Companhia é hoje composto por 5 membros efetivos.

O Conselho de Administração reúne-se sempre que necessário. As reuniões do Conselho de Administração são convocadas mediante convocação escrita, contendo, além do local, data e hora da reunião e a ordem do dia. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com no mínimo 2 dias de antecedência. Independentemente das formalidades de convocação, são consideradas regulares as reuniões a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração.

O quorum de instalação das reuniões do Conselho de Administração será de maioria absoluta dos membros em primeira convocação. Em segunda convocação, que será objeto de nova comunicação aos conselheiros, enviada imediatamente após a data designada para a primeira convocação, a reunião se instalará com qualquer número de conselheiros. As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes à reunião.

Os conselheiros poderão participar de tais reuniões por intermédio de conferência telefônica, vídeo-conferência ou qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do conselheiro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. Nesse caso, serão considerados presentes à reunião e deverão assinar a ata.

b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não há quaisquer acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia.

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito como administrador da Companhia, salvo dispensa da assembleia geral, aquele que tiver interesse conflitante com a sociedade.

A lei dispõe, ainda, que é vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe o dever de notificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e extensão do seu interesse. Não obstante, admite-se que o administrador contrate com a Companhia em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que a Companhia contrataria com terceiros.

No que se refere especificamente aos administradores que também forem acionistas da Companhia e, conforme o disposto no item 12.2 (d) acima, a Lei das Sociedades por Ações dispõe que o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em

quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável; o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a Companhia as vantagens que tiver auferido.

O Estatuto Social da Companhia dispõe que nenhum membro do Conselho de Administração poderá ter acesso a informações, participar de deliberações e discussões do Conselho de Administração ou de quaisquer órgãos da administração, exercer o voto ou de qualquer forma intervir nos assuntos em que esteja, direta ou indiretamente, em situação de interesse conflitante com os interesses da Companhia, nos termos da lei.

O Código de Ética da Companhia estipula regras sobre conflito de interesses para todos os colaboradores (incluindo os membros do Conselho de Administração). Dentre as provisões ali contidas, destaca-se como relevante, para prevenção de eventual conflito, a proibição do exercício de atividades que estejam ou aparentem estar em conflito com os interesses da Companhia.

12.5 Cláusula compromissória do estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e a Companhia por meio de arbitragem:

Não há cláusula compromissória prevista no estatuto da Companhia para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e a Companhia por meio de arbitragem.

12.6 /8 – Composição e Experiência Profissional da Administração e do Conselho Fiscal:

Nome	Idade	Orgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações				
Odair Garcia Senra 380.915.938-72	68 Engenheiro Civil	Pertence apenas ao Conselho de Administração Presidente do Conselho de Administração	19/12/2014 19/12/2014	AGO 2016 Sim
<p>Não exerce outros cargos ou funções na Companhia</p> <p>Experiência Profissional: Ingressou como estagiário de engenharia na antiga Gomes de Almeida, Fernandes e ocupou cargos na Gafisa S.A., controladora da Companhia, como engenheiro de obras, gerente geral de obras, diretor de construção, diretor de incorporação, Diretor de Relações Institucionais e atualmente é Presidente do Conselho de Administração. Atualmente, ocupa as seguintes posições: (i) membro do Conselho de Administração da Companhia; (iii) membro do Conselho de Administração da Alphaville Urbanismo S.A., empresa cuja atividade principal é a construção e incorporação de loteamentos urbanos, sendo que a Companhia detém 30% do capital da Alphaville Urbanismo S.A.; (iii) Diretor do SECOVI SP – Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo; (iv) Vice-Presidente do SINDUSCON SP – Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo; (v) membro representante do SINDUSCON SP na Câmara Técnica de Legislação Urbanística do Município de São Paulo (CTLU); (vi) membro representante do SINDUSCON SP no Conselho de Administração do Instituto Mauá de Tecnologia; (vii) membro do Conselho Consultivo da FIABCI/Brasil – Federação Internacional das Profissões Imobiliárias; e (viii) Diretor da BRIO Investimentos Imobiliários S.A., gestora de recursos para investimentos imobiliários.</p> <p>Nos últimos 5 anos atuou ainda como (i) Diretor Operacional da Companhia; e (ii) membro do Conselho de Administração da São Carlos Empreendimentos e Participações S.A., sociedade de gestão patrimonial de imóveis comerciais..</p> <p>Nenhuma das sociedades acima faz parte do grupo econômico da Companhia, com exceção da Gafisa S.A.</p> <p>Declaração de Eventuais Condenações: O Sr. Odair Garcia Senra, Presidente do Conselho de Administração eleito em 19.12.2014, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.</p>				
Cláudio José Carvalho de Andrade 595.998.045-20	43 Administrador de Empresas	Pertence apenas ao Conselho de Administração Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	19/12/2014 19/12/2014	AGO 2016 Sim
<p>Não exerce outros cargos ou funções na Companhia</p> <p>Experiência Profissional: Atualmente, ocupa as seguintes posições: (i) Sócio da Polo Capital Gestão de Recursos Ltda., sociedade de gestão de recursos; (ii) Sócio da Polo Capital Securitizadora S.A., companhia securitizadora de créditos financeiros; (iii) Sócio da Polo Capital Real Estate Gestão de Recursos Ltda., sociedade de gestão de recursos; (iv) Sócio da Polo Capital Internacional Gestão de Recursos Ltda., sociedade de gestão de recursos; (v) Sócio da Polo Capital Consultoria Ltda., sociedade de</p>				

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

gestão de recursos; (vi) Sócio da Santa Elisa Participações Ltda., sociedade cuja principal atividade é participações em outras empresas; (vii) Sócio da Pergale Empreendimentos Imobiliários Ltda., sociedade cuja principal atividade é participações em outras empresas; (viii) Diretor das seguintes sociedade de participações em empresas e incorporações imobiliárias: Kohav Participações S.A., SPE Yogo Participações e Empreendimentos Imobiliários S.A., SPEPREFIP I Participações e Empreendimentos Imobiliários S.A., SPE Magallon Participações Empreendimentos S.A., Birsas Participações Empreendimentos S.A., SPE Charistea Participações Empreendimentos S.A., SPE Khedira Participações e Empreendimentos S.A., SPE Riveros Participações Empreendimentos S.A., SPE Vittek Participações Empreendimentos S.A., SPE Gazal Participações e Empreendimentos S.A., SPE DaVeiga Participações e Empreendimentos S.A. e Jandaia Empreendimentos Imobiliários Ltda.; (ix) membro do Conselho de Administração da Casa e Vídeo Rio de Janeiro S.A., rede de varejo de eletroeletrônicos; (x) membro do Conselho de Administração da Companhia; e (xi) membro do Conselho de Administração da Gafisa S.A., controladora da Companhia.

Nos últimos 5 anos atuou ainda como (i) suplente do Conselho Fiscal do Banco Panamericano S.A., instituição financeira; (ii) suplente do Conselho Fiscal do Banco Sofisa S.A., instituição financeira de atuação no middle-market; (iii) suplente do Conselho Fiscal da Copel – Companhia Paranaense de Energia, companhia de atuação no setor de energia. Adicionalmente, já ocupou os seguintes cargos de administração em companhias abertas: membro do Conselho de Administração da Telefônica Data Holding, sociedade de atuação no ramo de telecomunicação.

Nenhuma das sociedades acima faz parte do grupo econômico da Companhia, com exceção da Gafisa S.A., subsidiária integral e a SPE Yogo Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. que possui participação de 20% na Gafisa SPE-113 Empreendimentos Imobiliários Ltda., sendo o restante do capital social detido pela Gafisa S.A..

Declaração de Eventuais Condenações: O Sr. Cláudio José Carvalho de Andrade, membro independente do Conselho de Administração eleito em 19.12.2014, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Francisco Vidal Luna 107.354.298-04	68 Economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	19/12/2014 19/12/2014	AGO 2016 Sim
---	------------------	---	--------------------------	-----------------

Não exerce outros cargos ou funções na Companhia

Experiência Profissional: Atualmente ocupa as seguintes posições: (a) Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria da Sabesp – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, companhia mista de fornecimento de água e saneamento básico; (b) Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria da Desenvolve São Paulo, entidade de atividade bancária; (c) Presidente do Conselho de Administração do Museu do Futebol; (d) Presidente do Conselho de Administração do Museu da Língua Portuguesa; (e) Membro do Conselho de Administração do Museu Afro Brasil; (f) Membro do Conselho Superior de Economia da FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; (g) Membro do Conselho de Economia e do Conselho Político e Social da Associação Comercial de São Paulo; (h) Membro do Conselho Consultivo da Fundação Faculdade de Medicina - FFM; (i) Membro do Conselho Curador da FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas; (j) Membro do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta – TV Cultura; (k) Membro do Conselho de Administração da Companhia; e (l) membro do Conselho de Administração da Gafisa S.A., controladora da Companhia.

Nos últimos 5 anos atuou ainda como (i) Secretário de Economia e Planejamento do Governo do Estado de São Paulo; (ii) Secretário de Planejamento do Município de São Paulo; (iii) Presidente do Conselho de Administração de todas as empresas controladas pela Prefeitura do Município de São Paulo: SP Urbanismo, SP Obras, SP Tur, SP Trans, CET Cia de Engenharia do Trânsito, Prodam – Tecnologia de Informação e Comunicação e Cia Metropolitana de Habitação de São Paulo; (iv) Membro do Conselho de Administração da SPDA Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos; (v) Presidente do Conselho de Administração da Fundação SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados; (vi) Presidente do Conselho de Administração da Fundação Faria Lima – CEPAM; e (vi) Membro do Board of Officers do Banco Tokyo-Mitsubishi UFJ do Brasil, companhia de atividade bancária. Adicionalmente, já ocupou os seguintes cargos de administração em companhias abertas: (i) membro do Conselho de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDES; (ii) Membro do Conselho de Administração do Banco Nossa Caixa Desenvolvimento, companhia de atividade bancária; (iii) Membro do Conselho de Administração da Cesp – Cia Energética de São Paulo, companhia com atividade principal no setor de energia; e (iv) Presidente, Vice-Presidente, Sócio e Membro do Conselho de Administração do Banco InterAmerican Express (Ex-Banco SRL).

Nenhuma das sociedades acima faz parte do grupo econômico da Companhia, com exceção da Gafisa S.A.

Declaração de Eventuais Condenações: O Sr. Francisco Vidal Luna, membro independente do Conselho de Administração eleito em 19.12.2014, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Guilherme Affonso Ferreira 762.604.298-00	64 Empresário	Pertence apenas ao Conselho de Administração Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	19/12/2014 19/12/2014	AGO 2016 Sim
---	------------------	---	--------------------------	-----------------

Não exerce outros cargos ou funções na Companhia

Experiência Profissional: Atualmente, atua como Presidente da Bahema Participações S.A., companhia cuja principal atividade é investimento financeiro. Adicionalmente, ocupa os seguintes cargos de administração: (i) membro do Conselho de Administração e do Comitê de Remuneração da Sul América S.A., companhia com atividade no ramo de seguros; (ii) membro do Conselho de Administração da Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A., companhia com atividade no ramo de meios de pagamento, sistemas de identificação e telecomunicações; (iii) membro do Conselho de Administração da Tavex Algodonera S.A. de C.V., companhia com atividade no ramo têxtil, sediada e listada na Bolsa de Madrid; (iv) membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria da Arezzo Indústria e Comércio S.A., companhia com atividade no ramo de comércio de sapatos; (v) membro do Conselho de Administração da T4F Entretenimento S.A., companhia aberta de entretenimento ao vivo; (vi) membro do Conselho de Administração da Companhia; (vii) membro do Conselho de Administração da Gafisa S.A., controladora da Companhia; e (viii) membro do Conselho das Entidades Benemerentes Instituto de Cidadania Empresarial, Esporte Solidário e AACD.

Nos últimos 5 anos atuou ainda como (i) membro do Conselho de Administração, do Comitê de Recursos Humanos, do Comitê de Sustentabilidade e do Comitê de Governança Corporativa da Companhia Brasileira de Distribuição (Pão de Açúcar), companhia cuja atividade principal é varejo; (ii) membro do Conselho de Administração da Ideiasnet S.A., companhia com atividade no ramo de tecnologia, mídia e telecomunicações; (iii) membro do Conselho de Administração do Banco Indusval S.A., instituição financeira focada em crédito corporativo para médias e grandes empresas; (iv) membro do Conselho Consultivo do HSBC Fundo Multipatrocinado; (v) membro do Conselho de Administração da B2W S.A., companhia aberta de comércio eletrônico; (vi) membro do Conselho de Administração da Avipal S.A., agroindústria atuante nos segmentos lácteos, carnes e grãos; (vii) membro do Conselho Consultivo da Eternit S.A., empresa com atividade no ramo de materiais de construção; e (viii) membro do Conselho Consultivo do Signatura Lazard. Adicionalmente, já ocupou os seguintes cargos de administração em companhias abertas: (a) de 2006 a 2008 foi membro do Conselho de Administração da Unibanco Holdings e Unibanco S.A., empresas do setor financeiro; (b) de 2004 a 2006 foi membro do Conselho de Administração da Santista Têxtil, empresa do ramo têxtil; (c) de 1998 a 2005 foi membro do Conselho de Administração da Manah S.A., companhia com atividade principal no ramo de fertilizantes; (d) de 1996 a 1998 foi membro do Conselho de Administração da Coldex Frigo, empresa do ramo de ar condicionado e refrigeração.

Nenhuma das sociedades acima faz parte do grupo econômico da Companhia, com exceção da Gafisa S.A.

Declaração de Eventuais Condenações: O Sr. Guilherme Affonso Ferreira, membro independente do Conselho de Administração eleito em 19.12.2014, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

José Ecio Pereira da Costa Junior 359.920.858-15	63 Adm. Empresas e Contador	Pertence apenas ao Conselho de Administração Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	19/12/2014 19/12/2014	AGO 2016 Sim
--	--------------------------------	---	--------------------------	-----------------

Não exerce outros cargos ou funções na Companhia

Experiência Profissional: Atualmente, atua como (i) Sócio Diretor da JEPereira Consultoria em Gestão de Negócios S/S Ltda., sociedade cuja principal atividade é a consultoria em gestão de negócios em geral; (ii) membro do Conselho de Administração da Companhia; (iii) membro do Comitê Estatutário de Auditoria da Fibria S.A., companhia aberta atuante no setor de celulose e papel; (iv) Coordenador do Comitê de Auditoria da Votorantim Metais S.A., responsável pelos negócios na área de metais do grupo Votorantim; (v) membro suplente do Conselho de Administração e Presidente do Comitê de Auditoria da Votorantim Cimentos S.A.; companhia atuante no mercado de cimentos; (vi) membro do Conselho de Administração da Princecampos Participações S.A., companhia com atuação em transporte público intermunicipal e interestadual; e (vii) membro do Conselho Consultivo da CVI Refrigerantes S.A., que atua no segmento de bebidas por meio da produção, comercialização e distribuição de produtos das linhas The Coca-Cola Company, Heineken e Leão Alimentos e Bebidas; e (ix) membro do Conselho de Administração da Gafisa S.A., controladora da Companhia.

Nos últimos 5 anos, atuou ainda como (i) Sócio de Auditoria da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes S/C Ltda., sociedade cuja principal atividade é a auditoria, consultoria tributária e consultoria gerencial; e (ii) membro do Conselho de Administração da BRMALLS S.A., companhia aberta atuante no setor de shopping centers.

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

<p>Nenhuma das sociedades acima faz parte do grupo econômico da Companhia, com exceção da Gafisa S.A.</p> <p>Declaração de Eventuais Condenações: O Sr. José Écio Pereira da Costa Junior, membro independente do Conselho de Administração eleito em 19.12.2014, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.</p>				
<p>Maurício Marcellini Pereira 838.823.836-15</p>	<p>41 Administrador de Empresas</p>	<p>Pertence apenas ao Conselho de Administração Conselho de Adm. Independente (Efetivo)</p>	<p>19/12/2014 19/12/2014</p>	<p>AGO 2016 Sim</p>
<p>Não exerce outros cargos ou funções na Companhia</p> <p>Experiência Profissional: Atualmente atua como (i) Diretor de Investimentos da Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF, cargo que ocupa atualmente no fundo de pensão dos funcionários da Caixa Econômica Federal, tendo já ocupado a função de Gerente de Operações Financeiras; (ii) membro do Conselho de Administração da Companhia; (iii) membro do Conselho de Administração da Gafisa S.A., controladora da Companhia; (iv) membro do Conselho Fiscal da Tim Participações S.A., companhia de capital aberto com atividades no ramo de telecomunicações.</p> <p>Nos últimos 5 anos, atuou ainda como Diretor Executivo de Novos Negócios da Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR, sociedade que atua no ramo de participações societárias de caráter estratégico. Adicionalmente, já ocupou os seguintes cargos de administração em companhias abertas: (i) membro do Conselho de Administração da Elo Serviços S.A., instituição administradora de cartões de débito e crédito; (ii) membro do Conselho de Administração da Telemar Participações S.A., companhia de capital aberto com atividades no ramo de telecomunicações; e (iii) membro titular e suplente do Conselho de Administração da Brasil Ferrovias S.A. e Ferronorte S.A., ambas companhias ferroviárias.</p> <p>Nenhuma das sociedades acima faz parte do grupo econômico da Companhia, com exceção da Gafisa S.A.</p> <p>Declaração de Eventuais Condenações: O Sr. Maurício Marcellini Pereira, membro independente do Conselho de Administração eleito em 19.12.2014, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.</p>				
<p>Rodolpho Amboss 742.664.117-15</p>	<p>51 Engenheiro Civil</p>	<p>Pertence apenas ao Conselho de Administração Conselho de Adm. Independente (Efetivo)</p>	<p>19/12/2014 19/12/2014</p>	<p>AGO 2016 Sim</p>
<p>Não exerce outros cargos ou funções na Companhia</p> <p>Experiência Profissional: Atualmente ocupa as seguintes posições: (i) Sócio Fundador e Diretor Gerente da Silverpeak Real Estate Partners L.P., sociedade de gestão de fundos de investimentos focada na área imobiliária; (ii) membro do Conselho de Administração da Gafisa S.A., onde já trabalhou anteriormente durante o período de 1984 a 1995; (iii) membro do Conselho de Administração da Companhia; (iv) membro do Conselho de Administração da BR Properties S.A., empresa cujo foco é a aquisição, locação, administração e incorporação de escritórios, galpões industriais e grandes lojas de varejo; e (v) membro do Conselho Supervisor (Supervisory Board) da Robyg S.A., empresa listada na Bolsa de Valores de Varsóvia (Warsaw Stock Exchange) e focada na incorporação e venda de imóveis residenciais na Polônia.</p> <p>Nos últimos 5 anos, atuou ainda como Diretor Gerente e Diretor Executivo Financeiro do Real Estate Private Equity Group do Lehman Brothers, sociedade de gestão de fundos de investimentos focada na área imobiliária.</p> <p>Nenhuma das sociedades acima faz parte do grupo econômico da Companhia, com exceção da Gafisa S.A.</p> <p>Declaração de Eventuais Condenações: O Sr. Rodolpho Amboss, membro independente do Conselho de Administração eleito em 19.12.2014, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.</p>				
<p>Nelson Machado 004.364.701-44</p>	<p>66 Professor</p>	<p>Pertence apenas ao Conselho de Administração Conselho de Adm. Independente (Efetivo)</p>	<p>19/12/2014 19/12/2014</p>	<p>AGO 2016 Sim</p>
<p>Não exerce outros cargos ou funções na Companhia</p> <p>Experiência Profissional: Nos últimos 5 anos, atuou como (i) Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, órgão da estrutura administrativa da República Federativa do Brasil, responsável pela formulação e execução de política econômica; (ii) Diretor da Rocha e Machado Consultoria Ltda., empresa de consultoria; (iii) membro do Conselho de Administração da Gafisa S.A.; e (iv) membro do Conselho de Administração da Companhia, cargo que ocupa atualmente. Adicionalmente, já ocupou os seguintes cargos de administração em companhias abertas: (a) membro do Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, instituição financeira cuja principal atividade é a administração e gestão de recursos de terceiros; (b) membro do Conselho de Administração da Brasilcap Capitalização S.A., companhia do Banco do Brasil S.A. especializada em títulos de capitalização; (c) membro do Conselho de Administração da Brasilprev Seguros S.A., companhia do Banco do Brasil S.A. especializada em seguros; (d) membro do Conselho de Administração da FINAME, agência especial de financiamento industrial; (e) membro do Conselho de Administração da Petroquisa S.A., companhia do grupo Petrobrás com atuação na área petroquímica; (f) membro do Conselho Fiscal da Vale S.A., companhia de capital aberto de mineração; (g) membro do Conselho Fiscal da CESP – Companhia Energética de São Paulo, companhia de capital aberto geradora de energia elétrica; (h) membro do Conselho Fiscal da Comgas – Companhia de Gás de São Paulo, companhia de capital aberto distribuidora de gás natural canalizado; (i) membro do Conselho Fiscal da Terrafoto S.A. Atividades de Aerolevantamentos, companhia de capital aberto especializada em fotogrametria; e (j) membro do Conselho Fiscal da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – Cohab-SP, companhia aberta com finalidade de favorecer o acesso à moradia a população de menor renda. A Companhia é subsidiária integral da Gafisa S.A., sendo, portanto, parte do mesmo grupo econômico.</p> <p>Declaração de Eventuais Condenações: O Sr. Nelson Machado, membro independente do Conselho de Administração eleito em 19.12.2014, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.</p>				
<p>Guilherme Goulart Pacheco 016.759.567-90</p>	<p>37 Economista</p>	<p>Pertence apenas ao Conselho de Administração Conselho de Adm. Independente (Efetivo)</p>	<p>19/12/2014 19/12/2014</p>	<p>AGO 2016 Sim</p>
<p>Não exerce outros cargos ou funções na Companhia</p> <p>Experiência Profissional: Nos últimos 5 anos, atuou como (i) Diretor Estatutário e membro do Conselho de Administração da Mosaico Negócios de Internet S.A., companhia de capital fechado, holding de investimentos em negócios de internet; (ii) membro do Conselho de Administração da Gazeus Negócios de Internet S.A., companhia de capital fechado desenvolvedora de jogos online; (iii) membro do Conselho de Administração da Mundi Negócios de Internet S.A., companhia de capital fechado de comparação de preços do segmento de turismo online; (iv) membro do Conselho de Administração da Valônia Serviços de Intermediação e Participações S.A., companhia de capital fechado que atua em intermediação de vendas online; (v) membro do Conselho de Administração da CSU Cardsystem S.A., empresa de capital aberto que atua no processamento de transações de pagamento eletrônicas; e (vi) membro do Conselho de Administração da Companhia. Nenhuma das sociedades acima faz parte do grupo econômico da Companhia.</p> <p>Declaração de Eventuais Condenações: O Sr. Guilherme Goulart Pacheco, membro independente do Conselho de Administração eleito em 19.12.2014, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.</p>				
<p>Pedro Henrique Almeida Pinto de Oliveira 729.717.037-20</p>	<p>51 Engenheiro Civil</p>	<p>Pertence apenas ao Conselho de Administração Conselho de Adm. Independente (Efetivo)</p>	<p>19/12/2014 19/12/2014</p>	<p>AGO 2016 Sim</p>
<p>Não exerce outros cargos ou funções na Companhia</p> <p>Experiência Profissional: Nos últimos 5 anos, atuou como (i) Sócio da Porto BSB Engenharia Ltda., empresa que atua no ramo de desenvolvimento imobiliário em Brasília, e em consequência desta posição é ainda administrador das seguintes empresas: PHO Participações Imobiliárias Ltda., Porto BSB Participações Ltda., Leuven Incorporadora Ltda., Disco Incorporadora Imobiliária Ltda., Gent Incorporadora Ltda., Jequitibá Incorporadora Imobiliária Ltda., Lafa Participações Imobiliárias Ltda., Lafani Participações Imobiliárias Ltda., Luik Incorporadora Ltda., Oriental Participações Imobiliárias Ltda., Capa Incorporadora Ltda., Sigma Incorporadora Ltda., Vilita Incorporadora Ltda., London Imóveis Ltda., São Bento Imóveis Ltda., Cosmopolitan Imóveis Ltda., Parking Estacionamento de Veículos Ltda., ON Participações Ltda.; (ii) Diretor da Realty GAP Participações S.A., empresa de capital fechado, em fase de encerramento, de gestão de ativos; (iii) membro do Conselho de Administração da Odebrecht Agroindustrial S.A., companhia fechada de produção de etanol; (iv) membro do Conselho de Administração da Minerva S.A., companhia aberta produtora de alimentos; (v) membro do Conselho de Administração da CELESC S.A., companhia aberta que atua em produção e distribuição de eletricidade em Santa Catarina; (vi) membro do Conselho de Administração da</p>				

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

Comgas - Companhia de Gás de São Paulo, companhia de capital aberto distribuidora de gás natural canalizado; e (vii) membro do Conselho de Administração da Companhia. Nenhuma das sociedades acima faz parte do grupo econômico da Companhia.				
Declaração de Eventuais Condenações: O Sr. Pedro Henrique Almeida Pinto de Oliveira, membro independente do Conselho de Administração eleito em 19.12.2014, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.				
Rodrigo Osmo 268.909.818-04	39 Engenheiro Químico	Pertence apenas à Diretoria Diretor Presidente	22/04/2015 22/04/2015	AGO 2018 Não
Coordenador do Comitê Executivo de Investimentos e do Comitê Executivo de Ética				
Experiência Profissional: Atualmente é Diretor Presidente e Coordenador dos Comitês Executivos de Investimentos e Ética da Companhia, companhia aberta cuja atividade principal é a construção e incorporação de empreendimentos imobiliários e subsidiária integral da Companhia, e membro do Comitê Executivo de Finanças da Companhia. Nos últimos 5 anos atuou como (i) Diretor de Desenvolvimento e Negócios e Diretor Financeiro da Companhia; e (ii) Diretor Superintendente da Alphaville Urbanismo S.A., companhia cuja atividade principal é a construção e incorporação de empreendimentos imobiliários, da qual a Companhia possui 30% do capital social.				
Declaração de Eventuais Condenações: O Sr. Rodrigo Osmo, Diretor Presidente eleito em 22/04/2015, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.				
Felipe David Cohen 079.240.597-84	37 Eng. Mecânico e Produção	Pertence apenas à Diretoria Diretor de Relações com Investidores	22/04/2015 22/04/2015	AGO 2018 Não
Diretor Financeiro e membro do Comitê Executivo de Ética e do Comitê Executivo de Investimentos				
Experiência Profissional: Atualmente é Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia. Nos últimos 5 anos atuou ainda como (i) Diretor Financeiro e Membro do Conselho de Administração da Sá Cavalcante S.A., companhia de capital fechado, cuja atividade principal é a construção, incorporação e administração de shopping centers; e (ii) Diretor Associado do UBS Investment Bank S.A., banco de investimento com capital aberto nos Estados Unidos da América, local onde atuou. Nenhuma dessas empresas faz parte do grupo econômico da Companhia.				
Declaração de Eventuais Condenações: O Sr. Felipe David Cohen, Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores eleito em 22/04/2015, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.				
Daniela Ferrari Toscano de Britto 173.221.438-76	39 Eng. Civil	Pertence apenas à Diretoria Diretor Operacional	22/04/2015 22/04/2015	AGO 2018 Não
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia				
Experiência Profissional: Iniciou sua carreira na Gafisa S.A., iniciando como estagiária e percorrendo diversas áreas como obras, projetos, custos, planejamento financeiro e incorporação. Nos últimos 5 anos, atuou como (i) Diretora de Negócios da Companhia, atualmente ocupando a posição de Diretora Operacional; (ii) Diretora de Incorporação e Negócios da FIT Residencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.; e (iii) Gerente e Dono de Negócios na Gafisa S.A., companhia aberta cuja atividade principal consiste na construção e incorporação de empreendimentos imobiliários. A Gafisa S.A. é controladora da Companhia e a FIT Residencial Empreendimentos Imobiliários Ltda. era uma subsidiária integral da Gafisa S.A., posteriormente incorporada pela Companhia e extinta em 2008.				
Declaração de Eventuais Condenações: A Sra. Daniela Ferrari Toscano de Britto, Diretora Operacional eleita em 22/04/2015, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.				
Fabrizio Quesiti Arrivabene 260.101.058-46	39 Eng. de Produção	Pertence apenas à Diretoria Diretor Operacional	22/04/2015 22/04/2015	AGO 2018 Não
Membro do Comitê Executivo de Investimentos				
Experiência Profissional: Nos últimos 5 anos atuou como (i) Diretor Regional de Negócios RJ, Gerente Nacional de Vendas e Crédito Imobiliário da Companhia, atualmente ocupando a posição de Diretor Operacional e de membro do Comitê Executivo de Investimentos da Companhia; (ii) Gerente Nacional de Vendas, Diretor de Operações Diretas e Diretor Nacional de Vendas e Crédito Imobiliário da Gafisa S.A., companhia aberta cuja atividade principal é a construção e incorporação de empreendimentos imobiliários; e (iii) Gerente Comercial da Companhia de Bebidas das Américas (Ambev), companhia aberta de comercialização de bebidas. A Gafisa S.A. é controladora da Companhia.				
Declaração de Eventuais Condenações: O Sr. Fabrizio Quesiti Arrivabene, Diretor Operacional eleito em 22/04/2015, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.				
Marcelo de Melo Buozi 161.688.268-90	40 Engenheiro Civil	Pertence apenas à Diretoria Diretor Operacional	22/04/2015 22/04/2015	AGO 2018 Não
Membro do Comitê Executivo de Investimentos				
Experiência Profissional: Nos últimos 5 anos atuou como (i) Diretor de Negócios da Companhia, atualmente ocupando a posição de Diretor Operacional e membro do Comitê Executivo de Investimentos da Companhia; e (ii) Gerente de Negócios e Diretor de Negócios da Gafisa S.A., companhia aberta cuja atividade principal é a construção e incorporação de empreendimentos imobiliários. A Gafisa S.A. é controladora da Companhia.				
Declaração de Eventuais Condenações: O Sr. Marcelo de Melo Buozi, Diretor Operacional eleito em 22/04/2015, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.				
Sidney Ostrowski 274.874.888-37	35 Engenheiro Civil	Pertence apenas à Diretoria Diretor Operacional	22/04/2015 22/04/2015	AGO 2018 Não
Membro do Comitê Executivo de Investimentos e do Comitê Executivo de Ética				
Experiência Profissional: Iniciou sua carreira na Gafisa S.A. como estagiário, e percorrendo diversas áreas e cargos como engenheiro de obras, gerente geral de obras, etc.. Nos últimos 5 anos atuou como (i) Diretor de Negócios da Companhia, atualmente ocupando a posição de Diretor Operacional, de membro do Comitê Executivo de Investimentos e do Comitê Executivo de Ética da Companhia; e (ii) Diretor de Operações da Gafisa S.A., companhia aberta cuja atividade principal é a construção e incorporação de empreendimentos imobiliários. A Gafisa S.A. é controladora da Companhia.				
Declaração de Eventuais Condenações: O Sr. Sidney Ostrowski, Diretor Operacional eleito em 22/04/2015, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.				
Alexandre Millen Grzegorzewski 134.858.688-50	42 Eng. Civil	Pertence apenas à Diretoria Diretor Operacional	22/04/2015 22/04/2015	AGO 2018 Não
Não exerce outros cargo ou funções na Companhia				
Experiência Profissional: Nos últimos 5 anos atuou como (i) Diretor de Negócios e Diretor Regional responsável pelo P&L da regional Rio de Janeiro da Gafisa S.A., companhia aberta cuja atividade principal é a construção e incorporação de empreendimentos imobiliários; e (ii) Diretor Operacional da Companhia. A Gafisa S.A. é controladora da Companhia.				
Declaração de Eventuais Condenações: O Sr. Alexandre Millen Grzegorzewski, Diretor Operacional eleito em 22/04/2015, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.				

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

Alex Fernando Hamada 167.831.498-62 Membro do Comitê Executivo de Ética	42 Administrador de Empresas	Pertence apenas à Diretoria Diretor Operacional	22/04/2015 22/04/2015	AGO 2018 Não
Experiência Profissional: Nos últimos 5 anos atuou como (i) Diretor do Centro de Serviços Compartilhados da Gafisa S.A., companhia aberta cuja atividade principal é a construção e incorporação de empreendimentos imobiliários; (ii) Diretor Operacional da Companhia e membro do Comitê Executivo de Ética; e (iii) Diretor de Produto e Diretor de Projetos e Centro de Serviços Compartilhados da Walmart Brasil S.A., empresa de capital fechado atuante no comércio varejista e atacadista. A Gafisa S.A. é controladora da Companhia.				
Declaração de Eventuais Condenações: O Sr. Alex Fernando Hamada, Diretor Operacional eleito em 22/04/2015, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.				
Rodrigo Fernandes Hissa 766.983.273-87	37 Engenheiro Civil	Pertence apenas à Diretoria Diretor Operacional	22/04/2015 22/04/2015	AGO 2018 Não
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia				
Experiência Profissional: Nos últimos 5 anos atuou como (i) Gerente de Grupo de Obras da Gafisa S.A., companhia aberta cuja atividade principal é a construção e incorporação de empreendimentos imobiliários; e (ii) atualmente ocupa o cargo de Diretor Operacional da Companhia, tendo ocupado anteriormente os cargos de Gerente de Grupo de Obras I a II, Gerente Regional de Obras e Gerente de Incorporação. A Gafisa S.A. é controladora da Companhia.				
Declaração de Eventuais Condenações: O Sr. Rodrigo Fernandes Hissa, Diretor Operacional eleito em 22/04/2015, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.				
Ricardo Couto de Prada 025.870.777-10	43 Engenheiro de produção	Pertence apenas à Diretoria Diretor Operacional	01/12/2015 01/12/2015	AGO 2018 Não
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia				
Experiência Profissional: Nos últimos 5 anos atuou como (i) Gerente de Planejamento e Controle Financeiro e Gerente de Negócios da regional do Rio de Janeiro, Gerente Regional do Rio Grande do Sul, e atualmente ocupando a posição de Diretor Operacional da Companhia; (ii) Gerente de Projetos da Estruturadora Brasileira de Projetos S.A., sociedade que, a partir de autorização do Poder Público, coordena e integra atividades voltadas à realização de estudos para estruturação de concessões e parcerias público-privadas a serem licitadas pelo ente estatal; e (iii) Gerente de Incorporação da Cyrela Brasil Realty S.A. – RJZ Cyrela, companhia aberta cuja atividade principal é a construção e incorporação de empreendimentos imobiliários. A Cyrela Brasil Realty S.A. – RJZ Cyrela é concorrente da Companhia, mas não faz parte do mesmo grupo econômico.				
Declaração de Eventuais Condenações: O Sr. Ricardo de Couto Prada, Diretor Operacional eleito em 01/12/2015, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.				
Olavo Fortes Campos Rodrigues Junior 769.488.977-20	53 Administrador de Empresas	Conselho Fiscal Membro Efetivo do Conselho Fiscal	22/04/2015 22/04/2015	AGO 2016 Não
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia				
Experiência Profissional: Iniciou sua carreira na Arthur Andersen nas áreas de auditoria e consultoria. Possui experiência profissional na gestão de empresas de serviços, indústria e varejo, tendo trabalhado no Carrefour, Pepsi-Cola Engarrafadora, Alcoa Brasil e Argentina e Grupo Siciliano, como Diretor Presidente. Nos últimos 5 anos, atuou como (i) Diretor Superintendente do Grupo Pappaiz, cuja atividade principal é a fabricação de cadeados, fechaduras e componentes para esquadrias; (ii) membro do Conselho Fiscal da Duke Enegy International, Geração Parapananema S.A., companhia cuja principal atividade é a geração hidrelétrica e comercialização de energia; (iii) membro do Conselho de Administração da Renova Energia S.A., companhia aberta cuja atividade principal é a produção de energia renovável, em especial a energia eólica; (iv) membro suplente do Conselho Fiscal da São Carlos Empreendimentos e Participações S.A., sociedade de gestão patrimonial de imóveis comerciais; e (v) membro do Conselho Fiscal da Alphaville Urbanismo S.A., companhia cuja atividade principal é a incorporação de lotes urbanos, sendo que a Companhia possui 30% do capital da Alphaville Urbanismo S.A.. Atualmente, ocupa as seguintes posições: (a) membro do Conselho Fiscal da Companhia; (b) membro do Conselho Fiscal da Gafisa S.A., controladora da Companhia; (c) Sócio – Diretor da OREA Consultoria Empresarial, sociedade cuja atividade principal é a consultoria em gestão de negócios e governança corporativa; e (d) Presidente da Fundação São Isidoro, fundação sem fins lucrativos.				
Declaração de Eventuais Condenações: O Sr. Olavo Fortes Campos Rodrigues Junior, membro titular do Conselho Fiscal eleito em 22/04/2015, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.				
Peter Edward Cortes Marsden Wilson 168.126.648-20	43 Economista	Conselho Fiscal Membro Efetivo do Conselho Fiscal	22/04/2015 22/04/2015	AGO 2016 Sim
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia				
Experiência Profissional: Nos últimos 5 anos atuou como Sócio responsável pela área de finanças corporativas e reestruturação de empresas médias da Managrow Consultoria Estratégica em Finanças Ltda. Adicionalmente, ocupou/ocupa os seguintes cargos de administração: (i) atual membro do Conselho de Administração da Companhia e da Gafisa S.A., controladora da Companhia; (ii) atual membro do Conselho de Administração do Banco Mercantil do Brasil S.A., instituição financeira; (iii) atual membro do Conselho Fiscal da B2W S.A., companhia do setor de varejo; (iv) membro do Conselho Fiscal da Bradespar S.A., holding de investimentos em instituições não financeiras; (v) membro do Conselho Fiscal da Vivo S.A., companhia do setor de telecomunicações; (vi) membro do Conselho Fiscal do Banco Pine S.A., instituição financeira; (vii) membro do Conselho de Administração da Confab Industrial S.A., sociedade metalúrgica; (viii) membro do Conselho de Administração da Minupar Participações S.A., holding de investimentos que participa em empresas que atuam no processamento de produtos de carne suína e de frango; e (ix) membro do Conselho Fiscal da Trisul S.A., companhia cuja atividade principal é a incorporação de empreendimentos imobiliários, atuante no mesmo setor da Companhia.				
Declaração de Eventuais Condenações: O Sr. Peter Edward Cortes Marsden Wilson, membro titular do Conselho Fiscal eleito em 22/04/2015, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.				
Dimitri Lopes Ojevan 280.900.138-30	37 Economiário	Conselho Fiscal Membro Efetivo do Conselho Fiscal	22/04/2015 22/04/2015	AGO 2016 Sim
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia				
Experiência Profissional: Nos últimos 5 anos, atuou como (i) analista sênior e gerente operacional na Caixa Econômica Federal, cuja principal atividade é a administração e gestão de recursos de terceiros e atualmente é gerente executivo de fundos estruturados na Caixa Econômica Federal; (ii) membro do Conselho Fiscal da Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário S.A., companhia fechada cuja atividade principal é a construção e incorporação de empreendimentos imobiliários; (iii) membro do Conselho Fiscal da Odebrecht Realizações Imobiliárias, companhia fechada cuja atividade principal é a construção e incorporação de empreendimentos imobiliários; (iv) membro do Conselho Fiscal da Companhia. A Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário S.A. e a Odebrecht Realizações Imobiliárias são concorrentes da Companhia, mas não fazem parte do mesmo grupo econômico.				
Declaração de Eventuais Condenações: O Sr. Dimitri Lopes Ojevan, membro titular do Conselho Fiscal eleito em 22/04/2015, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.				
Marcello Mascotto Iannalfo 101.947.028-39	46 Economista	Conselho Fiscal Membro Suplente do Conselho Fiscal	22/04/2015 22/04/2015	AGO 2016 Sim
Não exerce outros cargos ou funções na				

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

Companhia					
Experiência Profissional: Nos últimos 5 anos, atuou como (i) Diretor Administrativo e Financeiro da America Latina do Grupo El Tejar, sociedade cuja principal atividade é o Agro-Negócio; (ii) Diretor Financeiro de Trip Linhas Aéreas, companhia do ramo de aviação; (iii) Diretor Administrativo Financeiro da Termomecânica São Paulo S.A., companhia cuja principal atividade é a transformação de metais não ferrosos; (iv) Diretor Administrativo Financeiro e membro do Conselho de Administração da Power Transmission Industries S.A., companhia cuja principal atividade é a fabricação de redutores de velocidade e acoplamentos; (v) Diretor Financeiro e Presidente do Conselho da Areva Transmissão e Distribuição de Energia Ltda. no Chile, Argentina, Colômbia e Venezuela, sociedade cuja principal atividade é a comercialização de equipamentos para transmissão e distribuição de energia elétrica; (vi) possui participação no capital da Clic Metais e Produtos Ltda., empresa produtora de metais sanitários; (vii) membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia; (viii) atual membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia e da Gafisa S.A., controladora da Companhia; e (ix) membro suplente do Conselho Fiscal da Alphaville Urbanismo S.A., durante o período em que o Conselho esteve instalado. A Companhia possui 30% do capital da Alphaville Urbanismo S.A., companhia cuja atividade principal é a incorporação de loteamentos urbanos.					
Declaração de Eventuais Condenações: O Sr. Marcello Mascotto Iannalfo, membro suplente do Conselho Fiscal eleito em 22/04/2015, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.					
Marcelo Martins Louro 118.319.918-02	44 Administrador de Empresas	Conselho Fiscal Membro Suplente do Conselho Fiscal	22/04/2015 22/04/2015	AGO 2016 Sim	
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia					
Experiência Profissional: Iniciou sua carreira na Arthur Andersen nas áreas de auditoria e consultoria e atualmente é suplente do Conselho Fiscal da Companhia e da Gafisa S.A., controladora da Companhia. Nos últimos 5 anos atuou como (i) Diretor Financeiro e suplente do Conselho Fiscal da Alphaville Urbanismo S.A., companhia cuja atividade principal é a incorporação de loteamentos urbanos e com 30% do capital detido pela Companhia; (ii) Diretor de Planejamento e Controle da Companhia, companhia aberta cuja atividade principal é a incorporação de empreendimentos imobiliários e subsidiária integral da Companhia; (iii) Diretor Financeiro da Scalina S.A., empresa de atuação têxtil; e (iv) Diretor de Relação com Investidores da T4F Entretenimento S.A., empresa de entretenimento. A Gafisa S.A. possui 30% do capital da Alphaville Urbanismo S.A., companhia cuja atividade principal é a incorporação de loteamentos urbanos e é controladora da Companhia.					
Declaração de Eventuais Condenações: O Sr. Marcelo Martins Louro, membro suplente do Conselho Fiscal eleito em 22/04/2015, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.					
Alexandre Pereira 255.296.248-39	39 Economiário	Conselho Fiscal Membro Suplente do Conselho Fiscal	22/04/2015 22/04/2015	AGO 2016 Sim	
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia					
Experiência Profissional: Nos últimos 5 anos atuou como (i) Gerente Executivo de Fundos Estruturados na Vice-Presidência de Administração de Recursos de Terceiros da Caixa Econômica Federal, cuja principal atividade é a administração e gestão de recursos de terceiros, atuando na área de administração de recursos de terceiros, na estruturação e gestão de fundos estruturados, com Fundos de Investimento em Participações, Fundos de Investimento em Direitos Creditórios e Fundos de Investimentos Imobiliários; (ii) suplente do Conselho Fiscal da PDG Realty S.A. Empreendimento e Participações, companhia aberta cuja atividade principal é a construção e incorporação de empreendimentos imobiliários; (iii) suplente do Conselho Fiscal da Odebrecht Realizações Imobiliárias, companhia fechada cuja atividade principal é a construção e incorporação de empreendimentos imobiliários; e (iv) membro do Conselho Fiscal da Companhia. A PDG Realty S.A. Empreendimento e Participações e a Odebrecht Realizações Imobiliárias são concorrentes da Companhia, mas não fazem parte do mesmo grupo econômico.					
Declaração de Eventuais Condenações: O Sr. Alexandre Pereira, membro suplente do Conselho Fiscal eleito em 22/04/2015, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.					

12.7 Membros dos comitês estatutários, comitês de auditoria, comitês de risco, comitês financeiro e comitê de remuneração:

Nome	Tipo Comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor					
COMITÊ EXECUTIVO DE INVESTIMENTOS					
Rodrigo Osmo 268.909.818-04 Diretor Presidente	Comitê Executivo de Investimentos Comitê Executivo de Ética	Coordenador do Comitê Coordenador do Comitê	Eng. Químico 39	15/04/2014 15/04/2014	15/04/2016
Felipe David Cohen 079.240.597-84 Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores	Comitê Executivo de Investimentos Comitê Executivo de Ética	Membro Efetivo do Comitê Membro Efetivo do Comitê	Eng. Mecânico e Produção 37	02/06/2014 02/06/2014	15/04/2016
Fabrizio Quesiti Arrivabene 260.101.058-46 Diretor Operacional	Comitê Executivo de Investimentos Não é membro de outros comitês	Membro Efetivo do Comitê n/a	Eng. Produção 39	15/04/2014 15/04/2014	15/04/2016
Marcelo de Melo Buozzi 161.688.268-90 Diretor Operacional	Comitê Executivo de Investimentos Não é membro de outros comitês	Membro Efetivo do Comitê n/a	Eng. Civil 40	15/04/2014 15/04/2014	15/04/2016
Sidney Ostrowski 274.874.888-37 Diretor Operacional	Comitê Executivo de Investimentos Comitê Executivo de Ética	Membro Efetivo do Comitê Membro Efetivo do Comitê	Eng. Civil 35	15/04/2014 15/04/2014	15/04/2016
COMITÊ EXECUTIVO DE ÉTICA					
Rodrigo Osmo 268.909.818-04 Diretor Presidente	Comitê Executivo de Ética Comitê Executivo de Investimentos	Coordenador do Comitê Coordenador do Comitê	Eng. Químico 39	15/04/2014 15/04/2014	15/04/2016
Felipe David Cohen 079.240.597-84 Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores	Comitê Executivo de Ética Comitê Executivo de Investimentos	Membro Efetivo do Comitê Membro Efetivo do Comitê	Eng. Mecânico e Produção 37	02/06/2014 02/06/2014	15/04/2016
Sidney Ostrowski 274.874.888-37	Comitê Executivo de Ética Comitê Executivo de Investimentos	Membro Efetivo do Comitê Membro Efetivo do Comitê	Eng. Civil 35	15/04/2014 15/04/2014	15/04/2016

Diretor Operacional					
Alex Fernando Hamada 167.831.498-62 Diretor Operacional	Comitê Executivo de Ética Não é membro de outros comitês	Membro Efetivo do Comitê n/a	Adm. Empresas 42	14/04/2014 14/04/2014	14/04/2016
Norival Zanata Junior 165.261.498-20 Gerente de Auditoria Interna	Comitê Executivo de Ética Não é membro de outros comitês	Membro Efetivo do Comitê n/a	Auditor 43	14/04/2014 14/04/2014	14/04/2016
Daniel Gobi Lopes 299.001.808-52 Gerente de Gente e Gestão	Comitê Executivo de Ética Não é membro de outros comitês	Membro Efetivo do Comitê n/a	Adm. Empresas 31	28/10/2014 28/10/2014	14/04/2016

12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores da Companhia, controladas e controladores.

12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relação de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

12.11 Acordos (inclusive apólices de seguro) estabelecendo o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à companhia, de penalidades impostas por agentes estatais e acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções:

A Gafisa S.A. mantém apólice de seguro de responsabilidade civil (D&O) para membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e de qualquer outro órgão estatutário, tendo por objeto o pagamento de indenização aos administradores da Gafisa S.A. e de suas controladas, incluindo expressamente a Companhia e os membros de sua administração de todas as perdas incorridas por esses em decorrência de atos ou omissões culposas, que tenham sido praticados no exercício de suas funções, nos termos da referida apólice. O limite máximo de garantia vigente é de US\$50 milhões e o valor do prêmio pago é de US\$ 296 mil, incluindo os valores de IOF. O período de vigência vai de 25.02.2015 até 25.02.2016 e cobrirá somente reclamações apresentadas contra o segurado, pela primeira vez, para fatos desconhecidos na data da contratação. Embora a Companhia tenha contratado a apólice descrita, existem determinados tipos de risco que podem não estar cobertos pela mesma (tais como atos dolosos, multas, novas ofertas de valores mobiliários). Assim, na hipótese de ocorrência de quaisquer desses eventos não cobertos, a Companhia poderá incorrer em custos adicionais.

Cabe observar que, em 7 de fevereiro de 2014, a Companhia divulgou, juntamente com sua controladora Gafisa S.A., fato relevante ao mercado informando que a administração da Gafisa S.A. foi autorizada por seu Conselho de Administração a iniciar estudos para uma potencial separação das unidades de negócio de Gafisa e da Companhia em duas companhias abertas e independentes, com o objetivo de reforçar geração de valor para a Gafisa S.A. e seus acionistas, tendo em vista que a Companhia e sua controladora têm perfis estratégicos, operacionais e de estrutura de capital distintos e atual sinergia baixa entre as operações das empresas. Quando da efetiva separação das duas empresas, a Companhia irá diligenciar para contratar seguro de responsabilidade civil (D&O) próprio para seus membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e de qualquer outro órgão estatutário, tendo por objeto o pagamento de indenização aos seus administradores e de suas controladas.

12.12. Outras informações relevantes

Informações a respeito das últimas assembleias gerais da Companhia:

Adicionalmente, e de modo a garantir acesso a informações relevantes sobre as práticas adotadas pela Companhia, segue tabela com informações a respeito das assembleias gerais da Companhia realizadas nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente:

Assembleia Geral	Data de realização	Instalação em primeira convocação	Instalação em segunda convocação	Quórum de instalação
Ordinária e Extraordinária	27/04/2012	Sim	N/A	100%
Extraordinária	04/10/2012	Sim	N/A	100%
Extraordinária	22/11/2012	Sim	N/A	100%
Ordinária	10/04/2013	Sim	N/A	100%
Extraordinária	30/12/2013	Sim	N/A	100%
Ordinária	15/04/2014	Sim	N/A	100%
Extraordinária	29/05/2014	Sim	N/A	100%
Extraordinária	25/06/2014	Sim	N/A	100%
Extraordinária	11/08/2014	Sim	N/A	100%
Extraordinária	19/12/2014	Sim	N/A	100%
Ordinária	22/04/2015	Sim	N/A	100%

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos

a. objetivos da política ou prática de remuneração:

A política de remuneração da Companhia para seus administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, os Diretores estatutários e não estatutários e os membros do Conselho Fiscal, em linha com as melhores práticas de governança corporativa, visa atrair e reter os melhores profissionais do mercado. A remuneração é estabelecida com base em pesquisas de mercado e alinha diretamente os interesses dos executivos em questão e dos acionistas da Companhia.

No caso dos Diretores, a existência da prática de remuneração variável de curto prazo e de incentivos de longo prazo (neste último caso, na forma de outorga de opções de compra de ações) permite o compartilhamento do risco e do resultado da Companhia com seus principais executivos, característica de uma política transparente e voltada para o alcance de resultados duradouros e a perpetuidade da Companhia.

b. composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

a) Conselho de Administração

Nos exercícios sociais de 2012 e 2013, quatro membros do Conselho de Administração da Companhia eram também Diretores Executivos da controladora Gafisa S.A. e lá faziam jus à remuneração fixa, em face do cargo que ocupavam, não recebendo remuneração adicional por serem também membros do Conselho de Administração da Companhia.

No exercício social de 2014, conforme aprovação da Assembléia Geral Ordinária realizada em 15 de abril de 2014, dois dos cinco membros do Conselho de Administração foram eleitos de forma distinta da anteriormente praticada. Os dois conselheiros mencionados acima não ocupam cargo na Diretoria Executiva da controladora Gafisa S.A., fazendo então jus ao recebimento de remuneração fixa, suportada pela Companhia, em face do cargo que ocupam nesta. Contudo, um dos referidos membros, por também ser Diretor Estatutário da Companhia, abre mão da remuneração que faria jus pelo cargo de conselheiro, sendo certo então que apenas um membro do Conselho de Administração atualmente eleito para o cargo recebe remuneração fixa efetivamente suportada pela Companhia, em face do cargo que ocupa em tal órgão.

Em Assembléia Geral Ordinária realizada em 19 de dezembro de 2014 houve a alteração do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia, de forma que o Conselho de Administração seja composto por no mínimo três e no máximo dez membros, portanto foram eleitos 10 membros do Conselho de Administração, três dos dez membros fazem jus ao recebimento de remuneração fixa pela Companhia, em face do cargo que ocupam. Os demais membros por serem Diretores da controladora Gafisa S.A. não recebem remuneração adicional.

Para os membros do Conselho de Administração da Companhia que também são membros da Diretoria Executiva da controladora Gafisa S.A., são oferecidos benefícios de assistência médica e seguro de vida.

A remuneração fixa distribuída aos membros do Conselho de Administração, seja pela Companhia ou pela controladora Gafisa S.A., conforme o caso, e os benefícios oferecidos (neste caso, distribuídos apenas pela Gafisa S.A. aos conselheiros que também ocupam cargo em sua Diretoria Executiva) seguem padrões de mercado e visam recompensar, atrair e reter os profissionais que agreguem para os resultados da Companhia e de sua controladora.

Os membros do Conselho de Administração que também ocupam cargo de Diretor Executivo na controladora Gafisa S.A., fazem jus ao recebimento de remuneração variável paga em dinheiro na forma de bônus, distribuída por esta em face do cargo que lá ocupam, calculada de acordo com o desempenho anual de tal companhia. O conselheiro da Companhia que ocupa cargo em sua Diretoria estatutária também faz jus ao recebimento de remuneração variável paga em dinheiro na forma de bônus, distribuída neste caso pela Companhia, porém em face do cargo que ocupa como Diretor, conforme detalhado abaixo. O objetivo da remuneração variável de curto prazo é recompensar o resultado do ano, se as metas estipuladas para o período tiverem sido alcançadas.

Há ainda o incentivo de longo prazo baseado em outorgas de opção de compra de ações de emissão da controladora Gafisa S.A. e da Companhia, que visa recompensar o resultado de um período mais longo (geralmente acima de 2 anos). Tal incentivo é distribuído aos membros que também são Diretores Executivos na controladora, em face do cargo que lá ocupam, bem como ao conselheiro da Companhia que também é Diretor Executivo desta, como consequência do cargo que ocupa na Diretoria estatutária da Companhia. Esta política visa alinhar os interesses dos executivos com aqueles dos acionistas. Para mais informações sobre o plano de opção de compra de ações, favor verificar o item 13.4 deste Formulário de Referência.

O membro do Conselho de Administração da Companhia que ocupa cargo apenas neste órgão, não faz jus ao recebimento de remuneração variável ou incentivos de longo prazo, seja suportado pela Companhia ou pela controladora Gafisa S.A.

b) Diretoria

Os membros da Diretoria estatutária fazem jus à remuneração fixa e variável de curto prazo, além de incentivos de longo prazo, na forma de programas de opção de compra de ações da Companhia. Os valores pagos a título de remuneração fixa ficam próximos à mediana dos padrões de mercado. A parcela variável tem significativa representatividade na remuneração total, o que faz com que os Diretores compartilhem o risco e o resultado com a Companhia, permitindo maior alinhamento de interesses entre os executivos e acionistas.

O objetivo da remuneração variável de curto prazo é recompensar o resultado do ano, se as metas estipuladas para o período forem alcançadas. Da mesma forma, os incentivos de longo prazo, baseados em opção de compra de ações, visam recompensar o resultado de um período mais longo (geralmente acima de 2 anos). Esta política visa alinhar os interesses dos executivos com aqueles dos acionistas.

Adicionalmente à remuneração fixa e variável, a Companhia oferece a seus diretores os benefícios de assistência médica e seguro de vida, os quais são estabelecidos de acordo com o padrão de mercado.

É importante ressaltar que a Companhia possui um Comitê de Remuneração que analisa a estratégia de remuneração fixa e variável a ser adotada, os modelos de outorga de opções de compra de ações e as indicações dos beneficiários correspondentes, para serem aprovados posteriormente pelo Conselho de Administração.

c) Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função, fazem jus à remuneração fixa baseada no mínimo legal.

d) Comitês

Todos os membros dos Comitês da Companhia são administradores ou empregados, e não recebem remuneração específica pelo fato de participarem dos Comitês.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Conforme mencionado acima, apenas três dos dez membros do Conselho de Administração efetivamente recebe remuneração fixa suportada pela Companhia, sendo certo que os demais conselheiros não recebem remuneração pelas atividades desenvolvidas na Companhia, em face do cargo ocupado no Conselho de Administração. Dessa forma, a remuneração fixa do referido membro do Conselho de Administração da Companhia (que não ocupa cargo de Diretor Executivo na controladora Gafisa S.A.), corresponde a 100% da remuneração total.

Para fins de esclarecimento, a remuneração fixa paga pela controladora Gafisa S.A. corresponde a aproximadamente 30% da remuneração total em tal companhia, enquanto que a remuneração variável (também paga pela controladora Gafisa S.A.) corresponde aproximadamente aos demais 70%. Dentro da parcela referente aos incentivos variáveis, a parte relacionada aos programas de opção de compra de ações de emissão da Gafisa S.A. (incentivos de longo prazo) representa aproximadamente 60% e a parte relacionada ao bônus (incentivos de curto prazo) representa aproximadamente 40%. Os percentuais da parcela variável mencionados acima podem ser modificados em função dos resultados obtidos pela controladora Gafisa S.A. no período, dado ao componente de compartilhamento de riscos existente nestas porções destinadas aos incentivos de curto e longo prazo.

No caso do Conselho Fiscal, a remuneração fixa corresponde a 100% da remuneração total, conforme mencionado anteriormente.

No caso da Diretoria estatutária, até o exercício social de 2013, a remuneração fixa correspondia a 50% da remuneração total e a remuneração variável correspondia aos demais 50%. Dentro da parcela referente aos incentivos variáveis, a parte relacionada aos programas de opção de compra de ações de emissão da Gafisa S.A. (incentivos de longo prazo) representava aproximadamente 30% e a parte relacionada ao bônus (incentivos de curto prazo) representava aproximadamente 70%. A partir do exercício social de 2014, a remuneração fixa corresponde a aproximadamente 30% da remuneração total, enquanto que a remuneração variável corresponde aproximadamente aos demais 70%. Dentro da parcela referente aos incentivos variáveis, a parte relacionada aos programas de opção de compra de ações de emissão da Gafisa S.A. (incentivos de longo prazo) representa aproximadamente 50% e a parte relacionada ao bônus (incentivos de curto prazo) representa aproximadamente 50%. Os percentuais das parcelas variáveis mencionadas acima podem ser modificados em função dos resultados obtidos pela Companhia (no caso dos incentivos de curto prazo) e da controladora Gafisa S.A. (no caso dos incentivos de longo prazo) no respectivo período, conforme o caso, dado ao componente de compartilhamento de riscos existente nestas porções.

Quanto aos membros dos Comitês da Companhia, conforme mencionado acima, todos são administradores ou empregados, e não recebem remuneração específica pelo fato de participarem dos Comitês.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores de remuneração pagos pela Companhia aos seus administradores e empregados são comparados periodicamente com o mercado, por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas especializadas, de forma que se possa aferir a sua competitividade e eventualmente avaliar a necessidade de realização de reajuste em algum dos componentes. As pesquisas compreendem todos os cargos da estrutura da Companhia e englobam empresas que podem ou não ser do mesmo segmento e que possuam todas ou algumas das seguintes características: porte similar ao da Companhia, capital nacional, alto nível de governança corporativa e boas práticas de remuneração e recursos humanos.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia adota um modelo de composição da remuneração que concentra uma parcela significativa da remuneração total nos componentes variáveis (tanto de curto como de longo prazo), o que é parte de sua política de compartilhar o risco e o resultado com seus principais executivos.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Para a determinação de todos os itens de remuneração, são levadas em consideração a performance do empregado e suas metas individuais, de acordo com o que foi alcançado em comparação com o proposto e acordado para o ano. A remuneração variável está diretamente atrelada aos indicadores contidos no Score Card da Companhia, o qual é aprovado pelo Conselho de Administração e contém as metas definidas para o período, como por exemplo, geração de caixa, EBITDA, volume de vendas, entre outros.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

Qualquer mudança nos itens da remuneração está diretamente atrelada à performance individual e da Companhia e alcance das metas no período em questão, já que os aumentos salariais, as variações dos múltiplos salariais recebidos como bônus e a quantidade de opções outorgadas no âmbito do plano de opção de compra de ações da Companhia estão diretamente ligados ao desempenho demonstrado no período avaliado.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia:

A prática adotada pela Companhia com relação aos componentes da remuneração total está diretamente alinhada aos interesses de curto, médio e longo prazos da Companhia: a remuneração fixa reflete uma compensação de acordo com o praticado pelo mercado neste item e como o ciclo do segmento é de médio e longo prazos, entende-se que a concessão de parcela expressiva da remuneração e incentivos variáveis deva se remeter a esses períodos, estando totalmente de acordo com o acompanhamento da performance da Companhia e, portanto, reafirmando o compartilhamento do risco e do resultado entre o executivo e a Companhia.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Conforme mencionado acima, os membros do Conselho de Administração da Companhia que também ocupam cargo de Diretores Executivos na controladora Gafisa S.A., não fazem jus ao recebimento de remuneração pelo desenvolvimento de atividades na Companhia. Porém, pelo cargo de Diretores Executivos, recebem remuneração fixa, remuneração variável, bem como benefícios de assistência médica e seguro de vida, todos pagos pela Gafisa S.A.

Além disso, quanto ao incentivo de longo prazo, os membros do Conselho de Administração mencionados acima e os diretores estatutários da Companhia, são beneficiários do plano de opção de compra de ações de emissão da Gafisa S.A. (que por sua vez faz o reconhecimento do custo contábil das eventuais outorgas), conforme detalhado no item 13.4 deste Formulário de Referência.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Ano 2012	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número de Membros	4	3	8	15
Remuneração Fixa Anual	n.a.	63.994	3.501.771	3.565.765
- Pro Labore	n.a.	53.328	2.737.083	2.790.411
- Benefícios Diretos ou Indiretos	n.a.	n.a.	229.790	229.790
- Remuneração por participação em comitês	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
- Outros	n.a.	10.666	534.898	545.564
Remuneração Variável Anual	n.a.	n.a.	5.525.038	5.525.038
- Bônus	n.a.	n.a.	5.525.038	5.525.038
- Participação nos Resultados	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
- Remuneração por participação em reuniões	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
- Comissões	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
- Outros	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Benefícios Pós Emprego	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Remuneração Baseada em Ações	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Observação	O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente. Os itens indicados como "n.a." (não aplicável) são itens para os quais os membros indicados não são elegíveis. No exercício social findo em 31/12/2012, os membros do Conselho de Administração da Companhia eram	O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente. Os itens indicados como "n.a." (não aplicável) são itens para os quais os membros indicados não são elegíveis.	O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente. Os itens indicados como "n.a." (não aplicável) são itens para os quais os membros indicados não são elegíveis.	

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

	Diretores Executivos da controladora Gafisa S.A. Dessa forma, os referidos administradores não fizeram jus ao recebimento de remuneração pelas atividades desenvolvidas na Companhia.			
Total (R\$)	0	63.994	9.026.809	9.090.803

Ano 2013	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número de Membros	4	3	8	15
Remuneração Fixa Anual	n.a.	65.606	4.736.395	4.802.001
- Pro Labore	n.a.	54.672	3.574.000	3.628.672
- Benefícios Diretos ou Indiretos	n.a.	n.a.	443.945	443.945
- Remuneração por participação em comitês	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
- Outros	n.a.	10.934	718.450	729.384
Remuneração Variável Anual	n.a.	n.a.	5.128.769	5.128.769
- Bônus	n.a.	n.a.	5.128.769	5.128.769
- Participação nos Resultados	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
- Remuneração por participação em reuniões	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
- Comissões	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
- Outros	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Benefícios Pós Emprego	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Remuneração Baseada em Ações	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Observação	<p>O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.</p> <p>Os itens indicados como "n.a." (não aplicável) são itens para os quais os membros indicados não são elegíveis.</p> <p>No exercício social findo em 31/12/2013, tanto os membros do Conselho de Administração da Companhia eram Diretores Executivos da controladora Gafisa S.A. Dessa forma, os referidos administradores não fizeram jus ao recebimento de remuneração pelas atividades desenvolvidas na Companhia.</p>	<p>O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.</p> <p>Os itens indicados como "n.a." (não aplicável) são itens para os quais os membros indicados não são elegíveis.</p>	<p>O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.</p> <p>Os itens indicados como "n.a." (não aplicável) são itens para os quais os membros indicados não são elegíveis.</p>	
Total (R\$)	0	65.606	9.865.164	9.930.770

Ano de 2014	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número de Membros	10	3	10	23

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

Remuneração Fixa Anual	151.588	66.380	5.503.177	5.721.145
- Pro Labore	126.324	55.317	4.116.250	4.297.891
- Benefícios Diretos ou Indiretos	n.a.	n.a.	563.677	563.677
- Remuneração por participação em comitês	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
- Outros	25.264	11.063	823.250	859.577
Remuneração Variável Anual	n.a.	n.a.	4.704.078	4.704.078
- Bônus	n.a.	n.a.	4.704.078	4.704.078
- Participação nos Resultados	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
- Remuneração por participação em reuniões	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
- Comissões	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
- Outros	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Benefícios Pós Emprego	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Remuneração Baseada em Ações	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Observação	<p>O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.</p> <p>Os itens indicados como "n.a." (não aplicável) são itens para os quais os membros indicados não são elegíveis.</p> <p>No exercício social findo em 31/12/2014, sete membros do Conselho de Administração da Companhia eram Diretores Executivos da controladora Gafisa S.A. Dessa forma, os referidos administradores não fizeram jus ao recebimento de remuneração pelas atividades desenvolvidas na Companhia. Somente três dos membros do Conselho de Administração faz jus ao recebimento de remuneração em face do cargo que ocupa neste órgão.</p> <p>O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.</p> <p>Os itens indicados como "n.a." (não aplicável) são itens para os quais os membros indicados não são elegíveis.</p> <p>O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.</p> <p>Os itens indicados como "n.a." (não aplicável) são itens para os quais os membros indicados não são elegíveis.</p>			
Total (R\$)	151.588	66.380	10.207.255	10.425.223

Previsão para Ano de 2015	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número de Membros	10	3	10	23
Remuneração Fixa Anual	455.040	178.375	6.684.326	7.317.741
- Pro Labore	379.200	148.646	4.968.000	5.495.846
- Benefícios Diretos ou Indiretos	n.a.	n.a.	722.726	722.726
- Remuneração por participação em comitês	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
- Outros	75.840	29.729	993.600	1.099.169
Remuneração Variável Anual	n.a.	n.a.	5.574.840	5.574.840
- Bônus	n.a.	n.a.	5.574.840	5.574.840

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

- Participação nos Resultados	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
- Remuneração por participação em reuniões	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
- Comissões	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
- Outros	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Benefícios Pós Emprego	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Remuneração Baseada em Ações	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	<p>O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.</p> <p>Os itens indicados como "n.a." (não aplicável) são itens para os quais os membros indicados não são elegíveis.</p> <p>O valor indicado como previsão da "Remuneração Fixa Anual" para o Conselho de Administração, é o valor da remuneração global aprovado em Assembleia Geral Ordinária da Companhia para o exercício social de 2015, considerando que os 10 membros do Conselho de Administração receberão remuneração fixa distribuída pela Companhia. Porém, conforme detalhado no item 13.1 deste Formulário de Referência, três dos membros do Conselho de Administração fazem jus ao recebimento de remuneração em face do cargo que ocupa neste órgão. Além disso, até a presente data, sete dos membros do Conselho de Administração são também Diretores Executivos da controladora Gafisa S.A. Dessa forma, os referidos administradores não farão jus ao recebimento de remuneração pelas atividades desenvolvidas na Companhia enquanto forem também administradores da controladora.</p>	<p>O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.</p> <p>Os itens indicados como "n.a." (não aplicável) são itens para os quais os membros indicados não são elegíveis.</p>	<p>O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.</p> <p>Os itens indicados como "n.a." (não aplicável) são itens para os quais os membros indicados não são elegíveis.</p>	
Observação				
Total (R\$)	455.040	178.375	12.259.166	12.892.581

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Ano 2012 ⁽¹⁾⁽²⁾	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	0	8	0	8
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n.a.	0	n.a.	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração ⁽²⁾	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	n.a.	4.503.200	n.a.	4.503.200
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	n.a.	5.525.038	n.a.	5.525.038
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

1. No exercício social findo em 31/12/2012, os membros do Conselho de Administração da Companhia eram também Diretores Executivos da controladora Gafisa S.A. Dessa forma, os referidos administradores não fizeram jus ao recebimento de remuneração pelas atividades desenvolvidas na Companhia.
2. Conforme detalhado no item 13.1 deste Formulário de Referência, os membros do Conselho Fiscal fazem jus apenas à remuneração fixa. No exercício social de 2012, não há valor máximo previsto no plano de remuneração pois depende do alcance das metas da Companhia.

Ano 2013 ⁽¹⁾⁽²⁾	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	0	8	0	8
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n.a.	0	n.a.	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração ⁽³⁾	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	n.a.	4.518.150	n.a.	4.518.150
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	n.a.	5.128.769	n.a.	5.128.769
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

1. No exercício social findo em 31/12/2013, os membros do Conselho de Administração da Companhia eram também Diretores Executivos da controladora Gafisa S.A. Dessa forma, os referidos administradores não fizeram jus ao recebimento de remuneração pelas atividades desenvolvidas na Companhia.
2. Conforme detalhado no item 13.1 deste Formulário de Referência, os membros do Conselho Fiscal fazem jus apenas à remuneração fixa.
3. No exercício social de 2013, não há valor máximo previsto no plano de remuneração pois depende do alcance das metas da Companhia.

Ano de 2014⁽¹⁾⁽²⁾	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	10	10	3	23
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n.a.	0	n.a.	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n.a.	7.514.137	n.a.	7.514.137
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	n.a.	6.239.887	n.a.	6.239.887
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	n.a.	4.704.078	n.a.	4.704.078
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

1. No exercício social findo em 31/12/2014, sete membros do Conselho de Administração da Companhia eram Diretores Executivos da controladora Gafisa S.A. Dessa forma, os referidos administradores não fizeram jus ao recebimento de remuneração pelas atividades desenvolvidas na Companhia. Somente três dos membros do Conselho de Administração faz jus ao recebimento de remuneração em face do cargo que ocupa neste órgão.
2. Conforme detalhado no item 13.1 deste Formulário de Referência, os membros do Conselho Fiscal fazem jus apenas à remuneração fixa.

Previsão para Ano de 2015⁽¹⁾⁽²⁾	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	10	10	3	23,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n.a.	0	n.a.	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n.a.	8.090.095	n.a.	8.090.095
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	n.a.	5.574.840	n.a.	5.574.840
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

1. Conforme detalhado no item 13.1 deste Formulário de Referência, três dos membros do Conselho de Administração faz jus ao recebimento de remuneração em face do cargo que ocupa neste órgão. Além disso, até a presente data, sete dos membros do Conselho de Administração são também Diretores Executivos da controladora Gafisa S.A. Dessa forma, os referidos administradores não farão jus ao recebimento de remuneração pelas atividades desenvolvidas na Companhia enquanto forem também administradores da controladora.
2. Conforme detalhado no item 13.1 deste Formulário de Referência, os membros do Conselho Fiscal fazem jus apenas à remuneração fixa.

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Em razão da incorporação das ações de emissão da Companhia pela Gafisa S.A., conforme aprovada na Assembleia Geral Extraordinária em 30 de dezembro de 2009 foi determinada a assunção, pela Gafisa S.A,

das opções outorgadas e não exercidas no âmbito dos seguintes Programas de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovados no âmbito dos planos de opção de compra de ações de emissão da Companhia:

- Programa de Opção de Compra de Ações II para o Ano de 2008, aprovado em reunião do Conselho de Administração, realizada em 26 de novembro de 2008. Este Programa foi migrado para Gafisa S.A. na forma do Programa Especial de Opção de Compra de Ações I da Gafisa S.A. ("Programa Especial I").

- Programa de Opção de Compra de Ações para o Ano de 2009, aprovado e alterado nas reuniões do Conselho de Administração realizadas respectivamente em 11 de maio de 2009 e 02 de dezembro de 2009. Este Programa foi migrado para a Gafisa S.A. na forma do Programa Especial de Opção de Compra de Ações II da Gafisa S.A. ("Programa Especial II")

- Programa de Opção de Compra de Ações II para o Ano de 2009, aprovado em reunião do Conselho de Administração, realizada em 02 de dezembro de 2009. Este Programa foi migrado para a Gafisa S.A. na forma do Programa Especial de Opção de Compra de Ações III da Gafisa S.A. ("Programa Especial III").

Adicionalmente, além da assunção pela controladora Gafisa S.A. das opções em aberto quando da incorporação das ações da Companhia por esta, a Gafisa S.A. passou a outorgar opções de compra de ações de sua emissão a alguns Diretores estatutários e empregados-chaves da Companhia, nos termos dos programas de opção de compra de ações descritos abaixo. Dessa forma, este item 13.4 detalhará o Plano de Opção de Compra de Ações da controladora Gafisa S.A. atualmente em vigor que tenham como beneficiários os administradores da Companhia.

a. termos e condições gerais

No âmbito dos Planos de Opção de Compra de Ações da Companhia, empregados e administradores ("Beneficiários") são elegíveis a receber opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia. A princípio, São elegíveis para participar deste Plano os administradores e empregados de alto nível da Companhia indicados pela Diretoria com base em critérios de avaliação de performance e aprovados pelo Conselho de Administração ("Beneficiários"), sendo que atualmente 27 pessoas, dentre administradores e empregados, detêm opções de compra de ações da Companhia.

O primeiro Plano de Opção foi aprovado em Assembleia Geral realizada em 11 de agosto de 2014. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração, que tem amplos poderes para sua organização e a outorga de opções, observados os limites impostos pelo Plano. O Conselho de Administração é responsável por realizar outorgas de opções, estabelecendo os termos e condições específicos aplicáveis a cada outorga em programas de opção de compra de ações ("Programas"), nos quais podem ser definidos (i) os Beneficiários; (ii) o número total de ações da Companhia objeto de outorga e sua divisão em lotes; (iii) o preço de exercício; (iv) o prazo de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida, os períodos para o exercício das opções e as datas limite para o exercício total ou parcial da opção e em que os direitos decorrentes da opção expirarão; (v) restrições à disponibilidade das ações recebidas pelo exercício da opção; e (vi) metas relacionadas ao desempenho dos empregados, dos administradores ou da Companhia. O Conselho de Administração pode ainda optar por delegar suas funções a um Comitê específico. Atualmente, o Comitê de Remuneração é responsável por analisar e recomendar todas as ações relacionadas à remuneração e incentivos de longo prazo, para aprovação do Conselho de Administração.

Os Beneficiários contemplados pelas outorgas devem celebrar com a Companhia Contratos de Outorga de Opção de Compra de Ações ("Contratos de Opção"), por meio dos quais os Beneficiários têm a opção de comprar lotes de ações de emissão da Companhia, de acordo com os termos e condições do Plano e do Programa correspondentes. Os Contratos de Opção podem prever condições específicas aplicáveis a determinado Beneficiário.

O Plano também estabelece a possibilidade de que o Conselho de Administração outorgue opções diferenciadas a determinados Beneficiários ("Opções Adicionais") pelo preço de exercício de R\$0,01. O exercício das Opções Adicionais, se outorgadas, será sempre condicionado e proporcional ao prévio exercício das demais opções previstas no Plano de Opção e outorgadas a cada Beneficiário ("Opções Convencionais", cujo preço de exercício será sempre calculado conforme o Valor de Mercado) e ao decurso de um prazo de carência contados da data da respectiva outorga.

Contudo, sua controladora Gafisa S.A. outorga opções de compra de ação de sua emissão para determinados administradores da Companhia. Assim sendo, abaixo seguem as condições do Plano de Opção de Compra de Ação e respectivos programas ativos atualmente lançados pela controladora Gafisa S.A.:

No âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Gafisa S.A., empregados e administradores (“Beneficiários”) são elegíveis a receber opções de compra de ações ordinárias de emissão da Gafisa S.A. A princípio, todos os administradores e empregados são elegíveis a participar da outorga de ações, sendo que atualmente aproximadamente 69 Beneficiários, dentre administradores e empregados, detêm opções de compra de ações da Gafisa S.A., (considerando todos os planos de opção de compra de ação em conjunto, conforme detalhado abaixo). Desse total, 7 Beneficiários são administradores da Companhia.

O primeiro plano de opção da Gafisa S.A. foi aprovado em Assembleia Geral realizada em 30 de abril de 2002, sendo referendados os termos e condições aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 3 de abril de 2000 (“Plano de Opção 2002”). Não há novas outorgas previstas no âmbito do Plano de Opção 2002, cujas condições não são aplicáveis às outorgas de opções atualmente realizadas pela Companhia. Em Assembleia Geral realizada em 3 de fevereiro de 2006, foi aprovado um segundo plano de opção de compra de ações, sendo certo que os administradores da Companhia não foram contemplados com outorgas de opção de compra de ações no âmbito do referido plano.

Adicionalmente, em Assembleia Geral realizada em 18 de junho de 2008, foi aprovado o terceiro e atual plano de opção de compra de ações de emissão da Gafisa S.A. (“Plano”), plano este que outorgou opções de compra de ações aos administradores da Companhia, conforme detalhado abaixo.

O Plano é administrado pelo conselho de administração da Gafisa S.A., que tem amplos poderes para sua organização e a outorga de opções, observados os limites impostos pelo Plano. O referido conselho de administração é responsável por realizar outorgas de opções, estabelecendo os termos e condições específicos aplicáveis a cada outorga em programas de opção de compra de ações (“Programas”), nos quais podem ser definidos (i) os Beneficiários; (ii) o número total de ações objeto de outorga e sua divisão em lotes; (iii) o preço de exercício; (iv) o prazo de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida, os períodos para o exercício das opções e as datas limite para o exercício total ou parcial da opção e em que os direitos decorrentes da opção expirarão; (v) restrições à disponibilidade das ações recebidas pelo exercício da opção; e (vi) metas relacionadas ao desempenho dos empregados e administradores. O conselho de administração da controladora Gafisa S.A. pode ainda optar por delegar suas funções a um Comitê específico. Atualmente, o Comitê de Remuneração é responsável por analisar e recomendar todas as ações relacionadas à remuneração e incentivos de longo prazo, para aprovação do conselho de administração.

Os Beneficiários contemplados pelas outorgas devem celebrar com a Gafisa S.A. Contratos de Outorga de Opção de Compra de Ações (“Contratos de Opção”), por meio dos quais os Beneficiários têm a opção de comprar lotes de ações de sua emissão, de acordo com os termos e condições do Plano e do Programa correspondentes. Os Contratos de Opção podem prever condições específicas aplicáveis a determinado Beneficiário.

A regra geral é que o preço de exercício das opções será equivalente ao valor médio das ações da Gafisa S.A. nos 30 pregões da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros anteriores à data da outorga (“Valor de Mercado”), podendo ser atualizado monetariamente e acrescido de juros, conforme decidido pelo conselho de administração para cada Programa. O Plano introduziu a possibilidade de que o conselho de administração outorgue opções diferenciadas a determinados Beneficiários (“Opções B”) pelo preço de exercício de R\$0,01. O exercício das Opções B, se outorgadas, será sempre condicionado e proporcional ao prévio exercício das demais opções previstas no Plano e outorgadas a cada Beneficiário (“Opções A”, cujo preço de exercício será sempre calculado conforme o Valor de Mercado) e ao decurso de um prazo de carência de, no mínimo, 2 anos contados da data da respectiva outorga. Outras condições podem ser estabelecidas em cada Programa (ver, no item “h” abaixo, descrição dos programas com relação a metas de Valorização). Com isso, o Plano instituiu a possibilidade de outorga de opções sob um novo formato, denominado de “Restricted Stock Options”, pelo qual as Opções B, indissociavelmente atreladas às Opções A, servem como fator de ajuste da outorga inicial de Opções A, de forma que o ganho efetivo dos Beneficiários dependerá do desempenho verificado da Gafisa S.A. (e indiretamente da Companhia) no médio ou longo prazo.

No âmbito do Plano, foram aprovados 8 Programas, respectivamente em reuniões do conselho de administração realizadas em 9 de maio de 2008 (“Programa 2008”), 26 de junho de 2009 (“Programa 2009”), 17 de dezembro de 2009 (“Programa II 2009”), 4 de agosto de 2010 (“Programa 2010”), 31 de março de 2011 (“Programa 2011”), 13 de julho de 2011, sendo nesta última aprovado 2 Programas (“Programa II 2011” e “Programa Conselho 2011”), 20 de agosto de 2012 (“Programa 2012”) e 10 de maio de 2013 (“Programa 2013”). O Programa 2008, o Programa 2009, o Programa 2010 e o Programa II 2011 foram todos divididos em 2 outorgas, com condições distintas entre si e discriminadas nos itens abaixo, onde indicado. O Programa 2012 foi dividido em três outorgas, também com condições distintas entre si e discriminadas nos itens abaixo, onde indicado. O Programa 2013 foi dividido em duas outorgas, também com condições distintas entre si e discriminadas nos itens abaixo.

A primeira outorga do Programa 2008, as duas outorgas do Programa 2009, a primeira outorga do Programa 2010 e a primeira outorga do Programa II 2011, a segunda e terceira outorgas do Programa 2012 e do Programa 2013 foram realizadas sob o modelo convencional de outorga de opções, isto é, foram outorgadas apenas opções cujo preço de exercício corresponde ao Valor de Mercado das ações da Gafisa S.A.. Já a segunda outorga do Programa 2008, o Programa II 2009, a segunda outorga do Programa 2010, o Programa 2011 e a segunda outorga do Programa II 2011, a primeira outorga do Programa 2012 e a primeira outorga do Programa 2013 seguiram o modelo Restricted Stock Options, de forma que cada Beneficiário recebeu Opções A e Opções B.

As opções outorgadas aos membros da Diretoria Estatutária no âmbito do Programa 2009, no âmbito da primeira outorga do Programa 2010 e no âmbito da primeira outorga do Programa II 2011 foram substituídas, em sua totalidade por opções outorgadas sob o Programa 2012, mediante a celebração dos Contratos correspondentes com a Gafisa S.A..

Ainda, como resultado da incorporação das ações de emissão da Companhia pela Gafisa S.A., conforme aprovada na Assembleia Geral Extraordinária encerrada em 30 de dezembro de 2009, determinadas opções outorgadas pela Companhia foram assumidas pela Gafisa S.A., em termos definidos em reunião de seu conselho de administração da controladora, realizada em 4 de janeiro de 2010. Com isso, foram aprovados pelo conselho de administração da Gafisa S.A. mais 3 Programas, a saber, o Programa Especial de Opção de Compra de Ações I, Programa Especial de Opção de Compra de Ações II e o Programa Especial de Opção de Compra de Ações III (os "Programas Especiais"). Cada um dos Programas Especiais tem condições específicas que buscam conciliar as disposições do Plano com a necessidade de manutenção da equação econômica das opções de compra outorgadas aos Beneficiários dos programas correspondentes da Companhia, de forma que suas condições refletem, na medida do possível diante dos termos do Plano, as condições correspondentes antes aplicáveis aos Beneficiários quando exerciam suas funções na Companhia. O Programa Especial I e o Programa Especial III realizaram outorgas que refletem substancialmente o modelo de opções convencionais.

Já o Programa Especial II realizou duas outorgas com condições parcialmente distintas, sendo que ambas seguem o modelo de Restricted Stock Options, que também era adotado pela Companhia para certas de suas outorgas. As diferenças entre tais outorgas se devem ao fato de que certos Beneficiários, antes mesmo de serem beneficiários do plano de opção de compra de ações da Companhia, eram Beneficiários da própria Gafisa S.A., por terem exercido funções em sua então subsidiária Fit Residencial Empreendimentos Ltda., que foi incorporada pela Companhia em 2008, ocasionando a migração de tais beneficiários para o plano de opções de compra de ações da Companhia. Para que as condições das opções que haviam sido outorgadas a estes Beneficiários sob o modelo de Restricted Stock Options pudessem ser preservadas, um lote adicional de Opções B lhes foi outorgado quando da migração para o plano de opções compra de ações da Companhia, com prazo de carência menor e refletindo as respectivas Opções B a que cada um deles teria direito a exercício ainda quando exerciam suas funções naquela primeira companhia, por terem antes exercido Opções A outorgadas pela Gafisa S.A.. Com a incorporação de ações da Companhia pela Gafisa S.A. e a nova migração ocasionada, as condições aplicáveis aos Beneficiários de Restricted Stock Options foram incorporadas pela segunda outorga do Programa Especial II, que prevê dois lotes de Opções B, com períodos de carência distintos.

Observa-se ainda que, em virtude do desligamento dos Beneficiários dos Programas Especiais I e III, as opções que não tenham sido exercidas de acordo com as regras do Plano e das decisões do conselho de administração foram extintas. Sendo assim, os Programas Especiais I e III não se encontram mais em vigor.

Com relação ao preço de exercício das opções a serem outorgadas pelos Programas Especiais, não será utilizado o critério do Valor de Mercado para as opções tradicionais e para as Opções A: para refletir as condições antes aplicáveis aos beneficiários dos programas da Companhia que migraram para a Gafisa S.A., utilizar-se-á o preço de exercício que era aplicável no correspondente programa da Companhia (que refletia o valor de mercado das ações da Companhia), ajustado pela relação de troca de ações estabelecida para a incorporação de ações da Companhia pela Gafisa S.A..

b. principais objetivos do plano:

O Plano da controladora Gafisa S.A. e da Companhia, que outorga opções de compra de ação de sua emissão para determinados administradores da Companhia objetiva: (1) estimular a expansão e o êxito no desenvolvimento dos seus objetivos sociais, permitindo aos Beneficiários adquirir ações de sua emissão; (2) atrair administradores e empregados de alto nível a prestarem seus serviços, oferecendo-lhes a vantagem adicional de se tornarem acionistas da Gafisa S.A. em condições potencialmente diferenciadas; e (3) alinhar os interesses dos administradores e empregados de alto nível aos interesses de seus acionistas.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos:

Ao possibilitar que os empregados e administradores da Companhia se tornem acionistas de sua controladora Gafisa S.A. e da Companhia em condições potencialmente diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometer-se efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a integrar-se aos interesses da Companhia, aos objetivos sociais e aos planos de crescimento desta, assim maximizando seus lucros. O oferecimento de opções de compra de ações da controladora Gafisa S.A. estimula os Beneficiários administradores da Companhia, ainda, por meio do comprometimento de seus recursos próprios, a buscar a valorização imediata das ações, sem, contudo, comprometer o crescimento sustentável, igualmente relevantes em face do modelo de outorgas adotado. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo o compartilhamento dos riscos e dos ganhos da controladora Gafisa S.A., por meio da valorização das ações adquiridas no âmbito do Plano.

Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e empregados-chave da Companhia, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das ações de sua controladora Gafisa S.A e da Companhia..

d. como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

O Plano da Companhia atualmente em vigor insere-se na política de concentração de incentivos dos administradores e empregados de alto nível em componentes variáveis, atrelados ao desempenho da Companhia. De fato, a maior parte da remuneração total se concentra nos incentivos que visam compartilhar o risco e o resultado com seus principais executivos. Conforme explicado no item 13.1 acima, os planos de opções estão diretamente ligados a este alinhamento de interesses.

O Plano da controladora Gafisa S.A. atualmente em vigor insere-se na política de concentração de incentivos dos administradores e empregados de alto nível da Companhia em componentes variáveis, atrelados ao desempenho da Gafisa S.A.. De fato, a maior parte da remuneração total se concentra nos incentivos que visam compartilhar o risco e o resultado com seus principais executivos. Conforme explicado no item 13.1 acima, os planos de opções estão diretamente ligados a este alinhamento de interesses.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

As outorgas realizadas com base no Plano da controladora Gafisa S.A e da Companhia. trazem diferentes mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos administradores da Companhia em diferentes horizontes de tempo.

A divisão em lotes anuais e a existência de períodos de carência diferenciados (ver item “h” abaixo) fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das ações no curto, médio e longo prazo.

Adicionalmente, a existência de períodos durante os quais as ações não podem ser alienadas (períodos de *lock up*) (ver item “l” abaixo), também modula os incentivos do Beneficiário para um prazo mais longo: as ações objeto do exercício das opções apenas estarão livres para venda após tal período, de maneira que o Beneficiário apenas auferirá um ganho se as ações da Gafisa S.A. e indiretamente da Companhia mantiverem-se valorizadas até o fim deste prazo, quando poderão ser alienadas.

Em alguns casos (item “h”), exige-se que o Beneficiário destine parcela mínima do valor por ele recebido como bônus anual ao exercício de opções, ou ainda que adquira uma quantidade mínima de opções a cada ano, sob pena de extinção dos demais lotes futuros. Esta exigência permite o alinhamento de interesses tanto a curto prazo como a longo prazo, por envolver o comprometimento de recursos do Beneficiário com ações que apenas poderão ser alienadas após o decurso de um determinado período de tempo.

Com relação ao modelo *Restricted Stock Options*, em que as opções outorgadas aos Beneficiários são divididas em Opções A e Opções B, uma estrutura de incentivos distinta é criada para alinhar os interesses dos administradores e empregados com os interesses da controladora Gafisa S.A.. As Opções A, cujo preço de exercício reflete o Valor de Mercado, usualmente compõem um único lote e são exercíveis num horizonte de tempo próximo, gerando um comprometimento financeiro do Beneficiário já no curto prazo. As ações correspondentes sujeitam-se a um período de indisponibilidade, modulando o alinhamento de interesses também para o médio prazo.

O mecanismo de exercício das Opções B, por sua vez, é uma forma de ajuste do ganho que o Beneficiário poderá auferir, dependente do desempenho da controladora Gafisa S.A. num horizonte de tempo maior, assim

alinhando os interesses dos Beneficiários mais a longo prazo. O exercício das Opções B será obrigatoriamente *(i)* sujeito a um prazo de carência mínimo de 2 anos, podendo ainda haver divisão em lotes anuais; *(ii)* proporcional ao número de Opções A exercidas, vinculando o curto com o longo prazo, já que a possibilidade de exercício das Opções B dependerá do comprometimento demonstrado pelo Beneficiário no exercício das Opções A; e *(iii)* nos termos das outorgas realizadas até hoje, sujeito a um ajuste conforme a variação do valor de mercado (“Valorização”) das ações da Gafisa S.A. entre a data do programa e a data de exercício das Opções B, acrescida de dividendos e juros sobre o capital próprio pagos por ação (critérios de valorização - item “h” abaixo). Com isso, espera-se que o Beneficiário tenha interesse na efetiva geração de retorno e criação de valor, de forma que o ganho total que ele poderá auferir será diretamente dependente do desempenho da Gafisa S.A. e indiretamente da Companhia, e portanto, do ganho obtido por seus acionistas. As Opções B, necessariamente vinculadas às Opções A, representam um mecanismo de ajuste, pelo qual o número total de ações que poderá ser adquirido pelo Beneficiário será futuramente ajustado, sendo tanto maior quanto mais alto for o desempenho da Gafisa S.A. no longo prazo.

f. número máximo de ações abrangidas

A quantidade máxima de ações que podem ser objeto de outorga de opções, considerados de forma agregada todos os planos da Companhia, é equivalente a 10% das ações representativas do capital social da Companhia, já considerado o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções. Na data deste documento, esta quantia corresponde a 43.555.920 ações ordinárias de emissão da Companhia.

A quantidade máxima de ações que podem ser objeto de outorga de opções da controladora Gafisa S.A., considerado o Plano , é equivalente a 5% das ações representativas do capital social da Gafisa S.A., já considerado o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções. Na data deste documento, esta quantia corresponde a 22.373.366 ações ordinárias de emissão da Gafisa S.A..

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Cada opção assegura ao Beneficiário o direito de adquirir uma ação ordinária da Companhia. Sendo assim, a quantidade de opções outorgadas está atrelada ao limite de diluição descrito no item “f” acima. Na data deste documento, esta quantia corresponde a 1.296.233 opções.

Cada opção assegura ao Beneficiário o direito de adquirir uma ação ordinária da Gafisa S.A.. Sendo assim, a quantidade de opções outorgadas está atrelada ao limite de diluição descrito no item “f” acima. Na data deste documento, esta quantia corresponde a 11.908.128 opções.

h. condições de aquisição de ações

Como regra geral, as opções outorgadas sob o modelo convencional de outorga, devem ser adquiridas pelo preço de exercício equivalente ao Valor de Mercado, sendo que este preço pode estar sujeito à correção monetária e à incidência de juros, conforme estipulado pelo Conselho de Administração em cada Programa.

As Opções Adicionais, quando outorgadas, sempre podem ser adquiridas pelo preço de exercício de R\$0,01, e, por se tratar de opções que representam um fator de ajuste do benefício total que pode eventualmente ser auferido pelo Beneficiário, aplicam-se as condições descritas a seguir: as Opções Adicionais têm seu exercício condicionado ao número de Opções Convencionais previamente exercidas.

Como regra geral, as opções outorgadas sob o modelo convencional de outorga, bem como as Opções A outorgadas sob o modelo *Restricted Stock Options*, devem ser adquiridas pelo preço de exercício equivalente ao Valor de Mercado, sendo que este preço pode estar sujeito à correção monetária e à incidência de juros, conforme estipulado pelo conselho de administração da Gafisa S.A. em cada Programa. Para os Programas Especiais, decorrentes da absorção das opções outorgadas pela Companhia antes da incorporação de suas ações pela Gafisa S.A., contudo, o preço de exercício é equivalente ao preço de exercício antes aplicável na Companhia (e que refletia o valor de mercado das ações de sua emissão), devidamente ajustado conforme a relação de substituição de ações estabelecida no Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações da Companhia pela Gafisa S.A..

As Opções B, quando outorgadas, sempre podem ser adquiridas pelo preço de exercício de R\$0,01, e, por se tratar de opções que representam um fator de ajuste do benefício total que pode eventualmente ser auferido pelo Beneficiário, aplicam-se as condições descritas a seguir: *(i)* deve ser observado um prazo de carência mínimo de dois anos; *(ii)* as Opções B têm seu exercício condicionado ao número de Opções A previamente exercidas; e *(iii)* o número de Opções B exercíveis é ajustado conforme a variação apurada do Valor de Mercado das ações da Companhia, mais os dividendos e juros sobre o capital próprio pagos, entre a data do programa e a data de exercício das Opções B (“Valorização”). Nos Programas aprovados sob o modelo

Restricted Stock Options até a presente data, com exceção do Programa Especial II, as Opções B foram outorgadas com um fator de ajuste na proporção de até 2 Opções B para cada Opção A, no caso de empregados-chave da Companhia, e na proporção de até 3 Opções B para cada Opção A, no caso de diretores da Companhia. Estas proporções de ajuste serão reduzidas para 1,5 e 2,5, respectivamente, caso a Valorização apurada seja menor do que 10%, serão aplicadas integralmente se a Valorização for superior a 20%, e serão aplicadas proporcionalmente caso a Valorização apurada se encontre entre 10% e 20%.

O número de Opções B a serem recebidas pelos antigos Beneficiários de *Restricted Stock Options* na Companhia leva em conta as opções já exercidas por esses anteriormente e os termos do correspondente Contrato de Opção celebrado com a controladora Gafisa S.A., sendo certo que após a aplicação deste fator de ajuste e da relação de substituição aplicada na incorporação de ações, cada Beneficiário recebeu no máximo 3 Opções B para cada Opção A para a primeira outorga; e, com relação à segunda outorga, em que as Opções B serão divididas em 2 lotes, no máximo 1,44 Opções B para cada Opção A no primeiro lote e no máximo 3 Opções B para cada Opção A no segundo lote. Estes quocientes variarão conforme a Valorização apurada, nas mesmas proporções mencionadas acima, conforme o Beneficiário seja um diretor ou um empregado-chave.

Na segunda outorga do Programa 2010, as Opções A são exercíveis entre 4 de agosto de 2010 e 30 de setembro de 2010, após o que serão extintas. As Opções B são divididas em 3 lotes anuais, cada um deles exercível respectivamente a partir de 4 de agosto de 2012 e nos subsequentes aniversários desta data, por um prazo extintivo de 30 dias. O exercício de Opções B está ainda sujeito às condições descritas acima.

Para os Programas Especiais I e III, estruturados sob o modelo convencional de outorga, as opções de cada Beneficiário são divididas em 5 lotes anuais iguais, sendo o primeiro lote exercível, respectivamente, a partir de 1º de abril de 2010 e 1º de setembro de 2010, e os demais nos subsequentes aniversários destas datas. Ainda, o Beneficiário é obrigado a destinar ao menos 70% do valor por ele recebido como bônus anual ao exercício de opções, independentemente do Programa sob o qual foram outorgadas, sob pena de perder o direito a exercer todas as opções dos lotes subsequentes.

O Programa Especial II, como mencionado, realizou 2 outorgas sob condições distintas, ambas porém sob o modelo *Restricted Stock Options*. Na primeira outorga do Programa Especial II, as Opções A são objeto de um único lote, com prazo de exercício até 30 de abril de 2010; após esta data, as Opções A não exercidas expiraram. As Opções B apenas se tornarão exercíveis em 11 de maio de 2012, sendo que poderão ser exercidas pelo prazo de 30 dias, se cumpridas as condições já descritas acima.

Na segunda outorga do Programa Especial II, as Opções A são objeto de um único lote, com prazo de exercício até 30 de abril de 2010; após esta data, as Opções A não exercidas expiraram. As Opções B são divididas em 2 lotes, exercíveis respectivamente a partir de 11 de maio de 2011 e 11 de maio de 2012, sempre por um prazo extintivo de 30 dias e ainda observadas as condições já descritas.

No Programa 2011, as Opções A são exercíveis entre 01 de abril de 2011 e 01 de junho de 2011, após o que serão extintas. As Opções B são divididas em 3 lotes anuais, cada um deles exercível respectivamente a partir de 01 de abril de 2013 e nos subsequentes aniversários desta data, por um prazo extintivo de 30 dias. O exercício de Opções B está ainda sujeito às condições descritas acima.

No Programa Conselho 2011, as opções de cada Beneficiário são divididas em 3 lotes anuais iguais, sendo o primeiro lote exercível a partir de 13 de julho de 2012 e os demais nos subsequentes aniversários desta data. Ainda, o Beneficiário é obrigado a exercer ao menos 20% do total de ações disponíveis no lote exercível, sob pena de perder o direito a exercer todas as opções.

Na primeira outorga do Programa II 2011, as opções de cada Beneficiário são divididas em 4 lotes anuais iguais, sendo o primeiro lote exercível a partir de 13 de julho de 2012 e os demais nos subsequentes aniversários desta data. Ainda, o Beneficiário é obrigado a destinar ao menos 50% do valor por ele recebido como bônus anual ao exercício de opções, independentemente do Programa sob o qual foram outorgadas, sob pena de perder o direito a exercer todas as opções dos lotes subsequentes.

Na segunda outorga do Programa II 2010, as Opções A são exercíveis entre 13 de julho de 2011 e 12 de agosto de 2011, após o que serão extintas. As Opções B são divididas em 3 lotes anuais, cada um deles exercível respectivamente a partir de 13 de julho de 2013 e nos subsequentes aniversários desta data, por um prazo extintivo de 30 dias. O exercício de Opções B está ainda sujeito às condições descritas acima.

Na primeira outorga do Programa 2012, as Opções A são exercíveis entre 1º de maio de 2013 e 30 de maio de 2013 no caso dos Diretores Executivos, e entre 1º de maio de 2014 e 30 de maio de 2014 nos demais casos, após o que serão extintas. No caso dos Diretores Executivos as Opções B são divididas em três lotes

anuais, cada um deles exercível respectivamente a partir de 20 de agosto de 2014 e nos subsequentes aniversários desta data, por um prazo extintivo de 30 dias. Nos demais casos, a totalidade das Opções B será exercível a partir de 20 de agosto de 2014, por um prazo extintivo de 30 dias. O exercício de Opções B está ainda sujeito às condições descritas acima.

Na segunda outorga do Programa 2012, as opções de cada Beneficiário são divididas em três lotes anuais, sendo o primeiro lote exercível a partir de 1º de maio de 2013 e os demais nos subsequentes aniversários desta data. Ainda, o Beneficiário é obrigado a destinar ao menos 50% do valor por ele recebido como bônus anual ao exercício de opções, independentemente do Programa sob o qual foram outorgados, sob pena de perder o direito a exercer todas as opções dos lotes subsequentes.

Na terceira outorga do Programa 2012, as opções de cada Beneficiário são divididas em quatro lotes anuais iguais, sendo o primeiro lote exercível a partir de 2014 e os demais nos subsequentes aniversários desta data. Para receber esta outorga, o Beneficiário deve destinar, adicionalmente ao mínimo mencionado nos parágrafos anteriores, 20% ou 30% do valor por ele recebido como bônus anual, à compra de ações da Gafisa S.A. no mercado. Se isto acontecer, a Gafisa S.A. irá outorgar duas vezes ou duas vezes e meia o número de ações adquiridas pelo Beneficiário, em forma de opções de compra de ações.

No Programa 2013, as Opções A são exercíveis entre 10 de maio de 2013 e 30 de maio de 2014. No caso dos Diretores Executivos, as Opções B são divididas em três lotes anuais, cada um deles exercível respectivamente a partir de 10 de maio de 2015 e nos subsequentes aniversários desta data, por um prazo extintivo de 30 dias.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de emissão, ou preço de compra, caso a Companhia opte por utilizar ações em tesouraria para fazer face ao exercício das opções (sendo a subscrição e a compra referidas em conjunto como “aquisição” para os efeitos deste Plano), das ações a serem adquiridas pelos Beneficiários em decorrência do exercício da opção (“Preço de Exercício”), será determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso, quando do lançamento do Programa aplicável, e será equivalente: (i) caso a Companhia não tenha ações negociadas em bolsa de valores quando do lançamento do Programa, ao valor apurado em avaliação realizada por banco ou empresa independente; ou (ii) caso a Companhia tenha ações negociadas em bolsa de valores quando do lançamento do Programa, à cotação média das ações nos últimos 30 (trinta) pregões na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, anteriores à data da outorga da opção. Em qualquer caso, o Preço de Exercício poderá ser atualizado com base na variação de um índice de preços a ser determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderão determinar, quando do lançamento de cada Programa, que seja deduzido do Preço de Exercício a ser pago pelos Beneficiários o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação, declarados pela Companhia a partir de data da outorga até a data do efetivo exercício da opção ordinária.

Exclusivamente na hipótese de as deduções mencionadas no parágrafo anterior serem superiores ao valor do Preço de Exercício a ser pago pelo Beneficiário, o crédito gerado ao Beneficiário perante a Companhia poderá ser compensado mediante a outorga de Opções Adicionais, a critério do Conselho de Administração ou Comitê, conforme o caso, na forma a ser determinada em cada Programa e sempre de acordo com as regras do plano.

O Preço de Exercício das Opções Adicionais, se outorgadas, será de R\$0,01 (um centavo), observadas as disposições deste Plano. Não será aplicável ao Preço de Exercício das Opções Adicionais a regra disposta no segundo parágrafo deste tópico.

O Preço de Exercício será pago pelos Beneficiários à vista, no ato da aquisição, ou na forma determinada pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê para cada Programa.

Como regra geral, o preço de exercício das opções deve ser equivalente à cotação média das ações da Gafisa S.A. nos 30 pregões na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros anteriores à data da concessão da opção (“Valor de Mercado”), podendo ser atualizado monetariamente com base na variação de índice de preços a ser determinado pelo conselho de administração e ainda acrescido de juros, conforme taxa determinada pelo conselho de administração em cada Programa. Este preço é deduzido dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos por ação pela Companhia, desde a data da outorga até a data do efetivo exercício das opções.

Entende-se que a fixação do preço de exercício equivalente ao Valor de Mercado é necessária para melhor alinhar os interesses dos Beneficiários em gerar valor para os acionistas da Gafisa S.A.: os seus ganhos serão obtidos na medida em que as ações da Gafisa S.A. se valorizem no mercado. A possibilidade de acréscimo de juros existe para que o preço de exercício possa acompanhar uma taxa mínima de retorno exigido, de forma que os Beneficiários auferam ganho apenas no caso de as ações garantirem um retorno mínimo, a critério do conselho de administração.

Observe-se que, o preço de exercício das opções convencionais encontrava-se sujeito à correção monetária, geralmente pelo índice IGP-M, bem como ao acréscimo de juros, usualmente de 3% a 6% ao ano. Com o objetivo de tornar o exercício das opções mais atrativo e aumentar a retenção de longo prazo dos seus executivos, o conselho de administração decidiu, em 4 de agosto de 2010, que as disposições relativas à correção monetária e à incidência de juros dos Programas seriam aplicadas até 6 de maio de 2010.

A dedução de juros sobre o capital próprio e de dividendos é uma forma de assegurar aos Beneficiários que participem dos resultados obtidos pela Gafisa S.A. durante o período em que já receberam a outorga de opções, mas não se tornaram ainda acionistas, em vista do desenho de determinado programa (prazos de carência). Por outro lado, assegura que os resultados só serão recebidos pelo Beneficiário caso permaneça na Companhia e exerça as opções, tornando-se efetivamente acionista da Gafisa S.A..

Já as Opções B outorgadas sob o modelo *Restricted Stock Options* podem ser exercidas ao preço de R\$0,01 Companhia, mas são outorgadas de forma indissociável das Opções A. O preço de exercício se justifica na medida em que as Opções B são um fator de ajuste do número de ações que o Beneficiário terá direito de adquirir no longo prazo (e conseqüentemente o valor do possível ganho de capital total que ele poderá auferir). Como tal, dependerá necessariamente do desembolso inicial relativo ao exercício das Opções A, ajustado conforme o desempenho da Gafisa S.A. e, portanto, conforme os ganhos proporcionados aos seus acionistas.

Excepcionalmente para os Programas Especiais, o preço de exercício foi fixado em função do preço de exercício anteriormente estabelecido para os correspondentes Beneficiários conforme o respectivo programa da Companhia, e da relação de substituição de ações adotada para a incorporação de ações da Companhia pela Gafisa S.A.. Ressalte-se que o preço de exercício antes aplicável conforme o plano de opção de compra de ações da Companhia refletia o valor de mercado das ações desta e foi ajustado com o intuito de manter a equação econômica anteriormente aplicável aos correspondentes Beneficiários.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

No Programa vigente, as ações são divididas em 4 lotes anuais, cada um deles exercíveis respectivamente a partir de 31 de março de 2017 e nos subsequentes aniversários desta data, por um prazo extintivo de 4 a 7 anos, tendo como data limite 31 de março de 2024. Após o decurso do Prazo de Exercício, o Beneficiário perderá, sem direito a indenização, o direito ao exercício das opções que não tiverem sido exercidas. Este prazo foi estabelecido como uma forma de vinculação do Beneficiário e demonstração de comprometimento com os resultados de longo prazo da Companhia.

No Programa Especial II, as Opções A são objeto de um único lote, que para ambas as outorgas, pode ser exercido até 30 de abril de 2010; após esta data, as Opções A não exercidas expiraram. Este prazo foi estabelecido como uma forma de vinculação do Beneficiário e demonstração de comprometimento com a Gafisa S.A.. No caso da primeira outorga, as Opções B apenas se tornarão exercíveis em 11 de maio de 2012, sendo que poderão ser exercidas pelo prazo de 30 dias e apenas na proporção em que o Beneficiário tenha previamente exercido Opções A. A existência de um prazo maior de carência e de um prazo para exercício de apenas 30 dias para as Opções B se justifica pelas razões já apontadas acima para a segunda outorga do Programa 2008. Já no caso da segunda outorga, as Opções B serão divididas em 2 lotes anuais, exercíveis, e apenas na proporção em que o Beneficiário tenha previamente exercido Opções A, sempre por 30 dias, respectivamente a partir de 11 de maio de 2011 e 11 de maio de 2012, datas que representam prazos de carência de 2 e 3 anos se considerada a data da outorga das opções ainda em Companhia, antes de sua migração para a Gafisa S.A.. A existência de um prazo maior de carência e de um prazo para exercício de apenas 30 dias para as Opções B se justifica pelas razões já apontadas acima para a segunda outorga do Programa 2008, sendo que a existência de um lote adicional de Opções B com prazo de carência relativamente menor se justifica diante da anterior migração de plano para os Beneficiários sujeitos à segunda outorga do Programa Especial II, conforme explicado no item “a” acima.

No Programa 2011, as Opções A poderão ser exercidas entre 1 de abril de 2011 e 1 de junho de 2011, após o que serão extintas. Como dito acima, este prazo foi estabelecido como uma forma de vinculação do Beneficiário e demonstração de comprometimento com a Gafisa S.A.. As Opções B são divididas em 3 lotes anuais, cada um deles exercível respectivamente a partir de 01 de abril de 2013 e nos subsequentes

aniversários desta data, por um prazo extintivo de 30 dias, e apenas na proporção em que o Beneficiário tenha previamente exercido Opções A. Os prazos de carência para exercício das Opções B são fixados observados os mesmos critérios e fundamentos descritos acima com relação à segunda outorga do Programa 2008.

Sob a primeira outorga do Programa II 2011, as opções de cada Beneficiário serão divididas em 4 lotes anuais iguais, cada um deles exercível a partir de 13 de julho de 2012 e nos subsequentes aniversários desta data. A divisão das opções em lotes atende aos objetivos de vinculação do Beneficiário e alinhamento de interesses no curto, médio e longo prazo. As opções de cada lote anual poderão ser exercidas no prazo de 10 anos a partir do momento que se tornem exercíveis, que será reduzido para 3 anos caso o Beneficiário não utilize a parcela de destinação obrigatória do bônus. O prazo de 10 anos significa uma oportunidade para que o Beneficiário tenha maior intervalo de tempo para escolher o momento mais adequado de comprometer seus recursos, oferecido como contrapartida ao efetivo comprometimento de seu bônus.

Sob a segunda outorga do Programa II 2011, as Opções A poderão ser exercidas entre 13 de julho de 2011 e 12 de agosto de 2011, após o que serão extintas. Como dito acima, este prazo foi estabelecido como uma forma de vinculação do Beneficiário e demonstração de comprometimento com a Companhia. As Opções B são divididas em 3 lotes anuais, cada um deles exercível respectivamente a partir de 13 de julho de 2013 e nos subsequentes aniversários desta data, por um prazo extintivo de 30 dias, e apenas na proporção em que o Beneficiário tenha previamente exercido Opções A. Os prazos de carência para exercício das Opções B são fixados observados os mesmos critérios e fundamentos descritos acima com relação à segunda outorga do Programa 2008.

Sob a primeira outorga do Programa 2012, as Opções A são exercíveis entre 1º de maio de 2013 e 30 de maio de 2013 no caso dos Diretores Executivos, e entre 1º de maio de 2014 e 30 de maio de 2014 nos demais casos, após o que serão extintas. Como dito acima, este prazo foi estabelecido como uma forma de vinculação do Beneficiário e demonstração de comprometimento com a Gafisa S.A.. No caso dos Diretores Executivos, as Opções B são divididas em três lotes anuais, cada um deles exercível respectivamente a partir de 20 de agosto de 2014 e nos subsequentes aniversários desta data, por um prazo extintivo de 30 dias, e apenas na proporção em que o Beneficiário tenha previamente exercido Opções A. Nos demais casos, a totalidade das Opções B será exercível a partir de 20 de agosto de 2014, por um prazo extintivo de 30 dias, também apenas na proporção em que o Beneficiário tenha previamente exercido Opções A. Os prazos de carência para exercício das Opções B são fixados observados os mesmos critérios e fundamentos descritos acima com relação à segunda outorga do Programa 2008.

Sob a segunda e a terceira outorgas do Programa 2012, as opções de cada Beneficiário são divididas em três lotes anuais e quatro lotes anuais iguais, respectivamente. Para a segunda outorga, o primeiro lote é exercível a partir de 1º de maio de 2013 e os demais nos subsequentes aniversários desta data. Para a terceira outorga, o primeiro lote é exercível a partir de 2014 e os demais nos subsequentes aniversários desta data. A divisão das opções em lotes atende aos objetivos de vinculação do Beneficiário e alinhamento de interesses no curto, médio e longo prazo. As opções de cada lote anual poderão ser exercidas no prazo de 10 anos a partir do momento que se tornem exercíveis, que será reduzido para três anos caso o Beneficiário não utilize a parcela de destinação obrigatória do bônus (somente no caso da segunda outorga). O prazo de 10 anos significa uma oportunidade para que o Beneficiário tenha maior intervalo de tempo para escolher o momento mais adequado de comprometer seus recursos, oferecido como contrapartida ao efetivo comprometimento de seu bônus.

Sob a outorga do Programa 2013, as Opções A são exercíveis entre 10 de maio de 2014 e 30 de maio de 2014. Como dito acima, este prazo foi estabelecido como uma forma de vinculação do Beneficiário e demonstração de comprometimento com a Gafisa S.A.. As Opções B são divididas em três lotes anuais, cada um deles exercível respectivamente a partir de 10 de maio de 2015 e nos subsequentes aniversários desta data, por um prazo extintivo de 30 dias, e apenas na proporção em que o Beneficiário tenha previamente exercido Opções A. Os prazos de carência para exercício das Opções B são fixados observados os mesmos critérios e fundamentos descritos acima com relação à segunda outorga do Programa 2008.

k. forma de liquidação

Em geral, as ações correspondentes às opções exercidas pelos Beneficiários serão emitidas e o aumento de capital correspondente, sempre no limite do capital autorizado, será homologado pelo Conselho de Administração. A Companhia também utilizar-se-á de ações mantidas em tesouraria para fazer frente ao exercício de opções.

Nos Programas aprovados até a data deste documento, a regra geral é que o preço de exercício seja pago à vista, no ato da subscrição ou compra das ações correspondentes.

Até a presente data, nenhuma ação outorgada pelo programa foi exercida devido a não terem cumprido o tempo mínimo de carência para o exercício.

Em geral, as ações da controladora Gafisa S.A. correspondentes às opções exercidas pelos Beneficiários são emitidas e o aumento de capital correspondente, sempre no limite do capital autorizado, é homologado pelo conselho de administração. A Gafisa S.A. também pode utilizar-se de ações mantidas em tesouraria para fazer frente ao exercício de opções.

Nos Programas aprovados até a data deste documento, a regra geral é que o preço de exercício seja pago à vista, no ato da subscrição ou compra das ações correspondentes.

I. restrições à transferência das ações

Salvo decisão específica em contrário do Conselho de Administração ou do Comitê, conforme o caso, o Beneficiário só poderá vender, transferir ou, de qualquer forma, alienar as ações da Companhia adquiridas em virtude do exercício de opções, bem como aquelas que venham a ser por ele adquiridas em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou qualquer outra forma de aquisição, ou valores mobiliários que deem direito à subscrição ou aquisição de ações, desde que tais ações ou valores mobiliários tenham decorrido para o Beneficiário da propriedade das ações objeto deste Plano (em conjunto, as "Ações"), se atendido o período mínimo de indisponibilidade estabelecido em cada Programa para cada lote de Ações, o qual nunca será superior a 5 anos, a contar da data de aquisição.

Em reunião do conselho de administração da controladora Gafisa S.A. realizada em 13 de julho de 2011, foram eliminadas todas as restrições à transferência das ações decorrentes do exercício das opções outorgadas sob o modelo convencional. Desta forma, todas as ações adquiridas pelos Beneficiários do Plano, no âmbito do Programa 2006, Programa 2009, e Outorga 1 do Programa de 2010 passaram a estar livres e desembaraçadas para transferência a qualquer tempo. Vale notar que nas demais outorgas realizadas sob o modelo convencional, a saber, na Outorga 1 do Programa II 2011, no Programa Conselho 2011 e nas Outorgas 2 e 3 do Programa 2012, as opções foram outorgadas já sem a previsão de qualquer restrição às ações decorrentes do exercício das opções correspondentes.

No caso das opções outorgadas sob o modelo *Restricted Stock Options*, as Opções A encontram-se sujeitas a restrições à sua disponibilidade. O prazo de indisponibilidade (*lock up*) das outorgas realizadas na 2ª outorga do Programa 2008 e no Programa Especial II é de dois anos, a contar da data de subscrição ou aquisição das ações. Com relação ao Programa II 2009, as ações subscritas ou adquiridas em virtude do exercício de Opções A não poderiam ser alienadas pelo Beneficiário até 17 de dezembro de 2010 (1 ano contado da data do Programa II 2009), independentemente da data de sua aquisição. Na 2ª outorga do Programa 2010, no Programa 2011 e na 2ª outorga do Programa II 2011, a regra é semelhante: o período de *lock up* aplicável às ações decorrentes do exercício das Opções A estende-se por um ano contado da data do Programa correspondente (respectivamente: 4 de agosto de 2011, 1º de abril de 2012 e 13 de julho de 2012), independentemente da data de aquisição das ações.

Na Outorga 1 do Programa 2012, as Opções A somente poderão ser exercidas nos períodos compreendidos entre 1º de maio e 30 de maio de 2013 no caso dos Diretores Executivos; e entre 1º de maio e 30 de maio de 2014 nos demais casos. Para todos os casos, não há período de *lock up* após o exercício das Opções A, já que foram outorgadas em 2012.

Na outorga do Programa 2013, a regra é semelhante: as Opções A somente poderão ser exercidas nos períodos compreendidos entre 10 de maio e 30 de maio de 2014.

As ações subscritas ou adquiridas em virtude do exercício de Opções B não estão sujeitas a qualquer período de indisponibilidade.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Os Planos de Opção poderão ser alterados ou extintos pelo Conselho de Administração. Não obstante a competência do Conselho de Administração, nenhuma decisão pode alterar:

i) aumentar o limite total das ações que possam ser conferidas pelo exercício de opções outorgadas; II) alterar ou prejudicar quaisquer direitos ou obrigações de qualquer acordo ou outorga existente sobre opção de compra de ações sem o consentimento do Beneficiário.

Na hipótese de cisão da Companhia ou de redução de seu capital social: (i) enquanto a Companhia não tiver suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, o Preço de Exercício das opções não exercidas será ajustado de acordo com o valor equivalente do patrimônio líquido efetivamente transferido ou reduzido, conforme o caso; ou (ii) a partir do momento que as ações da Companhia sejam admitidas à negociação em bolsa de valores, o Preço de Exercício será ajustado de acordo com os critérios fixados pelo Conselho de Administração.

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, este Plano terminará e as opções dos Programas em vigência, a critério do Conselho de Administração ou do Comitê, conforme o caso, poderão ser transferidas para a companhia sucessora ou terão seus prazos de carência antecipados, por determinado prazo, para que possam ser exercidas pelo Beneficiário. Após o referido prazo, este Plano terminará e todas as opções não exercidas caducarão sem direito a qualquer indenização.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderão determinar, em cada Programa, que, caso a Companhia venha a ter suas ações negociadas em bolsa de valores e seja realizada: (i) Oferta Pública de Aquisição de Ações ("OPA") para cancelamento do registro da Companhia como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários; ou (ii) qualquer OPA que possa resultar na redução das ações em circulação a percentual inferior a 25% ou que decorra de tal redução, inclusive eventuais OPAs previstas no Estatuto Social da Companhia, as opções outorgadas no âmbito do Programa terão seus prazos de carência antecipados e, caso aplicável, o período mínimo de indisponibilidade liberados, e poderão ser exercidas, total ou parcialmente, durante o prazo da OPA ou, se aplicável, durante o prazo adicional previsto em normal legal ou regulamentar.

O Plano de Opção 2008 poderá ser alterado ou extinto pelo conselho de administração da controladora Gafisa S.A. Não obstante a competência do conselho de administração, nenhuma decisão pode alterar: (i) o limite de ações objeto do Plano; e (ii) os direitos e obrigações adquiridos pelo Beneficiário, relativos a qualquer outorga existente sob o Plano de Opção de 2008.

Adicionalmente, em caso de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Gafisa S.A., na qual a Gafisa S.A. não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, as opções poderão ser transferidas para a companhia sucessora ou terão seus prazos de carência antecipados para exercício durante prazo determinado.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Salvo decisão específica em contrário do Conselho de Administração ou do Comitê, ou de previsões específicas dos Programas, conforme o caso, na hipótese de término do contrato de trabalho ou do mandato do Beneficiário sem justa causa, de pedido de demissão por vontade do Beneficiário ou de aposentadoria do Beneficiário, serão observadas as seguintes disposições:

a) as opções ordinárias cujos prazos iniciais de carência ainda não tenham decorrido caducarão sem direito a qualquer indenização; e

b) as opções ordinárias cujos prazos iniciais de carência já tenham decorrido poderão ser exercidas no prazo de 30 (trinta) dias a contar do evento que originar o término do contrato de trabalho ou mandato do Beneficiário, ou até o término do prazo para o exercício das opções, se restar o prazo inferior a 30 (trinta) dias.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, determinarão (i) se o período de restrição para alienação das Ações estabelecido no programa deverá permanecer em vigor; e (ii) o tratamento a ser dado às Opções Adicionais eventualmente outorgadas ao Beneficiário, na hipótese de término do contrato de trabalho ou mandato do Beneficiário sem justa causa.

Nos termos do Plano de Opção, o desligamento do Beneficiário terá os seguintes efeitos sobre as opções a ele outorgadas, conforme o motivo de sua saída: (i) havendo justa causa, todas as opções não exercidas serão extintas; (ii) no caso de inexistência de justa causa, demissão voluntária ou pedido de aposentadoria, as opções já exercíveis poderão ser exercidas no prazo de 30 dias e as demais serão extintas; (iii) em caso de falecimento ou invalidez permanente do Beneficiário, todas as opções poderão ser exercidas pelo Beneficiário ou seus sucessores, em um prazo de 180 dias. Em todos estes casos, exceto por falecimento ou

invalidez permanente, as restrições à transferência das ações que lhes sejam aplicáveis permanecerão em vigor.

O conselho de administração da controladora Gafisa S.A. tem poderes para determinar o tratamento a ser dado às Opções B outorgadas ao Beneficiário sob o Plano de Opção 2008, em caso de desligamento por opção da Companhia e desde que não haja justa causa. Sob os Programas aprovados com o modelo *Restricted Stock Options*, o conselho de administração estabeleceu regras de antecipação de prazo para exercício das Opções B, proporcionalmente ao período em que o Beneficiário permaneceu no desempenho de suas funções na Companhia, e observadas as demais condições para exercício das Opções B previstas no Plano de Opção 2008 e nos respectivos Programas.

Ainda, em 4 de agosto de 2010, o conselho de administração da Gafisa S.A. deliberou estabelecer a hipótese de antecipação do prazo de carência de todas as opções que tenham sido outorgadas aos membros da Diretoria Estatutária da Companhia (mas não a qualquer outro Beneficiário do Plano), para exercício no prazo de 180 dias, sempre que o correspondente diretor for destituído, sem haver razão que corresponda a justa causa, no prazo de 1 ano contado de determinados eventos societários relevantes. Estes eventos societários são os seguintes: (i) operações de reorganização societária da Gafisa S.A. em que o seu patrimônio líquido passe a representar menos de 50% do patrimônio líquido da companhia resultante; (ii) aquisição, por qualquer pessoa ou grupo, de participação equivalente a 30% ou mais do capital social da Gafisa S.A.; (iii) oferta pública obrigatória para aquisição das ações da Gafisa S.A., nos termos da legislação societária ou do Regulamento do Novo Mercado; e (iv) oferta pública voluntária para aquisição das ações da Gafisa S.A. que resulte na aquisição da maioria de seu capital social. Com isso, espera-se que os membros da Diretoria Estatutária da Gafisa S.A. não sejam indevidamente prejudicados em virtude da realização de operação societária relevante, por impedir que suas opções sejam perdidas em decorrência de operações que possam implicar mudança de controle da Gafisa S.A.. Assim, com a manutenção das expectativas de exercício futuro das opções, mantém-se o alinhamento de interesses dos Beneficiários e a retenção dos melhores talentos.

Em reunião realizada em 13 de julho de 2011, o conselho de administração da Gafisa S.A. deliberou estender esta possibilidade a quaisquer opções que tenham sido ou venham a ser outorgadas, no âmbito do Plano, a Diretores Estatutários ou membros do Conselho de Administração da Companhia ou da Gafisa S.A..

A possibilidade de antecipação do prazo de carência das opções, referida no parágrafo acima, também é aplicável caso venha a ocorrer a dissolução da Gafisa S.A.

13.5 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Gafisa S.A. ⁽¹⁾		
Exercício Social encerrado em 31/12/2014		
Órgão	Quantidade de Ações	%
Conselho de Administração	592.609	0,145%
Diretoria Estatutária	922.636	0,226%
Conselho Fiscal	n.a.	n.a.
TOTAL	1.515.245	0,371%

⁽¹⁾ A Gafisa S.A. é a controladora direta da Companhia.

Companhia ⁽¹⁾		
Exercício Social encerrado em 31/12/2013		
Órgão	Quantidade de Ações	%
Conselho de Administração	0	0
Diretoria Estatutária	0	0
Conselho Fiscal	0	0
TOTAL	0	0

⁽¹⁾ A Companhia é uma subsidiária integral da Gafisa S.A.

13.6 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Ano de 2012 ⁽¹⁾		Conselho de Administração		Diretoria Estatutária	
Planos		2011	2012	2011	2012
Nº. de membros		3	4	6	8
Outorga de opções de compras de ações					
	Data de outorga	n.a.	n.a.	13/7/2011	20/8/2012
	Quantidade de opções outorgadas	n.a.	n.a.	5.540.000 (Programa Tradicional); e 1.330.000 (Programa Restricted)	680.500 (Programa Restricted Stock Options Opções A + B) e 750.000 (Programa Tradicional)
	Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n.a.	n.a.	4 anos (25% a cada ano – Programa Tradicional); e 4 anos (0%, 30%, 30% e 40% ações Tipo B – Programa Restricted)	Programa Restricted Stock Options: 9 meses para as Opções A e 4 anos (0%, 30%, 30%, 40%) para as Opções B Programa Convencional: 3 anos (50%, 30% e 20%)
	Prazo máximo para exercício das opções	n.a.	n.a.	10 anos (Programa Convencional) e 30 dias (Programa Restricted – Ações Tipo B)	Programa Restricted Stock Options: 30 dias Programa Convencional: 10 anos
	Prazo de restrição à transferência das ações	n.a.	n.a.	não há (Programa Convencional) e 1 ano (Programa Restricted – ações tipo A – para ações Tipo B não há)	não há
Preço médio ponderado de exercício:					
	(a) Das opções em aberto no início do exercício social	n.a.	n.a.	R\$ 7,71 (Programa Tradicional e Programa Restricted – Ações Tipo A) R\$ 0,01 (Programa Restricted – Ações Tipo B)	Programa Restricted Stock Options: Opções A: R\$2,73 Opções B: R\$0,01 Programa Convencional: R\$2,73
	(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	(c) Das opções exercidas durante o exercício social	n.a.	n.a.	R\$ 7,71	n.a.
	(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Valor justo das opções na data da outorga	n.a.	n.a.	R\$ 7,71 (Programa Convencional e Programa Restricted –	Programa Restricted Stock Options: Opções A: R\$2,73

Ano de 2012 ⁽¹⁾	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária	
			Ações Tipo A); R\$ 0,01 (Programa Restricted – Ações Tipo B)	Opções B: R\$0,01 Programa Convencional: R\$2,73
Diluição no caso do exercício de todas as opções outorgadas	n.a.	n.a.		0,33%
⁽¹⁾ Não foram outorgadas opções no âmbito do plano de opção de compra de ações da Companhia vigente no exercício social findo em 31/12/2012.				

Ano de 2013 ⁽¹⁾	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária		
Planos	2011	2012	2013	2011	2012	2013
Nº. de membros	3	4	4	6	8	8
Outorga de opções de compras de ações						
Data de outorga	n.a.	n.a.	n.a.	13/7/2011	20/8/2012	10/05/2013
Quantidade de opções outorgadas	n.a.	n.a.	n.a.	1.410.000 (Programa Tradicional); e 680.000 (Programa Restricted)	680.500 (Programa Restricted Stock Options Opções A + B) e 750.000 (Programa Tradicional)	593.000 (Programa Restricted Stock Options Opções A + B) e 192.790 (Programa Tradicional)
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n.a.	n.a.	n.a.	Opções B - 4 anos (0%, 30%, 30% e 40%)	Programa Restricted Stock Options: 9 meses para as Opções A e 4 anos (0%, 30%, 30%, 40%) para as Opções B Programa Tradicional: 3 anos (50%, 30% e 20%)	Opções A: 1 ano Opções B: 4 anos (0%, 30%, 30%, 40%) Programa Tradicional: 4 anos (25% ao ano)
Prazo máximo para exercício das opções	n.a.	n.a.	n.a.	30 dias	Programa Restricted Stock Options: 30 dias Programa Tradicional: 10 anos	Programa Restricted Stock Options: 1 ano Opções A e 30 dias Opções B Programa Tradicional: 10 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	n.a.	n.a.	n.a.	Opções A: 1 ano Opções B: não há	não há.	Não há
Preço médio ponderado de exercício:						
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	n.a.	n.a.	n.a.	Opções B: R\$ 0,01	Programa Restricted Stock Options: Opções A: R\$2,73 Opções B: R\$0,01 Programa Tradicional:	Programa Restricted Stock Options: Opções A: R\$4,05 Opções B: R\$0,01 Programa Tradicional: R\$ 4,08

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

Ano de 2013 ⁽¹⁾		Conselho de Administração			Diretoria Estatutária		
						R\$2,73	
	(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	(c) Das opções exercidas durante o exercício social	n.a.	n.a.	n.a.	R\$ 0,01	n.a.	n.a.
	(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Valor justo das opções na data da outorga		n.a.	n.a.	n.a.	Opções A: R\$ 7,71 Opções B: R\$ 0,01	Programa Restricted Stock Options: Opções A: R\$2,73 Opções B: R\$0,01 Programa Tradicional: R\$2,73	Programa Restricted Stock Options: Opções A: R\$4,05 Opções B: R\$0,01 Programa Tradicional: R\$ 4,08
Diluição no caso do exercício de todas as opções outorgadas		n.a.	n.a.	n.a.	0,48%	0,33%	0,18%

⁽¹⁾ Não foram outorgadas opções no âmbito do plano de opção de compra de ações da Companhia vigente no exercício social findo em 31/12/2013.

⁽²⁾ Conforme detalhado nos itens 13.1 e 13.4 deste Formulário de Referência, atualmente a Companhia não tem opção de compra de ações em aberto. Contudo, sua controladora Gafisa S.A. outorga opções de compra de ação de sua emissão para determinados administradores da Companhia. Assim sendo, este item 13.8 reflete as informações aplicáveis aos administradores da Companhia que fazem jus ao recebimento de opções de compra de ações de emissão da controladora Gafisa S.A., nos termos de seu Plano de Opção de Compra de Ação e respectivos Programas lançados.

Ano de 2014 ⁽¹⁾		Conselho de Administração				Diretoria Estatutária			
Planos	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014	
Nº. de membros	3	4	4	10	6	8	8	10	
Outorga de opções de compras de ações									
Data de outorga	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	13/7/2011	20/8/2012	10/05/2013	11/08/2014	
Quantidade de opções outorgadas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	1.410.000 (Programa Tradicional); e 680.000 (Programa Restricted)	680.500 (Programa Restricted Stock Options Opções A + B) e 750.000 (Programa Tradicional)	593.000 (Programa Restricted Stock Options Opções A + B) e 192.790 (Programa Tradicional)	39.055.708 (Lote A – 7.811.145 + Lote B 31.244.563)	
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Opções B - 4 anos (0%, 30%, 30% e 40%)	Programa Restricted Stock Options: 9 meses para as Opções A e 4 anos (0%, 30%, 30%, 40%) para as Opções B Programa Tradicional: 3 anos (50%, 30% e 20%)	Opções A: 1 ano Opções B: 4 anos (0%, 30%, 30%, 40%) Programa Tradicional: 4 anos (25% ao ano)	Lote A – 4 anos (100%) Lote B – 5 anos (100%)	
Prazo máximo para exercício das opções	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	30 dias	Programa Restricted Stock	Programa Restricted Stock	Lote A – 6 anos Lote B – 5	

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

Ano de 2014 ⁽¹⁾		Conselho de Administração				Diretoria Estatutária			
							Options: 30 dias Programa Tradicional: 10 anos	Options: 1 ano Opções A e 30 dias Opções B Programa Tradicional: 10 anos	anos
	Prazo de restrição à transferência das ações	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Opções A: 1 ano Opções B: não há	não há.	Não há	1 ano
	Preço médio ponderado de exercício:								
	(a) Das opções em aberto no início do exercício social	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Opções B: R\$ 0,01	Programa Restricted Stock Options: Opções A: R\$2,73 Opções B: R\$0,01 Programa Tradicional: R\$2,73	Programa Restricted Stock Options: Opções A: R\$4,05 Opções B: R\$0,01 Programa Tradicional: R\$ 4,08	R\$ 0,77
	(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	(c) Das opções exercidas durante o exercício social	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	R\$ 0,01	n.a.	n.a.	n.a.
	(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Valor justo das opções na data da outorga	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Opções A: R\$ 7,71 Opções B: R\$ 0,01	Programa Restricted Stock Options: Opções A: R\$2,73 Opções B: R\$0,01 Programa Tradicional: R\$2,73	Programa Restricted Stock Options: Opções A: R\$4,05 Opções B: R\$0,01 Programa Tradicional: R\$ 4,08	0,33
	Diluição no caso do exercício de todas as opções outorgadas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	0,48%	0,33%	0,18%	
⁽¹⁾ Não foram outorgadas opções no âmbito do plano de opção de compra de ações da Companhia vigente no exercício social findo em 31/12/2014.									

Previsão para o ano 2015	Conselho de Administração				Diretoria Estatutária			
Planos	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014
Nº. de membros	3	3,67	4	10	5,90	7,67	8,58	10
Outorga de opções de compras de ações								
Data de outorga	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	13/7/2011	20/8/2012	10/05/2013	11/08/2014

Previsão para o ano 2015		Conselho de Administração				Diretoria Estatutária			
	durante o exercício social								
Valor justo das opções na data da outorga		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Opções A: R\$ 7,71 Opções B: R\$ 0,01	Programa Restricted Stock Options: Opções A: R\$2,73 Opções B: R\$0,01 Programa Tradicional: R\$2,73	Programa Restricted Stock Options: Opções A: R\$4,05 Opções B: R\$0,01 Programa Tradicional: R\$ 4,08	0,33
Diluição no caso do exercício de todas as opções outorgadas		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	0,48%	0,33%	0,18%	

13.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Ano de 2014(1)	Conselho de Administração				Diretoria Estatutária			
	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014
Planos	3	4	4	10	6	8	8	10
Número de membros	3	4	4	10	6	8	8	10
Opções ainda não exercíveis								
Quantidade	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	705.000 (Programa Tradicional) ; e 229.328 (Programa Restricted)	510.375 (Programa Restricted Stock Options Opções A + B) e 375.000 (Programa Tradicional)	593.000 (Programa Restricted Stock Options Opções A + B) e 192.790 (Programa Tradicional)	n.a.
Data em que se tornarão exercíveis	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	13/7/2014 (30% do volume total de opções outorgadas)	01/5/2014 (Programa Tradicional - 30% do volume total de Opções outorgadas e 20% no aniversário subsequente) 20/8/2014 (Programa Restricted – Opções B – 30% e nos aniversários subsequentes 30% e 40% do total outorgado)	10/5/2014 (Programa Tradicional - 25% do volume total de Opções outorgadas e 25% ao ano nos aniversários subsequentes) 10/5/2014 (Programa Restricted - Opções A 10/5/2015 (Programa Restricted – Opções B – 30% e nos aniversários subsequentes	n.a.

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

							s 30% e 40% do total outorgado)	
Prazo máximo para exercício das opções	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	30 dias	30 dias (Programa Restricted – Opções B) e 10 anos para as opções do programa convencional	Programa Restricted Stock Options: 1 ano Opções A e 30 dias Opções B Programa Tradicional: 10 anos	n.a.
Prazo de restrição à transferência das ações	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Não há	Não há	Não há	Não há
Preço médio ponderado de exercício	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	R\$0,01	R\$2,73 (Programa tradicional e Opções A do Programa Restricted) R\$0,01 (Opções B do Programa Restricted)	Programa Restricted Stock Options: Opções A: R\$4,05 Opções B: R\$0,01 Programa Tradicional: R\$4,08	n.a.
Valor justo das opções no último dia do exercício	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	R\$0,01	R\$2,73 (Programa tradicional e Opções A do Programa Restricted) R\$0,01 (Opções B do Programa Restricted)	Programa Restricted Stock Options: Opções A: R\$4,05 Opções B: R\$0,01 Programa Tradicional: R\$4,08	n.a.
Opções exercíveis								
Quantidade	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	375.000	Não há	Não há
Prazo máximo para exercício das opções	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	10 anos	n.a.	n.a.
Prazo de restrição à transferência das ações	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Não há	n.a.	n.a.
Preço médio ponderado de exercício	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	R\$2,73	n.a.	n.a.
Valor justo das opções no último dia do exercício social	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	R\$2,73	n.a.	n.a.
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	R\$2,73	n.a.	n.a.
<p>⁽¹⁾ Não foram outorgadas opções no âmbito do plano de opção de compra de ações da Companhia vigente no exercício social findo em 31/12/2013.</p> <p>⁽²⁾ Conforme detalhado nos itens 13.1 e 13.4 deste Formulário de Referência, atualmente a Companhia não tem opção de compra de ações em aberto. Contudo, sua controladora Gafisa S.A. outorga opções de compra de ação de sua emissão para determinados administradores da Companhia. Assim sendo, este item 13.8 reflete as informações aplicáveis aos administradores da Companhia que fazem jus ao recebimento de opções de compra de ações de emissão da controladora Gafisa S.A., nos termos de seu Plano de Opção de Compra de Ação e respectivos Programas lançados.</p>								

13.8 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Ano de 2012 ⁽¹⁾	Conselho de	Diretoria
----------------------------	-------------	-----------

	Administração	Estatutária
Programa (Ano)	2012	2012
Nº. de membros	4	8
Opções exercidas		
Número de ações	n.a.	39.088
Preço médio ponderado de exercício (R\$)	n.a.	R\$ 7,71
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas (R\$)	n.a.	R\$ 119.609
Ações entregues		
Número de ações entregues	n.a.	39.088
Preço médio ponderado de aquisição (R\$)	n.a.	R\$ 7,71
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções adquiridas (R\$)	n.a.	R\$ 119.609

⁽¹⁾ Não foram outorgadas opções no âmbito do plano de opção de compra de ações da Companhia vigente no exercício social findo em 31/12/2012.

Ano de 2013 ⁽¹⁾⁽²⁾	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária	
	2012	2013	2012	2013
Programa (Ano)	2012	2013	2012	2013
Nº. de membros	4	4	8	8
Opções exercidas				
Número de ações	n.a.	n.a.	107.000	n.a.
Preço médio ponderado de exercício (R\$)	n.a.	n.a.	R\$2,73	n.a.
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas (R\$)	n.a.	n.a.	R\$80.250	n.a.
Ações entregues				
Número de ações entregues	n.a.	n.a.	107.000	n.a.
Preço médio ponderado de aquisição (R\$)	n.a.	n.a.	R\$2,73	n.a.
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções adquiridas (R\$)	n.a.	n.a.	R\$80.250	n.a.

⁽¹⁾ Não foram outorgadas opções no âmbito do plano de opção de compra de ações da Companhia vigente no exercício social findo em 31/12/2013.

⁽²⁾ Conforme detalhado nos itens 13.1 e 13.4 deste Formulário de Referência, atualmente a Companhia não tem opção de compra de ações em aberto. Contudo, sua controladora Gafisa S.A. outorga opções de compra de ação de sua emissão para determinados administradores da Companhia. Assim sendo, este item 13.8 reflete as informações aplicáveis aos administradores da Companhia que fazem jus ao recebimento de opções de compra de ações de emissão da controladora Gafisa S.A., nos termos de seu Plano de Opção de Compra de Ação e respectivos Programas lançados.

Ano de 2014 ⁽¹⁾	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária	
	2013	2014	2013	2014
Programa (Ano)	2013	2014	2013	2014
Nº. de membros	4	10	8	10
Opções exercidas				
Número de ações	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Preço médio ponderado de exercício (R\$)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas (R\$)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Ações entregues				
Número de ações entregues	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Preço médio ponderado de aquisição (R\$)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções adquiridas (R\$)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

⁽¹⁾ Não foram outorgadas opções no âmbito do plano de opção de compra de ações da Companhia vigente no exercício social findo em 31/12/2014.

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Conforme mencionado acima, atualmente a Companhia não tem opção de compra de ações em aberto. Contudo, sua controladora Gafisa S.A. outorga opções de compra de ação de sua emissão para determinados administradores da Companhia. Assim sendo, abaixo seguem as informações aplicáveis ao Plano de Opção de Compra de Ação e respectivos Programas lançados pela controladora, Gafisa S.A.:

Breve Descrição dos Formatos de Outorga de Opções

A. Opções Tradicionais (outorgadas sob o Plano de Opção 2008, sob o Programa Especial I, o Programa Especial III, a 1ª outorga do Programa II 2011 e as Outorgas 2 e 3 do Programa de 2012)

Sob este modelo tradicional de outorga de opções, as outorgas a cada Beneficiário são divididas em lotes anuais de opções, cujo direito ao exercício é adquirido anualmente.

A cada ano, o Beneficiário deve destinar uma parcela mínima do bônus anual ao exercício do lote vigente para que adquira o direito ao exercício dos lotes subsequentes (ou seja, para que os lotes sejam incorporados). Caso o bônus não seja destinado ao exercício de opções, os lotes futuros (ainda não incorporados) de todos os Programas serão extintos. A partir do exercício parcial de opções de um dado lote incorporado, o Beneficiário tem o prazo de 10 anos para exercer suas opções de maneira total ou parcial. Caso o Beneficiário não destine o bônus na forma exigida pelo correspondente Programa, este prazo é reduzido para 3 anos, no caso dos lotes já incorporados.

O preço de exercício, equivalente ao Valor de Mercado das ações (com exceção do Programa Especial I e do Programa Especial III, nos quais o preço de exercício é equivalente ao preço aplicável no correspondente programa lançado pela Companhia que tenha sido objeto de migração para a Gafisa S.A. em virtude da incorporação das ações de emissão da Companhia à Gafisa S.A., em função da relação de troca de ações estabelecida para a referida incorporação de ações), nas outorgas realizadas até 6 de maio de 2010, era atualizado pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), acrescido de juros que poderiam variar de 3% a 6% ao ano (dependendo do Programa específico) e deduzido dos juros sobre o capital próprio e dividendos pagos no período. As regras relativas à correção monetária e à incidência de juros deixaram de ser aplicadas, a partir de 6 de maio de 2010, aos Programas existentes, por decisão do conselho de administração da Gafisa S.A., tomada em 4 de agosto de 2010.

Após o exercício das opções, o Beneficiário deve respeitar um período de indisponibilidade mínimo para a venda das ações adquiridas (o denominado período de “lock-up”). Este período, nas outorgas realizadas sob o modelo tradicional até 13 de julho de 2011, era de um ano após o exercício das opções e aquisição das correspondentes ações. As regras relativas à restrição de transferência das ações adquiridas deixaram de ser aplicadas aos Programas existentes a partir da data de decisão do conselho de administração em reunião realizada em 13 de julho de 2011.

B. Restricted Stock Options (outorgadas sob o Plano de Opção 2008, na 2ª outorga do Programa 2010, no Programa Especial II, no Programa 2011 e na 2ª outorga do Programa II 2011 e na Outorga 1 do Programa de 2012)

As opções outorgadas são divididas entre Opções A e Opções B. O lote de Opções A é incorporado (isto é, ele se torna disponível para exercício) no curto prazo e fica disponível para exercício durante um breve período de tempo, a um preço de exercício equivalente ao Valor de Mercado das ações (exceto no caso do Programa Especial II, pelas razões apontadas mais acima também para o Programa Especial I e o Programa Especial III, caso sejam aprovados). As Opções B têm um preço de exercício equivalente a R\$0,01 cada. No Programa 2010, no Programa 2011 e na 2ª outorga do Programa II 2011, as Opções B são divididas em três lotes anuais, disponíveis para exercício em dois, três e quatro anos contados da outorga, respectivamente. Na primeira outorga do Programa Especial II, as Opções B se tornaram disponíveis para exercício em 11 de maio de 2012, que representa um prazo de carência de pouco mais de dois anos contados de sua outorga pela Gafisa S.A.. Já na segunda outorga do Programa Especial II, as Opções B estavam divididas em dois lotes, disponíveis para exercício respectivamente a partir de 11 de maio de 2011 e 11 de maio de 2012, o que significa prazos de carência de respectivamente cerca de um ano, e cerca de dois anos, sempre contados de sua outorga pela Gafisa S.A.. Na Outorga 1 do Programa 2012 as Opções B são divididas em três lotes anuais, disponíveis para exercício em dois, três e quatro anos contados da outorga, no caso dos Diretores Executivos; e no caso dos demais, as Opções B tornam-se disponíveis para exercício num prazo de carência de dois anos contados da outorga. Na Outorga do Programa 2013 as Opções B são divididas em três lotes anuais, disponíveis para exercício em dois, três e quatro anos contados da outorga.

A quantidade de Opções B disponíveis para exercício é determinada a partir dos seguintes fatores:

- Quantidade exercida de Opções A, nos termos descritos no item 13.4 acima; e
- Variação das metas de valorização das ações da Gafisa S.A. no período contado entre a data da outorga e a data de efetivo exercício das Opções B.

O período de restrição à venda das ações, após o exercício das Opções A, é de 1 ano após a outorga do Programa 2010, no Programa 2011 e na 2ª outorga do Programa II 2011. Na Outorga 1 do Programa 2012 não há restrição à venda das ações após exercício das Opções A pois estas foram outorgadas em 20 de agosto de 2012 e só puderam ser exercidas nos períodos compreendidos entre 1º de maio e 30 de maio de 2013 no caso dos Diretores Executivos; e entre 1º de maio e 30 de maio de 2014 nos demais casos. Na Outorga do Programa 2013, não há restrição à venda das ações após exercício das Opções A, pois estas foram outorgadas em 10 de maio de 2013 e só poderão ser exercidas nos períodos compreendidos entre 10 de maio e 30 de maio de 2014. Não há, em nenhum caso, restrição para venda às ações adquiridas em virtude do exercício de Opções B.

a. modelo de precificação

Os modelos utilizados pela Gafisa S.A. para precificação das opções outorgadas aos administradores e empregados Beneficiários dos planos são o modelo binomial para as opções tradicionais e o modelo Monte Carlo para as opções sob o formato de *Restricted Stock Options*. O modelo utilizada pela Companhia para precificação das opções outorgadas aos administradores e empregados (Beneficiários) dos planos é Modelo Black-Scholes.

Modelo Black-Scholes

O modelo usa como premissas básicas: o preço na outorga, o preço de exercício, o prazo de carência, a volatilidade do preço das ações, o percentual de dividendos distribuídos e a taxa livre de risco.

Modelo Binomial

O modelo parte da premissa básica de que o comportamento do preço de uma ação em períodos futuros pode ser aproximado por duas trajetórias possíveis: uma ascendente e outra descendente. Deste modo, é construída uma árvore de trajetórias para o preço da ação. O fator ascendente e o fator descendente são determinados a partir da volatilidade da ação e pelo intervalo de tempo entre os passos de árvore. As trajetórias para o preço da ação são determinadas até o vencimento.

Em paralelo, é construída também uma árvore representando o valor da opção a cada período. O valor da opção é determinado de forma retroativa (“*backwards*”), isto é, partindo da maturidade. No período final, a regra de decisão do titular da opção é entre exercer ou não a opção.

Modelo Monte Carlo

A simulação de Monte Carlo é um método alternativo popular que permite a incorporação de diversas fontes de incerteza. Esse método compreende a execução de algumas etapas como (1) determinar os processos de incerteza e geração de *inputs* a partir da amostra das distribuições das variáveis de entrada, (2) realizar operações matemáticas com os *inputs* de forma a gerar os *outputs*, (3) repetir os passos anteriores *n* vezes, de forma a obter *n outputs*, e (4) por meio dos resultados obtidos, calcular dados estatísticos, como médio e desvio padrão.

O algoritmo de cálculo da simulação de Monte Carlo consiste em calcular o valor da opção no vencimento para cada trajetória de modo a obter a média dos valores. O valor da opção no tempo inicial é dado pelo valor presente da média encontrada.

Tendo em vista que para as opções outorgadas sob o formato *Restricted Stock Options* a quantidade de Opções B disponível para exercício depende da quantidade de Opções A exercida, ainda mediante a aplicação de um ajuste multiplicador calculado em função da variação das metas de Valorização das ações da Companhia, o método de Monte Carlo foi adotado no apreamento das opções sob o formato mencionado.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Data de cálculo

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, as opções devem ser avaliadas na data da outorga respectiva (no caso, a data de aprovação do Programa correspondente).

Preço médio ponderado das ações

O preço das ações da Gafisa S.A. considerado como base no cálculo do valor das respectivas opções é o Valor de Mercado base para cálculo dos preços de exercício, salvo exceções anteriormente mencionadas, no caso da aprovação do Programa Especial.

Preço de exercício

O preço de exercício das opções de compra outorgadas pela Companhia, a ser pagos respectivos Beneficiários, será de R\$ 0,77, deduzido por valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação, declarados pela Companhia a partir de data da outorga até a data do efetivo exercício da opção ordinária. Se o preço do exercício, após os abatimentos, serem superiores ao valor do preço de exercício, o plano estabelece a possibilidade de que o Conselho de Administração outorgue opções diferenciadas, podendo os Beneficiários exercer a opção de compra pelo valor de R\$ 0,01 (um centavo).

O preço de exercício das opções de compra outorgadas pela Gafisa S.A.:

- Outorgas tradicionais:

O preço de exercício nas outorgas sob o formato tradicional foi corrigido monetariamente pela variação do índice IGP-M e acrescido de juros de 3% a 6% ao ano, até 6 de maio de 2010. De modo a incorporar essa condição contratual, o preço de exercício foi corrigido periodicamente ao longo da árvore binomial, de modo que no momento do exercício o valor desembolsado se refere ao montante corrigido, até o instante em que as regras correspondentes foram aplicadas.

A curva do índice de inflação foi obtida pelas Taxas Referenciais publicadas pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, tendo sido interpolada para os respectivos vencimentos. O método adotado foi o da interpolação linear.

- Outorgas no formato Restricted Stock Options:

O preço de exercício para as outorgas sob o formato de Restricted Stock Options é (i) calculado a partir do Valor de Mercado, para Opções A e (ii) R\$0,01 para Opções B, sem correção ao longo do tempo.

Volatilidade esperada

Para o cálculo da volatilidade do plano da Companhia esperada foi utilizado o desvio padrão anualizado dos logaritmos naturais das variações diárias históricas do Índice BM&FBOVESPA Imobiliário (IMOBX).

Para o cálculo da volatilidade esperada do plano da Gafisa S.A. foi utilizado o desvio padrão anualizado dos logaritmos naturais das variações diárias históricas do preço das ações da Gafisa S.A.

Prazo de vida da opção

O prazo contratual para exercício das opções da Companhia de cada lote é de 04 a 05 anos a contar da data em que o lote se tornou exercível, ou seja, além do prazo de carência.

O prazo contratual para exercício das opções da Gafisa S.A.:

- Outorgas tradicionais:

Para as outorgas realizadas sob o formato tradicional, se os Beneficiários destinarem um percentual do bônus anual para a aquisição das opções de um determinado lote, o prazo contratual para exercício das opções deste lote é de 10 anos a contar da data em que os lotes se tornaram exercíveis, ou seja, além do prazo de carência, que pode variar de acordo com o Programa em questão. Caso não haja destinação do bônus, os

lotes porventura já incorporados (isto é, que já possam ser exercidos) terão prazo de 3 anos para serem exercidos.

- Outorgas no formato Restricted Stock Options:

Para estas outorgas, a vida das opções foi obtida a partir do prazo contratual de carência das opções (isto é, a partir do qual as opções se tornam disponíveis para exercício), visto que, sob o formato de *Restricted Stock Options*, as opções são do tipo europeia, isto é, exercíveis somente a partir de uma data determinada e por prazo relativamente curto. Para mais informações referentes aos prazos de vida das opções outorgadas no formato *Restricted Stock Options*, vide demais subitens do Item 13.

Dividendos esperados (taxa de distribuição de dividendos)

A taxa de distribuição de dividendos representa a razão entre o dividendo por ação pago em determinado período e o preço da ação no mercado. Essa variável foi calculada a partir do histórico de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio da Gafisa S.A..

Taxa de juros livre de risco

A taxa livre de risco do plano da Companhia foi obtida junto a BM&F e se referem a taxa curva DI na respectiva data de outorga.

As taxas livres de risco do plano da Gafisa S.A. foram obtidas junto ao Banco Central do Brasil e se referem às taxas do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) nas respectivas datas de outorga.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Observa-se empiricamente que as opções são exercidas antecipadamente por parte dos titulares em relação ao prazo de vida da opção, no caso de outorgas tradicionais. Este comportamento se deve a diversos motivos, como, por exemplo, a necessidade de liquidez pessoal e a impossibilidade de proteção patrimonial (*hedge*).

Neste sentido, a Gafisa S.A., de modo a incorporar essa particularidade, adotou a premissa de que as opções serão exercidas a partir do momento em que os lotes se tornarem livres para exercício, isto é, forem incorporados, pelo decurso do respectivo prazo de carência. Desta forma, a vida da opção adotada nos cálculos varia de 1 a 5 anos, conforme o número de lotes e os correspondentes prazos de carência em que as opções estejam divididas, uma vez que os Beneficiários não podem exercer opções de qualquer tipo antes do decurso do prazo de carência. Além disso, não foram considerados para efeito de precificação das opções os exercícios antecipados previstos em caso de falecimento ou invalidez do Beneficiário, ou eventos societários.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Para o cálculo da volatilidade esperada do plano da Companhia foi utilizado o desvio padrão anualizado dos logaritmos naturais das variações diárias históricas do Índice BM&FBOVESPA Imobiliário (IMOBX).

Para o cálculo da volatilidade esperada do plano da Gafisa, foi utilizado o desvio padrão anualizado dos logaritmos naturais das variações diárias históricas do preço das ações da Gafisa S.A.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Período de carência (“vesting period”)

Durante o período de carência, as opções não podem ser exercidas pelos Beneficiários. Para as opções outorgadas sob o formato tradicional, essa condição foi incluída nos cálculos ao se tratar as opções como do tipo europeia (que somente podem ser exercidas a partir de uma certa data) enquanto ainda não incorporadas. Após a incorporação, as opções passam a ser do tipo americana (isto é, exercíveis a qualquer momento até um prazo final extintivo).

Restrição para venda (“lock-up”)

Contratualmente, para as opções A outorgadas no modelo *Restricted Stock Options*, existe uma restrição para a venda das ações adquiridas mediante o exercício das opções. Esta restrição, também denominada período de *lock-up*, varia de 1 a 2 anos, conforme as condições específicas de cada Programa.

Essa restrição implica diminuição no valor das ações para o Beneficiário, tendo em vista que as ações são ilíquidas no momento do exercício das opções. De forma a considerar essa característica, foi aplicado um desconto por falta de liquidez no preço das ações pelo método da “*protective put*”. Conforme este método, o valor de uma opção de venda (*put*) europeia com prazo igual ao período de *lock-up* é calculado, assumindo volatilidades e taxas livres de risco idênticas às utilizadas em cada plano. O valor encontrado para essa opção de venda é então dividido pelo valor da ação na data da outorga, de forma a encontrar um percentual de desconto. Esse desconto é finalmente aplicado sobre as opções, diminuindo-se seu valor respectivo.

Esta metodologia não é mais aplicável aos programas tradicionais, já que, nos termos da Reunião do conselho de administração da Gafisa S.A. realizada em 13 de julho de 2011, todas as restrições para transferência e venda foram liberadas a partir desta data para ações já adquiridas e ações que venham a ser adquiridas, nos Programas em questão.

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não aplicável, considerando que não foram conferidos aos membros do conselho de administração e diretores estatutários quaisquer planos de previdência.

13.11 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Ano de 2012	Conselho de Administração ⁽³⁾	Diretoria Estatutária ⁽¹⁾⁽²⁾	Conselho Fiscal ⁽¹⁾⁽²⁾
Nº. de membros	4	8	3
Valor da maior remuneração (Reais)	n.a.	2.190.570	38.400
Valor da menor remuneração (Reais)	n.a.	2.190.570	7.464
Valor médio da remuneração (Reais)	n.a.	1.107.641	17.776
(1) O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros do órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.			
(2) O membro que recebeu o valor da maior remuneração anual individual exerceu suas funções na Companhia durante os 12 meses do exercício social.			
(3) No exercício social findo em 31/12/2012, os membros do Conselho de Administração da Companhia eram também Diretores Executivos da controladora Gafisa S.A. Dessa forma, os referidos administradores não fizeram jus ao recebimento de remuneração pelas atividades desenvolvidas na Companhia.			

Ano de 2013	Conselho de Administração ⁽³⁾	Diretoria Estatutária ⁽¹⁾⁽²⁾	Conselho Fiscal ⁽¹⁾⁽²⁾
Nº. de membros	4	8	3
Valor da maior remuneração (Reais)	n.a.	2.254.556	38.400
Valor da menor remuneração (Reais)	n.a.	508.525	8.136
Valor médio da remuneração (Reais)	n.a.	1.065.637	18.224
(1) O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros do órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.			
(2) O membro que recebeu o valor da maior remuneração anual individual exerceu suas funções na Companhia durante os 12 meses do exercício social.			
(3) No exercício social findo em 31/12/2013, os membros do Conselho de Administração da Companhia eram também Diretores Executivos da controladora Gafisa S.A. Dessa forma, os referidos administradores não fizeram jus ao recebimento de remuneração pelas atividades desenvolvidas na Companhia.			

Ano de 2014	Conselho de Administração ⁽³⁾	Diretoria Estatutária ⁽¹⁾⁽²⁾	Conselho Fiscal ⁽¹⁾⁽²⁾
Nº. de membros	10	10	3
Valor da maior remuneração (Reais)	126,324	2,821,951	38,400
Valor da menor remuneração (Reais)	0	886,515	8,688
Valor médio da remuneração (Reais)	126,324	924,046	13,829
(1) O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros do órgão que tenham exercido o cargo por			

menos de 12 meses.

(2) O membro que recebeu o valor da maior remuneração anual individual exerceu suas funções na Companhia durante os 12 meses do exercício social.

(3) No exercício social findo em 31/12/2014, sete membros do Conselho de Administração da Companhia eram Diretores Executivos da controladora Gafisa S.A. Dessa forma, os referidos administradores não fizeram jus ao recebimento de remuneração pelas atividades desenvolvidas na Companhia. Somente três dos membros do Conselho de Administração faz jus ao recebimento de remuneração em face do cargo que ocupa neste órgão.

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não aplicável, considerando que não foram celebrados arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores da Companhia em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Ano	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
2012	0%	28%	0%
2013	0%	30%	0%
2014	0%	0%	0%

Notas:

- Conforme detalhado no item 13.1 deste Formulário de Referência, até o fim do exercício social de 2013 todos os membros do Conselho de Administração da Companhia eram também Diretores Executivos da controladora Gafisa S.A. Dessa forma, os referidos administradores não fizeram jus ao recebimento de qualquer remuneração reconhecida nos resultados da Companhia, pelas atividades desenvolvidas nesta até o final do exercício social de 2013.
- Até maio de 2012 a Companhia não reconhecia em seu resultado qualquer valor distribuído aos seus diretores estatutários a título de remuneração, uma vez que sua controladora Gafisa S.A. suportava totalmente o referido pagamento. Em maio de 2012, a Companhia elegeu novos diretores estatutários aos quais passou a suportar totalmente a remuneração, sendo certo que nenhum desses membros são partes relacionadas.
- Em 2011, todos os membros do Conselho Fiscal da Companhia era também membro do Conselho Fiscal da controladora Gafisa S.A. Em maio de 2011, a Companhia elegeu novos membros do Conselho Fiscal e apenas dois dos três membros eram também membros do Conselho Fiscal da controladora Gafisa S.A. Em 2012 e 2013, dois dos três membros do Conselho Fiscal da Companhia era também membro do Conselho Fiscal da controladora Gafisa S.A.

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável, uma vez que não há valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

(em Reais)	Ano de 2012			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	17.403.493	2.906.637	n.a.	19.414.775
Controladas do emissor	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Sociedades sob controle comum	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Nota:

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

1. Os valores reconhecidos no resultado dos controladores diretos e indiretos no exercício social de 2012 foram valores de remuneração (fixa e variável) pagos a membros do Conselho de Administração da Companhia em virtude desses membros ocuparem cargos de Diretores Executivos na controladora direta da Companhia, Gafisa S.A. Para mais detalhes, vide item 13.1 deste Formulário de Referência.

2. Os valores reconhecidos no resultado dos controladores diretos e indiretos no exercício social de 2012 foram valores de remuneração (fixa e variável) pagos a membros da Diretoria Estatutária da Companhia em virtude desses membros ocuparem cargos de Diretores Executivos na controladora direta da Companhia, Gafisa S.A. Após maio de 2012, a Companhia passou a assumir a remuneração fixa dos membros de sua Diretoria e apenas os incentivos de longo prazo (opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações e respectivos Programas da Gafisa S.A.) passaram a ser suportados pela controladora Gafisa S.A., incentivos estes outorgados aos membros da Diretoria da Companhia em virtude do método de incentivos de longo prazo aplicados aos administradores do grupo econômico que a Companhia faz parte. Para mais detalhes, vide item 13.4 deste Formulário de Referência.

(em Reais)	Ano de 2013			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Órgão				
Controladores diretos e indiretos	15.780.825	2.706.614	n.a.	18.487.439
Controladas do emissor	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Sociedades sob controle comum	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Nota:

1. Os valores reconhecidos no resultado dos controladores diretos e indiretos no exercício social de 2013 foram valores de remuneração (fixa e variável) pagos a membros do Conselho de Administração da Companhia em virtude desses membros ocuparem cargos de Diretores Executivos na controladora direta da Companhia, Gafisa S.A. Para mais detalhes, vide item 13.1 deste Formulário de Referência.

2. Os valores reconhecidos no resultado dos controladores diretos e indiretos no exercício social de 2013 foram valores relativos aos incentivos de longo prazo, ou seja, opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações e respectivos Programas da Gafisa S.A., aos membros da Diretoria Estatutária da Companhia em virtude do método de incentivos de longo prazo aplicados aos administradores do grupo econômico que a Companhia faz parte. Para mais detalhes, vide item 13.4 deste Formulário de Referência.

(em Reais)	Ano de 2014			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Órgão				
Controladores diretos e indiretos	15.780.825	2.706.614	n.a.	18.487.439
Controladas do emissor	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Sociedades sob controle comum	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Nota:

1. Os valores reconhecidos no resultado dos controladores diretos e indiretos no exercício social de 2014 foram valores de remuneração (fixa e variável) pagos a membros do Conselho de Administração da Companhia em virtude desses membros ocuparem cargos de Diretores Executivos na controladora direta da Companhia, Gafisa S.A. Para mais detalhes, vide item 13.1 deste Formulário de Referência.

2. Os valores reconhecidos no resultado dos controladores diretos e indiretos no exercício social de 2014 foram valores relativos aos incentivos de longo prazo, ou seja, opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações e respectivos Programas da Gafisa S.A., aos membros da Diretoria Estatutária da Companhia em virtude do método de incentivos de longo prazo aplicados aos administradores do grupo econômico que a Companhia faz parte. Para mais detalhes, vide item 13.4 deste Formulário de Referência.

13.16 Outras informações relevantes

Sobre o Programa de Remuneração Baseada em Ações: o plano de opções segue o modelo da Gafisa S.A. e os valores apresentados como incentivos de longo prazo, baseados em programas de opção de compra de ações refletem o custo contábil de todos os programas outorgados até a data deste Formulário de Referência que ainda estejam sendo amortizados e, portanto apresentados em nossas demonstrações financeiras. Estes valores são calculados no momento da outorga através dos modelos de precificação Binomial (Programas de *Stock Options* tradicionais) e Monte Carlo (Programas *Restricted Stock Options*) e os custos calculados são amortizados ao longo do tempo (em sua maioria, 4 anos).

Os valores apresentados não representam ganhos aferidos pelos beneficiários já que, conforme citado acima, são calculados no momento da outorga e não são ajustados pelo comportamento do mercado de capitais, regras de *vesting*, etc.

14. RECURSOS HUMANOS**14.1. Recursos humanos da Companhia:****a) Empregados:**

2012

Filial	Diretoria	Número de empregados
BA	ADM FINANCEIRO	35
	DESENV. NEGÓCIOS	17
	OPERAÇÕES	27
	VENDAS	25
BA	SUB-TOTAL	104
DF	ADM FINANCEIRO	1
	OPERAÇÕES	5
	VENDAS	1
DF	SUB-TOTAL	7
GO	ADM FINANCEIRO	8
	DESENV. NEGÓCIOS	2
	VENDAS	7
GO	SUB-TOTAL	17
MG	ADM FINANCEIRO	30
	DESENV. NEGÓCIOS	20
	OPERAÇÕES	74
	VENDAS	15
MG	SUB-TOTAL	139
PB	OPERAÇÕES	1
PB	SUB-TOTAL	1
PE	DESENV. NEGÓCIOS	3
	OPERAÇÕES	28
	VENDAS	6
PE	SUB-TOTAL	37
RJ	ADM FINANCEIRO	25
	DESENV. NEGÓCIOS	18
	OPERAÇÕES	328
	VENDAS	30
RJ	SUB-TOTAL	401
RS	ADM FINANCEIRO	15
	DESENV. NEGÓCIOS	9
	OPERAÇÕES	80
	VENDAS	12
RS	SUB-TOTAL	116
SP	ADM FINANCEIRO	100
	DESENV. NEGÓCIOS	48
	OPERAÇÕES	137
	VENDAS	31
SP	SUB-TOTAL	316
TOTAL GERAL		1.138

DIRETORIA	TOTAL
ADM FINANCEIRO	214
NEGÓCIOS	117
OPERAÇÕES	680
VENDAS	127
TOTAL	1.138

2013

Filial	Diretoria	Número de empregados
BA	ADM. FINANCEIRO	15
	DESENV. NEGÓCIOS	14
	OPERAÇÕES	105
	VENDAS	17
	SUBTOTAL	151
DF	ADM. FINANCEIRO	1
	OPERAÇÕES	2
	VENDAS	1
	SUBTOTAL	4
GO	ADM. FINANCEIRO	8
	OPERAÇÕES	4
	VENDAS	3
	SUBTOTAL	15
MG	ADM. FINANCEIRO	24
	DESENV. NEGÓCIOS	22
	OPERAÇÕES	56
	VENDAS	13
	SUBTOTAL	115
PE	ADM. FINANCEIRO	8
	OPERAÇÕES	16
	VENDAS	3
	SUBTOTAL	27
RJ	ADM. FINANCEIRO	22
	DESENV. NEGÓCIOS	17
	OPERAÇÕES	246
	VENDAS	24
	SUBTOTAL	309
RS	ADM. FINANCEIRO	10
	DESENV. NEGÓCIOS	6
	OPERAÇÕES	13
	VENDAS	11
	SUBTOTAL	40
SP	ADM. FINANCEIRO	45
	DESENV. NEGÓCIOS	43
	OPERAÇÕES	149
	VENDAS	31
	SUBTOTAL	268
TOTAL GERAL		929

DIRETORIA	TOTAL
ADM FINANCEIRO	133
NEGÓCIOS	102
OPERAÇÕES	591
VENDAS	103
TOTAL	929

2014

Filial	Diretoria	Número de empregados
BA	ADM. FINANCEIRO	9
	DESENV. NEGÓCIOS	8
	OPERAÇÕES	111
	VENDAS	33

BA	SUBTOTAL	161
DF	ADM. FINANCEIRO	2
	OPERAÇÕES	3
	VENDAS	14
DF	SUBTOTAL	19
GO	ADM. FINANCEIRO	1
	DESENV. NEGÓCIOS	2
	OPERAÇÕES	2
	VENDAS	5
GO	SUBTOTAL	10
MG	ADM. FINANCEIRO	12
	DESENV. NEGÓCIOS	13
	OPERAÇÕES	43
	VENDAS	34
MG	SUBTOTAL	102
PE	ADM. FINANCEIRO	3
	NEGÓCIOS	6
	OPERAÇÕES	46
	VENDAS	17
PE	SUBTOTAL	72
RJ	ADM. FINANCEIRO	14
	DESENV. NEGÓCIOS	12
	OPERAÇÕES	129
	VENDAS	49
RJ	SUBTOTAL	204
RS	ADM. FINANCEIRO	5
	DESENV. NEGÓCIOS	5
	OPERAÇÕES	8
	VENDAS	18
RS	SUBTOTAL	36
SP	ADM. FINANCEIRO	142
	DESENV. NEGÓCIOS	27
	OPERAÇÕES	164
	VENDAS	73
SP	SUBTOTAL	406
TOTAL GERAL		1010

DIRETORIA	TOTAL
ADM FINANCEIRO	188
NEGÓCIOS	73
OPERAÇÕES	506
VENDAS	243
TOTAL	1010

b) Terceirizados

A Companhia não possui controle da quantidade de pessoas terceirizadas que trabalham para ela, tendo em vista (i) o grande volume de obras e (ii) o fato de contratar o serviço - e não a mão-de-obra - diretamente. Dessa forma, estimou-se, com relação aos anos de 2014, 2013 e 2012, para todas as empresas do grupo, a quantidade de terceirizados indicada nas tabelas abaixo.

Referida estimativa é realizada com base na quantidade de pessoas designadas para o volume de obras em construção, em suas diferentes fases, em cada uma das regiões do País. Os serviços normalmente prestados

englobam as seguintes atividades: (i) execução de estrutura; (ii) instalações elétricas e hidráulicas; (iii) execução de alvenaria; (iv) equipamentos de fundação; (v) execução de fachada; e (vi) execução de pintura.

2014

REGIÃO	Nº TERCEIROS
CO/N	0
NE	333
SE	852
SUL	0
TOTAL	1185

2013

REGIÃO	Nº TERCEIROS
NE	750
RJ	1.094
SP	252
MG	1.892
SUL	492
TOTAL	4.480

2012

REGIÃO	Nº TERCEIROS
NE	373
SE	3.598
SUL	934
TOTAL	4.905

c) índice de rotatividade

O índice de rotatividade médio anual (desligamentos voluntários) para os anos de 2012, 2013 e 2014 foi, respectivamente, de 28%, 23% e 30%.

d) exposição a passivos e contingências trabalhistas**2014**

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia figurava como ré em aproximadamente 2.707 processos judiciais de natureza trabalhista, resultantes da prestação de serviços em obras realizadas pela Companhia, sendo que mais de 55% destes processos foram propostos por empregados de empresas terceirizadas. Dessa forma, a principal contingência envolve a terceirização de serviços.

Em 31 de dezembro de 2014, os valores envolvidos nas reclamações trabalhistas em curso contra a Companhia e suas controladas somavam, aproximadamente, R\$70 milhões. Na mesma data, a Companhia mantinha uma provisão para questões relativas às suas pendências judiciais no montante aproximado de R\$34 milhões.

2013

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia figurava como ré em aproximadamente 2.414 processos judiciais de natureza trabalhista, resultantes da prestação de serviços em obras realizadas pela Companhia, sendo que mais de 82% destes processos foram propostos por empregados de empresas terceirizadas. Dessa forma, a principal contingência envolve a terceirização de serviços.

Em 31 de dezembro de 2013, os valores envolvidos nas reclamações trabalhistas em curso contra a Companhia e suas controladas somavam, aproximadamente, R\$75,5 milhões. Na mesma data, a Companhia mantinha uma provisão para questões relativas às suas pendências judiciais no montante aproximado de R\$31,7 milhões.

2012

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia figurava como ré em aproximadamente 2.238 processos judiciais de natureza trabalhista, resultantes da prestação de serviços em obras realizadas pela Companhia, sendo que mais de 70% destes processos foram propostos por empregados de empresas terceirizadas. Dessa forma, a principal contingência envolve a terceirização de serviços.

Em 31 de dezembro de 2012, os valores envolvidos nas reclamações trabalhistas em curso contra a Companhia e suas controladas somavam, aproximadamente, R\$117,4 milhões. Na mesma data, a Companhia mantinha uma provisão para questões relativas às suas pendências judiciais no montante aproximado de R\$36,3 milhões.

14.2. Alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1:

Não houve alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.

14.3. Políticas de remuneração dos empregados da Companhia:

A Companhia tem por política de remuneração fixa, para seus principais executivos, praticar salários abaixo da média do mercado, compensada por uma remuneração variável de curto prazo acima do mercado. Além disso, os principais executivos são elegíveis a incentivos de longo prazo.

Para os demais funcionários, a Companhia tem por política de remuneração fixa praticar salários de acordo com o mercado e efetuar reajustes salariais de acordo com a legislação trabalhista e a data-base dos dissídios coletivos das categorias dos empregados.

Além disso, concede aumentos salariais de acordo com o desempenho e nível de engajamento dos empregados.

Com relação aos benefícios, a Companhia oferece:

Seguro de vida - para todos os empregados, com valores diferenciados de cobertura, variando de acordo com o nível hierárquico.

Assistência médica - para todos os empregados, concedendo diferentes padrões de cobertura, variando de acordo com o nível hierárquico.

Assistência Odontológica - para todos os empregados (plano opcional), concedendo diferentes padrões de cobertura, variando de acordo com o nível hierárquico.

Vale-refeição - para todos os empregados, descontando um valor de contribuição de acordo com a faixa salarial

Auxílio-creche - a Companhia concede este benefício durante um determinado período de tempo, divulgado internamente.

Vale-transporte - para todos os cargos. Aplicável somente para utilização de transporte público.

Estacionamento - para os níveis hierárquicos de coordenação e acima, subsidiando o valor do estacionamento, em sua totalidade.

Os planos de opção de compra de ações da Companhia, detalhados no Item 13 deste Formulário de Referência, englobam os níveis de Diretoria e alguns gerentes, dependendo sempre de avaliação de performance e aprovação pela Diretoria.

14.4. Descrever as relações entre a Companhia e sindicatos

A maioria dos empregados da Companhia e de seus profissionais terceirizados em São Paulo é representada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil de São Paulo – SINTRACON. Em regra, o Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo – SINDUSCON-SP negocia anualmente com o SINTRACON Convenções Coletivas de Trabalho aplicáveis aos empregados da Companhia. Em maio de 2013 foi celebrada convenção coletiva de trabalho, vigente no período de 01.05.2013 a 30.04.2014, prevendo um aumento salarial de 8,99% em 01.05.2013. Em maio de 2014 foi celebrada convenção coletiva de trabalho, vigente no período de 01.05.2014 a 30.04.2015, prevendo um aumento salarial em 01.05.2014 de 7,32% para salários até R\$8.000,00 e 5,82% para salários a partir de R\$8.001,00. Em 2015, os percentuais de reajuste não foram definidos pelos Sindicatos, até o momento.

A maioria dos empregados da Companhia e de seus profissionais terceirizados no Rio de Janeiro é representada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, de Ladrilhos Hidráulicos e Produtos de Cimento e de Mármore e Granitos, e da Construção e de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplanagem em Geral e Manutenção e Montagem Industrial do Município do Rio de Janeiro – SINTRACONST-RIO. Em regra, o Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio de Janeiro – SINDUSCON-RIO negocia anualmente com a SINTRACONST-RIO convenções coletivas de trabalho aplicáveis aos empregados da Companhia. Em março de 2013 foi celebrada convenção coletiva de trabalho, tendo vigência durante o período de 01.03.2013 a 28.02.2014, prevendo um aumento salarial de 9% em 01.03.2013. Em março de 2014 foi celebrada convenção coletiva de trabalho, tendo vigência durante o período de 01.03.2014 a 28.02.2015, prevendo um aumento salarial de 9% em 01.03.2013. Em 2015, os percentuais de reajuste não foram definidos pelos Sindicatos, até o momento.

E assim acontece em todas as outras regiões, visto que hoje a Companhia atua em grande parte do Brasil, cada uma dessas regiões tem a sua data base e assim negociam Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e Sindicato das Empresas na Construção Civil.

15. CONTROLE**15.1 Acionista ou grupo de acionistas controladores:**

CONTROLADOR	
Nome	Gafisa S.A.
Nacionalidade	Brasileira
CNPJ	01.545.826/0001-07
Quantidade de ações detidas, por classe e espécie	633.037.801 ações ordinárias
Percentual detido em Relação à respectiva classe ou espécie	100% das ações ordinárias
Percentual detido em relação ao total do capital social	100% do capital social total
Se participa de acordo de acionista	Não aplicável, uma vez que a totalidade das ações é detida por um único acionista.
Lista dos Controladores diretos ou indiretos do Controlador	A Companhia não possui acionista controlador direto ou indireto. Para informações sobre os principais acionistas da Gafisa S.A., vide item 15.2 abaixo
Data da última alteração	30/12/2013

15.2 Informações sobre os acionistas ou grupos de acionistas que agem em conjunto ou que representam o mesmo interesse com participação igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de ações e que não estejam listados no item 15.1:

Acionistas da Gafisa S.A. com participação igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de ações

Acionista CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Qtde. ações ordinárias (unidade)	Ações ordinárias %	Qtde. preferenciais (unidade)	Ações preferenciais %	Qtde total de ações (unidades)	Total ações %
FUNCEF – Fundação dos Economiários Federais					
00.436.923/0001-90	Brasileira - DF	Não	Não	21/03/2013	
23.835.800	6,300000%	n/a	n/a	23.835.800	6,30%
Polo Capital Gestão de Recursos Ltda. e Polo Capital Internacional Gestão de Recursos Ltda.					
05.451.668/0001-79	Brasileira - RJ	Não	Não	19/12/2014	
08.990.773/0001-74					
52.547.486	13,900000%	n/a	n/a	52.547.486	13,90%
Ações de titularidade dos membros do Conselho de Administração					
n/a	n/a	Não	Não	31/03/2014	
349.104	0,090000%	n/a	n/a	349.104	0,090%
Ações de titularidade dos membros da Diretoria					
n/a	n/a	Não	Não		
1.538.445	0,410000%	n/a	n/a	1.538.445	0,410%
Ações em tesouraria					
10.806.616	2,860000%	n/a	n/a	10.806.616	2,860%
Outros					
288.988.711	76,440000%	n/a	n/a	288.988.711	76,440000%
Total	100,000000%	n/a	n/a	378.066.162	100,000000%

15.3 Distribuição do capital, conforme apurado na última assembleia geral de acionistas:

Descrição	Composição com base em 22/04/15
a) N° acionistas pessoas físicas	0
b) N° acionistas pessoas jurídicas	1
c) N° investidores institucionais	0
d) N° ações em circulação ^{(1) (2)}	Não há ações em circulação, uma vez que a Companhia é subsidiária integral da Gafisa S.A.
⁽¹⁾ Com base na posição de 22/04/15	
⁽²⁾ O capital social da Companhia é composto exclusivamente por ações ordinárias.	

15.4 Organograma dos acionistas da Companhia:

<u>Acionistas Diretos</u>	<u>Ações Ordinárias</u>	<u>Capital Total (%)</u>
Gafisa S.A.	633.037.801	100%
Ações de titularidade dos membros do Conselho de Administração	0	0%
Ações de titularidade dos Diretores	0	0%
Ações em tesouraria	0	0%
Ações em circulação	0	0%
Total de ações	633.037.801	100,00%

15.5 Informações sobre acordos de acionistas regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações da Companhia, arquivados na sede da Companhia e dos quais o controlador seja parte:

Não há acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia.

15.6. Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia:

Não há, uma vez que a Companhia não possui grupo de controle e seus administradores não possuem participação relevante.

15.7 Outras informações relevantes:

Todas as informações pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

16.1. Regras, políticas e práticas da Companhia quanto à realização de transações com partes relacionadas (conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto):

A política da Companhia consiste em operar diretamente com Sociedades de Propósito Específico para o desenvolvimento de suas atividades de incorporação e construção de empreendimentos imobiliários, sempre observando os preços e condições usuais de mercado.

A Companhia participa do desenvolvimento de empreendimentos de incorporação imobiliária com outros parceiros de forma direta. A estrutura de administração desses empreendimentos e a gerência de caixa são centralizadas na empresa líder do empreendimento, que gerencia o desenvolvimento das obras e os orçamentos. Assim, o líder do empreendimento assegura que as aplicações de recursos necessários sejam efetuadas e alocadas de acordo com o planejado. As origens e aplicações de recursos dos empreendimentos estão refletidas nesses saldos, com observância do respectivo percentual de participação, os quais não estão sujeitos à atualização ou encargos financeiros e não possuem vencimento pré-determinado. O prazo médio de desenvolvimento e finalização dos empreendimentos, nos quais se encontram aplicados os recursos, é de 24 a 30 meses. A Companhia recebe uma remuneração pela administração destes empreendimentos.

Dentre os negócios atuais da Companhia com suas sociedades de propósito específico, destacam-se a celebração de contratos de construção de empreendimentos imobiliários e contratos de gestão imobiliária, estes últimos visando à regulação dos aspectos financeiros relativos à parceria e ao empreendimento. As sociedades de propósito específico da Companhia funcionam como empresas independentes. A escolha da empresa que prestará os serviços anteriormente descritos leva em consideração o critério do melhor preço, conhecimento da região ou do empreendimento, entre outros, de modo que as sociedades de propósito específico poderão optar pela contratação de serviços de terceiros, em detrimento dos serviços prestados pela Companhia, caso estes apresentem melhores condições do que aquelas apresentadas pela Companhia.

As operações financeiras das subsidiárias integrais ou sociedades de propósito específico da Companhia são avaliadas ou afiançadas na proporção da participação da Companhia no capital social de tais sociedades, à exceção de determinados casos específicos em que a Companhia concede garantia em favor de seus parceiros. Em todas essas relações em que a Companhia é garantidora (indicado com o termo "Fiadora/Garantidora" na coluna (i) do item "k" da tabela constante do item 16.2 abaixo), não há incidência de juros ou qualquer outro tipo de remuneração em razão da natureza da operação.

De acordo com o BR GAAP, a Companhia utiliza o método de consolidação proporcional para consolidar os resultados de suas subsidiárias de cujo capital participem terceiros.

Até a presente data, a Companhia não havia concedido qualquer empréstimo ou celebrado qualquer contrato financeiro com seus diretores ou membros do conselho de administração.

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

16.2. Em relação às transações com partes relacionadas:

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido (R\$)	Saldo Existente	Montante (R\$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Atua Construtora e Incorporadora S.A. Relação com o Emissor Objeto Contrato Garantia e Seguros Rescisão ou extinção Natureza e razão para operação	31/07/2008	1.327.995	Sim	3.144.510	Ao longo do projeto	Mútuo	112%
Sócio da Companhia no empreendimento Acédio SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. Contrato de mútuo com vistas ao financiamento do empreendimento Acédio SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda 100% de sua participação no empreendimento Acédio SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. Inadimplemento Mútuo / Taxa de juros cobrados: 113,5% da Captação Inicial + 112% do CDI a.a.							
Acédio Empreendimentos Imobiliários Ltda. Relação com o Emissor Objeto Contrato Garantia e Seguros Rescisão ou extinção Natureza e razão para operação	SPE 01/08/2008	935.593	Sim	935.593	Ao longo do projeto	Mútuo	112%
SPE Controlada Contrato de mútuo com vistas ao financiamento do empreendimento Acédio SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. Não consta Inadimplemento Mútuo / Taxa de juros cobrados: 113,5% da Captação Inicial + 112% do CDI a.a.							
Atua Construtora e Incorporadora S.A. Relação com o Emissor Objeto Contrato Garantia e Seguros Rescisão ou extinção Natureza e razão para operação	31/07/2008	1.737.000	Sim	4.140.000	Ao longo do projeto	Mútuo	112%
Sócio da Companhia no empreendimento Fit Campolim SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. Contrato de mútuo com vistas ao financiamento do empreendimento Fit Campolim SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. 100% de sua participação no empreendimento Fit Campolim SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. Inadimplemento Mútuo / Taxa de juros cobrados: 113,5% da Captação Inicial + 112% do CDI a.a.							
Fit Campolim Empreendimentos Imobiliários Ltda. Relação com o Emissor Objeto Contrato Garantia e Seguros Rescisão ou extinção Natureza e razão para operação	SPE 01/08/2008	4.036.612	Sim	4.036.612	Ao longo do projeto	Mútuo	112%
SPE Controlada Contrato de mútuo com vistas ao financiamento do empreendimento Fit Campolim SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. Não consta Inadimplemento Mútuo / Taxa de juros cobrados: 113,5% da Captação Inicial + 112% do CDI a.a.							
Atua Construtora e Incorporadora S.A. Relação com o Emissor Objeto Contrato Garantia e Seguros Rescisão ou extinção Natureza e razão para operação	31/07/2008	3.803.476	Sim	9.018.817	Ao longo do projeto	Mútuo	112%
Sócio da Companhia no empreendimento Fit Jardim Botânico SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. Contrato de mútuo com vistas ao financiamento do empreendimento Fit Jardim Botânico SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. 100% de sua participação no empreendimento Fit Jardim Botânico SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. Inadimplemento Mútuo / Taxa de juros cobrados: 113,5% da Captação Inicial + 112% do CDI a.a.							
Fit Jardim Botânico Empreendimentos Imobiliários Ltda. Relação com o Emissor Objeto Contrato Garantia e Seguros Rescisão ou extinção Natureza e razão para operação	SPE 14/08/2008	10.163.831	Sim	10.163.831	Ao longo do projeto	Mútuo	112%
SPE Controlada Contrato de mútuo com vistas ao financiamento do empreendimento Fit Jardim Botânico SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. Não consta Inadimplemento Mútuo							

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

operação									
Blue 2 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	30/10/2013	3.313.218	Sim	2.471.107		Ao longo do projeto	Mútuo	12%	
Relação com o Emissor	Sócio da Companhia no empreendimento AC Participações Ltda.								
Objeto Contrato	Contrato de mútuo com vistas ao financiamento do empreendimento AC Participações Ltda.								
Garantia e Seguros	100% de sua participação no empreendimento AC Participações Ltda.								
Rescisão ou extinção	Inadimplemento								
Natureza e razão para operação	Mútuo / Taxa de juros cobrados: IGP-M + 12% a.a.								
Fit Bild 09 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	31/07/2008	8.422.117	Sim	8.422.117		Ao longo do Projeto	Mútuo	120%	
Relação com o Emissor	SPE Controlada								
Objeto Contrato	Contrato de mútuo com vistas ao financiamento do empreendimento Fit Bild 09 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.								
Garantia e Seguros	Não consta								
Rescisão ou extinção	Inadimplemento								
Natureza e razão para operação	Mútuo / Taxa de juros cobrados: 120% da Captação Inicial + 1% a.m.								
Gafisa S.A.	20/04/2009	600.000.000,00	389.617.084,00	600.000.000,00		01/10/2016	1ª Emissão de Debêntures	9,25%	
Relação com o Emissor	A Emissora desta debênture é a Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A., tendo ainda a Gafisa S.A. como avalista e a TNI Negócios Imobiliários Ltda., controlada da Companhia, como interveniente								
Objeto Contrato	Financiamento à construção de diversos empreendimentos da Companhia e TNI Negócios Imobiliários Ltda., com aval da Gafisa S.A.								
Garantia e Seguros	Alienação das Quotas TNI, Penhor/Cessão Fiduciária de Contas Bancárias e Direitos Creditórios e Aval da Gafisa S.A.								
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado								
Natureza e razão para operação	Financiamento de diversos empreendimentos / Taxa de juros cobrados: TR + 9,25%								
Gafisa S.A.	03/06/2011	11.001.582,85	não	0		03/12/2015	Fiança	1,20%	
Relação com o Emissor	Fiança emitida em nome da Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A..								
Objeto Contrato	Garantir o pagamento do terreno Província do Porto								
Garantia e Seguros	Aval da Gafisa S.A.								
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado								
Natureza e razão para operação	Carta Fiança para garantia do empreendimento Província do Porto / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado								
Tenda Negócios Imobiliários S.A./ Gafisa S.A.	24/02/2014	2.250.000,00	não	0		28/11/2014	Fiança	2,00%	
Relação com o Emissor	Fiança emitida em nome da Tenda Negócios Imobiliários S.A., subsidiária integral da Companhia								
Objeto Contrato	Garantir o pagamento do terreno Alexios								
Garantia e Seguros	Aval da Gafisa S.A.								
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado								
Natureza e razão para operação	Carta Fiança para garantia do empreendimento Alexios / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado								
Gafisa S.A.	25/10/2010	972.772,88	não	0		Indeterminado	Fiança	2,00%	
Relação com o Emissor	Fiança emitida em nome da Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A.								
Objeto Contrato	Garantir processo judicial perante Juízo de Direito da 2ª Vara do Trabalho de Salvador								
Garantia e Seguros	Aval da Gafisa S.A.								
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado								
Natureza e razão para operação	Carta Fiança para garantia de processo judicial / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado								
Tenda Negócios Imobiliários S.A./Gafisa S.A.	18/06/2014	703.787,33	não	0		26/11/2018	Fiança	1,50%	
Relação com o Emissor	Fiança emitida em nome da Tenda Negócios Imobiliários S.A., subsidiária integral da Companhia								
Objeto Contrato	Garantir as obras do empreendimento Mar del Plata								
Garantia e Seguros	Aval da Gafisa S.A.								
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado								
Natureza e razão para operação	Carta Fiança para garantia de obra / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado								
Tenda Negócios Imobiliários S.A./Gafisa S.A.	20/08/2014	3.243.495,52	não	0		17/10/2015	Fiança	3,00%	
Relação com o Emissor	Fiança emitida em nome da Tenda Negócios Imobiliários S.A., subsidiária integral da Companhia								
Objeto Contrato	Garantir pagamento de terreno do empreendimento Bairro Novo								

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

Garantia e Seguros	Aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Carta Fiança para garantia do empreendimento Bairro Novo / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado						
Gafisa S.A.	23/01/2012	4.746,82	não	0	23/01/2015	Seguro Garantia	0,75%
Relação com o Emissor	Seguro Garantia tendo a Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A., como devedora						
Objeto Contrato	Seguro para garantia de processo judicial de Ruix Andaimes						
Garantia e Seguros	Aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Seguro Garantia Judicial / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado						
Gafisa S.A.	11/03/2010	924.974,54	não	0	11/03/2015	Seguro Garantia	0,75%
Relação com o Emissor	Seguro Garantia tendo a Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A., como devedora						
Objeto Contrato	Seguro para garantia de processo judicial de Luciana Oliveira da Paixão						
Garantia e Seguros	Aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Seguro Garantia Judicial / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado						
Gafisa S.A.	27/04/2012	348.218,38	não	0	27/04/2015	Seguro Garantia	0,75%
Relação com o Emissor	Seguro Garantia tendo a Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A., como devedora						
Objeto Contrato	Seguro para garantia de processo judicial Nordecon						
Garantia e Seguros	Aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Seguro Garantia Judicial / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado						
Gafisa S.A.	07/10/2011	455.000,00	não	0	07/10/2014	Seguro Garantia	0,75%
Relação com o Emissor	Seguro Garantia tendo a Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A., como devedora						
Objeto Contrato	Seguro para garantia de processo judicial Paulo Roberto Peruzzo						
Garantia e Seguros	Aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Seguro Garantia Judicial / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado						
Gafisa S.A.	01/11/2011	104.841,96	não	0	01/11/2014	Seguro Garantia	0,75%
Relação com o Emissor	Seguro Garantia tendo a Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A., como devedora						
Objeto Contrato	Seguro para garantia de processo judicial de Araucária						
Garantia e Seguros	Aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Seguro Garantia Judicial / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado						
Gafisa S.A.	08/11/2012	2.838.743,66	não	0	08/11/2014	Seguro Garantia	0,75%
Relação com o Emissor	Seguro Garantia tendo a Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A., como devedora						
Objeto Contrato	Seguro para garantia de processo judicial de Valfredo Santos Mota						
Garantia e Seguros	Aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Seguro Garantia Judicial / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado						
Gafisa S.A.	16/11/2012	1.111.954,24	não	0	16/11/2014	Seguro Garantia	0,75%
Relação com o Emissor	Seguro Garantia tendo a Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A., como devedora						
Objeto Contrato	Seguro para garantia de processo judicial de Peterson R. Querino						
Garantia e Seguros	Aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Seguro Garantia Judicial / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado						
Gafisa S.A.	13/12/2011	12.472,14	não	0	13/12/2014	Seguro Garantia	0,75%
Relação com o Emissor	Seguro Garantia tendo a Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A., como devedora						
Objeto Contrato	Seguro para garantia de processo judicial de Danielle Sassi						
Garantia e Seguros	Aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Seguro garantia / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado						
Gafisa S.A.	25/05/2010	7.560.000,00	não	0	30/12/2014	Seguro Garantia	0,54%
Relação com o Emissor	Seguro Garantia tendo a Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A., como devedora						
Objeto Contrato	Seguro para garantir entrega do Empreendimento Assunção						

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

Garantia e Seguros	Aval da Gafisa S.A.								
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado								
Natureza e razão para operação	Seguro Garantia Judicial / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado								
FIT 12 SPE	29/04/2011	67.654,73	não	0	29/04/2017	Seguro Garantia	0,75%		
Empreendimentos Imobiliários Ltda./Gafisa S.A.									
Relação com o Emissor	Seguro Garantia emitido em nome da FIT 12 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda., controlada direta da Companhia								
Objeto Contrato	Seguro para garantir processo judicial de Hidraulitec								
Garantia e Seguros	Aval da Gafisa S.A.								
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado								
Natureza e razão para operação	Seguro Garantia Judicial / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado								
Gafisa S.A.	20/06/2013	198.363	não	0	20/06/2016	Seguro Garantia	2,25%		
Relação com o Emissor	Seguro garantia emitido em nome da Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A.								
Objeto Contrato	Seguro para garantir o processo judicial de JOÃO BATISTA FERNANDES								
Garantia e Seguros	Aval da Gafisa S.A.								
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado								
Natureza e razão para operação	Seguro Garantia Judicial / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado								
Gafisa S.A.	02/07/2013	629.790	não	0	02/07/2016	Seguro Garantia	2,25%		
Relação com o Emissor	Seguro garantia emitido em nome da Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A.								
Objeto Contrato	Seguro para garantir o processo judicial de TAIS PORTO SANTOS								
Garantia e Seguros	Aval da Gafisa S.A.								
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado								
Natureza e razão para operação	Seguro Garantia Judicial / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado								
Gafisa S.A.	29/07/2013	1.460.685	não	0	29/07/2016	Seguro Garantia	2,25%		
Relação com o Emissor	Seguro Garantia emitido em nome da Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A.								
Objeto Contrato	Seguro para garantir o processo judicial de HEMACC								
Garantia e Seguros	Aval da Gafisa S.A.								
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado								
Natureza e razão para operação	Seguro Garantia Judicial / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado								
Gafisa S.A.	22/08/2013	154.565	não	0	22/08/2016	Seguro Garantia	2,25%		
Relação com o Emissor	Seguro Garantia emitido em nome da Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A.								
Objeto Contrato	Seguro para garantir o processo judicial de CINTIA DAS GRAÇAS V DA COSTA BO								
Garantia e Seguros	Aval da Gafisa S.A.								
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado								
Natureza e razão para operação	Seguro Garantia Judicial / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado								
Gafisa S.A.	03/09/2013	193.979	não	0	03/09/2016	Seguro Garantia	2,25%		
Relação com o Emissor	Seguro Garantia emitido em nome da Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A.								
Objeto Contrato	Seguro para garantir o processo judicial de SANDRO TOURINHO								
Garantia e Seguros	Aval da Gafisa S.A.								
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado								
Natureza e razão para operação	Seguro Garantia Judicial / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado								
Gafisa S.A.	10/09/2013	126.086	não	0	10/09/2016	Seguro Garantia	2,25%		
Relação com o Emissor	Seguro Garantia emitido em nome da Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A.								
Objeto Contrato	Seguro para garantir o processo judicial de SALVIO ANDRE DIAS FARIAS								
Garantia e Seguros	Aval da Gafisa S.A.								
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado								
Natureza e razão para operação	Seguro Garantia Judicial / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado								
Gafisa S.A.	13/09/2013	321.222	não	0	13/09/2016	Seguro Garantia	2,25%		
Relação com o Emissor	Seguro Garantia emitido em nome da Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A.								
Objeto Contrato	Seguro para garantir o processo judicial de RITA DE CASTRO								
Garantia e Seguros	Aval da Gafisa S.A.								
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado								
Natureza e razão para operação	Seguro Garantia Judicial / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado								

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

Gafisa S.A. Relação com o Emissor Objeto Contrato Garantia e Seguros Rescisão ou extinção Natureza e razão para operação	10/10/2013 Seguro Garantia emitido em nome da Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A. Seguro para garantir o processo judicial de MARCELO STIVALETE E SIMONE STIV Aval da Gafisa S.A. Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado Seguro Garantia Judicial / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado	138.272	não	0	10/10/2016	Seguro Garantia	2,25%
Gafisa S.A. Relação com o Emissor Objeto Contrato Garantia e Seguros Rescisão ou extinção Natureza e razão para operação	15/10/2013 Seguro Garantia emitido em nome da Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A. Seguro para garantir o processo judicial de SECONCI MG Aval da Gafisa S.A. Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado Seguro Garantia Judicial / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado	133.517	não	0	15/10/2016	Seguro Garantia	2,25%
Gafisa S.A. Relação com o Emissor Objeto Contrato Garantia e Seguros Rescisão ou extinção Natureza e razão para operação	14/11/2013 Seguro Garantia emitido em nome da Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A. Seguro para garantir o processo judicial de APARECIDO DA SILVA LIMA Aval da Gafisa S.A. Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado Seguro Garantia Judicial / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado	169.000	não	0	14/11/2016	Seguro Garantia	2,25%
Gafisa S.A. Relação com o Emissor Objeto Contrato Garantia e Seguros Rescisão ou extinção Natureza e razão para operação	04/12/2013 Seguro Garantia emitido em nome da Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A. Seguro para garantir o processo judicial de SIDNEY ALVES BARBOSA Aval da Gafisa S.A. Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado Seguro Garantia Judicial / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado	225.076	não	0	04/12/2016	Seguro Garantia	2,25%
Gafisa S.A. Relação com o Emissor Objeto Contrato Garantia e Seguros Rescisão ou extinção Natureza e razão para operação	17/12/2013 Seguro Garantia emitido em nome da Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A. Seguro para garantir o processo judicial de TRADEX Aval da Gafisa S.A. Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado Seguro Garantia Judicial / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado	2.535.651	não	0	17/12/2016	Seguro Garantia	2,25%
Gafisa S.A. Relação com o Emissor Objeto Contrato Garantia e Seguros Rescisão ou extinção Natureza e razão para operação	09/01/2014 Seguro Garantia emitido em nome da Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A. Seguro para garantir o processo judicial de PAULO CESAR FLORENCIO Aval da Gafisa S.A. Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado Seguro Garantia Judicial / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado	131.214	não	0	09/01/2017	Seguro Garantia	2,25%
Gafisa S.A. Relação com o Emissor Objeto Contrato Garantia e Seguros Rescisão ou extinção Natureza e razão para operação	04/02/2014 Seguro Garantia emitido em nome da Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A. Seguro para garantir o processo judicial de PAULO ROBERTO MUNIZ BITTENCOURT Aval da Gafisa S.A. Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado Seguro Garantia Judicial / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado	546.086	não	0	04/02/2017	Seguro Garantia	2,25%
Gafisa S.A. Relação com o Emissor Objeto Contrato Garantia e Seguros Rescisão ou extinção Natureza e razão para operação	17/02/2014 Seguro Garantia emitido em nome da Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A. Seguro para garantir o processo judicial de ALEXANDRE DE ANDRADE KAUP Aval da Gafisa S.A. Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado Seguro Garantia Judicial / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado	492.703	não	0	17/02/2017	Seguro Garantia	2,25%
Gafisa S.A. Relação com o Emissor Objeto Contrato Garantia e Seguros Rescisão ou extinção Natureza e razão para operação	10/06/2014 Seguro Garantia emitido em nome da Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A. Seguro para garantir o processo judicial de AMÉRICA Aval da Gafisa S.A. Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado Seguro Garantia Judicial / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado	776.604	não	0	10/06/2017	Seguro Garantia	2,10%

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

Gafisa S.A. Relação com o Emissor Objeto Contrato Garantia e Seguros Rescisão ou extinção Natureza e razão para operação	01/07/2014 Seguro Garantia emitido em nome da Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A. Seguro para garantir o processo judicial de MULTA PROCON SP - 4° VARA Aval da Gafisa S.A. Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado Seguro Garantia Judicial / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado	74.312	não	0	01/07/2017	Seguro Garantia	2,10%
Gafisa S.A. Relação com o Emissor Objeto Contrato Garantia e Seguros Rescisão ou extinção Natureza e razão para operação	01/07/2014 Seguro Garantia emitido em nome da Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A. Seguro para garantir o processo judicial de MULTA PROCON SP - 6° VARA Aval da Gafisa S.A. Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado Seguro Garantia Judicial / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado	254.932	não	0	01/07/2017	Seguro Garantia	2,10%
Gafisa S.A. Relação com o Emissor Objeto Contrato Garantia e Seguros Rescisão ou extinção Natureza e razão para operação	19/08/2014 Seguro Garantia emitido em nome da Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A. Seguro para garantir o processo judicial de TÂNIA MÁRCIA TORRES BRANDÃO. Aval da Gafisa S.A. Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado Seguro Garantia Judicial / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado	1.775.344	não	0	01/07/2017	Seguro Garantia	12,00%
Tenda Negócios Imobiliários S.A./ Gafisa S.A. Relação com o Emissor Objeto Contrato Garantia e Seguros Rescisão ou extinção Natureza e razão para operação	20/06/2014 Seguro Garantia emitido em nome da Tenda Negócios Imobiliários S.A., subsidiária integral da Companhia Garantir a obra do Residencial Vila Cantuária Módulo IV Aval da Gafisa S.A. Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado Seguro Garantia de Término de Obra / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado	873.078	não	0	15/06/2015	Seguro Garantia	0,65%
Tenda Negócios Imobiliários S.A. / Gafisa S.A. Relação com o Emissor Objeto Contrato Garantia e Seguros Rescisão ou extinção Natureza e razão para operação	20/06/2014 Seguro Garantia emitido em nome da Tenda Negócios Imobiliários S.A., subsidiária integral da Companhia Garantir a obra do Residencial Vila Cantuária Módulo V Aval da Gafisa S.A. Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado Seguro Garantia de Término de Obra / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado	697.440	não	0	13/05/2015	Seguro Garantia	0,65%
Tenda Negócios Imobiliários S.A. / Gafisa S.A. Relação com o Emissor Objeto Contrato Garantia e Seguros Rescisão ou extinção Natureza e razão para operação	15/10/2014 Seguro Garantia emitido em nome da Tenda Negócios Imobiliários S.A., subsidiária integral da Companhia Garantir a obra do Residencial Recanto de Abrantes Módulo I Aval da Gafisa S.A. Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado Seguro Garantia de Término de Obra / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado	1.102.097	não	0	12/09/2016	Seguro Garantia	0,65%
Tenda Negócios Imobiliários S.A. / Gafisa S.A. Relação com o Emissor Objeto Contrato Garantia e Seguros Rescisão ou extinção Natureza e razão para operação	15/10/2014 Seguro Garantia emitido em nome da Tenda Negócios Imobiliários S.A., subsidiária integral da Companhia Garantir a obra do Residencial Recanto de Abrantes Módulo I Aval da Gafisa S.A. Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado Seguro Garantia de Término de Obra / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado	4.151.087	não	0	12/09/2016	Seguro Garantia	0,65%
Tenda Negócios Imobiliários S.A. / Gafisa S.A. Relação com o Emissor Objeto Contrato Garantia e Seguros Rescisão ou extinção Natureza e razão para operação	19/08/2014 Seguro Garantia emitido em nome da Tenda Negócios Imobiliários S.A., subsidiária integral da Companhia Garantir a obra do Residencial Recanto Verde Vida II - Módulo III Aval da Gafisa S.A. Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado Seguro Garantia de Término de Obra / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado	1.654.222	não	0	13/04/2016	Seguro Garantia	0,65%
Tenda Negócios Imobiliários S.A. / Gafisa S.A.	19/08/2014	1.372.342	não	0	13/06/2016	Seguro Garantia	0,65%

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

Relação com o Emissor	Seguro Garantia emitido em nome da Tenda Negócios Imobiliários S.A., subsidiária integral da Companhia						
Objeto Contrato	Garantir a obra do Residencial Recanto Verde Vida II - Módulo IV						
Garantia e Seguros	Aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Seguro Garantia de Término de Obra / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado						
Tenda Negócios Imobiliários S.A. / Gafisa S.A.	30/12/2014	1.254.327	não	0	01/03/2017	Seguro Garantia	0,65%
Relação com o Emissor	Seguro Garantia emitido em nome da Tenda Negócios Imobiliários S.A., subsidiária integral da Companhia						
Objeto Contrato	Garantir a obra do Residencial Terra Brasílis Mod I						
Garantia e Seguros	Aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Seguro Garantia de Término de Obra / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado						
Tenda Negócios Imobiliários S.A. / Gafisa S.A.	28/07/2014	1.325.733	não	0	30/04/2016	Seguro Garantia	0,65%
Relação com o Emissor	Seguro Garantia emitido em nome da Tenda Negócios Imobiliários S.A., subsidiária integral da Companhia						
Objeto Contrato	Garantir a obra do Residencial Candeias Módulo I						
Garantia e Seguros	Aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Seguro Garantia de Término de Obra / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado						
Tenda Negócios Imobiliários S.A. / Gafisa S.A.	15/10/2014	1.012.408	não	0	10/04/2016	Seguro Garantia	0,65%
Relação com o Emissor	Seguro Garantia emitido em nome da Tenda Negócios Imobiliários S.A., subsidiária integral da Companhia						
Objeto Contrato	Garantir a obra do Residencial Candeias Módulo II						
Garantia e Seguros	Aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Seguro Garantia de Término de Obra / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado						
Tenda Negócios Imobiliários S.A. / Gafisa S.A.	30/11/2014	1.075.548	não	0	30/01/2017	Seguro Garantia	0,65%
Relação com o Emissor	Seguro Garantia emitido em nome da Tenda Negócios Imobiliários S.A., subsidiária integral da Companhia						
Objeto Contrato	Garantir a obra do Residencial Candeias Módulo III						
Garantia e Seguros	Aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Seguro Garantia de Término de Obra / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado						
Tenda Negócios Imobiliários S.A. / Gafisa S.A.	30/11/2014	717.198	não	0	30/01/2017	Seguro Garantia	0,65%
Relação com o Emissor	Seguro Garantia emitido em nome da Tenda Negócios Imobiliários S.A., subsidiária integral da Companhia						
Objeto Contrato	Garantir a obra do Residencial Candeias Módulo IV						
Garantia e Seguros	Aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Seguro Garantia de Término de Obra / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado						
Tenda Negócios Imobiliários S.A. / Gafisa S.A.	30/11/2014	895.942	não	0	30/01/2017	Seguro Garantia	0,65%
Relação com o Emissor	Seguro Garantia emitido em nome da Tenda Negócios Imobiliários S.A., subsidiária integral da Companhia						
Objeto Contrato	Garantir a obra do Residencial Candeias Módulo V						
Garantia e Seguros	Aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Seguro Garantia de Término de Obra / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado						
Tenda Negócios Imobiliários S.A. / Gafisa S.A.	31/12/2014	1.679.938	não	0	01/03/2017	Seguro Garantia	0,65%
Relação com o Emissor	Seguro Garantia emitido em nome da Tenda Negócios Imobiliários S.A., subsidiária integral da Companhia						
Objeto Contrato	Garantir a obra do Residencial Palmeiras Módulo I						
Garantia e Seguros	Aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Seguro Garantia de Término de Obra / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado						
Tenda Negócios Imobiliários	01/01/2015	42.037	não	0	01/03/2017	Seguro Garantia	0,65%

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

S.A. Gafisa S.A. Relação com o Emissor Objeto Contrato Garantia e Seguros Rescisão ou extinção Natureza e razão para operação										Seguro Garantia emitido em nome da Tenda Negócios Imobiliários S.A., subsidiária integral da Companhia Garantir a obra do Residencial Palmeiras Módulo II Aval da Gafisa S.A. Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado Seguro Garantia de Término de Obra / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado
Tenda Negócios Imobiliários S.A. Gafisa S.A. Relação com o Emissor Objeto Contrato Garantia e Seguros Rescisão ou extinção Natureza e razão para operação	05/12/2014	260.602	não	0	05/02/2017	Seguro Garantia			0,65%	Seguro Garantia emitido em nome da Tenda Negócios Imobiliários S.A., subsidiária integral da Companhia Garantir a obra do Residencial Palmeiras Módulo I Aval da Gafisa S.A. Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado Seguro Garantia de Término de Obra / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado
Tenda Negócios Imobiliários S.A. Gafisa S.A. Relação com o Emissor Objeto Contrato Garantia e Seguros Rescisão ou extinção Natureza e razão para operação	15/12/2014	1.295.158	não	0	13/02/2017	Seguro Garantia			0,65%	Seguro Garantia emitido em nome da Tenda Negócios Imobiliários S.A., subsidiária integral da Companhia Garantir a obra do Residencial Monte Alegre Módulo I Aval da Gafisa S.A. Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado Seguro Garantia de Término de Obra / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado
Gafisa S.A. Relação com o Emissor Objeto Contrato Garantia e Seguros Rescisão ou extinção Natureza e razão para operação	15/12/2014	1.259.285	não	0	13/02/2017	Seguro Garantia			0,65%	Seguro Garantia emitido em nome da Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A. Garantir a obra do Residencial Santo André Módulo I Aval da Gafisa S.A. Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado Seguro Garantia de Término de Obra / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado
Gafisa S.A. Relação com o Emissor Objeto Contrato Garantia e Seguros Rescisão ou extinção Natureza e razão para operação	05/12/2014	73.008	não	0	05/02/2017	Seguro Garantia			0,65%	Seguro Garantia emitido em nome da Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A. Garantir a obra do Residencial Santo André Módulo I Aval da Gafisa S.A. Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado Seguro Garantia de Término de Obra / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado
Tenda Negócios Imobiliários S.A. / Gafisa S.A. Relação com o Emissor Objeto Contrato Garantia e Seguros Rescisão ou extinção Natureza e razão para operação	31/01/2015	42.051	não	0	31/03/2017	Seguro Garantia			0,65%	Seguro Garantia emitido em nome da Tenda Negócios Imobiliários S.A., subsidiária integral da Companhia Garantir a obra do Residencial Laranjeiras Módulo I Aval da Gafisa S.A. Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado Seguro Garantia de Término de Obra / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado
Tenda Negócios Imobiliários S.A. / Gafisa S.A. Relação com o Emissor Objeto Contrato Garantia e Seguros Rescisão ou extinção Natureza e razão para operação	31/01/2015	42.044	não	0	31/03/2017	Seguro Garantia			0,65%	Seguro Garantia emitido em nome da Tenda Negócios Imobiliários S.A., subsidiária integral da Companhia Garantir a obra do Residencial Laranjeiras Módulo II Aval da Gafisa S.A. Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado Seguro Garantia de Término de Obra / O prêmio está quitado e não há saldo devedor, mas existe o risco de reembolso relacionado ao objeto segurado
Gafisa S.A. Relação com o Emissor Objeto Contrato Garantia e Seguros Rescisão ou extinção Natureza e razão para operação	28/09/2012	21.721.730	Sim	4.200.384	12/03/2016	SFH			8,30%	Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A. Financiamento à construção do projeto Mondrian Life - Fase I Hipoteca e aval da Gafisa S.A. Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%
Gafisa S.A. Relação com o Emissor	28/09/2012	34.591.344	Sim	5.828.694	17/11/2016	SFH			8,30%	Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A.

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

Objeto Contrato	Financiamento à construção do projeto Mondrian Life - Fase II						
Garantia e Seguros	Hipoteca e aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%						
Fit 35 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. / Gafisa S.A.	22/11/2010	23.356.746	Não	0	22/12/2014	SFH	9,5%
Relação com o Emissor	A devedora do contrato, a Fit 35 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda., é controlada direta da Companhia						
Objeto Contrato	Financiamento à construção do projeto Fit Bosque Dos Pássaros						
Garantia e Seguros	Hipoteca e aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 9.50%						
Gafisa S.A.	02/12/2010	5.461.325	Sim	1.348.276	02/04/2017	SFH	8,30%
Relação com o Emissor	Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A.						
Objeto Contrato	Financiamento à construção do projeto Green Park Life I						
Garantia e Seguros	Hipoteca e aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%						
Gafisa S.A.	25/03/2011	24.990.000	Sim	2.090.286	30/01/2017	SFH	8,30%
Relação com o Emissor	Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A.						
Objeto Contrato	Financiamento à construção do projeto Nova Maricá Life						
Garantia e Seguros	Hipoteca e aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%						
Gafisa S.A.	10/10/2011	2.446.878	Sim	496.802	10/12/2016	SFH	8,30%
Relação com o Emissor	Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A.						
Objeto Contrato	Financiamento à construção do projeto Green Park Life III						
Garantia e Seguros	Hipoteca e aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%						
Fit 32 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. / Gafisa S.A.	27/10/2011	30.019.300	Sim	2.983.116	27/06/2015	SFH	8,30%
Relação com o Emissor	A devedora do contrato, a Fit 32 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda., é controlada direta da Companhia						
Objeto Contrato	Financiamento à construção do projeto Vista Flamboyant Fases I e II						
Garantia e Seguros	Hipoteca e aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%						
Tenda Negócios Imobiliários S.A. / Gafisa S.A.	14/11/2011	10.890.001	Sim	3.840.945	24/06/2016	SFH	8,30%
Relação com o Emissor	A devedora Tenda Negócios Imobiliários S.A., subsidiária integral da Companhia						
Objeto Contrato	Financiamento à construção do projeto Residencial Allegro Life						
Garantia e Seguros	Hipoteca e aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%						
Tenda Negócios Imobiliários S.A. / Gafisa S.A.	05/01/2012	10.767.217	Sim	5.740.546	25/09/2016	SFH	8,30%
Relação com o Emissor	A devedora Tenda Negócios Imobiliários S.A., subsidiária integral da Companhia						
Objeto Contrato	Financiamento à construção do projeto Da Vinci III Vitale						
Garantia e Seguros	Hipoteca e aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%						
Tenda Negócios Imobiliários	26/12/2012	11.862.349	Sim	177.086	26/05/2016	SFH	8,30%

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

S.A / Gafisa S.A. Relação com o Emissor Objeto Contrato Garantia e Seguros Rescisão ou extinção Natureza e razão para operação	A devedora Tenda Negócios Imobiliários S.A., subsidiária integral da Companhia Financiamento à construção do projeto Piedade Life - F7 Hipoteca e aval da Gafisa S.A. Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%
Gafisa S.A. Relação com o Emissor Objeto Contrato Garantia e Seguros Rescisão ou extinção Natureza e razão para operação	28/06/2013 4.567.232 Sim 984.060 28/09/2017 SFH 8,30% Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A. Financiamento à construção do projeto Green Park II Hipoteca e aval da Gafisa S.A. Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%
Gafisa S.A. Relação com o Emissor Objeto Contrato Garantia e Seguros Rescisão ou extinção Natureza e razão para operação	31/07/2013 22.739.976 Não 0 26/11/2016 SFH 8,30% Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A. Financiamento à construção do projeto Res. Vida Nova Jaraguá Hipoteca e aval da Gafisa S.A. Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%
Fit 40 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. / Gafisa S.A. Relação com o Emissor Objeto Contrato Garantia e Seguros Rescisão ou extinção Natureza e razão para operação	13/12/2013 16.455.958 Sim 61 03/03/2017 SFH 8,30% A devedora do contrato, a Fit 40 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda., é controlada direta da Companhia Financiamento à construção do projeto Chácara Campo Limpo - Mod I Hipoteca e aval da Gafisa S.A. Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%
Fit 40 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. / Gafisa S.A. Relação com o Emissor Objeto Contrato Garantia e Seguros Rescisão ou extinção Natureza e razão para operação	13/12/2013 7.553.769 Não 0 03/03/2017 SFH 8,30% A devedora do contrato, a Fit 40 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda., é controlada direta da Companhia Financiamento à construção do projeto Chácara Campo Limpo - Mod II Hipoteca e aval da Gafisa S.A. Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%
Gafisa S.A. Relação com o Emissor Objeto Contrato Garantia e Seguros Rescisão ou extinção Natureza e razão para operação	20/12/2013 9.080.841 Sim 1.132.619 10/03/2017 SFH 8,30% Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A. Financiamento à construção do projeto Pq das Flores Guaianazes Hipoteca e aval da Gafisa S.A. Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%
Gafisa S.A. Relação com o Emissor Objeto Contrato Garantia e Seguros Rescisão ou extinção Natureza e razão para operação	28/03/2014 11.181.620 Sim 3.343.389 12/05/2017 SFH 8,30% Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A. Financiamento à construção do projeto Viva Mais Realengo - Mod I Hipoteca e aval da Gafisa S.A. Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%
Gafisa S.A. Relação com o Emissor Objeto Contrato Garantia e Seguros Rescisão ou extinção Natureza e razão para operação	28/03/2014 8.344.776 Sim 2.196.019 28/10/2017 SFH 8,30% Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A. Financiamento à construção do projeto Viva Mais Realengo - Mod II Hipoteca e aval da Gafisa S.A. Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%
Gafisa S.A.	16/05/2014 13.936.790 Sim 1.392.177 16/11/2017 SFH 8,30%

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

Relação com o Emissor	Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A.						
Objeto Contrato	Financiamento à construção do projeto Palácio Imperial - Mod I						
Garantia e Seguros	Hipoteca e aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%						
Gafisa S.A.	25/07/2014	8.431.785	Sim	6.051.234	25/02/2018	SFH	8,30%
Relação com o Emissor	Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A.						
Objeto Contrato	Financiamento à construção do projeto Viva Mais Realengo - Mod III						
Garantia e Seguros	Hipoteca e aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%						
Gafisa S.A.	25/07/2014	5.651.092	Sim	3.853.796	25/06/2017	SFH	8,30%
Relação com o Emissor	Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A.						
Objeto Contrato	Financiamento à construção do projeto Viva Mais Realengo - Mod IV						
Garantia e Seguros	Hipoteca e aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%						
Gafisa S.A.	29/08/2014	9.071.160	Sim	1.144.709	29/02/2016	SFH	8,30%
Relação com o Emissor	Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A.						
Objeto Contrato	Financiamento à construção do projeto Monte Algre - Mod I						
Garantia e Seguros	Hipoteca e aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%						
Gafisa S.A.	29/08/2014	4.667.042	Não	0	27/06/2016	SFH	8,30%
Relação com o Emissor	Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A.						
Objeto Contrato	Financiamento à construção do projeto Monte Algre - Mod II						
Garantia e Seguros	Hipoteca e aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%						
Tenda Negócios Imobiliários S.A. / Gafisa S.A.	30/09/2014	11.725.983	Não	0	30/05/2018	SFH	8,30%
Relação com o Emissor	A devedora Tenda Negócios Imobiliários S.A., subsidiária integral da Companhia						
Objeto Contrato	Financiamento à construção do projeto Res. das Palmeiras - Mod I						
Garantia e Seguros	Hipoteca e aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%						
Tenda Negócios Imobiliários S.A. / Gafisa S.A.	30/09/2014	7.889.333	Não	0	30/05/2018	SFH	8,30%
Relação com o Emissor	A devedora Tenda Negócios Imobiliários S.A., subsidiária integral da Companhia						
Objeto Contrato	Financiamento à construção do projeto Res. das Palmeiras - Mod II						
Garantia e Seguros	Hipoteca e aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%						
Gafisa S.A.	31/10/2014	8.688.831	Não	0	29/02/2018	SFH	8,30%
Relação com o Emissor	Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A.						
Objeto Contrato	Financiamento à construção do projeto Parque santo André - Mod I						
Garantia e Seguros	Hipoteca e aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%						
Gafisa S.A.	31/10/2014	6.206.891	Não	0	29/02/2018	SFH	8,30%
Relação com o Emissor	Companhia, subsidiária integral da Gafisa S.A.						
Objeto Contrato	Financiamento à construção do projeto Parque santo André - Mod II						
Garantia e Seguros	Hipoteca e aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%						

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

operação							
Tenda Negócios Imobiliários S.A. / Gafisa S.A.	28/11/2014	8.667.296	Não	0	28/06/2018	SFH	8,30%
Relação com o Emissor	A devedora Tenda Negócios Imobiliários S.A., subsidiária integral da Companhia						
Objeto Contrato	Financiamento à construção do projeto Terra Brasilis - Mod I						
Garantia e Seguros	Hipoteca e aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%						
Tenda Negócios Imobiliários S.A. / Gafisa S.A.	08/12/2014	2.509.000	Não	0	15/07/2019	SFH	8,30%
Relação com o Emissor	A devedora Tenda Negócios Imobiliários S.A., subsidiária integral da Companhia						
Objeto Contrato	Financiamento à construção do projeto Reserva das Árvores - Mod I						
Garantia e Seguros	Hipoteca e aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%						
Tenda Negócios Imobiliários S.A. / Gafisa S.A.	08/12/2014	2.150.000	Não	0	15/11/2019	SFH	8,30%
Relação com o Emissor	A devedora Tenda Negócios Imobiliários S.A., subsidiária integral da Companhia						
Objeto Contrato	Financiamento à construção do projeto Reserva das árvores - Mod II						
Garantia e Seguros	Hipoteca e aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%						
Tenda Negócios Imobiliários S.A. / Gafisa S.A.	08/12/2014	2.150.000	Não	0	17/04/2020	SFH	8,30%
Relação com o Emissor	A devedora Tenda Negócios Imobiliários S.A., subsidiária integral da Companhia						
Objeto Contrato	Financiamento à construção do projeto Reserva das árvores - Mod III						
Garantia e Seguros	Hipoteca e aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%						
Tenda Negócios Imobiliários S.A. / Gafisa S.A.	08/12/2014	2.150.000	Não	0	17/08/2020	SFH	8,30%
Relação com o Emissor	A devedora Tenda Negócios Imobiliários S.A., subsidiária integral da Companhia						
Objeto Contrato	Financiamento à construção do projeto Reserva das árvores - Mod IV						
Garantia e Seguros	Hipoteca e aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%						
Tenda Negócios Imobiliários S.A. / Gafisa S.A.	11/12/2014	11.203.445	Não	0	11/03/2018	SFH	8,30%
Relação com o Emissor	A devedora Tenda Negócios Imobiliários S.A., subsidiária integral da Companhia						
Objeto Contrato	Financiamento à construção do projeto Vida Alegre Sarandi - Mod I						
Garantia e Seguros	Hipoteca e aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%						
Tenda Negócios Imobiliários S.A. / Gafisa S.A.	11/12/2014	7.894.513	Não	0	11/06/2018	SFH	8,30%
Relação com o Emissor	A devedora Tenda Negócios Imobiliários S.A., subsidiária integral da Companhia						
Objeto Contrato	Financiamento à construção do projeto Vida Alegre Sarandi - Mod II						
Garantia e Seguros	Hipoteca e aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%						
Tenda Negócios Imobiliários S.A. / Gafisa S.A.	12/12/2014	10.100.258	Não	0	12/03/2018	SFH	8,30%
Relação com o Emissor	A devedora Tenda Negócios Imobiliários S.A., subsidiária integral da Companhia						
Objeto Contrato	Financiamento à construção do projeto Res. das Laranjeiras - Módulo I						
Garantia e Seguros	Hipoteca e aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

Natureza e razão para operação	Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%						
Tenda Negócios Imobiliários S.A. / Gafisa S.A.	12/12/2014	7.912.524	Não	0	18/07/2018	SFH	8,30%
Relação com o Emissor	A devedora Tenda Negócios Imobiliários S.A., subsidiária integral da Companhia						
Objeto Contrato	Financiamento à construção do projeto Res. das Laranjeiras - Módulo II						
Garantia e Seguros	Hipoteca e aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%						
Tenda Negócios Imobiliários S.A. / Gafisa S.A.	27/02/2012	22.094.972	Não	0	27/09/2014	SFH	8,30%
Relação com o Emissor	Construtora Tenda S.A., subsidiária integral da Companhia						
Objeto Contrato	Financiamento à construção do projeto Res. Germania Life						
Garantia e Seguros	Hipoteca e aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%						
Fit 31 Empreendimentos Imobiliários Ltda. SPE	26/11/2010	17.104.041	Sim	8.605.739	26/08/2017	SFH	10,00%
Relação com o Emissor	A devedora do contrato, a Fit 31 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda., é controlada da Companhia						
Objeto Contrato	Financiamento à construção do projeto Fit Gairdino						
Garantia e Seguros	Hipoteca e aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 10,0%						
Fit 25 Empreendimentos Imobiliários Ltda. SPE	25/11/2010	24.474.396	Sim	890.834	09/07/2015	SFH	8,30%
Relação com o Emissor	A devedora do contrato, a Fit 25 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda., é controlada da Companhia						
Objeto Contrato	Financiamento à construção do projeto Fit Icoaraci						
Garantia e Seguros	Hipoteca e aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%						
Fit 16 Empreendimentos Imobiliários Ltda. SPE	18/03/2011	10.183.069	Sim	1.238.461	14/06/2015	SFH	8,30%
Relação com o Emissor	A devedora do contrato, a Fit 40 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda., é controlada da Companhia						
Objeto Contrato	Financiamento à construção do projeto Fit Mirante do Lago						
Garantia e Seguros	Hipoteca e aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%						
Fit 11 Empreendimentos Imobiliários Ltda. SPE	18/07/2013	26.390.904	Sim	14.489.514	08/06/2015	SFH	10,00%
Relação com o Emissor	A devedora do contrato, a Fit 11 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda., é controlada da Companhia						
Objeto Contrato	Financiamento à construção do projeto Fit Boulevard das Palmeiras						
Garantia e Seguros	Hipoteca e aval da Gafisa S.A.						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado						
Natureza e razão para operação	Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 10,0%						

16.3. Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social:

a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Por conta de a Companhia fazer parte do grupo econômico da Gafisa S.A., companhia aberta cujas ações são negociadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, são adotadas pela Companhia práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo as previstas no Regulamento do Novo Mercado.

As transações com partes relacionadas são celebradas a preços, prazos, encargos financeiros e demais condições pactuadas entre as partes, e divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração autoriza previamente a concessão, pela Companhia, de empréstimo, financiamento ou garantia real ou fidejussória em favor de suas sociedades controladas (à exceção de sociedades de propósito específico de cujo capital total e votante a Companhia seja titular de 90% ou mais) ou de terceiros, sempre que as operações sejam contratadas por período superior a 48 meses ou cujo valor supere o maior valor entre R\$20 milhões ou 3% do ativo consolidado total da Companhia.

O Conselho de Administração é responsável, ainda, pela autorização de celebração, alteração ou término, pela Companhia ou por quaisquer de suas controladas, de qualquer contrato, compromisso ou acordo entre, de um lado, a Companhia ou uma de suas controladas e, de outro lado, qualquer administrador ou parte relacionada de qualquer administrador da Companhia ou de suas controladas decorrente ou relacionado a tais contratos, compromissos ou acordos, sendo certo que, em qualquer caso, tais contratos, compromissos ou acordos deverão ser celebrados em base equitativas e em condições de mercado.

A Diretoria Executiva e todos os colaboradores da Companhia estão comprometidos com o Código Ética da Companhia, que previne a Companhia contra qualquer tomada de decisão que possa ocasionar conflito de interesses. Assim, todas as operações da Companhia, especialmente aquelas que envolvem partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos órgãos decisórios da Companhia a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes.

b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A Companhia e suas subsidiárias, ao celebrarem acordo ou estabelecerem relação comercial, o fazem sempre observando as condições praticadas em mercado àquela época.

A escolha da empresa que prestará os serviços anteriormente descritos leva em consideração o critério do melhor preço, conhecimento da região ou do empreendimento, etc., de modo que as sociedades de propósito específico poderão optar pela contratação de serviços de terceiros, em detrimento dos serviços prestados pela Companhia, caso estes apresentem melhores condições do que aquelas apresentadas pela Companhia.

17. CAPITAL SOCIAL**17.1 Informações gerais sobre o capital social:**

Descrição do Capital Social	
Espécie de Ações	Ordinárias
Quantidade de Ações	633.037.801
a) Capital Emitido (R\$)	1.194.000.000,00
Data de Alteração do Capital Emitido	30/12/2013
b) Capital Subscrito (R\$)	1.194.000.000,00
Data de Alteração do Capital Subscrito	30/12/2013
c) Capital Integralizado (R\$)	1.194.000.000,00
Data de Alteração do Capital Integralizado	30/12/2013
d) Prazo para Integralização (R\$)	O capital social encontra-se totalmente integralizado
e) Capital Autorizado (quantidade de ações)	600.000.000
Data de Alteração do Capital Autorizado	14/12/2009

Não há valores mobiliários conversíveis em ações emitidos pela Companhia em circulação.

17.2. Aumentos de capital da Companhia:

Data da Deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data da Emissão	Valor Total do Aumento	Valores Mobiliários Emitidos	Preço de Emissão	Forma de Integralização	Critério para Determinação do Preço de Emissão	Subscrição Pública ou Particular	% do Aumento de Capital em relação ao Capital Social Anterior	Fator Cotação
10.03.2011	Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas	10.03.2011	R\$140.005.490,36	74.260.000	R\$2,832	Capitalização de crédito, contra a Companhia, no valor total de R\$210.303.899,61, relativo a AFACs – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social realizados pelo acionista até 31 de dezembro de 2010	Divisão do valor do aumento de capital pela quantidade de ações emitidas pela Companhia	Particular	16,538381	R\$ por Unidade
08.08.2011	Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas	08.08.2011	R\$206.976.381,65	109.782.000	R\$2,825749	Capitalização de crédito, contra a Companhia, no valor total de R\$310.216.399,36, relativo a AFACs – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social realizados pelo acionista até 30 de junho de 2011	Divisão do valor do aumento de capital pela quantidade de ações emitidas pela Companhia	Particular	20,979722	R\$ por Unidade
04.10.2012	Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas	04.10.2012	R\$469.178,29	249.000	R\$5.564,314799	Capitalização de crédito, contra a Companhia, no valor total de R\$1.385.514.384,84, relativo a AFACs – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social realizados pelo acionista até 31 de dezembro de 2010	Divisão do valor do aumento de capital pela quantidade de ações emitidas pela Companhia	Particular	0,039310	R\$ por Unidade

17.3. Desdobramentos, grupamentos e bonificações:

Não se aplica, visto que não houve desdobramentos, grupamentos ou bonificações das ações da Companhia nos últimos três exercícios.

17.4. Informações sobre reduções de capital da Companhia:

Não se aplica, visto que não houve redução do capital social da Companhia nos últimos três exercícios.

17.5. Outras informações relevantes

Do preço total de emissão relativo ao primeiro aumento de capital descrito no item 17.2, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de março de 2011, no valor total de R\$210.303.899,61, R\$140.005.490,36 foram destinados ao capital social e R\$70.298.409,25 foram destinados à formação de reserva de capital.

Do preço total de emissão relativo ao segundo aumento de capital descrito no item 17.2, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de agosto de 2011, no valor total de R\$310.216.399,36, R\$206.976.381,65 foram destinados ao capital social e R\$103.240.017,71 foram destinados à formação de reserva de capital.

Do preço total de emissão relativo ao terceiro aumento de capital descrito no item 17.2, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 4 de outubro de 2012, no valor total de R\$1.385.514.384,84, R\$469.178,29 foram destinados ao capital social e R\$1.385.045.206,55 foram destinados à formação de reserva de capital.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 22 de novembro de 2012 foi aprovado o resgate, com o consequente cancelamento, de 170.068 ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade da Gafisa S.A., sua única acionista, no valor total de R\$946.309.826,41 a ser pago a débito da reserva de capital.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 30 de dezembro de 2013, foi aprovado o resgate, com o consequente cancelamento, de 99.131 ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade da Gafisa S.A., sua única acionista, no valor total de R\$551.594.084,56 a ser pago a débito da reserva de capital.

18. VALORES MOBILIÁRIOS**18.1. Direitos de cada classe e espécie de ação emitida:**

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	80
Direito a dividendos	De acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia, é conferido aos titulares de ações de emissão da Companhia direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições relativamente às ditas ações na proporção de suas participações no capital social. Nos termos do art. 31, §2º (b) do estatuto social da Companhia, do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após as deduções previstas no estatuto social e ajustado na forma do art. 202, da Lei das Sociedades por Ações, destinar-se-á 25% para pagamento do dividendo obrigatório a todos os acionistas da Companhia.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	No caso de liquidação da Companhia, os acionistas receberão os pagamentos relativos a reembolso do capital na proporção de suas participações no capital social, após o pagamento de todas as obrigações da Companhia. Os acionistas que dissentirem de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderão retirar-se da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações. Para fins de reembolso, o valor da ação será determinado com base no valor econômico da Companhia, apurado em avaliação procedida por empresa especializada indicada e escolhida em conformidade com o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações. Caberá ao Conselho de Administração fixar a lista tríplice de instituições qualificadas a ser apresentada à Assembleia Geral da Companhia para fins da avaliação do valor econômico da Companhia.
Restrição à circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social da Companhia nem as deliberações tomadas em assembleia geral podem privar os acionistas dos direitos de (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar do acervo da Companhia, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência para a subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, observadas as condições previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes além das divulgadas nos tópicos anteriores.

18.2. Regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública:

Não aplicável, uma vez que não há regras estatutárias que limitem o direito de voto dos acionistas ou que os obriguem a realizar oferta pública.

18.3. Exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto:

Não aplicável, uma vez que não há exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstas no Estatuto Social da Companhia.

18.4. Em forma de tabela, informar volume de negociações bem como maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, em cada um dos trimestres dos 3 últimos exercícios sociais:

Não aplicável, uma vez que não há valores mobiliários de emissão da Companhia negociados em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado.

18.5. Outros valores mobiliários emitidos (que não sejam ações)

Emissões de Debêntures pela Companhia

A Companhia já realizou a emissão de duas séries de debêntures, sendo que se encontram em circulação apenas as debêntures cujas características seguem abaixo:

<u>Primeira Emissão de Debêntures</u>
a. Identificação do valor mobiliário: Primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em lote único e indivisível, em série única, com garantia flutuante e garantia adicional.
b. Quantidade: 1
c. Valor: R\$600 milhões
d. Data de emissão: A data de emissão corresponde à data de subscrição, nos termos da escritura de emissão, isto é, 01.04.2009.
e. Restrições à circulação: As debêntures da primeira emissão são destinadas exclusivamente a investidores qualificados.
f. Conversibilidade: Não há.
g. Possibilidade de resgate, indicando: Não há
h. Quando os valores mobiliários forem de dívida, indicar, quando aplicável

i. Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado

As debêntures têm vencimento em 01.10.2016, amortizadas em 9 parcelas, sendo a primeira parcela em 01.10.2012 e a última na data de vencimento.

As debêntures contam com cláusulas de vencimento antecipado típicas para esse tipo de operação e, em especial, relacionadas com o descumprimento, pela Companhia, de obrigações relacionadas às debêntures. Entre outras cláusulas, a Companhia possui ainda os seguintes “covenants” financeiros, cujo descumprimento poderá ensejar o vencimento antecipado:

- (i) O Índice de Dívida, calculado pelo total de contas a receber (TR) mais estoques (TE), dividido pela dívida líquida menos dívida com garantia real, deve ser > 2 ou < 0 , sendo $TR + TE$ sempre > 0
- (ii) O índice de Alavancagem Máxima, calculado pela divisão da dívida total menos dívida com garantia real pelo patrimônio líquido não deve exceder a 50% do patrimônio líquido
- (iii) Total de recebíveis mais receita a apropriar mais total de estoques concluídos deve ser maior que 1,5 vezes a dívida líquida mais imóveis a pagar mais custo a apropriar

ii. **Juros:** variação acumulada da TR + cupom de 9% ao ano.

iii. **Garantia:** (a) garantia flutuante; e (b) garantias adicionais, quais sejam: (b.1.) cessão fiduciária de direitos creditórios e sobre contas bancárias, (b.2.) alienação fiduciária de ações, e (b.3.) alienação fiduciária de quotas do Fundo de Investimento Renda Fixa, conforme descrição na escritura de emissão.

iv. **Na ausência de garantias, se o crédito é quirografário ou subordinado:** Não aplicável, conforme item imediatamente precedente.

v. **Eventuais restrições impostas ao emissor em relação:**

- **à distribuição de dividendos:** Vencimento antecipado na hipótese de distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas na escritura de emissão ou caso o índice de dívida atinja o mínimo de 2.

- **à alienação de determinados ativos:** Vencimento antecipado na hipótese de alienação do atual controle da Companhia ou da Tenda Negócios Imobiliários S.A. sem prévia e expressa aprovação do debenturista representado pelo agente fiduciário, sendo que o debenturista não objetará injustificadamente tal transferência de controle caso a mesma não comprometa a capacidade de pagamento da Companhia.

- **à contratação de novas dívidas:** Não há.

- **à emissão de novos valores mobiliários:** Não há.

vi. **Agente fiduciário e indicação dos principais termos do contrato:** Planner Corretora de Valores S.A., cujos direitos e obrigações estabelecidos na escritura de emissão das debêntures são aqueles constantes da Instrução CVM 28/83.

i. **Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários:** Todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de debenturistas dependem de aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação.

j. **Outras características relevantes:** Não há.

18.6. Mercados brasileiros nos quais valores mobiliários da Companhia são admitidos à negociação

A debênture da 1ª emissão da Companhia não foi registrada para negociação no mercado secundário.

As ações da Companhia não se encontram em circulação, sendo 100% do capital social de titularidade de Gafisa S.A.

18.7. Valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros

Não há valores mobiliários da Companhia admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8. Ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia

Não foram realizadas, nos últimos três exercícios sociais, ofertas públicas de distribuição, pela Companhia ou por terceiros, relativas a valores mobiliários da Companhia.

18.9. Ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiro:

Não há ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiro.

18.10. Outras informações relevantes

Todas as informações pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

19. PLANOS DE RECOMPRA E VALORES MOBILIÁRIOS EM TESOURARIA

19.1. Planos de recompra de ações da Companhia:

Não aplicável, pois não foram aprovados, nos últimos 3 exercícios sociais, quaisquer planos de recompra de ações da Companhia.

Para informações sobre outros planos de recompra de ações aprovados pela Companhia, vide item 19.4 abaixo.

19.2. Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria:

Não aplicável, uma vez que não houve, nos últimos 3 exercícios sociais, movimentação dos valores mobiliários da Companhia mantidos em tesouraria.

19.3. Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Não aplicável, uma vez que, na data de encerramento do último exercício social, não havia valores mobiliários da Companhia mantidos em tesouraria.

19.4. Outras Informações Relevantes

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia do dia 27.11.2012 foi aprovado, por unanimidade, programa de recompra de ações, pela Companhia, de ações ordinárias de emissão de sua controladora, a Gafisa S.A., programa este já encerrado, para manutenção em tesouraria e posterior alienação (“Programa”). Tal aprovação se deu em conformidade com o art. 30, §1º, “b”, da Lei nº 6.404/76, a Instrução CVM nº 10/80 (“ICVM 10”), e Artigo 17, (n) do Estatuto Social da Companhia. Competiria à Diretoria da Companhia definir a oportunidade e o volume a ser adquirido. O Programa teve as seguintes características:

- (i) referido Programa teve como objetivo a aplicação de forma eficiente dos recursos disponíveis da Companhia, com a expectativa de rentabilidade a médio e longo prazo;
- (ii) a quantidade de ações a serem adquiridas no âmbito do referido Programa não deveriam exceder 10.000.000 de ações ordinárias da Gafisa S.A.;
- (iii) a aquisição seria realizada a débito da conta de Reserva de Capital da Companhia, conforme demonstrações financeiras levantadas em 30 de setembro de 2012;
- (iv) a aquisição de ações dar-se-ia pelo preço de mercado da ação da Gafisa S.A. na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e intermediada pela corretora Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na capital do Estado de São Paulo; e
- (v) o Programa seria executado em até 365 dias, a contar da data de aprovação do mesmo.

No período entre fevereiro e junho de 2013 a Companhia adquiriu 10.000.000 de ações ordinárias da Gafisa S.A. no âmbito deste Programa. Estas ações estão mantidas pela Companhia em tesouraria.

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada no dia 9.12.2013, foi aprovado, por unanimidade, programa de recompra de ações, pela Companhia, de ações ordinárias de emissão de sua controladora, a Gafisa S.A., para manutenção em tesouraria e posterior alienação. Tal aprovação se deu em conformidade com o art. 30, §1º, “b”, da Lei nº 6.404/76, a ICVM 10, e Artigo 17, (n) do Estatuto Social da Companhia. Competiria à Diretoria da Companhia definir a oportunidade e o volume a ser adquirido. O Programa foi aprovado com as seguintes características:

- (i) referido Programa teve como objetivo a aquisição de ações da Gafisa S.A., em Bolsa de Valores, objetivando a aplicação de forma eficiente dos recursos disponíveis da Companhia, com a expectativa de rentabilidade a médio e longo prazo;
- (ii) a aquisição de ações da Gafisa S.A. pela Companhia via programa de recompra de ações condiciona sua execução à manutenção da dívida líquida consolidada da Gafisa S.A. em um nível igual ou inferior a 60% do seu patrimônio líquido;
- (iii) a quantidade de ações a serem adquiridas no âmbito do referido Programa não deve exceder 32.938.554 de ações ordinárias da Gafisa S.A., que, em conjunto com as 10.599.486 ações de emissão da Gafisa S.A. atualmente em tesouraria (incluindo aquelas detidas pela Companhia), correspondem a 10% das ações ordinárias de emissão da Gafisa em circulação no mercado;
- (iv) a aquisição seria realizada a débito da conta de Reserva de Capital da Companhia, conforme demonstrações financeiras levantadas em 30 de setembro de 2013;
- (v) a aquisição de ações dar-se-ia pelo preço de mercado da ação da Gafisa S.A. na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e intermediada pela corretora Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na capital do Estado de São Paulo; e
- (vi) o Programa seria executado em até 365 dias, a contar da data de aprovação, tendo seu término previsto para 8 de dezembro de 2014.

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada no dia 26.02.2014, foi aprovado o encerramento do programa de recompra de ações aprovado em 9 de dezembro de 2013, por meio do qual foram adquiridas 15.500.000 ações ordinárias de emissão da Gafisa S.A., para permanência em tesouraria e posterior alienação.

Em relação aos Planos de Recompra acima descritos, a Companhia informa o seguinte:

	Programa de Recompra de 27/11/2012	Programa de Recompra de 09/12/2013
Quantidade de ações previstas, separadas por classe e espécie	Até 10.000.000 de ações ordinárias da Gafisa S.A.	Até 32.938.554 de ações ordinárias da Gafisa S.A.
percentual em relação ao total de ações em circulação, separadas por classe e espécie	2,45% das ações ordinárias da Gafisa S.A. em circulação no mercado	10% das ações ordinárias da Gafisa S.A. em circulação no mercado
período de recompra	Foi aprovado o período de 27/11/2012 a 26/11/2013 As recompras ocorreram entre 21/2/2013 a 17/6/2013	Foi aprovado o período de 9/12/2013 a 8/12/2014 As recompras ocorreram entre 10/12/2013 a 10/2/2014
reservas e lucros disponíveis para a recompra	Reserva de Capital no montante de R\$335.860.786,92 em 30/9/2012	Reserva de Capital no montante de R\$611.768.472,32 em 30/9/2013
outras características importantes	n/a	A aquisição de ações da Gafisa S.A. pela Companhia via programa de recompra de ações condiciona sua execução à manutenção da dívida

Formulário de Referência - Construtora Tenda S.A.

		líquida consolidada da Gafisa em um nível igual ou inferior a 60% do seu patrimônio líquido
quantidade de ações adquiridas, separadas por classe e espécie	10.000.000 de ações ordinárias da Gafisa S.A.	15.500.000 de ações ordinárias da Gafisa S.A.
preço médio ponderado de aquisição, separadas por classe e espécie	R\$3,9927	R\$3,4864
percentual de ações adquiridas em relação ao total aprovado	100%	47,06%

Em 18 de novembro de 2014 o Conselho de Administração da Companhia decidiu, observada a aprovação concedida pela CVM nos termos do Processo CVM nº RJ2014/7373, autorizar a alienação privada à controlada da Companhia, Gafisa S.A., das 25.500.000 ações de emissão da Gafisa S.A., adquiridas por meio dos Programas de Recompra acima descritos e de propriedade da Companhia. A aquisição ocorreu a preço calculado com base na cotação média da semana anterior à data do pagamento e a Companhia não possui mais ações da Gafisa S.A. em tesouraria.

20. POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

20.1 Política de negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de qualquer órgão com funções técnicas ou consultivas, criado por disposição estatutária:

Por conta de a Companhia ser uma subsidiária integral da Gafisa S.A., sem negociação de ações ou valores mobiliários no mercado, a Companhia não adotou política de negociação de valores mobiliários de sua emissão.

20.2.Outras informações relevantes:

Todas as informações pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

21. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

21.1. Normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva:

A Companhia possui Manual de Conduta para Divulgação e Uso de Informações, aprovado em reunião do Conselho de Administração de 28.06.2007, devidamente aditado em reunião do Conselho de Administração de 04.07.2011 (“Manual”) e está disponível no site da Companhia (www.tenda.com/investidores). O Manual, no que diz respeito à divulgação e uso de informações (“Política de Divulgação e Uso de Informações”), visa, entre outras coisas, a divulgação de informações relevantes e a manutenção de sigilo acerca destas informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

A divulgação de Ato ou Fato Relevante tem por objetivo assegurar aos investidores a disponibilidade, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, das informações necessárias para as suas decisões de investimento, assegurando a melhor simetria possível na disseminação das informações. Desta forma, impede-se o uso indevido de informações privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores em geral, do mercado e da própria companhia.

21.2. Política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pela Companhia (inclusive os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas):

Obrigações perante o Diretor de Relações com os Investidores. A Instrução CVM nº 358/02 criou uma sistemática de responsabilidade pelo uso, comunicação e divulgação de Ato ou Fato Relevante de companhias abertas. Nesse passo, foi atribuída ao Diretor de Relações com Investidores a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de Ato ou Fato Relevante. Com o fim de assegurar que o Diretor de Relações com Investidores possa cumprir seus deveres, foram criados encargos para algumas pessoas vinculadas à Companhia, obrigando-as a comunicar Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores, a fim de que este tome as providências necessárias.

Procedimentos Internos para Informar e Divulgar Ato ou Fato Relevante. Todas as informações sobre Ato ou Fato Relevante da Companhia serão centralizadas na pessoa do Diretor de Relações com Investidores, que é responsável pela divulgação e comunicação de Ato ou Fato Relevante (Instrução CVM nº 358/02, artigo 3º).

Os Acionistas Controladores, os Administradores, os Conselheiros Fiscais, os Funcionários e Executivos com acesso a Informação Relevante e, ainda, os membros de quaisquer Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Companhia, deverão comunicar qualquer Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores que, nos termos do Manual, é a pessoa responsável por sua comunicação aos devidos órgãos, e sua divulgação à imprensa.

Responsabilidade em Caso de Omissão. Os Administradores, os Acionistas Controladores, os Conselheiros Fiscais, os Funcionários e Executivos com acesso a Informação Relevante ou qualquer dos integrantes dos demais Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Companhia, que tiverem conhecimento pessoal de Ato ou Fato Relevante, deverão comunicá-lo ao Diretor de Relações com Investidores. Caso, diante da comunicação realizada (e não se configurando a decisão de manter sigilo, tomada na forma do art. 6º da Instrução CVM nº 358/02), as pessoas mencionadas neste item constatem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, os mesmos somente se eximirão de responsabilidade caso comuniquem imediatamente o Ato ou Fato Relevante à Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Quando Informar e Divulgar – Prazos. A divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores localizadas no País ou no exterior, se aplicável. Caso haja incompatibilidade, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro. Em relação aos prazos para informar e divulgar, o Diretor de Relações com Investidores deverá, observar, ainda, o que segue: (1) comunicar e divulgar o Ato ou Fato Relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia imediatamente após a sua ocorrência (Instrução CVM nº 358/02, artigo 3º, caput); (2) divulgar concomitantemente a todo o mercado o Ato ou Fato Relevante a ser veiculado em qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior (Instrução CVM nº 358/02, artigo 3º, §3º); e (3) avaliar a necessidade de solicitar, sempre simultaneamente, às Bolsas de Valores, nacionais e estrangeiras, a suspensão da negociação dos Valores Mobiliários, pelo tempo necessário à adequada disseminação da Informação Relevante, caso seja imperativo que a divulgação de Ato ou Fato Relevante ocorra durante o horário de negociação (Instrução CVM nº 358/02, artigo 5º, §2º).

A Quem Informar. A informação sobre Ato ou Fato Relevante deverá ser simultaneamente comunicada: (i) à CVM; (ii) às Bolsas de Valores onde a Companhia tenha Valores Mobiliários negociados; e (iii) às entidades de balcão organizado onde a Companhia tenha Valores Mobiliários negociados.

Formas de Divulgação – Jornais e Internet. A divulgação de Ato ou Fato Relevante envolvendo a Companhia deverá dar-se por meio de publicação nos jornais de grande circulação habitualmente por ela utilizados (Instrução CVM nº 358/02, artigo 3º, §4º). A Companhia poderá, a cada divulgação de Ato ou Fato Relevante, optar por realizá-la de forma resumida nos jornais, contendo os elementos mínimos necessários à sua compreensão. Nesta hipótese, deverá(ão) estar indicado(s) nas publicações o(s) endereço(s) na Internet onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM, às Bolsas de Valores e à SEC, se aplicável (Instrução CVM nº 358/02, artigo 3º, §4º).

A Informação Privilegiada e o Dever de Sigilo. Os Acionistas Controladores, os Administradores, os Conselheiros Fiscais, os Funcionários e Executivos com acesso a Informação Relevante ou qualquer dos integrantes dos demais Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Companhia ou ainda, quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Controladora, nas Sociedades Controladas e nas Sociedades Coligadas terão o dever de (i) guardar sigilo das informações relativas a Ato ou Fato Relevante às quais tenham acesso privilegiado até sua divulgação ao mercado, bem como (ii) zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento do dever de sigilo (Instrução CVM nº 358/02, artigo 8º). Para fins de orientação, sempre que houver dúvida a respeito da relevância acerca de Informação Privilegiada, deve-se entrar em contato com o Diretor de Relações com Investidores da Companhia a fim de sanar a dúvida.

Não Divulgar é Exceção à Regra. A regra geral em relação a Ato ou Fato Relevante é a de sua imediata comunicação e divulgação. Em qualquer caso, deixar de comunicar e divulgar Ato ou Fato Relevante é uma excepcionalidade e deverá ser objeto de análise (Instrução CVM nº 358/02, artigo 6º, caput). Há, no entanto, casos excepcionais em que a divulgação indistinta de Informação Privilegiada que constitua Ato ou Fato Relevante pode pôr em risco interesse legítimo da Companhia.

Procedimentos para a Não Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia. Nessas situações, a não divulgação de Ato ou Fato Relevante relacionado à Companhia será objeto de decisão dos Acionistas Controladores ou dos Administradores da Companhia, conforme o caso (Instrução CVM nº 358/02, artigo 6º, caput). Ainda que os Administradores e Acionistas Controladores decidam pela não divulgação de Ato ou Fato Relevante, é seu dever divulgar imediatamente o Ato ou Fato Relevante, diretamente ou através do Diretor de Relações com Investidores, na hipótese de a informação escapar ao controle ou na hipótese de oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários da Companhia (Instrução CVM nº 358/02, artigo 6º, parágrafo único).

Solicitação de Manutenção de Sigilo junto à CVM. Os Administradores e Acionistas Controladores poderão submeter à CVM a sua decisão de, excepcionalmente, manter em sigilo Atos ou Fatos Relevantes cuja divulgação entendam configurar manifesto risco a legítimos interesses da Companhia (Instrução CVM nº 358/02, artigo 7º).

21.3. Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações:

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia possui a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante envolvendo a Companhia. Compete, ainda, ao Diretor de Relações com Investidores zelar pela execução e acompanhamento da Política de Divulgação e Uso de Informações.

21.4. Outras informações relevantes:

O Manual prevê, ainda, Procedimentos de Comunicação de Informações Sobre Negociações de Administradores e Pessoas Ligadas e Procedimentos de Comunicação e Divulgação Sobre Aquisição ou Alienação de Participação Acionária Relevante

Os procedimentos de comunicação de informações sobre negociação de Valores Mobiliários de emissão da Companhia são baseados no artigo 11 da Instrução CVM nº 358/02.

Os Administradores, os Conselheiros Fiscais e os membros de Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Companhia deverão informar a titularidade de Valores Mobiliários de emissão da Companhia, seja em nome próprio, seja em nome de Pessoas Ligadas, bem como as alterações nessas posições e a comunicação deverá ser encaminhada ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia e, por este, à CVM e à Bolsa de Valores, conforme modelo de formulário que constitui o Anexo III deste Manual.

A comunicação à Companhia deverá ser efetuada (i) no prazo de 5 dias após a realização de cada negócio; e (ii) no primeiro dia útil após a investidura no cargo. O Diretor de Relações com Investidores, por sua vez, deverá informar à CVM e às Bolsas de Valores no prazo de 10 dias, após o término do mês em que se verificarem as alterações das posições detidas, ou do mês que ocorrer a investidura no cargo das pessoas mencionadas acima, de forma individual e consolidada por órgão da Companhia.

Já os procedimentos de comunicação e divulgação de informações sobre negociação de Valores Mobiliários de emissão da Companhia, que envolvam participação acionária relevante são baseados no artigo 12 da Instrução CVM nº 358/02.

Os Acionistas Controladores, diretos ou indiretos, e os acionistas que elegerem membros do Conselho de Administração ou do conselho fiscal, bem como qualquer pessoa natural ou jurídica, consideradas isoladamente ou em grupo representando um mesmo interesse, que atingir(em) participação, direta ou indireta, que corresponda a 5% (cinco por cento) ou mais de espécie ou classe de ações (ou bônus de subscrição, direitos de subscrição, opções de compra, debêntures conversíveis em ações), em conjunto referidos como “ações”, representativas do capital da Companhia deve(m) enviar à Companhia comunicação imediata contendo as informações do artigo 12 da Instrução CVM nº 358/02.

É igualmente obrigatória a divulgação cada vez que a referida participação se eleve em 5% de espécie ou classe de ações (ou direitos sobre ações) representativas do capital da Companhia, ou se reduza em 5% de espécie ou classe de ações (ou direitos sobre ações) representativas do capital da Companhia, nesse caso, por forças da alienação ou extinção de ações.

Nos casos em que a aquisição resulte ou que tenha sido efetuada com objetivo de alterar a composição do controle ou a estrutura administrativa da Companhia, bem como nos casos em que a aquisição gere a obrigação de realização de oferta pública, nos termos da Instrução CVM nº 361/02, o adquirente deverá, ainda, promover a publicação da comunicação relativa ao Ato ou Fato Relevante, contendo as informações do artigo 12 da Instrução CVM nº 358/02.

O Diretor de Relações com Investidores é o responsável pela transmissão das informações, assim que recebidas pela Companhia, à CVM e, se for o caso, às Bolsas de Valores.

22. NEGÓCIOS EXTRAORDINÁRIOS

22.1. Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia:

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

22.2. Alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia:

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

22.3. Contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais:

Não houve, nos três últimos exercícios sociais, contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

22.4. Outras informações relevantes:

Todas as informações pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.